

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JOSÉ NILSON NOBRE FILHO

**A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA ADOTIVA NA PERSPECTIVA DE PAIS E MÃES
HOMOPARENTAIS**

Maceió

2023

JOSÉ NILSON NOBRE FILHO

**A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA ADOTIVA NA PERSPECTIVA DE PAIS E MÃES
HOMOPARENTAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profª. Dra. Paula Orchiucci Miura.

Maceió

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

N754c Nobre Filho, José Nilson.

A constituição da família adotiva na perspectiva de pais e mães
homoparentais / José Nilson Nobre Filho. – 2023.
199 f.

Orientadora: Paula Orchiucci Miura.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 183-199.

1. Família. 2. Homoparentalidade. 3. Adoção homoparental. I Título.

CDU: 347.628.633 : 316.812.34

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à professora Paula, minha orientadora, por todo suporte, contribuições e paciência ao longo da construção deste trabalho.

À Natália, minha irmã, que mora comigo e esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis do processo de escrita.

Aos meus pais, Maria Sônia e José Nilson, que sempre fizeram e fazem o possível para me proporcionar um “ambiente suficientemente bom”.

Ao Arthur, meu namorado, cujo apoio, paciência e carinho me ajudaram a continuar.

Às amigas e colegas de supervisão Amanda, Dani, Carol, Estefane, Cris, Kedma, Alana, Melinda e Joelma, que me acompanharam ao longo e em diferentes etapas dessa trajetória acadêmica.

À estudantes e colegas de extensão, Maria, Julia, Vivian, Laylla e Aline, que compreenderam minhas ausências e me fizeram lembrar dos tempos de graduação.

À professora Heliane, pelas preciosas contribuições feitas na qualificação deste trabalho.

Às professoras Leila e Adelia, por terem aceitado o convite para compor a banca avaliadora desta dissertação.

Aos amigos Thayse, Mari, Luy, Maria, Lucas, Pedro, Lili, Mica, Edilson, Suzy, Mi, Ulisses, Cacau, Samu, Nay, Say, Lore e Julia. Os encontros e conversas que tivemos nesse período me fizeram lembrar que eu estava vivo.

Todos vocês, cada um à sua própria maneira, me ofereçam o suporte necessário para que eu pudesse entrar em um estado de "preocupação materna primária" com o meu texto e me dedicar integralmente a ele, sobretudo nestas últimas semanas.

Por fim, quero agradecer a todos pais e a todas mães que participaram deste estudo e, gentilmente, confiaram em mim e compartilharam comigo suas histórias. Sem a colaboração de vocês este trabalho não seria possível. Muito obrigado!

*Tô pele e espírito
Tô por um fio dessa minha blusa
Tô musa, tô muda
Tô nadando de braçada nas palavras
Tô às vezes, tô nem tanto
Tô pra sempre nesse manto
Nesse mar salgado pelo meu suor
Tô melhor, tô pior
Tô puro sangue nessa lama*

(Zélia Duncan - Peleespírito)

RESUMO

Esta dissertação aborda a família como uma categoria socialmente construída, situada histórica e culturalmente, que exerce um papel fundamental ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo. Destaca os novos arranjos familiares, especialmente a família homoparental, que tem a adoção como principal meio para sua formação. Apresenta e discute os resultados obtidos em uma revisão sistemática de literatura sobre este tema, a partir de três categorias temáticas: 1) “A (in)visibilidade da família homoparental”; 2) “Preconceito frente à homoparentalidade”; e 3) “A parentalidade em cena”. Tem como objetivo geral analisar e compreender a constituição da família homoparental adotiva, a partir da perspectiva de pais e mães adotantes. Como objetivos específicos, busca conhecer e analisar o desenvolvimento das relações familiares nessas famílias; a história de vida familiar desses pais e mães; a experiência deles no processo de adoção e no exercício da parentalidade; e a relação da família homoparental com a família extensa e a sociedade. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório e transversal, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Federal de Alagoas. Adota como referencial teórico a psicanálise de Donald Winnicott. Foi realizada em ambiente virtual e utilizou o estudo de caso como método de investigação. Participaram pais e mães de quatro famílias homoparentais adotivas, de três regiões do país (NE, N, SE). Foram coletados dados de diferentes fontes, a partir dos seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, entrevista semiestruturada e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E). Como resultados, são apresentados os dados sociodemográficos, as histórias das famílias em formato de casos, bem como os desenhos e as histórias produzidas. Utilizou-se a técnica da Análise Temática de conteúdo para analisar os dados obtidos nas entrevistas, a partir dos quais foram construídas e discutidas quatro categorias temáticas: 1) “História familiar progressa”, na qual foram abordados aspectos das experiências dos pais e das mães com suas famílias de origem; 2) “O projeto de parentalidade”, na qual discutiu-se sobre o desejo de exercer a parentalidade e sua concretização pela via da adoção; 3) “O cotidiano familiar homoparental”, na qual abordou-se o desenvolvimento das relações intrafamiliares estabelecidas por meio da adoção; e 4) “A família homoparental na sociedade”, na qual discutiu-se as experiências da adoção com a família extensa e em relações sociais mais amplas. Os desenhos e histórias foram analisados a partir de questões norteadoras, conforme recomendações de Trinca. Foi possível identificar potencialidades no desenvolvimento das relações intrafamiliares entre os participantes e seus filhos, mas também situações de preconceito vividas com a família de origem, tanto no exercício parental quanto no suporte recebido pela família extensa. As situações de preconceito estiveram relacionadas à homossexualidade, à adoção, à homoparentalidade e também à monoparentalidade. No que se refere às experiências em relações sociais mais amplas, destaca-se o apoio recebido por amigos e colegas de trabalho. Os participantes também lidaram com estigmas e preconceitos em espaços institucionais, como na escola, em serviços de saúde e pela equipe técnica do Poder Judiciário. Conclui-se que as famílias homoparentais adotivas do presente estudo proporcionaram um ambiente facilitador do processo de amadurecimento emocional dos filhos.

Palavras-Chave: Família; Homoparentalidade; Adoção; Winnicott.

ABSTRACT

This dissertation addresses the family as a socially constructed category, situated historically and culturally, which plays a fundamental role throughout the individual's development process. It highlights the new family arrangements, especially the homoparental family, which has adoption as the main means for its formation. It presents and discusses the results found in a systematic literature review on this topic, based on three thematic categories: 1) "The (in)visibility of the homoparental family"; 2) "Prejudice against homoparenting"; and 3) "Parenting on the scene". Its general objective is to analyze and comprehend the constitution of the adoptive homoparental family from the perspective of fathers and mothers in the adoption process. As specific objectives, it seeks to know and analyze the development of family relationships in these families; the family life history of these fathers and mothers; their experience in the adoption process and in the exercise of parenthood; and the relationship of the homoparental family with the extended family and society. This is a field, exploratory and cross-sectional research, approved by the Research Ethics Committee (CEP) of the Federal University of Alagoas. It adopts Donald Winnicott's psychoanalysis as a theoretical reference. It was conducted in a virtual environment and used case study as the research method. Fathers and mothers of four adoptive homoparental families from three regions of the country (NE, N, SE) participated. Data were collected from different sources, using the following instruments: a sociodemographic questionnaire, a semi-structured interview, and the Family Drawing with Stories Procedure (DF-S). As results, the sociodemographic data, the families' stories in case format, as well as the drawings and the stories produced are presented. The Thematic Content Analysis technique was used to analyze the data obtained in the interviews, from which four thematic categories were built and discussed: 1) "Previous family history", in which aspects of the fathers' and mothers' experiences with their families of origin were addressed; 2) "The parenthood project", in which the desire to exercise parenthood and its materialization through adoption was discussed; 3) "The homoparental family everyday life," in which the development of intra-family relationships established through adoption was addressed; and 4) "The homoparental family in society," in which the experiences of adoption with the extended family and in broader social relationships were discussed. The drawings and stories were analyzed using guiding questions, as recommended by Trinca. Based on the discussions, it was possible to identify potentialities in the development of intra-family relationships between participants and their children, but also crossings of situations of prejudice experienced with the family of origin, both in the parental exercise and in the support received by the extended family. The situations of prejudice were related to homosexuality, adoption, homoparenting and also single parenting. With regard to experiences in broader social relationships, the support received from friends and co-workers stands out. The participants also dealt with stigmas and prejudices in institutional spaces, such as at school, in health services, and by the technical team from the Judiciary. In conclusion, the homoparental adoptive families in the present study provided a facilitating environment in the emotional maturation process of their children.

Keywords: Family; Homoparenting; Adoption; Winnicott.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenho I: Uma família qualquer (Karol).....	62
Figura 2 – Desenho II - Uma família que gostaria de ter (Karol).....	63
Figura 3 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Karol).....	63
Figura 4 – Desenho IV: A sua família (Karol).....	64
Figura 5 – Desenho I: Uma família qualquer (Marisa).....	65
Figura 6 – Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Marisa).....	66
Figura 7 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Marisa).....	67
Figura 8 – Desenho IV: A sua família (Marisa).....	67
Figura 9 – Desenho I: Uma família qualquer (José).....	71
Figura 10 – Desenho II: Uma família que gostaria de ter (José).....	71
Figura 11 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (José).....	72
Figura 12 – Desenho IV: A sua família (José).....	73
Figura 13 – Desenho I: Uma família qualquer (Thiago).....	74
Figura 14 – Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Thiago).....	74
Figura 15 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Thiago).....	75
Figura 16 – Desenho IV: A sua família (Thiago).....	76
Figura 17 – Desenho I: Uma família qualquer (Getúlio).....	78
Figura 18 – Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Getúlio).....	79
Figura 19 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Getúlio).....	79
Figura 20 – Desenho IV: A sua família (Getúlio).....	80
Figura 21 – Desenho I: Uma família qualquer (Marília).....	83
Figura 22 – Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Marília).....	84
Figura 23 – Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Marília).....	85
Figura 24 – Desenho IV: A sua família (Marília).....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de artigos encontrados por ano de publicação	22
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de artigos selecionados conforme as etapas da metassíntese.....	21
Tabela 2 – Informações sobre os participantes do estudo.....	51
Tabela 3 – Informações sobre as famílias participantes do estudo.....	58

APRESENTAÇÃO

Considero que o meu interesse de pesquisar acerca da família homoparental adotiva está relacionado com dois aspectos importantes da minha história de vida. O primeiro deles refere-se a minha vivência pessoal, mais precisamente ao modo como experiencio a minha sexualidade. Desde a adolescência, compreendo minha orientação homossexual para relações afetivas e sexuais. Além disso, cogito, no futuro, construir uma família e ter filhos. A adoção surge como uma possibilidade nesse cenário.

O segundo aspecto, por sua vez, refere-se à minha trajetória acadêmica como estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Ao longo do curso, tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e de atividades curriculares relacionadas às temáticas família e parentalidade. Estas atividades estão elencadas de modo cronológico a seguir.

Em 2015, sob orientação da Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura, hoje minha orientadora nesta dissertação, fiz parte de uma pesquisa sobre a violência no âmbito das relações familiares, mais precisamente sobre o uso dos termos Violência Doméstica e Violência Intrafamiliar nos artigos publicados na revista *Psicologia & Sociedade* (MIURA et al., 2018). Eu estava no segundo período do curso e, logo em seguida, em 2016, também sob orientação da Profa. Paula Miura, ingressei como “amigo” da pesquisa “Paternidade e maternidade adolescente na constituição da relação com o bebê”, na qual tive a oportunidade de dialogar com mães adolescentes e pais acerca de suas experiências parentais (SILVA et al., 2018).

Em 2019, momento em que realizei meu estágio obrigatório sob supervisão da Profa. Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão e da psicóloga hospitalar Ma. Alessandra Cansação de Siqueira, tive a oportunidade de facilitar um grupo semanal com adolescentes gestantes que fizeram o pré-natal no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA). Em cada encontro semanal, realizamos oficinas temáticas com o objetivo de proporcionar um espaço de acolhimento, diálogo, escuta e troca acerca da experiência no pré-natal e da maternidade (SIQUEIRA et al., 2020).

Também foi no percurso da graduação, durante as aulas de Psicologia do Desenvolvimento I e II, com a Profa. Paula Miura, bem como nas aulas de Psicoterapias I e II e estágio supervisionado, com a Profa. Heliane Leitão, que me aproximei da teoria psicanalítica e, mais precisamente, da teoria do amadurecimento emocional do psicanalista inglês Donald Winnicott. As contribuições teóricas deste autor foram utilizadas para discutir

os dados encontrados no presente estudo e, além disso, fundamentam a minha atual prática como psicólogo clínico.

Ademais, faço parte do grupo de pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica”, do CNPQ, sob coordenação da Profa. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira e da Profa. Paula Orchiucci Miura, que também vem desenvolvendo produções acerca da temática da adoção. Dentre elas, pode-se citar: “Cadastro nacional de adoção: o que nos revela?” (OLIVEIRA et al., 2018); “Cadastro de adoção nacional: Os lugares das crianças a serem adotadas no Brasil” (FALCÃO et al., 2019); “A adoção sob a perspectiva de pais adotivos: revisão sistemática de literatura” (SILVA; MIURA, 2019); “Adoção sob a perspectiva de pais adotivos” (SILVA, 2020); “Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: quais crianças as famílias desejam adotar?” (OLIVEIRA; FALCÃO; MIURA, 2020); “Metassíntese da temática adoção em revistas de Psicologia Qualis A” (VIEIRA et al., 2021); “A “devolução” de crianças e adolescentes em processo de adoção” (LIMA, 2022); e “A constituição da parentalidade na adoção tardia” (AMORIM, 2023).

Segue apresentação dos capítulos que compõem este trabalho:

No **capítulo introdutório**, o tema do presente estudo é explanado, por meio de uma breve discussão acerca dos conceitos de família, homoparentalidade e adoção. Também são apresentadas a relevância acadêmica e social, bem como os objetivos da pesquisa.

No **primeiro capítulo**, são apresentados os resultados de uma revisão sistemática de literatura, realizada no Portal de Periódicos da CAPES e nos bancos de dados SciELO e BVS, com foco em trabalhos que abordassem a família homoparental adotiva em contexto brasileiro.

No **segundo capítulo**, são apresentadas as contribuições teóricas de Winnicott e de seus comentadores acerca dos temas família, adoção e homoparentalidade. A teoria do amadurecimento emocional de Winnicott será abordada por meio de conceitos como tendência inata ao amadurecimento; dependência absoluta; dependência relativa; rumo à independência; independência relativa; preocupação materna primária; fatores integradores e desintegradores da vida familiar; e funções parentais.

No **terceiro capítulo**, o método é exposto. São apresentados os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, o tipo de estudo, o cenário, os participantes, bem como o procedimento de coleta, organização e análise dos dados. Também são feitas algumas considerações acerca do Estudo de caso como método de investigação, da Análise Temática de Conteúdo e do Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) (TRINCA, 2013).

No **quarto capítulo**, são apresentados os resultados encontrados e os casos analisados, construídos a partir dos dados obtidos nas entrevistas e na aplicação do procedimento DF-E.

No **quinto capítulo**, são realizadas a análise e a discussão dos casos, a partir de categorias temáticas, criadas com base na Análise Temática de Conteúdo (MINAYO, 2009). Estes dados são analisados a partir da teoria do amadurecimento emocional de Winnicott e também de outros estudos recentes relacionados aos temas discutidos.

No **sexto capítulo**, os desenhos e as histórias produzidas a partir do Procedimento DF-E são analisados e discutidos.

Nas **considerações finais**, são apresentadas conclusões acerca dos resultados encontrados e das discussões realizadas. Também são abordadas as potencialidades e as limitações do presente estudo, com sugestões para pesquisas futuras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. FAMÍLIA HOMOPARENTAL ADOTIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	20
1.1 Método da revisão.....	20
1.2 Resultados da revisão.....	21
1.3 Discussão.....	24
1.3.1 A (in)visibilidade da família homoparental.....	24
1.3.2 Preconceito frente à homoparentalidade.....	28
1.3.3 A parentalidade em cena.....	33
1.4 Considerações acerca da revisão.....	37
2. WINNICOTT E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL ADOTIVA.....	39
2.1 O processo de amadurecimento.....	39
2.2 A família e as funções parentais.....	41
2.3 Particularidades da adoção.....	44
3. MÉTODO.....	48
3.1 Aspectos éticos.....	48
3.2 Tipo de pesquisa.....	49
3.3 Cenário do Estudo e Participantes.....	50
3.4 Coleta e Organização dos Dados.....	51
3.5 Análise de Dados.....	54
3.5.1 Análise Temática de Conteúdo.....	55
3.5.2 Análise dos desenhos e das histórias.....	56
4. RESULTADOS.....	58
4.1 Dados sociodemográficos.....	58
4.2 As famílias como casos.....	59
4.2.1 Família I.....	59
4.2.1.1 Desenhos e histórias de Karol.....	62
4.2.1.2 Desenhos e histórias de Marisa.....	65
4.2.2 Família II.....	68
4.2.2.1 Desenhos e histórias de José.....	70
4.2.2.2 Desenhos e histórias de Thiago.....	74
4.2.3 Família III.....	76
4.2.3.1 Desenhos e histórias de Getúlio.....	78

4.2.4 Família IV.....	81
4.2.4.1 Desenhos e histórias de Marília.....	83
5. ANÁLISE TEMÁTICA E DISCUSSÃO	87
5.1 História familiar pregressa.....	87
5.1.1 Experiências na infância.....	88
5.1.2 A adolescência e os novos desafios.....	92
5.2 O projeto de parentalidade.....	96
5.2.1 O desejo e o projeto de ser pai/mãe.....	96
5.2.2 O processo de adoção.....	102
5.3 O cotidiano familiar homoparental.....	115
5.3.1 Primeiras experiências.....	116
5.3.2 Vivências cotidianas.....	127
5.3.3 Atravessamentos pandêmicos.....	141
5.4 A família homoparental na sociedade.....	147
5.4.1 Relação com a família extensa.....	148
5.4.2 Relações sociais mais amplas.....	155
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DESENHOS E HISTÓRIAS.....	167
6.1 Considerações sobre as produções.....	167
6.1.1 Família I.....	167
6.1.1.1 Karol	167
6.1.1.2 Marisa.....	169
6.1.2 Família II.....	170
6.1.2.1 José.....	170
6.1.2.2 Thiago.....	171
6.1.3 Família III.....	172
6.1.3.1 Getúlio.....	172
6.1.4 Família IV.....	174
6.1.4.1 Marília.....	174
6.2 Discussão sobre os desenhos e as histórias produzidas.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	183

INTRODUÇÃO

A família é um tipo de organização social caracterizada por estar em contínua transformação. Trata-se de um grupo humano que existe desde tempos muito remotos e que pode ser encontrado em praticamente todas as sociedades (LÉVI-STRAUSS, 1983), além de ser comumente o primeiro que se apresenta na vida de um indivíduo. É por meio da família que costumam ser aprendidas e internalizadas as normas e os papéis sociais vigentes, que moldam modos de ser e estar no mundo e possibilitam o convívio em sociedade (RAMOS; NASCIMENTO, 2008).

As experiências e aprendizagens adquiridas no âmbito familiar são a base para a inserção do indivíduo em todas as demais instituições sociais - educacionais, políticas, econômicas, jurídicas, religiosas, dentre outras - que se apresentarão ao longo de seu crescimento. Nesse sentido, cabe evidenciar o importante papel exercido pela família, de tornar o indivíduo um ser social, introduzido na cultura, ciente dos valores socialmente compartilhados (RAMOS; NASCIMENTO, 2008; WINNICOTT, 1965/2011; BARANOSKI, 2016).

De acordo com Zanardo e Valente (2009) é equivocado afirmar ou buscar uma definição geral de família, pois o que existem “são tipos históricos de família construídos socialmente” (p. 13). Nesse sentido, em estudo histórico acerca desta instituição, Ariès (1981) pôde identificar as inúmeras mudanças ocorridas na família ao longo do tempo, relacionadas, sobretudo, às modificações na relação interna com a criança. No período medieval, por exemplo, a família estava relacionada à procriação, à transmissão da linhagem, do nome e do patrimônio. Era comum que crianças, a partir dos sete anos, fossem entregues a famílias estranhas para serem educadas por outros adultos - que seriam seus mestres -, o que inviabilizava o desenvolvimento de um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. A família era, portanto, “uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÈS, 1981, p. 226).

A realidade e os sentimentos da família começaram a se transformar a partir do século XV, simultaneamente ao momento em que a educação passou a ser mais fornecida pela escola do que por mestres. Tal mudança veio acompanhada de uma maior preocupação dos pais em vigiar seus filhos e de não delegar a educação deles, nem seus cuidados, à outra família. Tratava-se, ainda, de uma família nos moldes patriarcais, na qual a mulher tinha um papel de objeto de troca e os casamentos não eram consequência do amor romântico, mas arranjos, visando apenas à transmissão de patrimônio (ARIÈS, 1981).

Esse cenário, por sua vez, muda entre o final do século XVIII e início do século XX, quando o modelo de família moderna se impõe. Com isso, o casamento se torna fruto do amor romântico e é interpretado como um laço eterno que não pode ser quebrado, visto que além de um contrato civil, é também um sacramento religioso. Ademais, é nesse período que a família passa a ter uma vida íntima e particular, confinada em um espaço limitado e, de certo modo, isolado da sociedade (ARIÈS, 1981).

De acordo com Zanardo e Valente (2009), desde a década de 1960 até os dias atuais, a família predominante é a pós-moderna, um modelo de família influenciado diretamente pelo capitalismo, pelo neoliberalismo e pelo individualismo, caracterizado pela busca incessante por prazer imediato no âmbito dessas relações. É um tipo de união vista como temporária e volátil, com pouca disponibilidade e recursos para lidar com insatisfações e frustrações, na qual a ideia religiosa de casamento perde força e a possibilidade de quebra do pacto conjugal, por meio da separação ou do divórcio, passa a fazer parte do cotidiano dessas relações.

A família é, portanto, uma categoria socialmente construída, que se constitui de diferentes formas e de acordo com o momento histórico (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; GURGEL; UZIEL, 2019). Nesta perspectiva, Donald Woods Winnicott (1986-1971), pediatra e psicanalista inglês, que trouxe importantes aportes para o estudo do desenvolvimento e da “organização emocional e relacional do ser humano” (FULGENCIO, 2016, p. 13), refere-se à família como um “dado essencial de nossa civilização” (WINNICOTT, 1965/2011, p. 59), uma vez que o modo como as famílias são organizadas demonstram, na prática, o que é a cultura. De acordo com este autor, a família é resultado do relacionamento entre os pais e dos pais com seus filhos, no contexto social em que vivem. Trata-se também de um grupo social que desempenha um importante papel ao longo do desenvolvimento de cada indivíduo.

No início da vida, a família é responsável por proteger a criança do mundo, para que ele se apresente de modo gradativo. São os cuidados familiares que proporcionam ou não as condições ambientais favoráveis para que a criança, que parte de um estado inicial não-integrado, possa se desenvolver e se integrar. Desse modo, a tendência inata à integração se manifesta mediante íntima identificação da pessoa que ocupa a função materna com seu filho e, posteriormente, do interesse combinado de ambos os pais (WINNICOTT, 1965/2011).

O importante papel desempenhado pela família na constituição psíquica dos indivíduos que a compõem é destacado por Miura et al. (2011), também autora desta dissertação, em estudo realizado com base nas concepções teóricas de Winnicott. Neste estudo, a constituição psíquica é abordada como uma questão complexa e multidimensional,

experienciada de modo singular por cada família, a partir de sua própria cultura, em um processo de desenvolvimento que lhe é característico.

Nesse sentido, a vivência familiar é apontada como a responsável por facilitar ou não que crianças e adolescentes experienciem a multidimensionalidade de seus ambientes interno e externo, assim como as mudanças ocorridas nesses ambientes enquanto se desenvolvem. Esta multidimensionalidade se expressa, dentre outras formas, por meio das “diferenças individuais, de natureza genética e desenvolvimental, incluindo os aspectos emocionais, desejos e fantasias dos pais para com os filhos e vice-versa” (MIURA et al., 2011, p. 47).

É a partir dessa compreensão de família como uma categoria socialmente construída que surgem, na atualidade, as chamadas “novas famílias”. De acordo com Almeida (2008), as mudanças estruturais e funcionais na instituição família foram significativas nessas últimas décadas. Tornou-se inapropriado, inclusive, tratar de “família” no singular, tamanha é a diversidade de modelos das famílias contemporâneas. Há famílias monoparentais, caracterizadas pela criação de uma criança por um pai ou mãe sem necessariamente um companheiro; famílias pluriparentais ou recompostas, resultado, sobretudo, de divórcios e separações; famílias formadas por casais sem filhos; e também famílias homoparentais, composta por pais e mães homossexuais e/ou em relações homoafetivas e seus filhos (GORIN et al., 2015), sobre as quais se discute no presente estudo.

O direito de ter filhos e de formar uma família tem sido uma das pautas de reivindicação do movimento LGBT desde a despatologização da homossexualidade, em 1973 (SERRALHA, 2013). Nesse sentido, o termo “homoparentalidade” vem sendo usado por estudiosos e militantes desde o final da década de 1990, para dar visibilidade e nomear uma forma de parentalidade até então marginalizada e sem nomeação (AMAZONAS; VERÍSSIMO; LOURENÇO, 2013; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; GURGEL; UZIEL, 2019). Trata-se de um termo alvo de discussões, uma vez que desassociar a homossexualidade dos pais/mães do exercício parental tem sido o principal objetivo dos estudos sobre homoparentalidade. Afinal, é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos que viabiliza o exercício parental (LEITÃO, 2019), não a orientação sexual das figuras parentais. No entanto, diante dos preconceitos ainda existentes em nossa sociedade, alinho-me à Zambrano (2006), Féres-Carneiro e Magalhães (2017) e Rosa e Pessôa (2019), ao considerar que o uso deste termo segue politicamente importante, por trazer visibilidade a um arranjo familiar ainda marginalizado.

Dentre as formas possíveis de acesso à homoparentalidade, encontram-se a adoção, o uso das novas tecnologias reprodutivas e os filhos havidos em relações heterossexuais

anteriores (ZAMBRANO, 2006; BARANOSKI, 2016). Este estudo versa acerca das famílias homoparentais formadas por meio da adoção, uma “forma viável e legal de estabelecimento de relações filio-parental” (ALMEIDA, 2008, p. 27), regulamentada no Brasil por meio da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (BRASIL, 1990).

A partir dessa lei, as crianças e os adolescentes passaram a possuir o direito fundamental de pertencer a uma família, capaz de se responsabilizar por sua criação, educação e cuidados. Além disso, o Estado passou a ter o dever de prestar assistência, bem como garantir a inserção de crianças e adolescentes que passaram pelo processo de destituição do poder familiar - e foram retiradas de suas famílias de origem - em um novo lar. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, na atualidade, o objetivo da adoção é possibilitar a inserção da criança e do adolescente em uma entidade familiar capaz de garantir a segurança e a estabilidade necessárias ao seu desenvolvimento, assegurando, assim, seu direito à convivência familiar e comunitária e atendendo ao seu superior interesse (AMAZONAS; VERÍSSIMO; LOURENÇO, 2013; BARANOSKI, 2016). Trata-se de um processo mediado pelo Fórum ou Vara de Infância e Juventude da localidade e será apresentado com mais detalhes posteriormente.

No entanto, mesmo diante da regulamentação da adoção pelo ECA e da promulgação de leis mais recentes sobre esta pauta, como a nº 12.010 (BRASIL, 2009) e a nº 13.509 (BRASIL, 2017), além da criação de outras iniciativas, como a Busca Ativa, criadas com intuito de simplificar e acelerar o processo de adoção, observa-se que um número expressivo de crianças segue à espera de uma família. De acordo com dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento [SNA] (2022), cerca de 29.142 crianças e adolescentes estão em situação de acolhimento institucional ou em Famílias Acolhedoras. Destes, 4.046 estão disponíveis para adoção, diante de 33.091 pretendentes cadastrados no SNA e devidamente habilitados para adotar. Inúmeros fatores estão associados a essa discrepância entre pessoas interessadas em adotar e as crianças disponíveis para adoção, como, por exemplo, a escolha do perfil dos filhos (VIEIRA et al., 2021). Estes dados apontam que muitas crianças têm tido seu direito à convivência familiar negligenciado.

Além disso, cabe ressaltar que a adoção segue sendo alvo de estigmas e preconceitos pela sociedade, relacionados, por exemplo, à ideia de que o vínculo estabelecido com o filho na parentalidade adotiva é menos legítimo que vínculo biológico ou de que a adoção se trata de um ato de caridade. Estes estigmas produzem atravessamentos no processo de constituição da família adotiva, no cuidado parental exercido e no desenvolvimento das relações entre

pais, mães e filhos (MAUX; DUTRA, 2010; ROSA et al., 2016). Tais apontamentos denotam a relevância social de abordar questões relacionadas a este tema no presente estudo.

Ademais, embora o Estado brasileiro considere a família como base da sociedade e, diante disso, se responsabilize em proteger e assistir esta instituição (BRASIL, 1988), nem todas as famílias estão sendo devidamente respeitadas e assistidas. Conforme mencionado, as famílias homoparentais, apesar de terem conquistado direitos importantes nesta última década, a exemplo do reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos em 2011 e da adoção por casais do mesmo gênero em 2015, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), todos aconteceram por meio de jurisprudências, baseados no histórico de decisões tomadas pelos tribunais acerca do tema, o que evidencia um poder legislativo omissivo e negligente diante dessa pauta (GURGEL; UZIEL, 2019).

Além disso, apesar de não existirem diferenças significativas entre famílias homoparentais e heteroparentais quanto à habilidade dos pais e o desenvolvimento psicossocial dos filhos (VERONA; CASTRO, 2008), a homossexualidade de pais e mães tem sido colocada em pauta por “inúmeros sujeitos, como aqueles que compõem as equipes técnicas, as operadoras de direito ou pela sociedade em geral, como as famílias, colegas de trabalho, entre outros” (GURGEL; UZIEL, 2019, p. 23), para deslegitimar e questionar a capacidade dessas pessoas de oferecer uma convivência familiar saudável a uma criança ou adolescente (BARANOSKI, 2016).

Nesse sentido, Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013) comentam que as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias homoparentais, não se referem à formação homoparental em si, mas a situações de preconceito vivenciadas socialmente. De acordo com Castro (2008, p. 25) “os problemas que se colocam às famílias homoparentais são de ordem social, jurídica e política”, o que tem se agravado na atual conjuntura nacional, diante da ascensão do conservadorismo e da valorização de figuras políticas defensoras de ideias discriminatórias e violentas, que excluem as famílias formadas por casais homoafetivos (GURGEL; UZIEL, 2019). Estes fatores, atrelados à importância da família para o desenvolvimento emocional dos indivíduos e da sociedade, reforçam a relevância social do presente estudo.

Por fim, ainda são poucos os estudos brasileiros que tratam da família homoparental adotiva na perspectiva de seus próprios membros (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; ROSA; PESSÔA, 2019). Estes dados denotam a relevância acadêmica desta pesquisa, uma vez que produzir academicamente sobre o tema pode

contribuir para a compreensão da dinâmica desse arranjo familiar, a desmistificação de estigmas atribuídos à homoparentalidade e o fortalecimento do direito à adoção dessas famílias.

Diante disso, o presente estudo buscou analisar e compreender a constituição da família homoparental adotiva, a partir da perspectiva de pais e mães adotantes. Como objetivos específicos, buscou conhecer e analisar o desenvolvimento das relações familiares nessas famílias; a história de vida familiar desses pais e mães; a experiência deles quanto ao processo de adoção e o exercício da parentalidade; bem como a relação da família homoparental com a família estendida e a sociedade.

1. FAMÍLIA HOMOPARENTAL ADOTIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA¹

Este capítulo compreende um estudo preliminar, de caráter bibliográfico. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, realizada com a finalidade de conhecer e analisar as produções acadêmicas existentes sobre o tema abordado nesta dissertação. Para isso, foram buscados e analisados artigos publicados e disponíveis *online* nas plataformas de periódicos científicos nacionais.

1.1 Método da Revisão

A estratégia metodológica adotada neste estudo inicial foi a metassíntese qualitativa. Logo, buscou-se ir além da síntese e da mera condensação dos dados encontrados, com o intuito de propiciar a construção de um novo conhecimento e uma compreensão mais ampla do objeto estudado. Isso aconteceu por meio do cruzamento das informações colhidas, do confronto e das relações estabelecidas entre elas (OLIVEIRA et al., 2015).

Para realizar a metassíntese, foram seguidas as seguintes etapas: Exploração; Refinamento; Cruzamento; Descrição e Análise. Na etapa de Exploração, buscou-se selecionar a fonte dos dados para realização da pesquisa, bem como analisar a viabilidade desta fonte com base na leitura seletiva do material encontrado (OLIVEIRA et al., 2015). Neste estudo, em virtude da relevância histórica para o desenvolvimento da ciência nacional, foram selecionadas três fontes de dados: Portal de Periódicos da CAPES, BVS e SciELO. Nas buscas, foram aplicados os seguintes descritores: Homoparentalidade AND Adoção.

Em seguida, na etapa de Refinamento, por meio de uma definição criteriosa da amostra, os dados começaram a ser tratados (OLIVEIRA et al., 2015). Neste estudo, a amostra foi selecionada a partir dos seguintes critérios: 1) deveriam ser produções nacionais publicadas em formato de artigo, entre os anos de 2006 e 2021; 2) deveriam estar disponíveis *online* e integralmente em língua portuguesa; 3) deveriam discutir questões relacionadas à família homoparental adotiva no contexto brasileiro. Artigos que apenas citaram essa formação familiar ou que trataram das experiências de famílias estrangeiras foram descartados. O período selecionado (com início em 2006) compreendeu o intervalo de tempo disponível nos filtros de busca das plataformas. Os resultados encontrados tiveram seus títulos, resumos e palavras-chave lidos. Foram pré-selecionados para leitura flutuante aqueles relacionados ao objeto de estudo.

¹ Este capítulo foi submetido como artigo para publicação na Revista Subjetividades, do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (Unifor).

Posteriormente, na etapa de Cruzamento, de modo a evitar inconsistências na amostra encontrada, buscou-se verificar se haviam materiais duplicados entre os resultados obtidos nas diferentes plataformas. Os artigos repetidos foram excluídos. Na quarta etapa, de Descrição, com o intuito de obter uma visualização geral da amostra, bem como identificar os materiais com maior potencial analítico, foram produzidas tabelas e gráficos com informações sobre as produções selecionadas. Também foi avaliado o volume do material, porém, neste estudo, não houve necessidade de estabelecer novos critérios de recorte (OLIVEIRA et al., 2015).

Por fim, na etapa de Análise, buscou-se ir além das informações descritivas, de modo a possibilitar a construção de um novo conhecimento. Para isso, o material selecionado foi lido em profundidade e teve seu conteúdo analisado, o que permitiu a identificação de categorias temáticas para discussão (OLIVEIRA et al., 2015).

1.2 Resultados da Revisão

Inicialmente foram encontrados 126 artigos mediante o uso dos descritores na etapa de Exploração. Este quantitativo, contudo, diminuiu gradativamente ao longo da etapa de Refinamento, tornando-se 89 artigos após uso dos filtros de busca; depois 53 artigos após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave; e, por fim, 43 artigos após leitura fluente do material. Na etapa de Cruzamento, foram identificados e excluídos da amostra 13 artigos repetidos.

Diante disso, a amostra final selecionada para Análise foi composta por 30 artigos (AMAZONAS; BRAGA, 2006; ZAMBRANO, 2006; ZANARDO; VALENTE, 2009; FARIAS, 2010; CUSTÓDIO, 2012; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015; COITINHO FILHO; RINALDI, 2015; LIRA; MORAIS; BORIS, 2015; LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; MACHIN, 2016; ROSA et al., 2016; CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017; FÉRES-CARNEIRO et al., 2017; PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017; RIBEIRO et al., 2017; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; SANTOS et al., 2018; SILVA et al., 2018; XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018; ARALDI; SERRALTA, 2019; KORNATZKI; RIBEIRO, 2019; ROLIM; CARLESSO, 2019; ROSA; PESSÔA, 2019; REZENDE et al., 2019; TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019; FREIRES et al., 2021).

Tabela 1 - Quantitativo de artigos selecionados conforme as etapas da metassíntese.

BASE DE DADOS	DESCRITORES	EXPLORAÇÃO	REFINAMENTO		
			<i>Após uso dos filtros de busca</i>	<i>Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave</i>	<i>Após leitura flutuante</i>
CAPES	Homoparentalidade AND Adoção	88	54	32	23
SCIELO	Homoparentalidade AND Adoção	9	8	6	5
BVS	Homoparentalidade AND Adoção	29	27	15	15
Total:		126	89	53	43

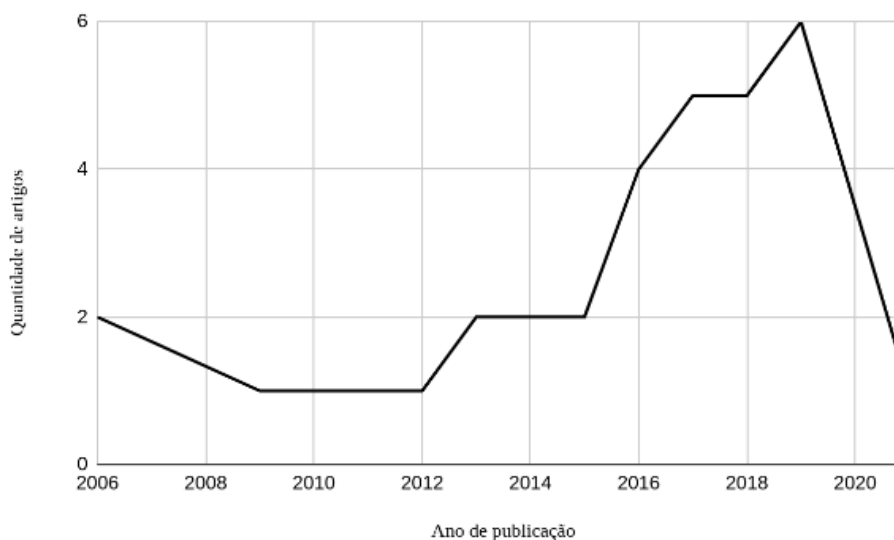
Repetições identificadas na etapa de Cruzamento: 13

Total de artigos selecionados para análise: 30

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A amostra selecionada contou com artigos publicados entre os anos de 2006 e 2021. A seguir, estão detalhadas as informações sobre a quantidade de artigos encontrados por ano: 2006 (dois artigos); 2009 (um artigo); 2010 (um artigo); 2012 (um artigo); 2013 (dois artigos); 2015 (dois artigos); 2016 (quatro artigos); 2017 (cinco artigos); 2018 (cinco artigos); 2019 (seis artigos) e 2021 (um artigo). Não houve artigos científicos acerca de questões relacionadas à família homoparental adotiva em contexto brasileiro nos anos de 2007, 2008, 2011, 2014 e 2020.

Gráfico 1 - Quantitativo de artigos encontrados por ano de publicação



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor

Pôde-se observar que cerca de 86,7% dos artigos encontrados (26 de 30) foram publicados a partir de 2012, o que evidencia um aumento significativo de publicações sobre o tema nesses últimos dez anos. Estes dados dialogam com os encontrados por Silva, Sousa e Fernandes-Eloi (2017), que identificaram um aumento de publicações sobre a adoção homoparental a partir de 2011, momento em que o STF reconheceu e legitimou a união estável de casais homoafetivos.

Com o intuito de conhecer e mapear os locais do país em que a família homoparental adotiva vem sendo objeto de estudos e discussões, foram analisadas, em cada um dos artigos, as informações referentes à região do primeiro autor (ou autor principal). A partir disso, foi possível constatar que o maior número de produções advém da região Sudeste (com um total de 13 artigos), seguida pela região Nordeste (com 10 artigos) e depois pela região Sul (com sete artigos). Não houve produções cujo autor principal fosse das regiões Centro-Oeste e Norte.

Nesse sentido, buscou-se também conhecer e analisar a área de conhecimento que o primeiro autor de cada um dos artigos estava vinculado. Constatou-se que a Psicologia é a principal área de vinculação, presente em 24 artigos (80% do total). Em menor número, também houve produções no âmbito do Direito (dois artigos), da Sociologia (dois artigos), da Antropologia (um artigo) e da Educação (um artigo).

Por fim, o material selecionado para análise contou com um quantitativo equilibrado de estudos empíricos (16) e teóricos (14). Foi possível identificar que pesquisas empíricas acerca deste tema passaram a ser realizadas apenas a partir de 2012. Além disso, acerca do público-alvo investigado, os estudos contaram com a participação de pais e mães homoparentais (MACHIN, 2016; ROSA et al., 2016; FÉRES-CARNEIRO et al., 2017; ARALDI; SERRALTA, 2019); apenas pais homoparentais (ROSA; PESSÔA, 2019); apenas mães homoparentais (LIRA; MORAIS; BORIS, 2015; LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017; TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019); profissionais da Psicologia e da Justiça (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018); estudantes de Serviço social e Direito (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015); e segmentos da população brasileira (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017; SANTOS et al., 2018; REZENDE et al., 2019; FREIRES et al., 2021).

Ademais, nas pesquisas empíricas com pais e mães homoparentais, foi comum a utilização do método *snowball* (bola de neve) para conseguir participantes voluntários. Nesse sentido, os próprios participantes do estudo indicaram outros possíveis participantes, que foram contatados pelos pesquisadores e convidados a participar da pesquisa (MACHIN, 2016; LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; ROSA et al., 2016; PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; ARALDI; SERRALTA, 2019).

1.3 Discussão

A partir da leitura em profundidade e da análise do material selecionado, foi possível identificar aproximações e distanciamentos nos artigos lidos, que possibilitaram a definição de três categorias temáticas: 1) A (in)visibilidade da família homoparental; 2) Preconceito frente à homoparentalidade; e 3) Parentalidade em cena. Os resultados encontrados, frutos da análise temática, serão discutidos a seguir:

1.3.1 A (in)visibilidade da família homoparental

Nesta primeira categoria, são abordados os artigos que discutiram acerca da invisibilidade da família homoparental e suas consequências em termos históricos, legais e acadêmicos, bem como aqueles que abordaram a importância da visibilidade adquirida por essas famílias, fruto da mobilização política, nas recentes conquistas jurídicas que garantiram direitos.

De acordo com Zambrano (2006) e Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2017), estudos revelam que as famílias homoparentais, assim como as monoparentais e as recompostas, embora sejam tratadas como novas, coexistem com a família nuclear e patriarcal pelo menos desde a década de 1960. Evidentemente não se trata de uma coexistência harmoniosa, visto que há, mesmo nos dias de hoje, uma resistência de grande parte da sociedade, sobretudo por influência do cristianismo, em reconhecer e respeitar a orientação sexual homoafetiva e, em consequência, a possibilidade desses sujeitos constituírem família.

Foi com o intuito de trazer visibilidade e reconhecimento social para a parentalidade exercida por pessoas homossexuais e/ou em relações homoafetivas que o termo “homoparentalidade” passou a ser utilizado durante a década de 1990. Assim, a “homoparentalidade” se refere ao exercício parental desempenhado por uma pessoa que se sente afetiva e sexualmente atraída por alguém do mesmo gênero. Este é um termo

controverso por associar a homossexualidade dos pais/mães ao exercício parental. Contudo, nomear é um modo de fazer uma categoria social existir e sair da invisibilidade, o que torna o uso deste termo politicamente importante (ZAMBRANO, 2006; ZANARDO; VALENTE, 2009; FÉRES-CARNEIRO et al., 2017; PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017; ROSA; PESSÔA, 2019).

De acordo com Custódio (2012), embora, na atualidade, seja reconhecida a existência de uma multiplicidade de arranjos familiares, caracterizados por terem como base o afeto e a vontade de estabelecer relações duradouras, com laços de responsabilidade e respeito, há famílias que seguem invisibilizadas, sobretudo na legislação brasileira. Nesse sentido, a autora denuncia que nossos parlamentares têm sido omissos diante de pautas que discutem questões relacionadas à homoafetividade, como a adoção homoparental, alegando que projetos de lei com o objetivo de regularizar a união civil entre pessoas do mesmo gênero estão tramitando há anos no Congresso Nacional, sem que haja efetiva vontade política dos parlamentares de trazerem este tema para discussão e votação (CUSTÓDIO, 2012).

Acerca das recentes modificações na legislação sobre a adoção, Coitinho Filho e Rinaldi (2015) ressaltam que nenhuma se deteve na questão da filiação homoparental. Nesse sentido, a questão da filiação adotiva por casais homoafetivos masculinos e femininos, continuou, pelo menos em termos legais, fadada ao entendimento do juiz, a partir de jurisprudências. Esse ponto também foi abordado por Cabral e Coutinho (2018), ao relatarem que embora existam diversos projetos de lei em tramitação que tratam da adoção, os legisladores brasileiros não têm buscado abordar a adoção homoparental.

Diante disso, as lacunas deixadas por esse posicionamento parlamentar têm sido preenchidas pelo Poder Judiciário por meio da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sem, no entanto, garantir efetiva segurança a esses casais, uma vez que não existe legislação específica sobre a matéria (CABRAL; COUTINHO, 2018). Esse sentimento de insegurança também foi identificado por Zambrano (2006), em seu estudo antropológico, cujos resultados apontaram que todos os participantes, mesmo estando em parceria conjugal, buscaram realizar a adoção legal individualmente.

O fato de muitos pretendentes à adoção homoafetivos se apresentarem sozinhos no início do processo, mesmo vivenciando relacionamentos estáveis, também foi identificado por Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) e Ximenes e Scorsolini-Comin (2018), em estudos realizados com profissionais do Sistema de Justiça, para compreender como eles experienciam a prática de avaliação e habilitação na adoção por casais homoafetivos. Os profissionais acreditam que a busca acontece de forma solitária, apesar do contexto de maior

aceitação da homoafetividade, por desinformação dos pretendentes sobre direitos conquistados, receio de não serem acolhidos, bem como de sofrerem algum tipo de preconceito em virtude de sua orientação sexual.

Coitinho Filho e Rinaldi (2015), ao analisarem processos de adoção de uma comarca do Rio de Janeiro, retratam bem as motivações desses receios e inseguranças. No estudo realizado, os pesquisadores identificaram o caso de um Promotor da Infância e da Juventude que, baseado no artigo 1.622 do Código Civil de 2002, se manifestou contrariamente a um pedido de habilitação conjunta por casal homoafetivo, sob a justificativa de que haveria uma impossibilidade jurídica de dois homens adotarem conjuntamente uma criança, por não se enquadrarem em nenhum modelo de família previsto legalmente. Diante disso, o casal foi orientado a optar pela adoção individual, mesmo mediante conhecimento de que a criança seria cuidada por ambos os pais.

Ainda acerca da invisibilidade das famílias homoparentais, Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2017) discutiram acerca das consequências da falta de reconhecimento e a importância do vínculo legal entre mães e filhos de famílias homoparentais femininas, mesmo aquelas em que o acesso à maternidade aconteceu por meio do uso das novas tecnologias de reprodução. No caso das participantes deste estudo, embora ambas tivessem planejado a maternidade conjuntamente, o lugar da mãe não biológica era constantemente deslegitimado e não reconhecido pelas famílias e pela sociedade, o que levou algumas dessas mães a pleitearem a adoção unilateral dos filhos, que já eram afetivamente seus.

Dentre as consequências da invisibilidade social e jurídica dessa mãe, são mencionadas a ausência de “direito de guarda ou visitação, no caso de separação do casal; permissão de tomar decisões médicas; benefícios como herança em nome da criança, caso a ‘mãe não biológica’ venha a falecer; permissão de ter o nome da criança em seu seguro-saúde, entre outros” (PONTES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2017, p. 283). Araldi e Serralta (2019), por sua vez, identificaram, também em estudo empírico, que a maioria dos participantes teve que contar com auxílio jurídico para ter acesso a direitos já garantidos aos casais heterossexuais, como, por exemplo, as licenças maternidade/paternidade.

Nesse sentido, cabe destacar que o vínculo legal produz efeitos de reconhecimento e legitimação dessas famílias, não apenas diante da justiça, mas também frente à sociedade. Kornatzki e Ribeiro (2019) discutem que os discursos produzidos por meio de ações legislativas e jurídicas podem possibilitar o reconhecimento ou a invisibilização de determinadas formas de família, o que lhes garante ou não acesso a direitos constitucionais.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988, por ter ampliado o significado de família para além da conjugalidade e da consanguinidade, é apontada como um marco discursivo importante, que possibilitou a sujeitos de outros arranjos familiares, como, por exemplo, membros de famílias homoparentais, abertura para reivindicar por direitos.

Em contrapartida, os autores apontam que o Código Civil brasileiro, de 2002, ao definir entidade familiar como união estável entre homem e mulher, produz discursos que não contribuem na luta por igualdade de direitos. O mesmo se aplica à resistência produzida em grupos políticos e religiosos diante da ampliação do conceito de família, às vezes expressa por meio de projetos de lei, que defendem o modelo de família nuclear como único aceitável e buscam negar o direito à adoção por casais homoafetivos (CUSTÓDIO, 2012; KORNATZKI; RIBEIRO, 2019).

Muitos direitos foram conquistados pelas famílias homoparentais brasileiras nessa última década. Em vista disso, Cabral e Coutinho (2018) ressaltam a importância das lutas das minorias sexuais por visibilidade, igualdade e respeito à pluralidade nessas conquistas. Dentre os direitos conquistados, todos em âmbito jurídico, são mencionados nos artigos: o reconhecimento da união estável por casais homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2011, que tornou possível a adoção conjunta de crianças e adolescentes por esses casais; a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em maio de 2013, que obrigou os cartórios brasileiros a promover a celebração do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero e a converter a união estável dessas pessoas em casamento; o reconhecimento da adoção por casais do mesmo gênero pelo STF, em março de 2015, ao alegarem que o conceito de família também pode ser aplicado a esses casais; e, por fim, o entendimento da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em maio de 2017, acerca da possibilidade de casais homoafetivos adotarem crianças de qualquer idade (COITINHO FILHO; RINALDI, 2015; RIBEIRO et al., 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018; ROSA; PESSÔA, 2019).

A invisibilidade da família homoparental adotiva, contudo, não se apresenta apenas em âmbito legal e político. Estudos acerca desse modelo de família ainda são escassos no Brasil (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; ROSA; PESSÔA, 2019), inclusive no âmbito da psicologia (TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019), sobretudo quando se tratam de pesquisas empíricas (ARALDI; SERRALTA, 2019). Dentre as consequências da ausência de estudos, pode-se citar o pouco conhecimento acerca das especificidades das famílias homoparentais e suas formas de

parentalidade, o que dificulta, por exemplo, a construção de políticas públicas efetivas para essa população.

Partindo dos resultados dos estudos de Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) e Ximenes e Scorsolini-Comin (2018) é possível inferir que discussões acerca da homoparentalidade também são “invisíveis” na formação de profissionais que trabalham diretamente com questões relacionadas à adoção homoparental. Os profissionais entrevistados nas duas pesquisas relataram insegurança diante do manejo nesses casos e apontaram dificuldades relacionadas à formação profissional, no sentido desta ser insuficiente para embasar a atuação. Esse despreparo na formação acabou gerando repercussões no trabalho desenvolvido pelos profissionais, sendo avaliado como uma influência negativa também na avaliação de casos de adoção por casais homoafetivos.

Como mencionado, a homoafetividade e a homoparentalidade são temas controversos perante a opinião pública. Logo, estes avanços são também acompanhados de muita resistência por grupos conservadores e tradicionais da sociedade, presentes, inclusive, na política brasileira. Estes grupos costumam fazer uso de variadas formas de violência contra as famílias homoparentais, sendo a principal e mais sutil delas expressa a partir de estigmatizações e preconceitos, como será discutido na categoria a seguir.

1.3.2 Preconceito frente à homoparentalidade

Nesta categoria temática, são apresentados e discutidos os artigos que abordaram, em sua discussão, situações de preconceito vivenciadas por famílias homoparentais adotivas. Trata-se de estudos teóricos e empíricos que apontam as raízes históricas do preconceito frente à homoparentalidade e opiniões de setores da sociedade brasileira acerca da adoção nesse arranjo familiar.

De acordo com Rosa et al. (2016), a homoparentalidade adotiva é alvo de preconceito sob duas vertentes. A primeira delas está relacionada à experiência da adoção, mais precisamente ao estigma social existente de que a parentalidade adotiva é inferior à biológica, um tipo de vínculo paterno/materno fictício e, por isso, menos legítimo. O segundo refere-se à homossexualidade das figuras parentais, elencada como um dos motivos para questionar se um casal homoafetivo teria as condições necessárias para educar uma criança, já que não há uma representatividade de ambos os gêneros no par parental e isso supostamente geraria confusão e problemas para o desenvolvimento dos filhos.

Nessa direção, Farias (2010) aponta que a visão da sociedade atual acerca da homossexualidade e, em consequência, da homoparentalidade, possui razões históricas. A ascensão do Cristianismo e a associação da homossexualidade ao pecado, bem como a ascensão da ciência médica e a patologização da homossexualidade são apontados como responsáveis pelos mitos que rondam a homossexualidade e a homoparentalidade nos dias de hoje. Já as contribuições teóricas de Sigmund Freud e Michel Foucault, por exemplo, são referenciadas como importantes para a mudança na compreensão da homossexualidade como uma variedade da sexualidade humana. Dentre os mitos persistentes, o artigo menciona que a promiscuidade é uma característica de todos os homossexuais; que a homossexualidade é uma doença e, portanto, homossexuais não podem ser pais; que os homossexuais não podem criar uma criança, pois ela será influenciada negativamente pela homossexualidade; e que homossexuais tenderiam a cometer abusos sexuais para realizarem seus desejos. Além desses mitos, também permanecem as ideias de que a criança sofrerá discriminações por ter dois pais ou duas mães e também apresentará prejuízos na compreensão das diferenças sexuais e de gênero (SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018).

Rezende et al. (2019), por sua vez, apontam que o preconceito diante da homoparentalidade tem influência direta da heteronormatividade, por meio da qual se estabelecem padrões e papéis de gênero rígidos a homens e mulheres. A partir da lógica heteronormativa, a união estável homoafetiva, bem como a adoção de crianças por casais homoparentais, é vista como algo que transgride o que é convencional (e supostamente ideal) para a sociedade. Tal concepção, de acordo com as autoras, contribui para a estigmatização e também para a manifestação de atos de violência contra esse arranjo familiar.

Nesse sentido, Cabral e Coutinho (2018) referem-se à adoção homoparental como um tema polêmico, alvo de preconceitos, por questionar o ideal de família vigente, ainda pautado na heterossexualidade com fins de procriação. Para estes autores, um dos principais estigmas relacionados à conjugalidade homoafetiva e à homoparentalidade, é o de que esses casais não são capazes de oferecer um ambiente adequado ao desenvolvimento biopsicossocial de uma criança ou adolescente.

O estudo de Silva et al. (2018) também identificou, a partir dos resultados encontrados em uma revisão sistemática acerca da parentalidade adotiva, que a identidade de gênero e a orientação sexual dos adotantes são um aspecto significativo no processo da adoção. Nesse estudo, também foi constatado que a homoparentalidade (seja ela adotiva ou não) ainda suscita preconceitos, muitas vezes dos próprios serviços responsáveis pelo

processo de adoção, fato que costuma levar os adotantes a negarem seus valores pessoais para alcançarem o desejo de serem pais ou mães.

Nesse sentido, Coitinho Filho e Rinaldi (2015), ao analisarem processos de adoção de uma comarca do Rio de Janeiro, identificaram posicionamentos preconceituosos, expressos de forma sutil, frente a pedidos de adoção conjunta por casais homoafetivos. Um deles alegava que casais homoafetivos não formavam uma entidade familiar, logo, não poderiam adotar conjuntamente. Outro também negou o pedido, por suposto cuidado com o adotando, sob o argumento de que a adoção deveria garantir o melhor interesse da criança e do adolescente e não de minorias sexuais. O terceiro, por fim, embora tratasse de uma sentença de habilitação favorável para um casal homoafetivo masculino, foram adicionadas restrições não aplicadas em casais heteroafetivos, de modo que esse casal poderia adotar apenas uma criança ou adolescente do gênero feminino na faixa etária a partir dos 10 anos de idade.

No estudo realizado por Tombolato, Maia e Santos (2019), com o objetivo de analisar a trajetória de adoção na perspectiva de um casal de lésbicas, as participantes alegaram que experienciaram situações de preconceito tanto quando tentaram realizar o apadrinhamento de uma criança em um abrigo, como quando postularam oficialmente a adoção. No abrigo, o pedido de apadrinhamento foi indeferido, sem que houvesse espaço para esclarecimentos. As participantes, baseadas nas atitudes hostis e excludentes dos profissionais responsáveis pelo abrigo, informaram acreditar que o motivo do indeferimento foi o fato delas serem um casal de lésbicas. Quanto à adoção, foi relatada uma situação com os profissionais do Fórum, que assumiram uma postura intransigente e desconfiada em relação à coesão do casal e à capacidade delas de exercerem o papel materno.

O preconceito experienciado por famílias homoparentais femininas também foi identificado por Lira, Morais e Boris (2015). As participantes relataram ter sido vítimas de violência de diversos tipos e nos mais variados âmbitos da vida, seja no ambiente familiar, de trabalho e também por pessoas desconhecidas. Dentre as violências experienciadas, as participantes citaram ter sido alvo de discursos estigmatizantes, com julgamentos acerca da capacidade moral delas de educar uma criança, e também de violência física. Uma delas, inclusive, relatou ter sofrido uma tentativa de homicídio por razões homofóbicas.

Ainda acerca do preconceito experienciado por famílias homoparentais, mas sob outra perspectiva, temos o estudo de Freires et al. (2021), realizado com o objetivo de conhecer as opiniões de uma amostra da população brasileira acerca da adoção por homossexuais, por meio de questões que buscaram contrastar as opiniões dos participantes sobre a adoção de crianças em dois cenários: por casais heterossexuais estéreis e por casais homossexuais.

Como resultado, os pesquisadores identificaram que a adoção de crianças por casais homossexuais obteve maior padrão de oposição, enquanto a adoção por casais heterossexuais estéreis foi avaliada com maior aceitação. A respeito dos posicionamentos contrários à adoção homoparental, foi sugerido que casais homoafetivos não são naturalmente dotados de condições morais para adotar uma criança, bem como que o impacto do preconceito vivenciado socialmente seria traumático. As argumentações foram baseadas, sobretudo, em preceitos religiosos sobre a família nuclear e os papéis de gênero (FREIRES et al., 2021). A influência da variável religião em posicionamentos negativos relacionados à adoção homoparental, devido a concepção da heterossexualidade como natural e fundamento da sociedade, também foi identificada por Cerqueira-Santos et al. (2017).

Já Santos et al. (2018), por sua vez, buscaram analisar as representações sociais de pessoas adultas de diversas regiões brasileiras acerca da adoção por casais homoafetivos. Como resultado, foram identificados diversos tipos de posicionamentos, a maioria favorável à adoção, apoiando a legitimação desse direito. Houve uma comparação recorrente entre a família homoparental e a formada por casais heterossexuais, no sentido de afirmar que a família homoparental era como a heteroparental e, por isso, “normal”. Os autores problematizam o fato da família nuclear ser tomada como referência de normalidade, pois isso estabelece um modo específico de ser família, que não abarca a diversidade dos arranjos familiares contemporâneos. Quanto aos posicionamentos desfavoráveis à adoção, encontram-se questionamentos sobre a capacidade de pais e mães homossexuais exercerem bem os papéis parentais e oferecerem condições de vida dignas para o desenvolvimento do adotando (SANTOS et al., 2018).

Cabe destacar também o posicionamento desresponsabilizado de alguns participantes, que foram contrários à adoção homoparental por considerarem a “sociedade preconceituosa”, sob a justificativa de que a criança sofreria preconceito e, por esse motivo, teria dificuldades em seu processo de desenvolvimento (SANTOS et al., 2018). Essa desresponsabilização também esteve presente no discurso de psicólogos profissionais da justiça que sempre apontaram o preconceito do outro, de alguém que não ele (inclusive dos homossexuais consigo próprios), sem reconhecer nem se responsabilizar pelos discursos preconceituosos proferidos (XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

As crenças de estudantes de Direito e Serviço Social sobre homossexualidade e adoção homoparental foram investigadas por Cerqueira-Santos e Santana (2015). Foi possível identificar que os estudantes de Serviço Social possuíam opiniões mais favoráveis à homossexualidade e adoção homoparental que os estudantes de Direito. Dentre as crenças

positivas, foram mencionadas, dentre outras, que a homossexualidade das figuras parentais não influenciará negativamente no desenvolvimento da criança, bem como que uma criança criada por homossexuais será um adulto adaptado socialmente. Quanto às crenças negativas sobre homossexualidade, os estudantes de Serviço Social concordaram que homossexuais são mais promíscuos e se expõem mais a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), usam mais drogas, se afastam da religião e têm relacionamentos menos duradouros.

Diante dos resultados encontrados, os autores pontuam a necessidade de que discussões sobre desenvolvimento e sexualidade humana façam parte da formação escolar, desde os ensinamentos fundamental e médio, e também da formação acadêmica de profissionais, especialmente daqueles que poderão atuar na área de adoção. Desse modo, será possível evitar que profissionais tenham concepções moralistas sobre o tema e, conseqüentemente, realizem julgamentos injustos e preconceituosos (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015).

Cerqueira-Santos et al. (2017), por sua vez, buscaram investigar a influência do contato interpessoal com gays, lésbicas e casais homossexuais nas crenças sobre a adoção homoparental. Quanto aos resultados encontrados, verificou-se que os participantes da pesquisa foram mais favoráveis à adoção quando o casal adotante era formado por heterossexuais, seguido de lésbicas, com maior rejeição para os casais formados por gays. Foi constatado também que o preconceito demonstrado na avaliação de casais homossexuais adotantes esteve associado ao baixo grau de contato dos participantes com pessoas homossexuais. Nesse sentido, o contato interpessoal é apontado como relevante na desmistificação de representações negativas sobre a adoção homoparental e na maior aceitação social da homoconjugalidade.

Diante disso, é possível constatar que o maior empecilho à adoção por casais homoafetivos continua sendo o preconceito existente em nossa sociedade, visto que não há evidências científicas de qualquer prejuízo ao desenvolvimento da criança relacionado com a criação em um lar homoparental (ZAMBRANO, 2006; CUSTÓDIO, 2012). Tratam-se, evidentemente, de preocupações infundadas utilizadas apenas com o objetivo de mascarar a homofobia iminente. Afinal, embora sejam criadas por duas mães ou dois pais, a vida social apresentará pessoas de ambos os gêneros para a criança. Também não é possível inferir que, por ser criada e cuidada por pais/mães homossexuais, a criança necessariamente se tornará homossexual no futuro, visto que a sexualidade humana é uma construção social complexa e não pode ser associada a determinantes causais. Ademais, o que determina a qualidade do desenvolvimento biopsicossocial infantil são as características do ambiente, as condições

psicossociais do casal, o investimento afetivo e a qualidade da relação que os pais estabelecem com os filhos (ZAMBRANO, 2006; AMAZONAS; BRAGA, 2006; RIBEIRO et al., 2017; ROLIM; CARLESSO, 2019).

Nesse sentido, cabe destacar que parte significativa das dificuldades experienciadas pelos filhos de casais homoafetivos advém justamente do preconceito experienciado socialmente (LIRA; MORAIS; BORIS, 2015; LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017). Também é importante ressaltar que ser vítima de preconceito social, por si só, não implica que a criança crescerá carregando traumas: com uma base familiar consistente, que priorize seu cuidado e bem estar, a criança adquirirá recursos para lidar e enfrentar essas situações (RIBEIRO et al., 2017; SILVA et al., 2018; ROLIM; CARLESSO, 2019). Ainda assim, o preconceito vivenciado por adotantes homossexuais e pelas famílias homoparentais pode ser apontado como um fator complicador da parentalidade adotiva, que será discutida na categoria a seguir.

1.4.3 A parentalidade em cena

Nesta terceira e última categoria, são apresentados e discutidos os resultados dos artigos teóricos e empíricos que abordaram a experiência familiar homoparental, sobretudo aspectos relacionados ao projeto parental de adoção e ao exercício dos papéis parentais.

De acordo com Ribeiro et al. (2017), a paternidade e a maternidade não são processos meramente biológicos. É sempre necessário que os pais e as mães, independentemente da configuração familiar, adotem seus filhos simbolicamente, pois apenas mediante adoção simbólica é que se torna possível a experiência da parentalidade. A parentalidade é, de acordo com Rosa et al. (2016), construída a partir dos discursos e das práticas sociais de sua época. Trata-se do resultado de um processo que se inicia na decisão/desejo de ter um filho e que se estabelece a partir das relações experienciadas cotidianamente. Desse modo, os pais e as mães adotam o ideal de serem pais e mães de seus filhos, internalizam esse papel e, a partir disso, exercem as funções parentais (RIBEIRO et al., 2017).

Cabe destacar que as funções parentais não estão contidas na anatomia, mas interligadas ao desejo, às características particulares de quem a exerce e à significação da criança. Logo, tanto o pai quanto a mãe podem exercer as funções materna (cuidar e nomear a criança, reconhecê-la e se identificar com ela) e paterna (de instaurar a lei e possibilitar a separação simbólica da criança de quem ocupa o lugar materno) (RIBEIRO et al., 2017), o que evidencia que o bom exercício da parentalidade independe da orientação afetivo-sexual

dos pais. Na verdade, o desenvolvimento saudável é possível quando a criança está inserida em um ambiente no qual os pais são capazes de oferecer os cuidados necessários (ROSA et al., 2016).

De acordo com Rolim e Carlesso (2019), ter um filho é, para as famílias homoparentais, um fator importante para o reconhecimento social e afirmação da família construída. Tal concepção se alinha à discussão feita por Amazonas e Braga (2006), que problematizam a homoparentalidade como uma forma utilizada pelos homossexuais para serem normatizados e normalizados à regra social. Nesse sentido, ter filhos seria também uma forma de acessar recursos simbólicos e materiais da sociedade, até então disponíveis apenas para sujeitos heterossexuais. Já Silva, Sousa e Fernandes-Eloi (2017), em contraponto a esse posicionamento, apontam que, politicamente, o arranjo familiar homoparental possibilita a desconstrução de paradigmas relacionados ao modo de ser família em nossa sociedade.

A adoção costuma ser o principal meio de acesso à parentalidade (ZAMBRANO, 2006; ZANARDO; VALENTE, 2009; RIBEIRO et al., 2017), sobretudo por casais homoafetivos masculinos. Trata-se de um modo de filiação legal e, para alguns, de um compromisso social de fazer o bem e oferecer um lar para uma criança que não o possuía (LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; MACHIN, 2016). A adoção é caracterizada pela necessidade de uma preparação específica dos pais para receber uma criança, que possui uma história pregressa e que vem de um contexto familiar e social diferente. É apontado que pais e filhos precisam se adaptar a essa nova realidade e que é necessário dos pais um esforço a mais para propiciar condições ambientais satisfatórias para o filho (XIMENES; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Os pretendentes à adoção homoparentais costumam ser mais flexíveis ao definirem o perfil do filho/a que desejam adotar, em aspectos como gênero, faixa etária, raça, presença de problema de saúde e/ou deficiência física. Tal flexibilidade é apontada como consequência dos sentimentos de identificação que estas crianças/adolescentes despertam nos casais homoafetivos adotantes, visto que eles também passaram por situações de privação, abandono e violências ao longo da vida (SILVA et al., 2018; ROLIM; CARLESSO, 2019).

Nesse sentido, Machin (2016), ao investigar os tipos de demandas por adoção formuladas por casais homoparentais, identificou que os projetos de parentalidade foram fortemente influenciados por suas histórias pessoais e pelas relações estabelecidas com suas famílias de origem. A autora também aponta que os casais entrevistados buscaram crianças fora dos perfis mais demandados no país, em particular quanto à etnia/raça, demonstrando

maior abertura pela acolhida de crianças com perfil fenotípico distintos dos integrantes do casal.

A burocracia para a formalização e efetivação da adoção foi apontada por Machin (2016) e Rosa et al. (2016) como uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos pretendentes durante o processo. No entanto, apesar da demora, os participantes reconheceram a adoção legal como importante para garantia de segurança no vínculo com a criança, diante do temor de perdê-la para a mãe biológica em um processo judicial futuro. Além disso, os pais e mães homoparentais relataram que, após se tornarem legalmente responsáveis pelas crianças, poucas foram as dificuldades percebidas.

Acerca da construção e do desempenho do papel parental em casais homoafetivos adotantes, Rosa et al. (2016) e Rolim e Carlesso (2019) apontam-no como uma adaptação criativa da díade conjugal heterossexual. Foram mencionadas maiores facilidades em flexibilizar as tarefas parentais, a partir das disponibilidades e das identificações pessoais de cada membro do casal, visto que as responsabilidades intituladas “maternas” e “paternas” são desempenhadas por ambos os membros do casal e o determinante de gênero, que pressupõe lugares rígidos aos homens e às mulheres, não se apresenta nessas relações.

A ausência de papéis fixos a serem desempenhados pelos membros do par parental é também mencionada por Zambrano (2006), Féres-Carneiro et al. (2017) e Silva, Sousa e Fernandes-Eloi (2017) como uma característica estruturante da família homoparental. Logo, conforme mencionado, o exercício das funções materna e paterna não possuem relação direta com as identidades tradicionais de gênero, mas com as condições psicoemocionais de cada um dos membros para o exercício da parentalidade. Nesse sentido, os papéis parentais em casais homoafetivos costumam ser desenvolvidos com mais criatividade, fluidez e de modo mais igualitário que em casais heteroparentais (ROLIM; CARLESSO, 2019; ARALDI; SERRALTA, 2019).

Contudo, seria equivocado considerar que as famílias homoparentais saem ilesas das marcas culturais referentes aos papéis sociais de pai e mãe. De acordo com Rosa et al. (2016), pares homoparentais também incorporaram estereótipos de gênero no exercício de suas funções. Estes estereótipos, além de influenciarem na construção da homoparentalidade, geram concepções equivocadas e estigmatizantes sobre a homoparentalidade, como, por exemplo, se um casal homoafetivo teria as condições necessárias para educar uma criança, já que não há uma representatividade de ambos os gêneros, conforme discutido na categoria anterior.

Nesse sentido, Santos et al. (2018) identificaram uma maior aceitação do casal formado por duas mulheres em detrimento do casal formado por dois homens. A respeito disso, os autores discutiram a provável influência da crença social de que mulheres são mais propícias ao cuidado e de que mães possuem um “instinto” materno para amar os filhos. Estes resultados dialogam com o estudo de Lira, Morais e Boris (2015), no qual foi possível averiguar que, no caso de mulheres lésbicas, a chegada de uma criança costuma produzir o efeito de tornar “invisível” a orientação sexual das mulheres, que passam a ser vistas apenas como mães. Isso acaba por colaborar para uma maior aceitação social das vivências homoeróticas, o que repercute no apoio social recebido, que amortece o impacto negativo da homofobia em suas vidas.

Uma maior aceitação da parentalidade lésbica, quando comparada à parentalidade gay, também foi identificada por Cerqueira-Santos et al. (2017). Os autores argumentam que a crença social de que a maternidade e o cuidado são inerentes às mulheres, pode ter influenciado os participantes a acreditar que o casal de mães lésbicas seria mais apto para adoção que o casal gay. No entanto, contrapondo o estereótipo vigente, Rosa e Pessoa (2019) identificaram a preferência de homens gays em vivenciar momentos de cuidado, afeto e proximidade com seus filhos, em detrimento de outros sistemas de cuidados parentais. O vínculo afetivo entre cuidador e criança também foi apontado por Silva, Sousa e Fernandes-Eloi (2017) como fundamental para a construção da parentalidade e para o desenvolvimento das relações nas famílias homoparentais.

Féres-Carneiro et al. (2017), em uma investigação acerca das práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas, identificaram que os membros de famílias homoparentais costumam ser mais criativos ao nomear aqueles que exercem as funções parentais do que os membros de famílias heteroparentais. Contudo, mesmo nessas famílias, os signos da família tradicional (pai e mãe) permanecem sendo muito utilizados e são considerados, inclusive, como importantes na prática de nomeação. Citando um exemplo, a importância de ser chamado de pai (e não de tio, como o filho o chamava inicialmente) foi apontada por um membro de uma família mono e homoparental. Nesse sentido, os autores discutem como a capacidade do participante em se reconhecer como “pai” necessitava do reconhecimento do outro, do filho, para fazer sentido.

Outro caso citado no artigo tratou da prática de nomeação em uma família homoparental feminina, na qual o filho chamava as duas mulheres de “mãe” e, em seguida, acrescentava o nome próprio de cada uma ou falava em tom de voz diferente. Diante disso, os autores evidenciam que não há confusão quanto ao gênero na parentalidade homoafetiva: as

crianças compreendem que possuem dois pais ou duas mães e os nomeiam como preferem (FÉRES-CARNEIRO et al., 2017).

De acordo com Araldi e Serralta (2019), pais e mães homoparentais costumam vivenciar a parentalidade de maneira majoritariamente positiva, estabelecendo vínculos saudáveis e de confiança com seus filhos, apesar de viverem em uma sociedade preconceituosa, o que traz consigo uma carga de medos e desafios. Nesse sentido, Rosa e Pessoa (2019) mencionam que pais gays tendem a se preocupar mais em atender às necessidades dos filhos que pais heterossexuais, por se sentirem pressionados a serem competentes e a não cometerem erros no exercício de suas funções parentais.

A transmissão de valores de igualdade, liberdade e respeito às diferenças aos filhos também são apontados por Araldi e Serralta (2019) como características dos pais e mães homoparentais. Além disso, as autoras apontaram que tornar-se pai e mãe resultou em maior inclusão social e aceitação do casal pela família extensa, mesmo em casos cujo relacionamento já era duradouro e estável antes da adoção.

O suporte social recebido foi apontado como fundamental diante das dificuldades experienciadas no exercício da parentalidade, pois possibilitaram que os casais se sentissem mais confiantes e seguros no processo de tornar-se pais ou mães (ARALDI; SERRALTA, 2019). Além disso, a presença de redes de apoio, como grupos comunitários e organizações de pais, bem como o reconhecimento e proteção jurídica, foram identificados como importantes para a qualidade das relações familiares homoparentais (LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017).

Por fim, acerca dos estudos existentes sobre a família homoparental, Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013) afirmaram que estas famílias costumam ser analisadas de modo comparativo às famílias nucleares heterossexuais, em termos de desenvolvimento psicossocial dos filhos ou habilidade dos pais quanto ao exercício da parentalidade. Os autores problematizam este fato e ressaltam que, na atualidade, são fundamentais estudos que abordem o entendimento de pais e mães homoparentais sobre suas próprias vivências e experiências, de modo a considerar e dar visibilidade às características particulares desse arranjo familiar.

1.5 Considerações acerca da Revisão

Conforme apontado nos resultados da presente revisão, a família homoparental adotiva tem sido alvo crescente de investigações, sobretudo nesta última década. A grande maioria dos artigos sobre este tema foram publicados entre os anos de 2012 e 2021, por

pesquisadores com atuação no âmbito da Psicologia, residentes nas regiões sudeste e nordeste do país. Trataram-se de estudos teóricos e empíricos que, após lidos e analisados, possibilitaram a construção de categorias temáticas e a realização de uma breve discussão acerca da invisibilidade política e social desse arranjo familiar; do preconceito frente à adoção homoparental; e do exercício dos papéis parentais na família homoparental adotiva.

Foi possível constatar que apesar dos direitos conquistados nessa última década, todos em âmbito jurídico, a família homoparental adotiva segue sendo invisibilizada pelo legislativo brasileiro e por outros setores da sociedade. Tal postura reforça o preconceito social vivenciado cotidianamente pelas famílias homoparentais adotivas, o que reverbera negativamente no exercício dos papéis parentais por esses pais e por essas mães.

Embora tenha sido possível identificar um aumento significativo de produções acerca deste tema nos últimos dez anos, pouco mais da metade dos estudos contaram com a participação de membros das famílias homoparentais como protagonistas e, nesse sentido, abordaram a experiência familiar homoparental em si. A situação se agrava quando se trata da perspectiva das crianças e dos adolescentes adotados, pois não foi encontrado nenhum artigo que abordasse esse tópico, o que chama atenção, tendo em vista que a finalidade da adoção é justamente garantir o melhor interesse da criança/ adolescente. Também foram raros os estudos em que ambos os membros do par parental participaram.

Desse modo, são fundamentais novas pesquisas acerca da família homoparental adotiva, sobretudo estudos que contem com a participação de todos os membros da família, especialmente os filhos adotados. Também é importante a realização de estudos sobre este tema nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, bem como no âmbito do Direito, da Educação e do Serviço Social. Além disso, é fundamental que os profissionais dessas áreas sejam preparados, em seu percurso formativo, para discutir, avaliar e intervir em situações como a adoção por casais homoafetivos.

Ademais, diante dos resultados encontrados neste estudo, fica evidente a importância de visibilizar e reconhecer a existência das famílias homoparentais adotivas, para que o Estado e a sociedade possam efetivamente conhecer suas especificidades e atender suas necessidades. Nesse sentido, é urgente também que o legislativo brasileiro olhe para os membros de famílias homoparentais como cidadãos e viabilize a aprovação de projetos de lei que promovam a igualdade de direitos.

2. WINNICOTT E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL ADOTIVA

Neste capítulo teórico, são discutidos aspectos da teoria do amadurecimento emocional de Winnicott, com base nos escritos do próprio autor, mas também de outros pesquisadores que se dedicaram a estudar e comentar sobre sua obra. Os tópicos abordados estão relacionados aos estágios do processo de amadurecimento pessoal; ao papel da família e às funções parentais; e à adoção. Busca-se também fazer um diálogo entre a teoria de Winnicott e o arranjo familiar homoparental adotivo, objeto de análise desta pesquisa.

2.1 O processo de amadurecimento

Na perspectiva de Winnicott (1984/2022), todo indivíduo humano possui uma tendência inata ao amadurecimento ou à integração em um todo unitário. Contudo, para que esta tendência se efetive, o bebê precisa estar envolto de um ambiente facilitador, que preste cuidados suficientemente bons, adaptados às suas necessidades, ao longo de diferentes estágios de dependência.

O processo de amadurecimento inicia em algum momento após a concepção do indivíduo e se desenvolve por toda a vida, até findar com sua morte natural. Trata-se de um processo descrito por Dias (2003) como uma longa jornada, que parte de uma posição de dependência absoluta, segue para uma dependência relativa, continua rumo à independência, até chegar em uma independência relativa, ressaltada como um “estado em que o indivíduo saudável se mantém regularmente ao longo da vida” (p. 98).

Nos estágios iniciais da vida de um indivíduo, a dependência é absoluta. Não existe um “eu” constituído no bebê, ele é “um ser não-integrado que emerge de um estado de solidão essencial” (DIAS, 2003, p. 95). Assim sendo, ele não existe sozinho. O que existe é a dupla mãe-bebê, sendo a mãe ou pessoa que ocupa a função materna sentida pela criança como parte dela, ou seja, como um objeto subjetivo. Além disso, a “mãe” proporciona para o bebê a ilusão de criar o objeto oferecido no ambiente (WINNICOTT, 1984/2022).

No estágio de dependência relativa, por sua vez, o bebê passa a lidar com a experiência da desilusão, proveniente da gradual desadaptação materna. Nessa fase, também há o início da compreensão intelectual e da consciência da dependência da “mãe”. Além disso, bebê conquista uma identidade unitária e separada do ambiente, bem como passa a experienciar a transicionalidade e a fazer uso de objetos no contato com a realidade externa (WINNICOTT, 1984/2022).

É durante as etapas mais primitivas da vida, nos estágios de dependência absoluta e relativa do processo de amadurecimento, que as bases fundamentais da existência do indivíduo estão sendo constituídas. Em resumo, essas bases são conquistadas a partir da realização de três tarefas fundamentais: a integração no tempo e no espaço; o alojamento gradual da psique no corpo; e o início das relações objetais, por meio do contato com a realidade externa (DIAS, 2003).

Paralelamente à realização destas tarefas, o “si-mesmo” do bebê está sendo constituído, a partir da repetição contínua de pequenas experiências de integração. Aos poucos, o estado integrado do bebê se torna cada vez mais estável e, ao final desse processo, ele consegue se integrar em uma unidade psicossomática. Nas palavras de Dias (2012, p. 26), “a vida somente é possível quando a pessoa humana está firmemente alojada em seu próprio corpo, [quando] ela se sente confortável e tem seu corpo como morada”.

No estágio rumo à independência, o bebê já conseguiu se estabelecer como pessoa inteira e é capaz de se relacionar com outras pessoas inteiras. Trata-se de um estágio caracterizado pelo concernimento ou pelo desenvolvimento da capacidade de se preocupar. Nele, a criança conquista recursos para assumir a responsabilidade por sua impulsividade instintual, bem como para se sentir concernida e preocupada com as consequências de sua instintualidade. Nesse sentido, a criança se torna capaz de sentir culpa (DIAS, 2003).

Já no estágio referente à independência relativa, o indivíduo, tendo constituído uma identidade unitária e aprendido a lidar com seus impulsos instintuais, torna-se capaz de se relacionar com o mundo e com os objetos externos, bem como desenvolve a capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais. Nesse estágio, encontram-se tarefas relacionadas ao desenvolvimento das relações triangulares, ao período de latência, à adolescência, ao início da idade adulta, à adultez propriamente dita, à velhice e à morte. Sendo a velhice caracterizada pelo retorno de algo da dependência absoluta ou relativa (DIAS, 2003).

De acordo com Winnicott (1984/2022), um distúrbio emocional se estabelece quando há falhas contínuas do ambiente, que impossibilitam ao bebê realizar as conquistas maturacionais concernentes à etapa do amadurecimento em que se encontra. Assim, a natureza de um distúrbio possui relação direta com o momento do fracasso ambiental, mais precisamente com as tarefas que o bebê ou a criança realizava quando o fracasso aconteceu.

Nesse sentido, cabe destacar que quando as falhas ambientais ocorrem em estágios muito iniciais do desenvolvimento, a consequência é a própria interrupção do processo de amadurecimento pessoal e da continuidade de ser. Desse modo, “tudo o que se constrói a partir daí fica distorcido na raiz, adquire caráter defensivo e não tem valor pessoal para o

indivíduo” (DIAS, 2003, p. 103). Por outro lado, quando o bebê consegue resolver as tarefas iniciais de maneira satisfatória e se integrar em uma unidade psicossomática, as bases de sua saúde psíquica são alicerçadas. Assim, mesmo sofrendo com distúrbios emocionais, o indivíduo não padece mais do risco de se tornar psicótico (DIAS, 2003).

Contudo, apesar dessa divisão em estágios, é importante ressaltar que o processo de amadurecimento não é linear e que as tarefas maturacionais costumam se sobrepor parcialmente. Além disso, cabe destacar que amadurecer, na concepção de Winnicott, não é sinônimo de progredir e sempre inclui a possibilidade de regresso, em momentos de sobrecarga e tensão emocional ou para retomar etapas não desenvolvidas inicialmente. Logo, nenhuma conquista maturacional oferece garantias (DIAS, 2003).

Diante do exposto, fica evidente que, para amadurecer e se tornar uma pessoa real, o bebê ou a criança necessitam de um ambiente composto por indivíduos que – especialmente no começo, mas também ao longo de toda a vida – lhes ofereçam cuidado e sustentação, baseados em uma relação viva e pessoal (WINNICOTT, 1965/2011). Inicialmente, esse ambiente costuma ser composto pelos membros da família, instituição que será discutida no tópico a seguir.

2.2 A família e as funções parentais

De acordo com Winnicott (1965/2011), a família desempenha um papel fundamental ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo, sobretudo no estabelecimento de sua saúde individual. Trata-se do primeiro círculo social mais amplo que se apresenta na vida de uma criança e a acompanha em um extenso percurso, que inicia nos cuidados parentais, ocorridos no âmbito do lar.

Como mencionado no tópico anterior, a família deve se adaptar suficientemente bem às necessidades da criança, variáveis conforme os diferentes estágios de seu processo de amadurecimento. A princípio, cabe à família protegê-la do mundo e introduzi-la aos poucos, em pequenas doses, de modo a evitar possíveis intrusões. Gradativamente, a criança vai ganhando autonomia e conquistando uma independência que, cabe ressaltar, nunca é absoluta. Assim, a família pode ser também um lugar de referência, para onde o indivíduo pode voltar, em caso de necessidade (WINNICOTT, 1965/2011).

Cada família tem seu próprio crescimento. Nesse sentido, há fatores integradores e desintegradores da vida familiar, que derivam do processo de amadurecimento de cada membro da família. Os fatores integradores se apresentam em pais que puderam se desenvolver emocionalmente e alcançar a integração psíquica, o que possibilita condições

saudáveis para a integração do filho e, conseqüentemente, um bom relacionamento entre os membros da família. Já os fatores de desintegração, por sua vez, costumam advir do desenvolvimento insuficiente ou da doença de qualquer membro da família, o que afeta negativamente ou impossibilita o desenvolvimento de uma relação saudável entre eles (WINNICOTT, 1965/2011).

Nesta perspectiva, Dias (2017) pontua que quando a família permanece intacta e integrada, o indivíduo tem melhores oportunidades para se desenvolver e iniciar a vida social, visto que é “preparado para apreciar e exercer o modo de vida democrático” (p. 148). Este modo de vida requer a aceitação e o respeito às diferenças, o que só é possível quando o indivíduo foi capaz de integrar sua agressividade, bem como se estabelecer como um sujeito separado, que compreende a existência de uma realidade externa.

Para que exista democracia, é necessário que a sociedade tenha uma proporção razoavelmente superior de indivíduos saudáveis e, conforme apresentado no início deste tópico, a saúde é necessariamente fruto da vivência em um bom lar comum, com características como estabilidade e confiabilidade, capaz de se adaptar suficientemente bem às necessidades do indivíduo ao longo de seu processo de desenvolvimento (WINNICOTT, 1986/2021).

Acerca do desempenho das funções parentais, Serralha (2017) ressalta que a teoria do amadurecimento emocional de Winnicott é sensível à impossibilidade de alguns pais e mães biológicos exercerem suas funções, devido a adoecimentos ou mesmo pelo falecimento. Nestes casos, torna-se necessário que outra pessoa, suficientemente amadurecida, assuma os cuidados da criança, de modo a facilitar sua constituição em um si mesmo integrado, capaz de encontrar sentido na vida e, quando adulto, contribuir com a sociedade (WINNICOTT, 1971/2019).

Nesta perspectiva, Leitão (2019) discute sobre a possibilidade de considerarmos, a partir da teoria de Winnicott, “os termos materno e paterno em referência às necessidades da criança, e não necessariamente associados às figuras da mãe/mulher ou pai/homem” (p. 41). Destarte, considerando que a qualidade do cuidado parental diz mais respeito ao atendimento do que a criança precisa, do que a quem desempenha esse papel, torna-se possível reconhecer que arranjos familiares diferentes do modelo nuclear e tradicional, como as famílias homoparentais adotivas, podem se constituir como um ambiente facilitador do processo de amadurecimento do indivíduo e desempenhar suficientemente bem as funções materna e paterna descritas abaixo, a partir dos diferentes estágios de dependência.

Durante a **dependência absoluta**, a pessoa que ocupa a função materna deve estar disponível afetivamente para entrar em um estado de profunda identificação e empatia com o bebê, denominado por Winnicott (1958/2021) de “preocupação materna primária”. Nele, a figura materna se torna capaz de identificar e atender, de forma sintonizada, às necessidades da criança. Neste estágio, a “mãe” se torna objeto subjetivo do filho e proporciona para ele a ilusão de criar o objeto oferecido no ambiente. Esta postura adaptativa viabiliza a continuidade de ser da criança.

A pessoa que ocupa a função paterna, por sua vez, desempenha o importante papel de fornecer sustentação à pessoa que ocupa a função materna, protegendo-a das interferências externas, para que ela possa se dedicar integralmente ao bebê. A figura paterna pode ocupar também o papel de "mãe substituta", oferecendo colo ao bebê e dividindo as tarefas inerentes aos cuidados iniciais dele com quem faz a função materna. Cabe lembrar que, para o bebê, o “pai” ainda não se trata de um "terceiro" na relação, mas uma extensão da pessoa que ocupa a função materna (WINNICOTT, 1984/2022).

Durante a **dependência relativa**, estágio caracterizado pela separação-individação da unidade inicial fusionada "mãe-bebê" e início da constituição de uma identidade pessoal e unitária na criança, a pessoa que exerce a função materna passa de objeto subjetivo para objeto objetivamente percebido e deve, gradativamente, se desadaptar e oferecer para o filho a experiência de desilusão (WINNICOTT, 1984/2022).

A pessoa que ocupa a função paterna, por sua vez, contribui com a gradual independência do bebê, ao auxiliar a “mãe” a sair do estado de preocupação materna primária e retomar sua vida como pessoa adulta e inteira. Ao final deste estágio, a figura paterna contribui com o processo de integração do bebê, ao oferecer à criança a primeira configuração de uma pessoa total (WINNICOTT, 1984/2022).

Durante o **desenvolvimento da capacidade para se preocupar**, o bebê já reconhece a pessoa que ocupa a função materna como outro e distingue melhor o EU do não-EU. Tendo alcançado um status de unidade, a criança passa a experienciar a ambivalência de seus impulsos amorosos e hostis. Nessa fase, a figura materna necessita sobreviver aos impulsos agressivos do filho e lhe oferecer a oportunidade para repará-los. Quando é capaz de sustentar essa agressividade, a “mãe” permite que se estabeleça um "ciclo benigno", no qual o filho desenvolve a capacidade de se preocupar com o outro (LEITÃO, 2019).

A pessoa que ocupa a função paterna, por sua vez, deve pôr limites e conter os excessos da criança enquanto ela busca integrar sua impulsividade destrutiva. Assim, a figura paterna permite que o filho viva seus impulsos agressivos e aprenda a controlá-los. Também

cabe ao “pai” a função de proteger a pessoa que ocupa a função materna, ajudando-a a sobreviver aos ataques da criança e a esperar pela reparação, de modo a concluir o ciclo benigno (LEITÃO, 2019).

Durante o **desenvolvimento das relações triangulares**, a criança passa a perceber a relação especial do casal parental, o que lhe oferece estabilidade emocional, mas também produz raiva, ciúme e ansiedade. Nesse sentido, a capacidade de preocupação com o outro estabelece a condição de solução para as tensões vivenciadas nessa fase, relacionadas à capacidade da criança de se relacionar enquanto ser humano com outros seres humanos. A pessoa que ocupa a função materna deve auxiliar a discriminar fatos e fantasias (LEITÃO, 2019).

Nesta fase, a criança também passa a reconhecer a pessoa que ocupa a função paterna como real, alguém com quem convive e se relaciona diretamente. A função exercida pela figura paterna consiste na interdição do desejo da criança. O papel de autoridade do “pai” ajuda a criança a suportar a angústia de sua impotência e a preservar sua potência imatura. Cabe destacar, contudo, que esse papel deve ser precedido pela experiência anterior de acolhimento amoroso e não repressivo (LEITÃO, 2019).

2.3 Particularidades da adoção

Na perspectiva de Winnicott (1996/2005), a adoção por uma nova família costuma ser a solução mais adequada para os casos de bebês ou de crianças, que por motivos diversos, não puderam ser cuidadas ou foram negligenciadas por seus pais biológicos. Contudo, para que esta experiência seja bem-sucedida, são necessárias algumas características nesse novo ambiente familiar. A principal delas refere-se à capacidade e à disponibilidade da família para cuidar e se adaptar às necessidades da criança ao longo do seu desenvolvimento.

Também é apontado como importante o ato de contar para a criança, já nos primeiros anos de vida, sobre a adoção, de modo a evitar que sua própria origem seja um mistério, uma mistura entre fantasia e fato, acompanhada de emoções potenciais de amor, horror, desgosto, dentre outras. Tratam-se de emoções sempre iminentes, mas que nunca podem ser efetivamente experienciadas, quando a adoção é tratada como um segredo familiar (WINNICOTT, 1996/2005).

Nesse sentido, além de informações sobre a própria adoção, a criança adotada precisa ter, ao seu lado, uma pessoa em quem possa confiar, que acolha suas questões sobre a família biológica e as circunstâncias da adoção, bem como compreenda e permita que ela experiencie as emoções provenientes da situação vivenciada, por vezes expressas como tristeza, raiva ou

exasperação. Desse modo, a estabilidade e a continuidade no lar devem ser características fundamentais da família adotante (WINNICOTT, 1996/2005).

Acerca dos possíveis problemas encontrados pelos pais adotantes, Winnicott (1996/2005) evidencia a relevância da história pregressa da criança e da relação estabelecida com o ambiente familiar inicial. A partir de um estudo desse início, torna-se possível prever aos pais adotivos quais dificuldades serão encontradas, bem como a natureza dos possíveis problemas de manejo. Logo, muita coisa depende da história do bebê anterior à adoção e os pais adotivos devem ser informados sobre ela.

Dito de outro modo, se o bebê teve um bom início, as dificuldades encontradas serão problemas humanos comuns. Contudo, se os primeiros dias e semanas do bebê foram muito complicados, ele necessariamente demandará um cuidado especial e uma carga de trabalho ainda maior para os pais adotivos. Nesse sentido, Winnicott (1996/2005) considera que os problemas da adoção podem ser: 1) dificuldades de manejo relacionadas a problemas humanos comuns; ou 2) dificuldades de manejo relacionadas a problemas anteriores à época da adoção.

Sobre as **dificuldades de manejo relacionadas a problemas humanos comuns**, tratam-se de problemas “simples”, relacionados ao próprio fato da adoção, cujos princípios mais amplos se aplicam a todos os casos. Para Winnicott (1996/2005), mesmo em uma adoção bem-sucedida, existe algo diferente do usual, tanto na experiência dos pais e mães, quanto na experiência dos filhos. Afinal, o fato de que os pais que os conceberam são desconhecidos e talvez intangíveis comumente existirá. Além disso, o relacionamento real com os pais adotivos não poderá atingir os níveis mais primitivos da sua capacidade de relação. Em alguns casos nos quais existem problemas, esta questão se torna tão importante que as crianças adotadas, quando crescem, decidem e se dedicam em pesquisar sua origem, não se satisfazendo até encontrar pelo menos um dos genitores.

Winnicott (1996/2005) também alerta que a criança adotada necessariamente vem de uma família que se fragmentou, por alguma razão. Essa fragmentação põe em risco a experiência, necessária à criança, de ser ajudada e amparada até o status de adulto. Um fracasso nessa experiência pode ter como consequência o adoecimento da criança, especialmente uma organização psíquica na linha antissocial. Nesse sentido, é melhor que os pais adotivos assumam os cuidados o mais cedo possível.

A respeito dos pais adotivos, Winnicott (1996/2005) fala sobre a adoção como algo que alterará a vida desses pais, pelo menos durante os próximos vinte e cinco anos. Também ressalta a importância desses estarem disponíveis para se responsabilizar pela criança, o que

inclui se tornar responsável também por reparar o fracasso gerado pelos genitores no exercício de suas funções, bem como tolerar as cargas emocionais e de trabalho decorrentes dessas falhas ambientais anteriores à adoção.

No que se refere às **dificuldades relacionadas a problemas anteriores à adoção**, tratam-se de complicações que resultam do manejo inadequado do bebê, cuja história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental. De acordo com Winnicott (1996/2005), a perturbação ambiental em estágios muito iniciais é um fator complicador do desenvolvimento emocional da criança e a depender do grau de perturbação, é possível constatar antecipadamente se os pais adotivos terão de providenciar um tratamento para o filho ou apenas ofertar os cuidados comuns.

Quando o tratamento é necessário, Winnicott (1996/2005) alerta que os pais adotivos não estão adotando apenas uma criança, mas um caso. Logo, ao se tornarem pais e mães, estão se tornando também terapeutas de seus filhos e, por isso, devem agir com mais conhecimento e possuir um manejo mais cuidadoso. Ele também ressalta a possibilidade de sucesso desses pais e mães como terapeutas de seus filhos, quando conseguem prover um ambiente suficientemente bom, confiável, adaptado às necessidades deles. Desse modo, com trabalho, suporte, cuidado e amor, pais adotivos podem corrigir o fracasso ambiental inicial e viabilizar a retomada do processo de amadurecimento emocional dos filhos.

A adolescência, fase da vida marcada pela puberdade e pelo desenvolvimento de novos impulsos instintuais, foi apontada por Winnicott (1996/2005) como um período no qual podem surgir dificuldades específicas no cuidado de crianças adotadas, sobretudo aquelas que não tiveram um bom começo com os genitores ou que os pais adotivos não conseguiram oferecer os cuidados necessários no início, como, por exemplo, ao privá-las de informações claras sobre sua origem.

Nesse sentido, Winnicott (1996/2005, p. 133) salienta a importância de que os adolescentes adotados “sejam informadas sobre os fatos da vida” e recebam explicações completas sobre questões anatômicas e físicas do corpo; influência dos impulsos nos relacionamentos amorosos; sexo e sua relação com a origem; além de tempo para assimilar essas informações. A consequência da falta de diálogo e de um manejo inicial adequado pode ser a perda dos estágios iniciais da adolescência e o desenvolvimento de um modo predominantemente desafiador de reagir ao outro e ao mundo, por vezes em grupos considerados incômodos pela sociedade.

Contudo, nem sempre os pais adotivos possuem capacidade para lidar com esse problema central de manejo. Frente às dificuldades dos pais no diálogo com o filho, torna-se

necessário, para o adolescente, experienciar uma relação com outra pessoa madura e confiável, preferencialmente alguém de fora da família, com quem possa vê-la à distância, bem como criticá-la e avaliá-la sem ser julgado moralmente por isso. Nesses casos, o cuidado profissional é recomendado e pode ser necessário. Também recomenda-se suporte profissional para os pais adotivos que têm sentido dificuldades no manejo dos próprios sentimentos (WINNICOTT, 1996/2005).

3. MÉTODO

3.1 Aspectos éticos

Antes de ser iniciada, esta pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CEP/UFAL) e obteve parecer favorável para sua realização (parecer número 4.901.906). Logo, o presente estudo esteve alinhado, em todas as suas etapas, às recomendações do Ministério da Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos e, portanto, seguiu rigorosamente as diretrizes e normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, buscou-se: 1) respeitar a dignidade e a autonomia dos participantes na decisão de contribuir (ou não) com a pesquisa; 2) assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações de cada um dos voluntários, por meio do uso de pseudônimos e exclusão de possíveis identificações nos desenhos produzidos; 3) garantir aos participantes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos possíveis, bem como, se necessário, condições de acompanhamento, tratamento e assistência psicoterapêutica (BRASIL, 2012). Neste estudo, foi disponibilizado aos participantes o apoio do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFAL, caso necessitassem.

Todos os voluntários, antes de se tornarem efetivamente participantes da pesquisa, foram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Neste termo, constaram informações relacionadas ao estudo, como a identificação dos pesquisadores responsáveis, os objetivos, as etapas, os riscos e os benefícios implicados na participação do presente estudo. A coleta de dados iniciou apenas mediante anuência dos participantes, expressa pela assinatura digital dos termos.

Também foram seguidas as recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) (BRASIL, 2021), relativas à realização de procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em ambiente virtual. Desse modo, os voluntários que demonstraram interesse em participar da pesquisa foram contatados individualmente, sem a utilização de listas que permitissem sua identificação ou a visualização de seus dados de contato por terceiros. Além disso, foram informados de que a participação na pesquisa iniciaria apenas após assinatura do TCLE e esclarecidos dos riscos característicos do ambiente virtual, sobre os quais o pesquisador não poderia oferecer garantias totais, como a eventual violação de dados por hackers e problemas com a internet durante a aplicação dos procedimentos.

Para minimizar os riscos e assegurar os aspectos éticos de sigilo e confidencialidade, foram utilizados aplicativos e sites que garantiram, em sua política de privacidade, a proteção dos dados dos usuários e o não compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços. Ademais, após concluída a coleta, os dados obtidos e os registros de consentimento livre e esclarecido foram baixados para o computador pessoal do pesquisador, protegido pelo uso de senha, e apagados da nuvem.

3.2 Tipo de Pesquisa

A abordagem deste estudo é de natureza qualitativa. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter transversal e exploratório, que utiliza o estudo de caso como método de investigação.

De acordo com Minayo (2009), um estudo de natureza qualitativa é aquele implicado em investigar a realidade dos fenômenos humanos, das relações e das representações, que não podem ser apreendidos objetivamente, nem reduzidos a dados quantificáveis. Nesta perspectiva, compreende-se que a realidade social é atravessada por um contexto histórico, cultural, político e ideológico. Assim, não é possível estudar um objeto ou fenômeno de forma neutra, tampouco analisá-lo sem considerar aspectos como o contexto social vigente, os valores e os significados atribuídos à realidade em questão. Trata-se, portanto, de um tipo de pesquisa cujo objeto de estudo é necessariamente “complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação” (MINAYO, 2004, p. 21).

A pesquisa de campo, por sua vez, é caracterizada por buscar informações acerca de um dado fenômeno de forma direta, por meio de encontros com os sujeitos que o vivenciam, comumente no contexto em que o fenômeno ocorre (GONSALVES, 2001). Este tipo de estudo costuma ser utilizado em pesquisas que se propõem exploratórias e/ou descritivas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o caráter exploratório se apresenta quando o tema de pesquisa foi pouco investigado cientificamente e se objetiva proporcionar uma visão geral acerca do fenômeno estudado. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (p. 27). Nestes estudos, são comumente realizados levantamento bibliográfico e documental, assim como estudos de caso.

Já o caráter transversal de um estudo se apresenta em pesquisas cuja observação do fenômeno e coleta de dados foram realizadas em curto espaço de tempo, mais precisamente

em um único encontro com cada participante da pesquisa. Logo, nesse tipo de estudo, não é realizado um acompanhamento dos participantes para análise da evolução do fenômeno ao longo do tempo (ZANGIROLAMI-RAIMUNDO; ECHEIMBERG; LEONE, 2018).

A respeito do estudo de caso, enquanto método de investigação, é utilizado com o intuito de investigar “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32) e que pode, desse modo, contribuir para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, políticos e sociais complexos. De acordo com Peres e Santos (2005), o estudo de caso é um método que possibilita analisar um objeto de estudo em profundidade, pois considera e busca integrar os múltiplos aspectos que o compõem, sejam estes de ordem psicológica, social, cultural, econômica, dentre outras.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia metodológica recomendada para pesquisas cujas perguntas questionam "como" ou "por que" os fenômenos investigados ocorrem, bem como para investigações nas quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os eventos. Cabe ressaltar que um caso passível de estudo e análise não se refere a um único indivíduo, podendo ser também “um grupo de sujeitos, uma comunidade, um hospital, uma empresa ou uma sala de aula” (PERES; SANTOS, 2005, p. 111).

Ademais, Yin (2001) também menciona que um diferencial do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências. Logo, por meio deste método, podem ser utilizadas variadas técnicas e ferramentas, bem como devem ser coletados dados de diversas fontes, desde que estes venham a “convergir em um formato de triângulo” (YIN, 2001, p. 33). Nesse sentido, a proposta de Flick (2009) acerca da Triangulação de Dados foi utilizada para fundamentar a construção dos casos do presente estudo.

3.3 Cenário do Estudo e Participantes

Diante da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde em 2020, e a recomendação do isolamento social como principal forma de proteção contra a COVID-19 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), este estudo foi realizado em ambiente virtual, mediado por tecnologias de informação. Por ambiente virtual, compreende-se

aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios (BRASIL, 2021, p. 2).

Inicialmente, no projeto de pesquisa, a proposta era contar com a participação de membros de famílias homoparentais adotivas brasileiras (incluindo os filhos adolescentes e/ou adultos). Contudo, diante da pouca disponibilidade de participantes voluntários aptos a participar do estudo, o público-alvo da investigação precisou ser modificado e passou a ser pais e mães membros de famílias homoparentais formadas por meio da adoção. Com a mudança do público-alvo, o número de voluntários aumentou de forma expressiva (12 no total), o que culminou na necessidade de estabelecer novos critérios de exclusão.

Diante disso, estabeleceu-se como critério de recorte: famílias residentes no Brasil, em que ambos os pais e mães participaram da coleta de dados, bem como casos em que o pai ou a mãe exercessem a parentalidade de forma solo, de modo a conhecer integralmente a experiência parental da família analisada. A seguir, encontra-se a tabela apresentando os participantes incluídos na amostra (com nomes fictícios), a profissão que exercem e a idade:

Tabela 2 - Informações sobre os participantes do estudo

FAMÍLIA	PAIS/ MÃES PARTICIPANTES DO ESTUDO
I	Marisa (Professora, 42 anos) Karol (Compradora, 31 anos)
II	José (Promotor de Justiça, 49 anos) Thiago (Advogado, 25 anos)
III	Getúlio (Analista de Geoprocessamento, 45 anos)
IV	Marília (Fisioterapeuta, 49 anos)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

3.4 Coleta e Organização dos Dados

Para encontrar participantes voluntários e, desse modo, viabilizar a coleta de dados, esta pesquisa foi amplamente divulgada nas redes sociais (Whatsapp, Instagram, Facebook e Twitter), por meio de um Formulário do Google, em formato de convite. Neste convite, o pesquisador e a pesquisadora responsáveis, bem como o objetivo e o público-alvo do estudo, foram brevemente apresentados. Além disso, foram mencionados o cenário da pesquisa e alguns aspectos éticos do projeto, como sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, seguido pelo número do parecer técnico, e as recomendações da Conep acerca da pesquisa em ambiente virtual (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, foi ressaltado que o convite era apenas um instrumento para divulgação e rastreamento de possíveis participantes para a pesquisa. Logo, o preenchimento do formulário não confirmava a participação no estudo, que aconteceria apenas mediante concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Aqueles que manifestaram interesse em contribuir com a pesquisa informaram um e-mail e um telefone para contato. Posteriormente, a partir das informações disponibilizadas, o pesquisador buscou e contactou, de forma individual, cada um dos possíveis participantes.

Inicialmente, o contato com os voluntários aconteceu por meio de mensagens de texto enviadas por e-mail e Whatsapp. Nestas mensagens, o pesquisador responsável se apresentou novamente, discorreu acerca dos objetivos da pesquisa e explicou como seria a participação dos voluntários no estudo. Além disso, relatou os pontos apresentados no TCLE, especialmente aqueles que tratavam da gravação do momento da coleta, dos riscos em participar da pesquisa e da possibilidade de recusar continuar participando do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. O link de acesso ao Termo também foi enviado, para leitura detalhada e posterior preenchimento.

A ideia, nesse momento, era que após concordância e assinatura do Termo, pesquisador e participante pudessem combinar um dia e um horário para realizar a coleta de dados. Contudo, diante da ausência de respostas às mensagens enviadas, optou-se por modificar essa abordagem inicial. Assim, o primeiro contato por mensagem de texto foi substituído por uma mensagem mais breve, com o intuito de combinar uma videochamada com cada um dos participantes voluntários, para apresentação do projeto, leitura detalhada do TCLE e esclarecimento de possíveis dúvidas.

Desse modo, foram realizados dois encontros com os participantes da pesquisa: o primeiro, por meio de uma chamada de vídeo no Whatsapp, com duração média de quinze minutos, para apresentação do pesquisador e do projeto, explicação sobre a participação voluntária, leitura detalhada do TCLE e agendamento da coleta; e um segundo, na plataforma Google Meet, para realização da coleta de dados propriamente dita, com duração média de uma hora e trinta minutos.

Seguindo o proposto pela Triangulação de Dados (FLICK, 2009), foram coletados dados de diferentes fontes, com o objetivo de compreender a realidade estudada a partir de múltiplas perspectivas e, com isso, construir casos mais fidedignos. Nesse sentido, foram aplicados três instrumentos: um questionário sociodemográfico; uma entrevista semiestruturada; e o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (TRINCA, 2013). Além disso, cabe ressaltar que foi realizado um estudo piloto com o primeiro participante da

pesquisa, com a finalidade de aprimorar o instrumento de coleta (YIN, 2001). A partir dele, o questionário sociodemográfico foi reduzido, com a exclusão de questões relacionadas ao processo de adoção e às condições de moradia dos participantes.

No dia agendado para a coleta, cerca de cinco minutos antes do horário combinado, o pesquisador enviou o link de acesso à sala do Google Meet. Dentro da sala, foram explicados novamente as três etapas da coleta de dados, além de reforçado o acordo de que o encontro seria gravado em áudio e vídeo. Após iniciada a gravação, o pesquisador perguntou aos pais e mães as questões do questionário sociodemográfico, uma por uma, referentes à data de nascimento, cidade natal/atual, escolaridade, raça/cor, estado civil, composição familiar, trabalho, renda, dentre outros. Esta etapa durou cerca de dez minutos.

Em seguida, foi iniciada a etapa da entrevista, que durou cerca de uma hora. A modalidade utilizada foi a semiestruturada, caracterizada por ser mais flexível e por possibilitar ao entrevistado maior liberdade para expressar suas opiniões e crenças. Logo, não se tratou de uma entrevista composta por questões fechadas, mas por um roteiro com tópicos-guia, alinhados aos objetivos da pesquisa e ao tema de estudo, que auxiliaram na condução do momento e não foram restritivos (FRASER; GONDIM, 2004). Os tópicos abordados nas entrevistas com os pais e as mães foram os seguintes: História de vida; O desejo de ser pai/mãe; O processo de adoção; Relações intrafamiliares; Relações com a família extensa; Relação com espaços de coletividade; Projetos de vida.

Por fim, foi aplicado o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias, uma técnica de investigação da personalidade que possibilita o acesso a conteúdos conscientes e inconscientes do sujeito, especialmente relativos às relações familiares internalizadas (TRINCA, 2013). Nesse sentido, a aplicação desse procedimento pode vir a facilitar a manifestação de angústias e, com isso, viabilizar a caracterização de situações de conflito familiar (TARDIVO, 2013; LIMA, 2020). Este procedimento consiste “na aplicação e na interpretação de uma série de quatro desenhos de família, cromáticos ou acromáticos, segundo consignas determinadas” (TRINCA, 2013, p. 211).

Nesse sentido, foi solicitado a cada participante que desenhasse famílias, uma por vez, na seguinte ordem: 1) uma família qualquer; 2) uma família que você gostaria de ter; 3) uma família em que alguém não está bem; 4) a sua própria família. Após a finalização de cada desenho, foi solicitado ao examinando que o exibisse, direcionando-o para a câmera, e contasse uma história. Nos casos em que houve dúvidas acerca desse comando, foi solicitado ao participante que falasse sobre o desenho que fez, de modo a evitar sugestões e, assim,

atrapalhar seu fluxo livre-associativo. Em seguida, foi realizado um inquérito sobre o desenho e a história contada, e, por fim, solicitado um título para a produção (TRINCA, 2013).

As recomendações de Trinca (2013) acerca das condições para aplicação do procedimento foram seguidas, mas dentro das limitações impostas pela realização de uma pesquisa em ambiente virtual. Nesse sentido, foi necessário flexibilizar algumas dessas condições, sobretudo relacionadas aos recursos utilizados e ao cenário de aplicação. Assim, conforme recomendações, o procedimento foi aplicado individualmente, no segundo contato com o examinando, que apresentou disposição psíquica e a ausência de fadiga durante a aplicação.

Acerca das flexibilizações necessárias, cabe ressaltar que o participante precisou utilizar recursos próprios para realização do procedimento. Logo, não foi possível garantir, por exemplo, que o participante tivesse folhas de papel em branco, lápis preto (com ponta grafite) e uma caixa de lápis de cor de doze unidades para desenhar. Diante disso, os desenhos foram comumente feitos com canetas esferográficas de tinta azul ou preta e em folhas de caderno pautadas. Ademais, também não foi possível seguir a instrução de colocar os lápis espalhados sobre a mesa, com o preto junto dos demais, nem posicionar a folha de papel horizontalmente para o participante.

Outro ponto que precisou ser flexibilizado foi a solicitação de que o participante estivesse em condições ambientais favoráveis. Não foi possível garantir que, durante a aplicação do procedimento, o participante dispusesse de instalações confortáveis e estivesse em um ambiente silencioso e bem iluminado, sem a presença de terceiros. Além disso, também houve dificuldades na manutenção do setting, relacionadas às falhas apresentadas pelos dispositivos eletrônicos utilizados no momento da coleta.

Finalizado o procedimento, diante da impossibilidade de guardar os desenhos para posterior análise, o pesquisador solicitou aos participantes do estudo que, se possível, enviassem fotos dos desenhos produzidos. Não foram encontradas dificuldades perante esta solicitação e as fotos foram enviadas posteriormente, por meio de mensagens de Whatsapp.

3.5 Análise de Dados

Os dados coletados nas entrevistas e no Procedimento DF-E foram analisados separadamente, a partir de ferramentas metodológicas distintas. Para analisar os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a Análise Temática de Conteúdo, conforme descrita por Minayo (2004). Já os desenhos e as histórias produzidas durante a

aplicação do Procedimento DF-E foram analisados com base nas recomendações de Trinca (2013).

3.5.1 Análise Temática de Conteúdo

A Análise de Conteúdo é, de acordo com Minayo (2004), um conjunto de técnicas de tratamento de dados utilizadas quando se pretende compreender o material analisado de forma crítica e aprofundada, indo além do senso comum e do simples subjetivismo. Por material de análise, entende-se aqueles que podem ser obtidos por meio de textos literários, biografias, entrevistas ou serem frutos de uma observação.

Desse modo, com as técnicas de análise de conteúdo, busca-se ultrapassar os significados manifestos e alcançar os significados latentes do material, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, que possibilitam a inferência de novos conhecimentos.

Para isso, a análise de conteúdo, em termos gerais, relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem (MINAYO, 2004, p. 204).

São diversas as técnicas de Análise de Conteúdo e sua aplicação varia de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos do estudo em questão, havendo tipos de análise mais aplicáveis a estudos quantitativos e outras mais indicadas para estudos qualitativos. Nesse sentido, Minayo (2004) aponta a Análise Temática com uma das técnicas da Análise de Conteúdo que melhor se adequa à investigação dos dados em pesquisas qualitativas e, por esse motivo, ela foi utilizada no presente estudo.

A noção de tema, de acordo com Minayo (2004), refere-se a uma afirmação acerca de determinado assunto, que “comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, uma frase, um resumo” (p. 209). Fazer uma Análise Temática, por sua vez, consiste em descobrir os núcleos de sentido de um material e, com isso, identificar possíveis temas a serem analisados, cuja presença ou frequência podem significar algo, tendo em vista os objetivos do estudo. Diante disso, o tratamento e a análise dos dados obtidos nas entrevistas contaram, operacionalmente, com três etapas, realizadas na seguinte ordem: Pré-análise; Exploração do Material e Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação.

Na primeira etapa, de **Pré-análise**, as entrevistas transcritas foram elencadas como material a ser analisado. Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante e exaustiva deste

material, o que possibilitou conhecer amplamente seu conteúdo. Nesse momento, as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa foram retomados e contrastados com as hipóteses emergentes a partir do material coletado, o que culminou na avaliação da necessidade de reformular ou não esses objetivos (MINAYO, 2004).

Ao longo desse processo, as teorias relacionadas ao tema contribuíram para que a leitura do material se tornasse progressivamente mais sugestiva, o que viabilizou a organização dos dados em unidades de registro (palavras-chave, tema, acontecimentos ou frases) e unidades de contexto (mais amplas e contém diversas unidades de registro). Além disso, foi possível analisar a possibilidade de “recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais” (MINAYO, 2004, p. 211) que viabilizaram a elaboração de indicadores responsáveis por orientar a interpretação final.

A segunda etapa, de **Exploração do Material**, consistiu na realização da operação de codificação, por meio da qual os dados brutos coletados foram transformados e agrupados, considerando a parte comum existente entre eles, com a finalidade de viabilizar o acesso ao núcleo de compreensão do texto. Nesse sentido, as unidades de registro e de contexto, estabelecidas na etapa de pré-análise, foram retomadas para classificação e posterior agregação dos dados em categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação dos temas (MINAYO, 2004).

Já na terceira e última etapa, de **Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação**, foi realizada uma descrição dos resultados obtidos, a partir das categorias estabelecidas na etapa anterior. Esta descrição consistiu em um texto sintético, por meio do qual buscou-se expressar o conjunto de significados presentes, captados e intuídos, a partir das diversas unidades de análise. Por fim, buscando atingir uma compreensão mais aprofundada do material, o conteúdo das mensagens foi submetido à interpretação, não apenas quanto aos seus conteúdos manifestos, mas também acerca dos conteúdos latentes, ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores das mensagens (MINAYO, 2004).

3.5.2 Análise dos desenhos e das histórias

Como mencionado, para análise e interpretação dos desenhos e das histórias produzidas por meio do procedimento DF-E, foram seguidas as recomendações de Trinca (2013). De acordo com este autor, há várias formas possíveis de interpretar, dentre elas a psicanalítica, “que se ocupa dos significados inconscientes do material clínico” (TRINCA, 2013, p. 221). Nesse sentido, foi possível identificar, além dos conteúdos manifestos, elementos de conteúdos latentes nas produções obtidas.

A análise foi realizada de acordo com as seguintes questões norteadoras: 1) Qual representação de família demonstrada?; 2) Quais são os vínculos e os afetos predominantes?; 3) A criança adotada está representada no desenho? De que modo?; 4) Qual o significado de família?; 5) Há conflitos e dificuldades? De que modo são representados? (TRINCA, 2013).

4. RESULTADOS

4.1 Dados sociodemográficos

Inicialmente são apresentados os resultados do questionário sociodemográfico respondido pelos pais e pelas mães participantes da pesquisa. Estes dados, exibidos em detalhes na tabela 3, possibilitaram caracterizar o perfil das famílias participantes do estudo e, diante disso, compreender as semelhanças e as diferenças do público estudado em termos de faixa etária, gênero, raça, classe social, estado civil, escolaridade e condições de trabalho.

Tabela 3 - Informações sobre as famílias participantes do estudo²

FAMÍLIA	I (<i>Marisa [M] e Karol [K]</i>)	II (<i>José [J] e Thiago [T]</i>)	III (<i>Getúlio</i>)	IV (<i>Marília</i>)
Mães/Pais (idade, raça)	M. (42 anos, parda)	J. (49 anos, branco)	45 anos, branco	49 anos, parda
	K. (31 anos, branca)	T. (25 anos, branco)		
Estado Civil (tempo de relação)	Casadas (11 anos de relacionamento)	Casados (5 anos de relacionamento)	Solteiro	Solteira
Filhos (idade)	Daniel (14 anos) Davi (10 anos) Larissa (5 anos)	Matheus (10 anos)	Lucas (10 anos)	Bruno (5 anos)
Região	Sudeste	Nordeste	Norte	Nordeste
Escolaridade	M. (Médio-técnico)	J. (Superior completo)	Superior completo	Superior completo
	K. (Superior completo)	T. (Superior completo)		
Profissão/Carga horária de trabalho	M. (Professora, 14h)	J. (Promotor de Justiça, 30h)	Analista de Geoprocessamento, 40h	Fisioterapeuta, 30h
	K. (Compradora, 40h)	T. (Advogado, 40h)		
Renda	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 13.500,00	R\$ 3.500,00

² Para preservar o sigilo dos participantes deste estudo, todos os nomes apresentados são fictícios.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

A partir dos dados obtidos, foi possível identificar que participaram deste estudo pais e mães residentes nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. Houve um número equitativo de homens e mulheres, mais precisamente três participantes de cada gênero, cujas idades variaram entre 25 e 49 anos. Já a idade dos filhos dos participantes variou entre 5 e 14 anos. Dos seis participantes, quatro se identificaram como pessoas brancas e dois como pardos. Acerca do estado civil, quatro deles eram casados e dois eram solteiros. Os participantes casados estavam juntos há pelo menos 5 anos.

No que se refere ao grau de escolaridade, cinco dos seis participantes possuíam ensino superior completo e pós graduações concluídas e/ou em andamento. Apenas uma participante possuía como maior grau de titulação o ensino médio-técnico. Todos estavam trabalhando no momento em que os dados foram coletados, de forma autônoma ou vinculados a uma instituição, com carga horária de trabalho variando entre 14h e 40h semanais. Aqueles vinculados às instituições (públicas ou privadas) relataram dispor de direitos trabalhistas garantidos. Ademais, a renda familiar *per capita* mensal dos participantes variou entre R\$ 3.500,00 e R\$ 30.000,00.

Em seguida, são apresentados os dados obtidos nas entrevistas com os pais e as mães participantes e também os desenhos e as histórias produzidas durante a aplicação do Procedimento DF-E.

4.2 As famílias como casos

Neste subtópico, as famílias estudadas são brevemente apresentadas em formato de casos. Também são abordados os desenhos e as histórias produzidas pelos pais e pelas mães participantes do estudo, na ordem em que foram produzidas. Conforme mencionado anteriormente, a Família I corresponde à composta pelo casal Karol e Marisa e seus três filhos, Daniel, Davi e Larissa; a Família II possui como membros o casal José e Thiago e seu filho Matheus; a Família III é formada por Getúlio e seu filho Lucas; e a Família IV, por fim, é composta por Marília e seu filho Bruno.

4.2.1 Família I

A primeira família é composta pelas mães Karol (31 anos) e Marisa (42 anos) e seus filhos Daniel (14 anos), Davi (10 anos) e Larissa (5 anos), moradores de uma cidade interiorana da região Sudeste do país. Karol é a segunda filha de uma família composta por três irmãos, uma mãe, um pai e dois avós maternos, que sempre foram bastante presentes em

sua criação. A relação com a mãe foi definida como bastante próxima e a com os irmãos como positiva. Sobre o pai, Karol relata que era mais próxima dele na infância e que o considera ausente desde a adolescência. O divórcio dos pais é apontado como uma das razões para esse distanciamento, que permanece até os dias de hoje.

Marisa, por sua vez, teve uma relação mais complicada com o pai. Ele fazia uso abusivo de álcool, de modo que todo o dinheiro que ele recebia era gasto com bebidas, o que acabou gerando dificuldades financeiras para a família. Ele chegou a ser internado algumas vezes e, além disso, tentou assassinar a esposa em diversas outras, na frente das duas filhas. A situação da família passou a melhorar apenas quando o pai parou de beber. Marisa tinha oito anos de idade nesse período. No entanto, a estabilidade pouco durou, pois anos depois, foi descoberto que o pai de Marisa traía a esposa, o que culminou no divórcio entre eles.

Por esses motivos, durante muito tempo, Marisa se afastou do pai e da ideia de ter um marido e construir uma família. A reaproximação aconteceu apenas quando o pai já estava prestes a falecer e mal conseguia se comunicar. Marisa considera essa despedida um momento bastante significativo, que a fez sentir o desejo de construir sua própria família. Karol, por sua vez, conta que sempre desejou ser mãe e que ter filhos fazia parte de suas brincadeiras de infância.

Nesse sentido, após sete anos de relacionamento, Karol e Marisa decidiram que era o momento de ter filhos. Inicialmente o casal pensou em realizar uma inseminação artificial, mas logo mudaram de ideia e, ainda em 2017, entraram na fila da adoção. Karol relembra que, inicialmente, o perfil de criança desejado era mais restrito: elas queriam, no máximo, duas crianças pequenas. No entanto, esse perfil foi mudando ao longo do processo. Em 2018, Marisa e Karol foram habilitadas e, no começo de 2019, ampliaram o perfil desejado para crianças com até oito anos de idade. Nesse intervalo, elas chegaram a realizar uma tentativa de adoção de uma dupla de irmãos, mas que acabou não dando certo, o que foi sentido por Marisa como uma grande decepção, sobretudo pelo fato de um casal heterossexual ter sido priorizado na adoção dessas crianças. Contudo, no final do ano de 2019, elas viram fotos de seus três filhos, que faziam parte de um grupo de seis irmãos, em um grupo de Busca Ativa no Whatsapp.

Acerca do projeto de adotar, Marisa conta que sua mãe foi contrária à ideia, sobretudo devido à homossexualidade da filha. Já Karol relata ter escutado um comentário negativo de seu pai, referente à idade das crianças. No geral, ela considera que receberam bastante apoio da família e dos amigos, tanto que seus irmãos são padrinhos de seus dois filhos e a irmã de Marisa é a madrinha da filha do casal. Além disso, Karol relata que seus amigos e colegas de

trabalho também aguardavam a chegada das crianças com grande expectativa e realizaram uma festinha de comemoração quando isso aconteceu.

Dez dias após a chegada das crianças na casa, a pandemia começou e a recomendação de isolamento social trouxe atravessamentos para esse início de vivência familiar. Marisa relata que sua demanda de trabalho foi reduzida, o que fez com que sua renda diminuísse e a situação financeira da família ficasse apertada nesse período. Além disso, diante da impossibilidade de Karol tirar a licença maternidade, foi ela quem se afastou de modo integral do trabalho e passou a conviver com os filhos, que demandavam cuidados e atenção 24 horas por dia, de forma mais intensa e complicada do que ela havia idealizado.

Marisa conta que, no começo, os filhos eram extremamente exigentes e reclamavam de tudo que ela fazia, principalmente a comida. O início da maternagem, junto da pandemia, fizeram com que Marisa se sentisse sobrecarregada com as demandas parentais e impossibilitada de fazer qualquer coisa que gostasse. A participante também se cobrava para amar os filhos, afeto que não conseguia sentir naquele momento. Com o tempo, Marisa entendeu que havia criado expectativas sobre a maternidade que não coincidiram com a maternidade real, bem como compreendeu que as atitudes dos filhos direcionadas a ela comunicavam o medo das crianças de serem abandonadas novamente.

Nesse sentido, Karol conta que, logo nas primeiras experiências, ela e Marisa precisaram lidar com as crises de irritabilidade de um dos filhos. Comenta que, a princípio, se assustou, mas depois compreendeu que gritar era o modo que o filho havia aprendido de conseguir o que queria e estava relacionado ao estilo de vida que ele tinha antes da adoção. Karol considera que o sentimento de maternidade foi construído aos poucos, ao longo dos meses de convivência. Ressalta que, apesar das dificuldades experienciadas na pandemia, o confinamento decorrente do isolamento social potencializou a construção do vínculo afetivo com os filhos e fortaleceu a relação familiar.

Marisa e Karol buscam dividir as tarefas domésticas e parentais de forma equitativa, diante da rotina de trabalho de ambas. Marisa costuma ficar com os filhos e cuidar da casa pelas manhãs e as tardes, durante a semana. Nesse sentido, ela cozinha, acompanha as tarefas, leva os meninos para acompanhamentos psicológicos e psicopedagógicos, dentre outras atividades. Já Karol, por trabalhar pela manhã e pela tarde, costuma fazer a janta, cuidar dos filhos até a hora deles dormirem e assumir as tarefas domésticas nos finais de semana.

Para Karol, brincar com os filhos e usar jogos educativos, que possibilitam aos meninos novas aprendizagens, bem como assistir filmes juntos, são suas atividades familiares favoritas. Marisa, por sua vez, menciona os momentos das refeições como seus favoritos,

pois consegue conversar com os filhos. Os momentos mais desafiadores apontados por Karol referem-se à experiência de lidar com os filhos adolescentes, por não saber ao certo como chegar neles para conversar. Além disso, Karol menciona que tem sido trabalhosa a construção de uma relação de irmãos entre os filhos, de respeito e parceria, pois eles viviam em famílias acolhedoras diferentes e, antes disso, na família de origem, diante da situação de vulnerabilidade em que se encontravam, haviam aprendido a ser rivais e a disputar tudo, inclusive comida.

Ambas as mães relataram ter experienciado dificuldades de âmbito institucional, na escola do filho mais velho e em serviços de saúde, que relutaram em reconhecer o nome afetivo das crianças. Nesse sentido, cabe destacar que, no momento em que os dados da presente pesquisa foram coletados, o processo de adoção ainda estava em processo de conclusão e a família aguardava a nova documentação dos filhos, com seus novos nomes.

Acerca dos projetos de vida de Karol, ela espera se fortalecer na profissão, trabalhar em algo que gere renda e que também a possibilite passar mais tempo com os filhos. Para os filhos, ela deseja que eles entendam a importância dos estudos, que encontrem algo que gostem de fazer e que sejam fortes para enfrentar os desafios e as dificuldades da vida. Já Marisa conta que decidiu abrir mão da carreira profissional para cuidar dos filhos e prestar assistência a eles pelos próximos anos. Sobre o futuro dos filhos, ela espera que eles sejam felizes e entendam a importância dos estudos.

4.2.1.1 Desenhos e histórias de Karol

Seguem os desenhos e as histórias produzidas por Karol.

Figura 1 - Desenho I: Uma família qualquer (Karol).



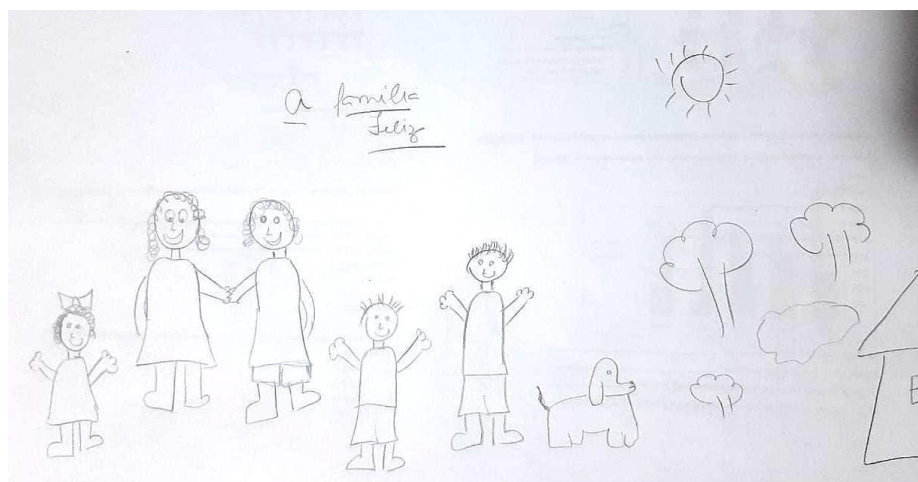
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: A base da família.

Após produzir o desenho solicitado, Karol o exhibe e comenta: “Na verdade, eu desenhei a minha família de origem (...)”. Em seguida, ela complementa e apresenta cada um dos membros dessa família, na ordem em que foram desenhados: “(...) a minha mãe, eu e os meus irmãos”.

Quando convidada a contar uma história sobre a família desenhada, ela diz: “A mulher guerreira que faz de tudo, mesmo com uma submissão ao marido... faz de tudo pra cuidar dos filhos, tá sempre com um sorriso no rosto, mesmo através das dificuldades... pra poder seguir de exemplo e de esperança pra eles. Sempre colocando as crianças na linha”.

Figura 2 - Desenho II - Uma família que gostaria de ter (Karol).

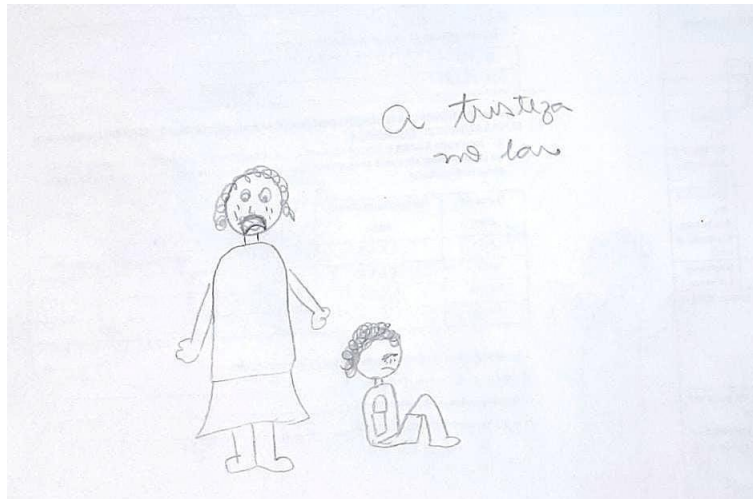


Fonte: Imagem registrada pela participante (2021).

Título: A família feliz.

Após desenhar a família que gostaria de ter, quando convidada a contar uma história, Karol disse: “Na verdade, é a minha família mesmo, eu, a minha esposa e os meus três filhos... mas todos felizes, eu e minha esposa no centro, de mãos dadas... a gente fortalecendo ainda mais a nossa parceria, nosso amor, nosso vínculo e as crianças todas felizes, né? Com a situação... A nossa cachorrinha e uma chacarazinha também. A gente ia morar em uma chacarazinha”.

Figura 3 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Karol).



Fonte: Imagem registrada pela participante (2021).

Título: A tristeza no lar.

Diante da solicitação para desenhar uma família em que alguém não está bem, Karol pergunta: “Qualquer coisa?”. O pesquisador responde que ela pode desenhar o que quiser e vier ao seu pensamento.

Após finalizar o desenho, o pesquisador convida Karol a contar uma história sobre a família. Ela diz o seguinte: “Esse aqui, na verdade, é uma criança triste e a mãe também está triste pela tristeza dela... não especifiquei o motivo, mas ela está muito triste por algo que aconteceu... não está bem por isso”.

O pesquisador questiona: “Você chegou a pensar no que poderia ter acontecido pra ela não estar bem?”

Karol responde: “Na minha cabeça era como se a criança tivesse confusa em relação à família, alguma coisa nesse sentido”.

Figura 4 - Desenho IV: A sua família (Karol).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: O começo da nossa história.

Após desenhar a própria família, quando convidada a contar uma história, Karol disse: “Essa é a família... a gente feliz, todos juntos brincando, né? Uma na bicicleta, um no patinete, outro jogando bola... cada um fazendo o que gosta... A nossa cachorrinha... Todo mundo feliz, independentemente de onde, mas a gente feliz, junto”.

4.2.1.2 Desenhos e histórias de Marisa

As produções de Marisa são apresentadas em seguida.

Figura 5 - Desenho I: Uma família qualquer (Marisa).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Um domingo no parque.

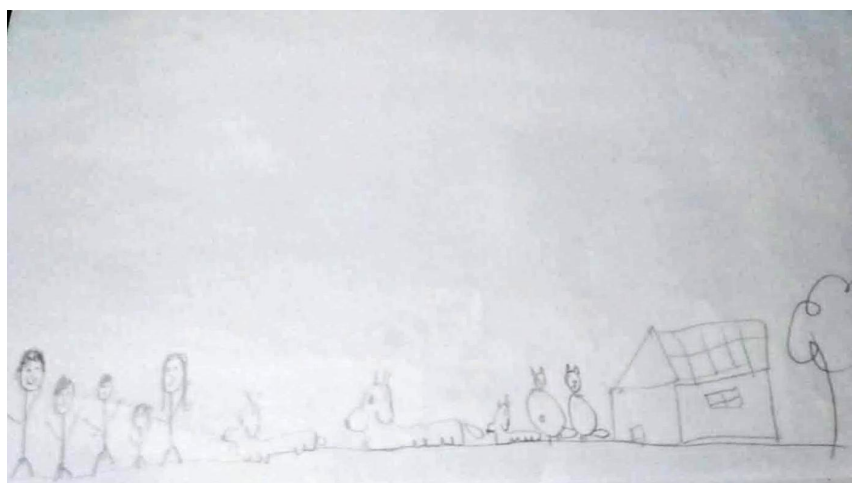
Diante do desenho produzido, quando solicitado que contasse uma história sobre a família, Marisa respondeu: "Ah, eu pensei... em um parque aqui perto da nossa casa. É um lugar que a gente gosta muito de ir, especialmente com a nossa cachorrinha".

Marisa conta que a família está nesse parque e que são duas pessoas e uma criança brincando com o cachorro. O pesquisador pergunta quem são essas pessoas e ela responde: "Eu fiz uma mulher, mas uma mulher que eu... não sei... tá mais pra homem agora. Olhando aqui... eu acho que é um homem e uma mulher".

Em seguida, o pesquisador pergunta o que essas pessoas estão fazendo. Marisa responde: "Estão felizes, caminhando... eu gosto do solzinho, mas gosto das nuvens também... sempre foi algo que... me atrai... Ai, estão sendo felizes, passeando... em um domingo de manhã".

Marisa finaliza dizendo que passear em um domingo de manhã é uma coisa que a família dela sempre planeja, mas nunca consegue fazer.

Figura 6 - Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Marisa).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

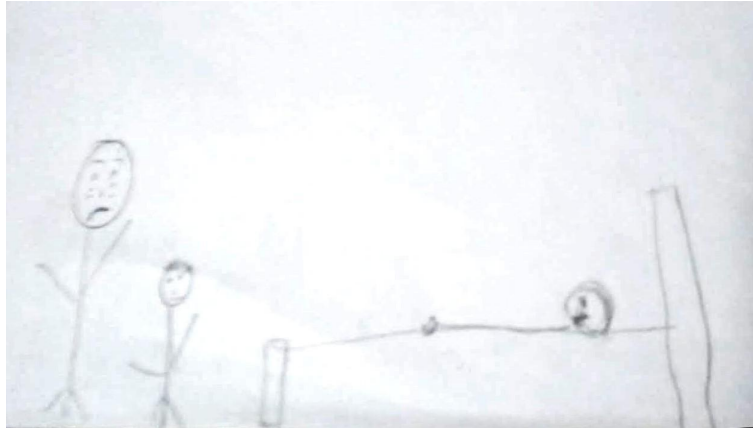
Título: Família perfeita.

Ao contar a história sobre a família que gostaria de ter, Marisa afirma: "É a minha mesmo, estão comigo Davi, Daniel, Larissa e Karol". A participante conta que, além do cachorro que já possui, gostaria de ter mais dois cachorros e mais dois gatos, mas que para isso precisaria também ter uma casa.

O pesquisador questiona sobre a casa e ela responde: "Porque eu moro em um apartamento... então teria que ser uma casa pra eu ter eles... Eu sonho em ter um Golden. Então esse grandão, eu pensei nele". Acerca da árvore presente no desenho, Marisa discorre:

"Na minha casa sempre teve pé de jabuticaba. Eu queria alguma árvore nesse estilo assim, uma árvore grande".

Figura 7 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Marisa).



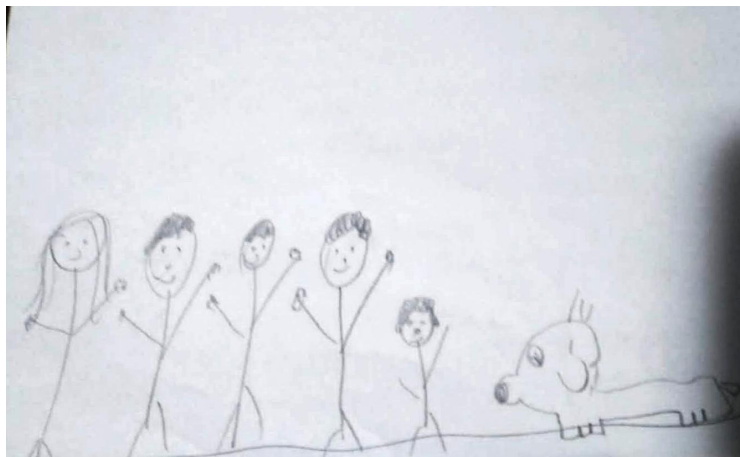
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Pior dia da minha vida.

Enquanto desenhava uma família em que alguém não está bem, Marisa permaneceu em silêncio. Diante da solicitação para contar uma história sobre a família, ela falou: "Pensei em um pai, um filho, com a mãe acamada...".

O pesquisador interroga o motivo da mãe estar acamada e a participante responde: "talvez com uma doença que não tem cura".

Figura 8 - Desenho IV: A sua família (Marisa).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Dos Santos Fernandes³.

³ Sobrenomes fictícios.

Quando solicitada a contar uma história sobre a família desenhada, Marisa discorreu: “Bom, essa é... são duas mulheres, com dois filhos e uma filha, e uma cachorrinha que considera filha também. Nós gostamos de sempre estar juntos e... a gente está super feliz”.

Ao dar o título para o desenho, Marisa faz referência ao seu sobrenome e ao sobrenome de sua esposa. Sobre isso, ao sorrir, ela comenta: “É o que a gente sempre coloca”.

4.2.2 Família II

A segunda família é composta pelos pais José (49 anos) e Thiago (25 anos) e seu filho Matheus (10 anos). Ambos os pais nasceram na mesma capital do Nordeste, mas em contextos socioculturais bastante distintos. José cresceu em um lar tranquilo, sem muitos conflitos, cujo modelo de família era nuclear e heteronormativo. Sua mãe, hoje com 85 anos, sempre trabalhou no lar e seu pai, já falecido, atuou como advogado durante grande parte de sua vida. Ele é o mais novo de três irmãos.

Essas relações, contudo, não foram tranquilas no quesito sexualidade. Durante muito tempo, José escondeu sua homossexualidade, chegando inclusive a disfarçá-la ao fingir namorar com uma amiga lésbica, perante familiares e pessoas do núcleo de trabalho. Seus primeiros namorados foram apresentados à família apenas como amigos. A homossexualidade de José foi revelada à família apenas quando ele tinha 38 anos de idade, em meio a uma situação de conflito: seu primo, sem a autorização dele, contou para a mãe de José que o filho dela era gay. José considera que a revelação aconteceu em um bom momento, pois ele já estava financeiramente independente.

Thiago, por sua vez, nasceu quando sua mãe tinha apenas 15 anos de idade. Ela o criou, sobretudo, com o apoio da avó, pois seu pai biológico abandonou a família quando ele ainda era um bebê. Também aos 15 anos de idade, quando passou a se entender como homossexual, Thiago passou por um processo intenso de homofobia intrafamiliar, chegando a ser expulso de casa pela mãe e pelo padrasto que moravam com ele na época. Nesse período, ele foi morar com os avós, que o acolheram. Foi nesse período que aconteceu um dos raros encontros de Thiago com seu pai biológico, que foi visitá-lo apenas para praticar mais homofobia. Diante disso, Thiago não é próximo da mãe, do pai e do padrasto, nem tem contato com os irmãos, filhos de sua mãe com o padrasto. Ele caracteriza as marcas deixadas pelas violências sofridas como difíceis de serem superadas, mas afirma que hoje em dia a situação está mais tranquila, sobretudo devido à estabilidade financeira que adquiriu.

José e Thiago começaram a se relacionar há cerca de cinco anos e casaram após três anos de relacionamento, em 2020, durante o período pandêmico. Embora ambos desejassem ser pais, esse era um plano a longo prazo. Contudo, a situação mudou após Thiago receber uma ligação de uma prima pedindo ajuda. A situação era a seguinte: havia uma criança da família de Thiago, neto de sua tia-avó materna, que estava vivendo em um contexto de extrema vulnerabilidade. Ele era criado pela avó, que adoeceu gravemente durante a pandemia, e vivia também com a mãe, diagnosticada com esquizofrenia e com hábitos andarilhos. Dessa maneira, Matheus estava praticamente sozinho em casa, “cuidando” da mãe (que também o agredia) e sendo alimentado por uma vizinha.

Diante dessa situação, Thiago e José se ofereceram para ajudar. A ideia inicial era que o menino passasse apenas alguns dias com eles. No entanto, com duas semanas de convivência, eles se apegaram à criança e Matheus também sentiu dessa maneira, pois ao voltar para casa da tia, não conseguiu ficar bem, ficou angustiado, querendo voltar para o lar de casal. Nesse ínterim, a avó de Matheus disse que não poderia mais cuidar do neto e a família da criança deu a entender que José e Thiago poderiam ficar com o menino.

Quando retornou para casa de José e Thiago, Matheus levou sua certidão de nascimento e pediu a eles que o adotassem. A partir disso e do desejo de se tornarem pais de Matheus, Thiago, que é advogado, postulou um pedido de adoção direta do menino. O processo durou cerca de sete meses para ser finalizado. Na noite em que Matheus chegou com a certidão, José e Thiago falaram abertamente sobre a homossexualidade deles com o filho. José conta que, nesse momento, o filho, que vinha de um lar evangélico, questionou se eles realmente podiam viver juntos e isso levou a uma longa conversa, com os pais explicando ao filho o amor que os unia apesar do preconceito da sociedade. A partir disso, José, Thiago e Matheus desenvolveram o hábito de dialogar, no fim do dia, sobre as situações experienciadas cotidianamente. Esse momento de diálogo facilitou o enfrentamento de situações de preconceito vivenciadas pela família.

Thiago comenta que a convivência familiar foi bastante intensificada devido à pandemia, uma vez que ele e o esposo estavam trabalhando em casa e o filho também estudava remotamente. A intensificação da convivência foi apontada como importante no processo de adaptação e configuração de vínculos afetivos. Thiago ressalta que, muito rapidamente, passou a ser chamado de “painho” e José de “papai”. José comenta que Matheus costuma dizer que ele é a mãe, por ser mais carinhoso e cuidadoso.

Após a adoção, o número de tarefas do casal aumentou significativamente, o que também produziu efeitos na relação conjugal. O casal busca dividir as tarefas parentais:

Thiago, por exemplo, ficou responsável pela alimentação do filho e pela resolução de questões burocráticas. José, por sua vez, está à frente das questões pedagógicas e de cuidado. Ambos buscam dialogar para tomar decisões relacionadas ao filho. Também foram feitas adaptações na rotina para melhor acolher Matheus. José e Thiago são veganos, então precisaram incluir carne nas refeições por conta do filho. Além disso, passaram a verificar com mais cuidado a classificação indicativa dos filmes para assistir em família e também diminuíram a frequência de viagens.

Thiago e José contam que receberam bastante apoio dos amigos quando contaram que seriam pais. Os familiares, por sua vez, não reagiram tão bem. No início, viram como um gesto de caridade, como se José e Thiago tivessem adotado Matheus para ajudar uma criança necessitada. Apesar das dificuldades iniciais, Thiago percebe que a paternidade viabilizou uma reaproximação da família extensa, principalmente a família de José. Mas em relação à família de Thiago, cujas pessoas já conheciam e possuíam um vínculo com Matheus anterior à adoção, essa transição foi mais difícil.

Thiago e José consideram que sua família é acolhida nos lugares que frequentam, mas devido às condições socioeconômicas do casal. Eles não se restringem quanto aos espaços frequentados. Mas no shopping, por exemplo, não costumam trocar carinhos entre si. Matheus, por sua vez, gosta de andar de mãos dadas com os pais. Thiago percebe que, ao passear com sua família, algumas pessoas olham para eles com estranhamento. Nesse sentido, José conta que, sobretudo após as eleições presidenciais de 2018, teve medo de que sua família fosse perseguida pela sociedade. Ademais, Thiago considera que as escolas precisam se preparar melhor para receber famílias homoparentais e relata ter experienciado dificuldades relacionadas às comemorações do dia das mães e ao dia dos pais. José e Thiago consideram que o “dia das famílias”, seria uma proposta mais interessante, pois poderia abarcar a diversidade de arranjos familiares.

Por fim, acerca dos projetos de vida, Thiago relata que se sente realizado na área profissional em que vem atuando e espera que o filho seja uma pessoa feliz, que respeita a diversidade e o outro. José, por sua vez, conta que se sente próximo do fim da carreira e que, agora, pretende se dedicar apenas ao que, de fato, quiser fazer. Nesse sentido, ele pretende terminar de construir uma casa de campo para a família, se dedicar a um projeto social e, quem sabe, publicar um livro com seus escritos. Para o filho, ele deseja que Matheus se torne uma pessoa autônoma e equilibrada emocionalmente.

4.2.3.1 Desenhos e Histórias de José

Inicialmente, são apresentados os desenhos e as histórias produzidas por José.

Figura 9 - Desenho I: Uma família qualquer (José).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Juntos.**

Diante da solicitação para desenhar uma família qualquer, José comenta: “Uma família qualquer é ótimo, porque geralmente uma família qualquer é formada de homem e mulher, né? Vamos colocar uma mulher aqui. Vamos tentar...”

Quando convidado a contar uma história sobre a família, ele disse: “Eu coloquei uma família formada por um homem e uma mulher e duas crianças, inclusive um menino e uma menina. Engraçado que eu imaginei que elas estivessem caminhando num local verde... aberto, mas saindo de casa. Tanto que eu ia colocar uma casa aqui atrás... como um local de referência, onde eles pudessem habitar. Mas é um homem, uma mulher... eu coloquei eles juntos, tentei colocar eles abraçados, mas acabei deixando eles quase tocando nos meninos... é como se eles tivessem saindo pra passear nesse local, em um momento deles quatro juntos, quase fazendo parte de um único corpo”.

O pesquisador questiona: “Único corpo?”

José responde: “Eu gosto dessa condição de união, sabe? De ficar perto... Mas eu acho que eles saíram juntos um dia, saíram pra caminhar num local aberto, depois de sair de casa. Acho que a casa ficou mais distante, acho que ela está por aqui, fora do desenho (risos)”.

Figura 10 - Desenho II: Uma família que gostaria de ter (José).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Amor.**

Ao desenhar a família solicitada, José comenta: “Acho que eu vou colocar a nossa mesmo... eles juntos aqui. A gente sentado... deixa eu ver se eu consigo colocar assim... Vou colocar aqui os cachorrinhos... Tentar colocar os cachorros aqui do lado. Eu acho que talvez seja uma coisa assim... talvez uma árvore aqui...”.

Quando convidado a contar uma história sobre a família desenhada, José diz: “Eu tentei colocar uma família que eu acredito que seria a nossa. Aí coloquei dois homens, um filho, os três cachorros, a natureza, a árvore... talvez porque a gente gosta muito de planta, de lugares assim... Eles saíram pra essa conexão com a natureza, com uma área aberta e ao ar livre”. Ao finalizar a história, José comenta: “Na verdade, eu acho que eu gostaria de ter... mas será que eu tenho?”.

Figura 11 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (José).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Sozinho.**

Enquanto desenhava a família solicitada, José comentou: “Bem... eu vou colocar uma pessoa só. Acho que ele tá sozinho... não sei nem se pode se considerar uma família, mas eu coloquei uma pessoa sozinha”.

Após finalizado o desenho, o pesquisador pede a José que conte uma história. Ele diz: “Eu acredito que ele seria um rapaz que... estaria pensativo com alguma situação e que não gostaria de estar naquele momento sozinho... e talvez precisaria melhorar essa situação...”.

O pesquisador questiona a respeito da situação que deixou o rapaz do desenho pensativo. José responde: “Eu não sei... ele não estaria bem, por estar só, por não estar feliz com essa situação, talvez porque ele não conseguiu... Em um primeiro momento eu pensei em colocar uma pessoa depois de uma briga”.

Figura 12 - Desenho IV: A sua família (José).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Amor.**

Quando convidado a desenhar sua própria família, José comenta, rindo: “Ave maria... vou repetir. Deixa eu ver se eu consigo colocar melhor aqui... porque eu coloquei a desejada... e esqueci de colocar o lado de cá...”.

Enquanto desenha, ele conta: “Eu tô rindo porque eu vou fazer uma coisa que a gente brinca... ele (o filho) diz assim: “Ah, a gente vai abraçar os três”... aí a gente diz: “Ah, abraço de três”... Então eu tô fazendo a gente abraçados. Mas o Matheus tá de costas... e talvez você se pergunte: “O que aconteceu, porque esse menino tá de costas?”... Mas ele tá de costas porque está olhando pra gente... Vamos lá... Thiago, ok. A gente abraçado, ok. É mais ou

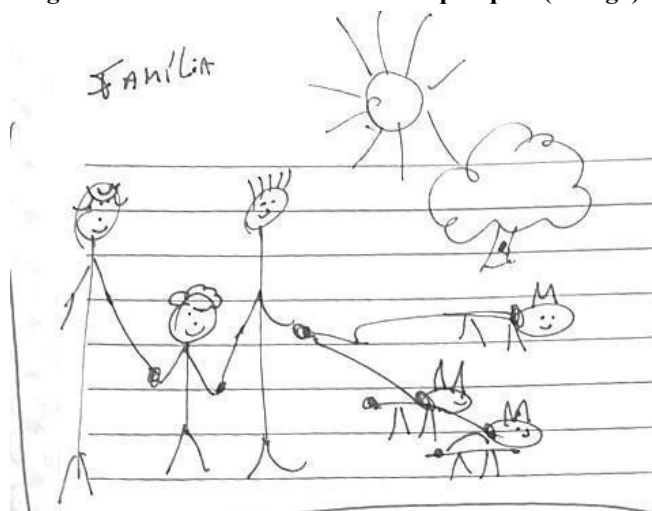
menos essa a família da gente... Ah, eu vou colocar essa casa aqui... Agora faltou os cachorros...”

O pesquisador convida José a contar uma história sobre a família. Ele diz o seguinte: “Essa família agora consegue se refugiar nessa casa (risos). Consegue ser feliz e se unir... e sempre tá bem. A gente sempre ficou bem, na verdade... A gente saiu um dia e viu toda essa realização que nós fizemos em conjunto e, nesse momento, a gente tava celebrando. A gente gosta de celebrar mesmo as situações, as coisas boas e agradecer... era um momento de agradecimento, que a gente conseguia ver a árvore crescer, a gente se unindo. Os cachorros estavam até admirando a gente, porque a gente tava junto, conseguindo construir isso tudo. É mais ou menos essa a história”.

4.2.3.2 Desenhos e Histórias de Thiago

A seguir, são apresentados os desenhos e as histórias de Thiago.

Figura 13 - Desenho I: Uma família qualquer (Thiago).



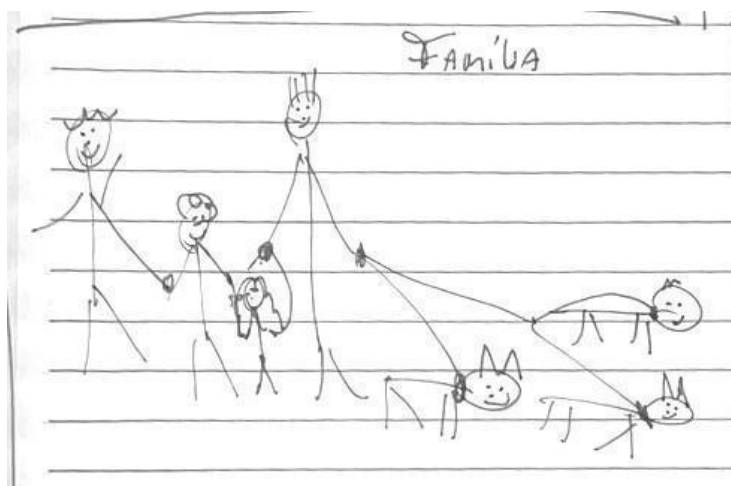
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Família.

Ao receber a instrução para desenhar uma família qualquer, Thiago perguntou, sorrindo, se poderia ser a dele. O pesquisador salientou que, diante da instrução recebida, ele poderia ficar à vontade para desenhar o que quisesse.

História: “Essa família é uma família composta por dois homens. Um casal homoafetivo, uma criança e três cachorros. Eles parecem estar bem felizes e estão passeando em uma tarde no parque”.

Figura 14 - Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Thiago).



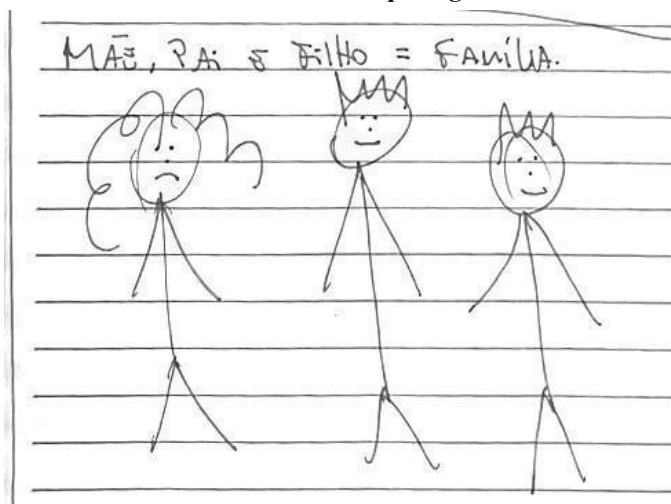
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Família parte dois.**

Diante da instrução para desenhar uma família que gostaria de ter, Thiago sorri e comenta que vai desenhar a mesma família do desenho anterior. Quando solicitado a contar uma história, ele diz: “É a mesma família, só que com uma menina. E talvez com outros cachorros”.

Ao ser questionado sobre quem era a menina e o que estavam fazendo, Thiago responde que se trata da filha do casal e que eles estão passeando.

Figura 15 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Thiago).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Mãe, pai e filho = família.**

Ao receber a instrução para desenhar uma família em que alguém não está bem, Thiago pergunta: “Qualquer família?”. O pesquisador apenas repete a instrução inicial e, após finalizado o desenho, solicita a Thiago que conte uma história. Ele conta que essa é uma

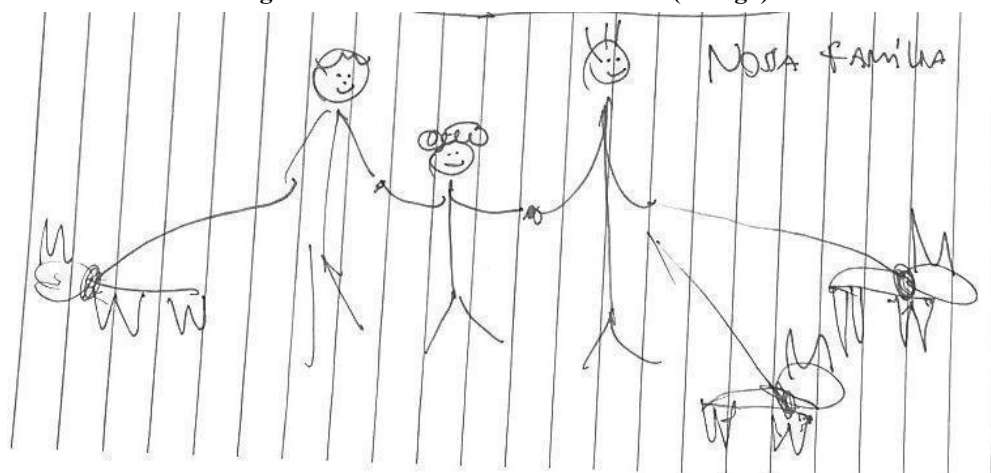
família heteronormativa, composta por um casal heterossexual e seu filho, e que a mãe é a pessoa que não está bem.

O pesquisador questiona: “Por que ela não está bem?”

Thiago responde: “Ela se sente muito só em relação aos demais membros da família”.

Rindo, ele acrescenta: “Não sei que família é essa”.

Figura 16 - Desenho IV: A sua família (Thiago).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Nossa família.

Ao desenhar, Thiago comenta, em relação ao primeiro desenho: “Não mudou muita coisa não” e, ao finalizá-lo, pergunta ao pesquisador se pode ser a mesma história do desenho qualquer. O pesquisador apenas pede que ele conte uma história. Diante da solicitação, Thiago conta que o desenho representa a história de um casal que se tornou uma família, decidiu ter um filho e hoje estão felizes.

4.2.3 Família III

A terceira família é composta pelo pai Getúlio (45 anos) e seu filho Lucas (10 anos). Getúlio é o caçula de três irmãos e conta que sua mãe, já falecida, era professora e devido às demandas do trabalho não pôde ser mais presente em sua infância; seu pai, agricultor, ocupou, sobretudo, o papel de provedor do lar; e seus irmãos, devido às diferenças de idade (seis anos em relação ao mais velho), costumavam brincar entre si e estudar em outras escolas. Nesse sentido, Getúlio aponta a importância das babás em sua criação.

O desejo de construir sua própria família surgiu quando Getúlio já era um adulto e estava estudando para concurso público, já em uma cidade diferente da que cresceu, mas ainda na região Norte do país. Para ele, que definiu família como “âncora, porto seguro”, construir uma família era também uma oportunidade de ter a família idealizada que não teve

em sua infância. Ser pai, contudo, era um planejamento a longo prazo, mas devido a uma situação familiar, ele acabou tendo a oportunidade de exercer a paternidade antes do previsto.

A adoção de Lucas aconteceu quando o filho ainda era um bebê. Getúlio seria padrinho do menino, mas acabou se tornando pai. Ele conta que uma prima engravidou na adolescência, aos 17 anos. Na tentativa de amenizar o conflito que se instaurou entre a tia (que era muito amiga dele) e a prima (que confiava mais nele que na própria mãe), Getúlio acabou se envolvendo e auxiliou a adolescente durante todo o pré-natal. O primeiro contato dele com o filho, inclusive, aconteceu em um desses momentos, quando ele escutou o coração do Lucas, que até aquele momento seria apenas seu afilhado.

A adoção se deu, sobretudo, devido a não identificação da genitora com a criança, depois de esgotadas as tentativas de vinculação entre ela e o filho. Inicialmente, Getúlio realizou a chamada “adoção à brasileira”, na qual compareceu ao cartório com o bebê e disse que era o pai da criança. Contudo, cerca de quatro anos depois, quando já participava de um grupo de apoio à adoção, buscou regularizar sua vinculação com o filho para garantir segurança jurídica. Nesse sentido, foi realizado um pedido de adoção direta de Lucas.

Para Getúlio, tornar-se pai foi uma realização. Ele fala sobre essa experiência como uma construção, com diferentes etapas e desafios. Nesse sentido, embora tenha sido atravessado por uma forte emoção e uma sensação de pertencimento desde os primeiros contatos com o filho, ele conta que não se sentiu pai a princípio, mas que se sente pai agora, diante das responsabilidades que lhe cabem.

Desde os momentos iniciais da paternidade, ele contou com o apoio de babás, que auxiliavam, sobretudo, nos cuidados físico-corporais da criança. As primeiras experiências a sós com o filho são descritas como desesperadoras. Contudo, aos poucos Getúlio foi aprendendo a desempenhar seu papel parental, como, por exemplo, a preparar o leite e deixá-lo na temperatura correta para amamentar o filho; a acordar de madrugada, de três em três horas, para trocar fralda do bebê; e até mesmo mudar a posição em que costumava dormir, para evitar acordá-lo.

A falta de referências sobre como ser pai é apontada por Getúlio como um fator que contribui para o sentimento de insegurança em relação ao modo como tem exercido sua paternidade. Ele atribui esse sentimento ao fato de não ter tido um pai presente e também a um fator de gênero, uma vez que os homens, quando crianças, não costumam ser ensinados a ser pais, nem a cuidar da casa e exercer tarefas domésticas.

A respeito da atual relação com o filho, Getúlio ele comenta que quanto mais o filho cresce, mais se torna crítico e questionador. Por ser um pai solo e sentir que precisa fazer os

papéis materno e paterno, Getúlio se percebe sendo mais rígido do que amoroso com o filho. Ele conta que tenta fazer com o filho o que a mãe não fez com ele, ao ensiná-lo tarefas domésticas, de modo a torná-lo mais independente.

Getúlio relata que seus familiares não concordaram quando ele decidiu ser pai e que, até hoje, não se sente aceito. Diante disso, afirma que o maior apoio costuma vir dos amigos, do grupo de apoio à adoção local e do grupo de pais e famílias homoafetivas de sua cidade. É com eles que Getúlio troca experiências e costuma participar de atividades coletivas de lazer com seu filho. Ele sente que esses grupos foram porto-seguros nas diversas fases da constituição de sua família.

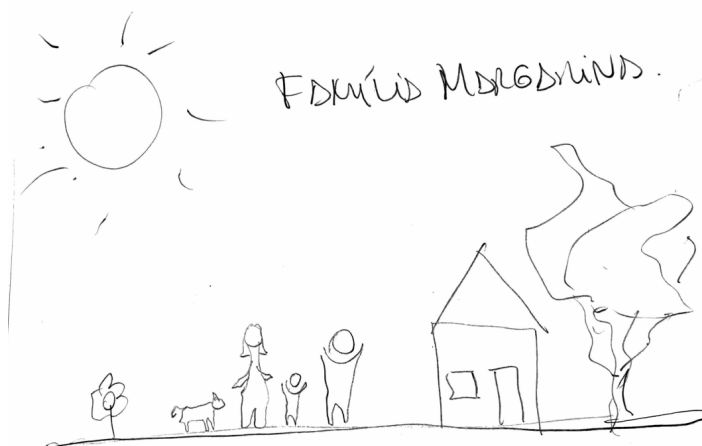
Getúlio sente que, no atual momento, sua família é acolhida e reconhecida pela sociedade. Alega que não experienciam dificuldades ao frequentar espaços coletivos, embora isso tenha sido frequente até os cinco anos do filho, período em que percebia os seguranças dos estabelecimentos desconfiados ao vê-lo entrando com um menino em determinados espaços. Além disso, a nível macropolítico, Getúlio também sente falta de suporte e políticas públicas voltadas para as famílias monoparentais.

Por fim, sobre os projetos de vida, Getúlio relata que não tem muitos para si. Seu maior projeto no momento é se mudar para uma casa própria, que possa abrigar Lucas quando ele não estiver vivo. A expectativa de Getúlio é que o filho conclua os estudos e se insira no mercado de trabalho. Ele diz que pensará em pretensões mais pessoais apenas quando o filho estiver empregado.

4.2.3.1 Desenhos e histórias de Getúlio

A seguir, são apresentados os desenhos e as histórias produzidas por Getúlio.

Figura 17 - Desenho I: Uma família qualquer (Getúlio).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

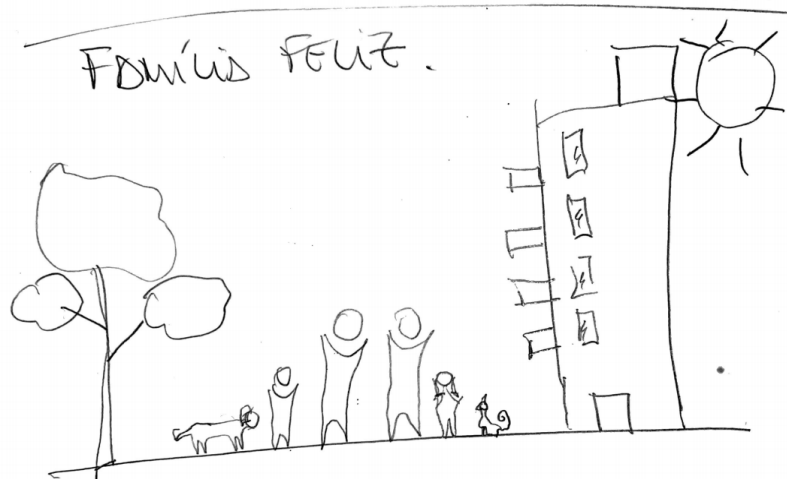
Título: Família Margarina.

Após produzir o desenho solicitado, ao ser convidado a contar uma história sobre a família, Getúlio diz o seguinte: “Ah, é a família margarina, né? (risos). Mamãe, papai, um filho nos dias atuais, né? Mais o cachorrinho. Uma árvore, dando sombra na casa. O sol sempre brilhando (risos). E as flores no jardim. Tudo certinho”.

O pesquisador pergunta: “Eles estão fazendo algo?”

Getúlio responde: “Eles estão passeando do lado de fora da casa. Aproveitando o tempo bom e é isso”.

Figura 18 - Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Getúlio).



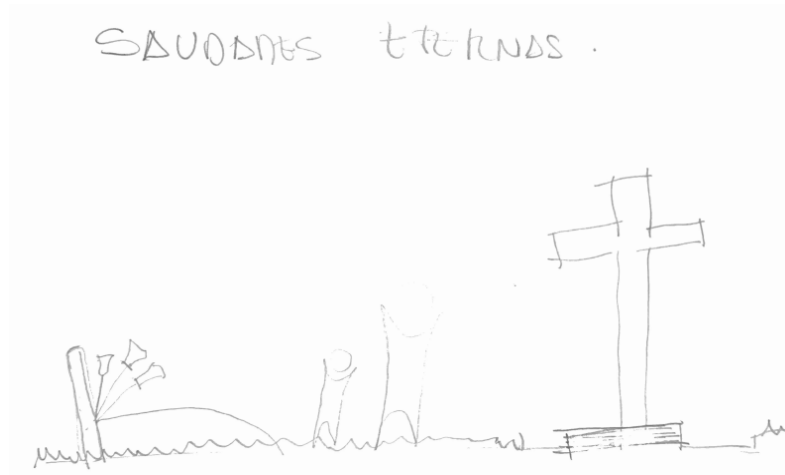
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Família feliz.

Diante do desenho produzido, o pesquisador pediu que Getúlio contasse uma história. Ele disse o seguinte: “Ah, eu queria uma família com duas pessoas que se amassem, de forma incondicional, que tivessem pelo menos dois filhos... e que nessa família tivesse espaço pra gatinha, pra menina, pro cachorro e pro menino. Queria que eles tivessem a segurança da habitação, num prédio, com segurança do condomínio, com área de lazer, muitas árvores, caixa de areia, playground, piscina, pra eles aproveitarem, né? E que fosse bem localizado, num local seguro, próximo das escolas, do trabalho dos pais”.

O pesquisador questiona se são dois pais. Getúlio responde que sim, “são dois pais”.

Figura 19 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Getúlio).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Saudades Eternas.

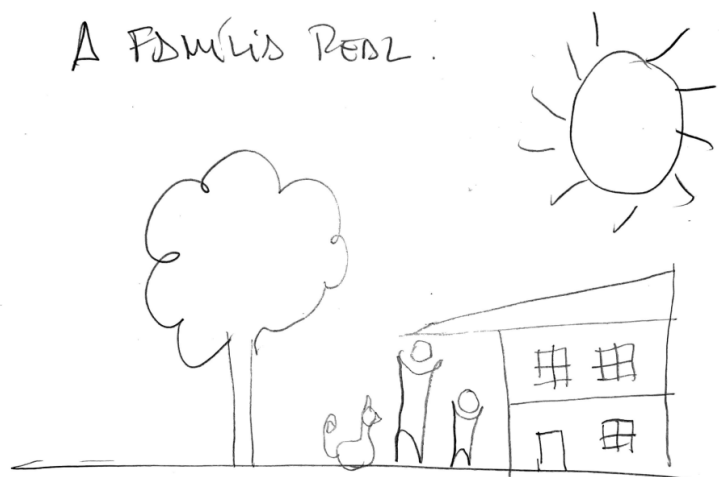
Diante da solicitação para desenhar uma família em que alguém não está bem, Getúlio comenta, rindo: “Gente, que dificuldade!”.

Finalizado o desenho, o pesquisador solicita que ele conte uma história sobre a família. Getúlio diz o seguinte: “É uma família... o pai e a criança estão no cemitério, por terem perdido um ente querido. Essa perda... essa perda deixa a pessoa muito ruim, deixa a família ruim”.

O pesquisador questiona: “Quem foi o ente querido que eles perderam?”

Getúlio responde: “É... no caso, eu sinto falta todos os dias da minha mãe. Eu acho que ela seria alguém que iria me apoiar muito nesse processo da adoção e da criação do meu filho. Não só por ser minha mãe, mas pelo caráter dela, pela experiência, pela profissão de professora... pela história de vida, né? Então... Acho que ela iria ter muito o que me aconselhar, me ajudar nesse aspecto... eu penso nela, nesse caso... Mas tem outras perdas também... elas são significativas, né? Durante a história da nossa vida... e recentemente eu perdi o meu irmão, por exemplo. Ele também faz muita falta... talvez não pro Lucas... mas pra mim, foi uma perda muito grande”.

Figura 20 - Desenho IV: A sua família (Getúlio).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Família Real.**

Diante da solicitação para desenhar a própria família, Getúlio sorri e diz que é “simples”.

Finalizado o desenho, o pesquisador pede que ele conte uma história. Sorrindo e fazendo referência ao desenho, ele diz o seguinte: “Seria a proteção da casa, né? Um ambiente seguro... tá aí o beiral da casa protegendo do sol, da chuva... O pai, o filho e a gatinha... em uma casa que é próxima de uma praça, de um bosque... seguro... é isso aí. A minha família é isso, somos nós três: eu, a gatinha e o Lucas”.

4.2.4 Família IV

A quarta e última família é composta pela mãe Marília (49 anos) e seu filho Bruno (5 anos). Marília, assim como o filho, foi adotada ainda bebê e cresceu em um estado do Sul do país, ao lado da mãe, do pai e de outros três irmãos. Ela ressalta que o fato de ser adotada nunca gerou qualquer diferença no tipo de cuidado recebido pelos pais. A participante conta que saiu de casa ainda jovem e que mora há 25 anos em uma capital do Nordeste, desde que foi aprovada em um concurso público e passou a trabalhar em um hospital. Ela percebe que a relação com os pais mudou, sobretudo devido ao estado de demência em que eles se encontram atualmente.

Acerca do desejo de constituir uma família, Marília acredita que a escolha da adoção como meio tenha vindo de sua própria história. Ela conta que seus pais sempre abordaram essa questão com muita tranquilidade, afeto e amor, o que contribuiu para que ela se posicionasse na família. Desde criança, ao brincar de boneca, suas filhas já eram adotadas. Marília conta que chegou a engravidar em um momento de sua vida, mas acabou abortando espontaneamente. Ela ressalta, no entanto, que seu desejo sempre foi ter um filho por adoção.

Nesse sentido, ela adotou seu filho Bruno, há cerca de cinco anos. Ele chegou ainda recém-nascido, após quatro anos e sete meses de espera, entre a entrada na fila para adoção e a efetivação do processo. Marília descreve o tempo de espera como difícil e conta que foi avaliada negativamente pela psicóloga responsável, o que culminou na não aceitação do processo. Marília não se recorda do motivo, mas salienta que os demais integrantes da equipe estranharam o parecer da profissional e a orientaram a entrar novamente com o pedido. Após finalizado o tempo de espera obrigatório, Marília entrou novamente com o pedido e, dessa vez, obteve aprovação.

Ao relatar o primeiro encontro com seu filho, Marília se emociona. Ela conta que recebeu a notícia quando estava trabalhando e que precisou ser amparada no momento, tamanha a euforia que sentiu. Foi difícil, inclusive, dirigir até o local para buscar seu filho, Marília chegou a temer não sobreviver para encontrá-lo. Quando pegou Bruno nos braços, ela relata ter sentido uma emoção tão gigante que simplesmente não precisava de mais nada e acabou esquecendo seus documentos e sua bolsa, quando foi embora com o filho para casa.

Acerca de suas primeiras experiências cuidando do filho, Marília relata que sua formação e sua experiência trabalhando em um hospital, deram base para que ela fosse mãe de um recém-nascido. Ressalta que contou com uma rede de apoio, sobretudo formada por colegas também profissionais da saúde, que a auxiliaram diante de sintomas e adoecimentos apresentados pelo filho.

Marília define a maternidade como “o amor e o caos na mesma situação”, mas apesar dos desafios e das dificuldades no processo, ressalta que nada tira a beleza da experiência de maternar. Como principais desafios, Marília aponta conciliar a rotina de trabalho, cuja carga horária costuma ser de 12 horas nos dias em que trabalha, com os cuidados do filho ao chegar em casa. Ela comenta que são esses os dias em que Bruno mais demanda a presença dela, mas são também os dias em que Marília está mais cansada. Mesmo assim, ela busca suprir essa ausência, ficando na companhia dele, acalmando-o para dormir e lendo historinhas. Já os momentos que mais gosta de estar com o filho são aqueles em que pode acompanhar seu crescimento e suas descobertas cotidianas, por meio do brincar.

Marília também relata que ser mãe solo de uma criança pequena e profissional de saúde durante a pandemia foi extremamente difícil. Conta que se sentiu desamparada, pois não tinha familiares próximos, nem comunidades e amigos com quem pudesse contar, já que todos estavam isolados. Ela considera que a pandemia impactou bastante a vida das pessoas, sobretudo dos profissionais de saúde, que passaram a ser vistos como vetores de transmissão

do vírus. Diante disso, Marília chegou a perder o apoio da babá de Bruno, que temia se infectar a partir do contato com ela e o filho.

Sua maior preocupação em adoecer esteve relacionada aos cuidados do filho. A pressão emocional foi tamanha que levou Marília a buscar terapia. Ela também conta que resolveu mudar de casa, mesmo no meio do caos pandêmico, para um condomínio que tivesse uma área ampla, na qual o filho pudesse brincar. Nesse sentido, fez o possível para que o filho não ficasse completamente preso nesse período. Apesar do cansaço, descia com ele todos os dias para andar de bicicleta, de patinete, subir em árvore, dentre outras brincadeiras.

Marília conta que recebeu apoio de seus irmãos e seus amigos quando entrou na fila para adoção, mas que escutou comentários negativos de seu pai. Ela conta que sua família nunca chegou a ser vítima de preconceitos de forma direta, mas que sua homossexualidade fez com que uma vizinha se afastasse dela, o que culminou no fim da amizade entre os filhos de ambas. Sobre os projetos de vida, Marília relata que o futuro dela é “agora”, é a experiência da maternidade, e que não deseja nada além disso. Quanto ao futuro do filho, ela diz que está dando “a régua e o compasso” e que caberá a ele decidir o que fazer com a própria vida. Ela espera apenas ser capaz de dar uma boa base para que ele possa construir sua própria história.

4.2.4.1 Desenhos e histórias de Marília

Por fim, são apresentados os desenhos e as histórias produzidas por Marília.

Figura 21 - Desenho I: Uma família qualquer (Marília).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: **Família.**

Quando convidada a contar uma história sobre a família desenhada, sorrindo, Marília respondeu: “Ó... essa é a minha”. Ela conta que antes tinha a expectativa de uma família mais “margarina”: “Eu com uma companheira e o meu filho, (...) que a outra pessoa assumisse como nosso. Com o passar dos anos, eu fui entendendo que a família sou eu e ele mesmo. E... a princípio eu ainda fiquei um pouco dolorida, talvez... ou chateada... ou sem entender essa construção que não é do meu desejo, mas é (...) o que tá me sendo proposto... e hoje eu aceito e sou capaz de chamar isso de família e ficar satisfeita”.

O pesquisador questiona sobre como é “hoje”. Marília responde que nem sempre foi como é: “Nos primeiros dois anos, eu ainda batalhei por uma coisa que fosse outra construção no meu desejo. Hoje eu tô extremamente feliz com essa realidade. Então... eles são felizinhos, meu moleque, de uma infância em que pode brincar e ambos são felizes... bem felizes”.

Figura 22 - Desenho II: Uma família que gostaria de ter (Marília).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Utopia.

Diante da solicitação para desenhar uma família que gostaria de ter, Marília diz: “Mas é a mesma...”. O pesquisador solicita que ela a desenhe.

Segue a história contada por Marília, acerca da família desenhada: “A família que eu gostaria de ter... eu já acabei explicando no primeiro desenho. A que eu gostaria de ter é uma utopia. Eu gosto da que eu tenho. Então a que eu gostaria de ter eu já matei. Porque ela é utópica e é desnecessária. É margarina... É uma construção social, ainda que seja homoafetiva... Ainda era uma cobrança, um desejo construído e não desejado... É irreal. É utópico. A utopia já fala a respeito disso. Então eu não coloquei a que eu gostaria, eu coloquei a que eu gosto”.

Figura 23 - Desenho III: Uma família em que alguém não está bem (Marília).



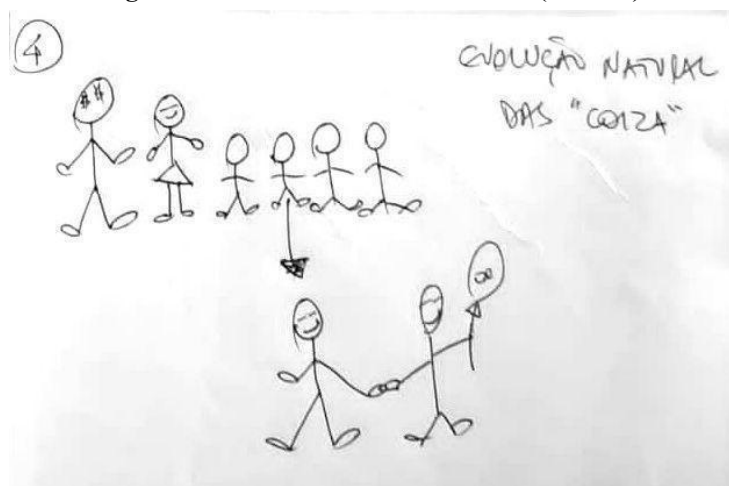
Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Deprê.

Quando solicitada a desenhar uma família em que alguém não está bem, Marília comenta: “Nossa, são muitas...”. Ao contar uma história sobre a família, ela diz: “Ele tá deprimido”.

O pesquisador questiona se existe um motivo para isso e Marília responde: “Uma família que tem alguém nessa condição não pode estar bem... porque mobiliza todos, né? A família não tá presente por causa disso, ele tá isolado, tá adoecido, com certeza não tem ninguém bem... não só ele, os que se importam não estão bem”.

Figura 24 - Desenho IV: A sua família (Marília).



Fonte: Imagem registrada pelo participante (2021).

Título: Evolução natural das coisas.

Ao desenhar sua própria família, Marília faz referência a sua família de origem e conta a seguinte história: “É essa família... composta pelo padrão tradicional da família

tradicional brasileira, do casal heteronormativo, cheio de filhos... onde cada um segue seus passos, cada um constrói seu próprio núcleo, todos vindos de um núcleo único... mas todo mundo vai seguindo, construindo o seu negócio e ok”.

5. ANÁLISE TEMÁTICA E DISCUSSÃO

Neste capítulo, os dados obtidos na entrevista são analisados e discutidos a partir de quatro categorias temáticas: 1) “História familiar progressa”, na qual são abordados aspectos das experiências dos pais e das mães com suas famílias de origem; 2) “O projeto de parentalidade”, na qual discute-se sobre o desejo de exercer a parentalidade e sua concretização pela via da adoção; 3) “O cotidiano familiar homoparental”, na qual aborda-se o desenvolvimento das relações intrafamiliares estabelecidas por meio da adoção; e 4) “A família homoparental na sociedade”, na qual discute-se as experiências da adoção com a família extensa e em relações sociais mais amplas.

5.1 HISTÓRIA FAMILIAR PREGRESSA

De acordo com Winnicott (1993/2011), as bases da saúde mental do indivíduo estão alicerçadas nos cuidados providos pelo ambiente familiar no início da vida. Se este ambiente desempenhar suficientemente bem sua função de adaptação às necessidades mutáveis do bebê, ao longo dos diferentes estágios de dependência, ele poderá se desenvolver e se integrar em uma unidade psique-soma.

Nesse sentido, cabe destacar que o indivíduo que, hoje, é um adulto, capaz de construir sua própria família, necessariamente já foi uma criança, também cuidada por uma família. Logo, “no estudo de qualquer indivíduo, encontramos tanto o passado como o presente, tanto a criança quanto o adulto” (WINNICOTT, 1964/2022, p. 90). Em outras palavras, pais e mães já foram filhos e também são fruto dos resultados positivos obtidos em etapas anteriores do desenvolvimento emocional (WINNICOTT, 1993/2011).

Conforme Zorning (2010), o processo de tornar-se pai e tornar-se mãe inicia bem antes da chegada de um filho, tendo raízes na infância de cada um desses pais, na história da relação destes com os próprios pais, a partir da qual construíram sua própria representação sobre parentalidade. Cada pai e cada mãe possuem, portanto, modelos identificatórios do que é ser pai e do que é ser mãe construídos a partir de suas histórias individuais. É importante ressaltar, contudo, que esses modelos identificatórios não são determinantes, visto que os filhos não são passivos diante dos cuidados parentais.

Assim, antes de analisar o desenvolvimento das relações nas famílias homoparentais adotivas participantes deste estudo, é importante conhecer o percurso percorrido por esses pais e por essas mães ao longo de seu próprio desenvolvimento emocional. Para isso, serão discutidos aspectos das histórias de vida familiar dos participantes em duas subcategorias, relacionadas à experiências da infância e da adolescência nesses lares iniciais.

No entanto, vale ressaltar que os apontamentos e discussões seguintes são apenas hipóteses, construídas a partir de informações obtidas em um único encontro, durante a coleta de dados. Logo, tratam-se apenas de possíveis considerações e não de conclusões diagnósticas acerca da qualidade da provisão ambiental inicial e da dinâmica relacional estabelecida nos ambientes familiares progressos. Este tipo de conclusão poderia ser obtida apenas por meio de um estudo clínico detalhado, o que vai além dos limites desta pesquisa.

5. 1. 1 Experiências na infância

O amadurecimento emocional da criança, na perspectiva de Winnicott (1964/2022), tem início já nos primeiros dias, semanas, meses e anos de vida. Nesse período, ela passa por inúmeros processos complexos de desenvolvimento, por meio dos quais edifica sua personalidade, bem como começa a construir um modo próprio de ser e de se relacionar com seus semelhantes.

Destarte, a infância é um momento de extrema importância na vida do indivíduo. Nele, encontra-se a fase das brincadeiras e é por meio do brincar que a criança adquire experiências; domina angústias; exerce sua capacidade de identificação com os pais; constrói um sentido de responsabilidade; e descobre sua própria espontaneidade. Estas são qualidades que a acompanharão em todo o seu curso de vida (WINNICOTT, 1964/2022).

Nesse sentido, Winnicott (1964/2022) salienta a importância de que os pais forneçam um bom lar comum para seus filhos, emocionalmente estável, no qual eles possam brincar, bem como ser amados e cuidados de modo pessoal, como seres humanos, por outros seres humanos. Apenas assim, as bases da saúde mental poderão ser alicerçadas e a criança poderá progredir em seu desenvolvimento, conquistando, posteriormente, uma personalidade rica e estável, que não apenas se adapta ao mundo, mas que efetivamente participa e contribui com a construção dele.

A partir dos relatos dos participantes sobre suas histórias de vida, foi possível identificar semelhanças e diferenças nas experiências vivenciadas na infância e também na adolescência, como será discutido no tópico posterior. A primeira semelhança refere-se à composição do arranjo familiar progresso, cujo modelo característico é o da família nuclear, composto por um pai heterossexual, uma mãe heterossexual e seus filhos. Este modelo esteve presente nas famílias originárias de todos os participantes e foi descrito por José (Família II) e Marília (Família IV) em suas falas.

Eu nasci numa família... Heterossexual, né? Cisheteronormativa, como as pessoas chamam hoje (José, Família II).

[...] Como em todas as famílias, as relações [...] acabam sendo uma família constituída de pai, mãe e quatro filhos... Então tem os conflitos, os afetos e os desafetos de uma família mesmo. Normal. Não é só amor, né? (risos) (Marília, Família III).

Estes dados corroboram as discussões realizadas por Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013), Meletti e Scorsolini-Comin (2015) e Gurgel e Uziel (2019), sobre a sexualidade dos pais, por si só, não exercer influência direta na orientação sexual dos filhos. Afinal, o desenvolvimento da sexualidade humana é uma questão complexa, atravessada por inúmeros fatores de ordem biológica, psicológica e sociocultural. Logo, o desejo afetivo e sexual não se define a partir de determinações simplistas (GONÇALVES; PALHAES, 2020). Nos casos do presente estudo, a homossexualidade dos pais não tornou seus filhos homossexuais, tampouco evitou a homossexualidade deles.

Embora o modelo de família nuclear possa ser apontado como característico dos arranjos familiares originários, cabe destacar que ele passou por modificações ao longo da história de vida de grande parte dos participantes. Estas mudanças decorreram do afastamento ou da ausência de uma ou de ambas as figuras parentais biológicas. Destaca-se a ausência ou afastamento do pai (biológico ou não), seja por ter desempenhado exclusivamente o papel de provedor do lar ou por ter, de fato, abandonado a família.

[...] Minha mãe era a única que trabalhava mesmo, fielmente. Então ela morria de medo que eu ficasse doente, porque era ela que tinha que correr pro hospital. [...] Meu pai era alcoólatra, então todo dinheiro que ele ganhava, gastava na rua. [...] Depois de alguns anos, ele traiu a minha mãe e foi morar com outra mulher. Essa foi mais uma decepção que eu tive com ele. A gente conseguiu voltar a ter contato anos depois, mas não era um contato muito bom, sabe? [...] Pra falar a verdade, não teve um dia dos pais que eu passei com ele. Ou que eu liguei, ou que eu mandei uma mensagem. Eu não sentia vontade (Marisa, Família I).

[...] O meu pai [...] foi um pai provedor, não um pai amoroso. A gente não via nem a relação dele com a minha mãe. A gente não pegou nada, um abraço, um beijo... Tampouco com os filhos. Ele foi um pai provedor mesmo. Ele ficava sempre muito irritado com crianças (Marília, Família IV).

Embora a participação dos pais no cuidado dos filhos venha crescendo nas últimas décadas (SILVA; PICCININI, 2007; OLIVEIRA et al., 2022), os dados encontrados dialogam com um fenômeno ainda bastante frequente na sociedade brasileira: a ausência e o abandono paterno. De acordo com dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais [ARPEN] (2023), entre os meses de janeiro de 2016 e maio de 2023, mais de um milhão e 100 mil (1.100.891) recém-nascidos foram registrados apenas com o nome da mãe. Nesse sentido, Aradzenka (2022) ressalta que se trata de um número crescente desde de 2018 e que alcançou seu maior patamar no ano de 2022, no qual 6,6% das crianças registradas no

país não tiveram o nome do pai em sua certidão de nascimento. Este é um fenômeno de grande impacto social e merece atenção de pesquisadores em estudos futuros.

De acordo com Winnicott (1971/2019), diante do abandono ou da impossibilidade de pais e mães biológicos cuidarem de um filho, torna-se necessário que outro adulto, suficientemente amadurecido, assuma essas funções, de modo a garantir a continuidade do processo de amadurecimento da criança ou do adolescente. Nos casos de Karol (Família I), Thiago (Família II) e Getúlio (Família III), as figuras parentais ausentes puderam ser substituídas por outras pessoas, como o avô, a avó, o padrasto ou a babá, que passaram a ocupar e a desempenhar as funções materna e paterna:

Meus pais se separaram e eu continuei morando mais uns seis meses junto com meus avós. [...] A nossa referência familiar, sempre eles estavam inclusos... Avós maternos, né? Então sempre participaram da nossa vida muito ativamente, minha avó é minha segunda mãe, meu avô eu posso até dizer que ele é o meu primeiro pai (Karol, Família I).

A minha mãe foi mãe muito cedo, com 15 anos. Ela me criou praticamente sozinha, com a minha avó. [...] Quando o meu pai foi pra São Paulo, eu ainda tinha um ano. [...] Mas o meu padrasto conviveu com a minha mãe desde quando eu era muito criança, então eu o chamava de pai. [...] Era uma figura paterna presente na minha vida, mas em contrapartida, eu também tinha muito contato com os meus avós paternos (Thiago, Família II).

Com relação ao meu pai, ele sempre foi o provedor. [...] Estava mais preocupado em prover a família, já minha mãe foi daquela geração que teve oportunidade de trabalhar, então não cuidava só da família. Ela era professora e trabalhava muito. Ela trabalhava de manhã, de tarde e de noite, [...] então a minha criação foi mais com babá (Getúlio, Família III).

Acerca da dinâmica relacional nos ambientes familiares pregressos, os participantes relataram experiências distintas durante a infância. De um lado, as vivências foram caracterizadas pela proximidade pessoal com os familiares e pelo suporte emocional recebido deles. Nesse sentido, Karol (Família I) ressalta a proximidade na relação com sua mãe e salienta a importância da presença e do suporte recebido por seus avós maternos durante sua criação. José (Família II), por sua vez, destaca a estabilidade como característica do lar em que cresceu, bem como a disponibilidade de seu pai, apesar da ausência por questões laborais. Já Marília (Família IV) fala sobre a importância da atitude cuidadosa de sua mãe ao tratar da questão da adoção, de modo a fazê-la se sentir incluída na família.

Minha mãe sempre foi muito próxima. [...] A nossa relação era além de mãe e filha. Ela lidava comigo e com os meus irmãos mais como uma irmã mais velha, vamos dizer assim. O que prejudicou um pouquinho pra ela, especialmente quando a gente resolveu sair e fazer a nossa vida. Ela sofreu bastante, porque se viu sozinha... Mas nossa relação é muito harmoniosa, de parceria. [...] Meus avós eram nossa base também (Karol, Família I).

[...] Meu lar foi muito tranquilo, eu nunca tive nenhum conflito com as pessoas. A minha mãe é uma mulher bastante crítica, exigente... Isso é um ponto que eu sempre digo na minha terapia. Ela trabalhou sempre em casa, sempre foi do lar. E meu pai sempre foi um homem muito trabalhador e talvez não tão presente. Mas era bem solícito quando a gente buscava ou queria fazer algo (José, Família II).

Eu fui adotada com um ano e pouquinho, por uma família cuja mãe é descendente de imigrantes japoneses. [...] A adoção sempre foi abordada de uma maneira muito tranquila, com muito afeto, com bastante amor. Nunca houve diferença nenhuma, nem de benefício, nem de aspecto negativo, em relação a forma de chegada para constituir a família. [...] Lembro claramente da minha mãe explicando, usando os dedos da mão, que todos os filhos eram dela, a despeito de terem tamanhos diferentes, de terem diferenças entre si... Eu cresci com isso. Essa explicação me confortou, me posicionou naquela família (Marília, Família IV).

Nesse sentido, a partir dos relatos de Karol, José e Marília, cabe destacar algumas características do que Winnicott (1984/2022) define como um ambiente suficientemente bom, como a estabilidade, a disponibilidade e o movimento de adaptação às necessidades; a segurança e a confiabilidade; e o manejo, compreendido como a qualidade das atitudes da pessoa que ocupa a função parental ao atender as necessidades da criança. Estes ambientes familiares progressos parecem ter conseguido fornecer o *holding* necessário e facilitado o processo de amadurecimento de suas crianças.

Por outro lado, também houve indícios de ambientes familiares progressos que tiveram mais dificuldades em ofertar os cuidados necessários para seus filhos. Nesse sentido, Marisa (Família I) trouxe pistas sobre ter crescido em um ambiente negligente, pelo menos em alguns momentos, no exercício de suas funções. Sua infância foi experienciada em um lar caracterizado por constantes episódios de violência doméstica e intrafamiliar, relacionadas, sobretudo, ao uso abusivo de bebidas alcoólicas que seu pai fazia. Estes episódios foram descritos pela participante como traumáticos, com repercussões que atravessaram sua vida.

[...] A minha infância foi bem complicada, porque essa parte do meu pai foi muito traumática, sabe? [...] Desde pequena eu vi que o meu pai queria matar a minha mãe, que ele dormia com uma faca debaixo do travesseiro, então isso me ajudou muito a ter uma ideia já negativa de ter um marido, sabe? Eu pensava assim: toda mulher passa por isso? Eu lembro de, às vezes, segurar a porta por não querer que ele entrasse, sabe? Dele chegar assim, bêbado, da rua... (Marisa, Família I).

Esse contexto, marcado pela falta de estabilidade e segurança, culminou no estabelecimento de uma relação fragilizada de Marisa com seu pai. E também com sua mãe, uma vez que a posição que ela assumiu frente às crises do marido, decorrente de suas próprias dificuldades emocionais, foi a de usar as filhas como objeto, idealizando-as como capazes de trazer a cura para o vício do marido.

Eu lembro que dia de domingo, a minha mãe sempre fazia a gente ir na clínica que ele ficava internado. Ela achava que se ele visse a gente, iria ficar mais feliz e iria parar de beber... Quando ele parou de beber eu tinha aproximadamente oito anos.

Ai as coisas começaram a melhorar, nós mudamos de casa, fomos pra uma casa melhor... (Marisa, Família I).

De acordo com Tardivo, Miura e Alhanat (2016), crescer em um contexto de violência intrafamiliar representa um fator de risco para o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, podendo levá-lo a ter mais dificuldades na construção de uma identidade pessoal, bem como a desenvolver distúrbios de personalidade e de adaptação social. Os efeitos psicológicos das situações de abuso e violência experienciadas podem variar significativamente em termos de duração e intensidade. Nesse sentido, suas consequências podem ser manifestas também na idade adulta, mesmo que nenhuma sintomatologia tenha se apresentado logo após sua ocorrência.

5. 1. 2 A adolescência e os novos desafios

De acordo com Winnicott (1965/2011), a adolescência é um período caracterizado pelo isolamento do indivíduo, bem como pela luta para construção e estabelecimento de uma identidade pessoal. Trata-se de uma fase do desenvolvimento humano marcada pela rápida alternância entre a independência rebelde e a dependência regressiva, na qual se revive o início da infância, mas dessa vez com mais potência. Nesse sentido, o “não-eu” é repudiado, como forma de reivindicar uma posição de indivíduo distinto e separado do outro, embora ainda capaz de se relacionar com ele.

O adolescente se transforma com o passar do tempo e com o desenrolar gradual do processo de amadurecimento. Ao final desse processo, que não pode ser acelerado ou atrasado, ele se torna uma pessoa adulta, capaz de se identificar com a sociedade. Mas enquanto isso não acontece, o ambiente familiar precisa desempenhar o importante papel de sobreviver aos ataques do adolescente e continuar interessado nele. Afinal, muitas das dificuldades que os adolescentes enfrentam derivam de más condições ambientais (WINNICOTT, 1965/2011).

Em outras palavras, os adolescentes necessitam de um ambiente familiar confiável, que acolha tanto a sua rebeldia, quanto a sua dependência. Esta é uma tarefa bastante desafiadora para os adultos cuidadores e as dificuldades desse período podem ser um indício do motivo pelo qual o pai de Karol (Família I) se afastou dos filhos:

O meu pai sempre foi muito ausente. Ele trabalhava bastante. [...] Eu percebo que quando a gente entrou na adolescência, não sei se ele não soube lidar, mas foi quando ele se afastou mais ainda. Mas a gente não tinha maiores problemas, era mais a ausência mesmo. Corpo presente e alma ausente. [...] O vínculo não é tão estreito... Mas a gente se adaptou legal dessa forma e assim seguiu durante toda a minha vida... (Karol, Família I).

Por outro lado, de acordo com Macedo, Azevedo e Castan (2012), também é comum que os filhos se afastem de seus pais durante a adolescência. Há, nessa fase da vida, um desinvestimento nas figuras parentais por parte dos filhos. Desse modo, os pais que, na infância, eram alvo de idealizações, passam a ser criticados e reprovados. Ademais, cabe destacar que este afastamento do adolescente é esperado e importante para seu processo de amadurecimento. Afinal, é a partir dele que o adolescente poderá construir sua própria identidade (WINNICOTT, 1965/2011).

A adolescência também é, para Winnicott (1965/2011), uma fase de intensas descobertas pessoais, decorrentes da própria puberdade e do desenvolvimento da capacidade sexual. Nesse sentido, o indivíduo passa a se questionar acerca do seu próprio desejo sexual e afetivo, bem como a compreender e experienciar sua própria sexualidade. A partir dos dados coletados, foi possível identificar que a entrada dos participantes na adolescência trouxe consigo um tipo específico de violência, a violência homofóbica, motivada pela não aceitação da homossexualidade dos filhos por seus pais.

Vale ressaltar que esta é uma fase bastante sensível no desenvolvimento do indivíduo, o que evidencia a importância de um ambiente familiar que suporte e acolha o movimento do adolescente, para que ele possa chegar à maturidade adulta (WINNICOTT, 1993/2011). Este não parece ter sido o caso de Marisa (Família I) e Thiago (Família II), que denunciaram a falta de apoio e o abandono de seus familiares, decorrentes da revelação de sua homossexualidade.

Eu tive uma adolescência muito ruim. Eu não tenho lembranças boas de amigos. [...] Minha mãe não me apoiou. [...] Uma vez ela virou pra mim e falou assim: “Eu preferia que você estivesse com um homem que te batesse do que com uma mulher” (Marisa, Família I).

Com 14 ou 15 anos eu já tinha uma noção sobre a minha sexualidade. Isso foi muito difícil pra mim e pra minha família. Eu passei por um processo intenso de homofobia intrafamiliar. [...] Chegou um momento que minha mãe e meu padastro não estavam mais me aceitando dentro de casa. [...] Hoje eu não tenho uma relação tão próxima com a minha mãe. Eu acho que ainda ficaram algumas feridas de tudo que aconteceu na minha adolescência e também já na fase adulta, em relação à homofobia mesmo. Eu acho que isso meio que machucou muito a nossa relação enquanto mãe e filho (Thiago, Família II).

Nascimento e Scorsolini-Comin (2018), a partir de uma revisão integrativa de literatura, discutem que a revelação da homossexualidade costuma afetar de forma significativa as relações intrafamiliares entre pais e filhos. Podem ser geradas, em consequência da revelação, diversas formas de violência, como o preconceito velado, por vezes expresso no pedido de que os filhos não demonstrem publicamente suas sexualidades;

agressões físicas; expulsão de casa; abandono; e até mesmo submissão dos filhos a terapias de conversão sexual, com o objetivo de modificar suas homossexualidades.

Sob outra perspectiva, temos a posição assumida por José (Família II) que, por receio de não ser acolhido por sua família, optou por omitir sua homossexualidade durante muitos anos e até mesmo por mentir sobre ter vivenciado um relacionamento heterossexual. Este é um fenômeno comum entre homens gays, que optam por “ficar no armário” e não revelar suas homossexualidades como uma forma de autoproteção (BULAMAH; SANTOS; BARBIERI, 2010).

[...] Minha família com relação à sexualidade nunca foi tão bom assim... No sentido de que eu escondi durante muito tempo a minha homossexualidade. [...] Eu disfarçava a minha condição sexual com outra amiga que era lésbica, pra que a gente pudesse transparecer como um casal na frente dos familiares e, principalmente, do meu núcleo de trabalho (José, Família II).

A performance da heterossexualidade como uma estratégia de autoproteção pode ser analisada a partir do que Winnicott (1984/2022) conceitua como falso *self*. Este é um aspecto de natureza defensiva da personalidade do indivíduo, cuja função é, diante das intrusões ambientais, ocultar e proteger o *self* verdadeiro, até que ele possa emergir, em condições ambientais favoráveis.

Há diferentes graus e tipos de organização de falso *self*, presentes na saúde e em estados patológicos. No caso de José, o falso *self* parece se expressar em um estado saudável, uma vez que sua submissão à realidade externa não o aniquila pessoalmente. Trata-se apenas de uma atitude social desempenhada como forma de “ganhar um lugar na sociedade que nunca poderia ser atingido ou mantido por um *self* verdadeiro que agisse sozinho” (WINNICOTT, 1984/2022, p. 182). Nesse caso, o lugar ganho referiu-se ao amparo do lar, percebido como necessário enquanto ele ainda não era independente financeiramente. A independência financeira foi, inclusive, apontada pelos participantes como crucial na conquista de liberdade para expressar e viver suas sexualidades perante à família.

[...] Eu exigi de mim durante muito tempo que eu tivesse minha autonomia e não dependesse do meu pai, daí eu firmaria minha sexualidade e viveria uma vida tranquila. [...] Ambos ficaram sabendo da minha sexualidade antes de meu pai falecer. [...] Minha mãe foi tirar satisfação comigo e a partir disso... Foi até bom. Porque eu tive a oportunidade, depois de muito mais velho, totalmente independente financeiramente, de chegar até a minha condição de falar pra eles (José, Família II).

[...] Acredito que quase todos os LGBTI+ passaram por isso e não foi diferente comigo. Mas hoje tá bem mais tranquilo, porque eu acho que a questão financeira e a estabilidade dão uma segurança maior pra gente poder se expressar, ter a liberdade de constituir família e fazer o que a gente quer (Thiago, Família II).

Frente às situações de violência e desamparo vivenciadas durante a adolescência, relacionadas ao abandono pelas famílias de origem, o acolhimento recebido por outras

pessoas foi apontado como de extrema importância para a sobrevivência. Nesse sentido, Thiago (Família II) revela o efeito potencializador do apoio recebido por seus avós paternos, que o acolheram e cuidaram dele nos anos seguintes de sua adolescência e também na vida adulta.

Quando eu passei pelo processo de homofobia com a minha mãe, eu também passei um pouco com os meus avós paternos, mas eu acredito que eles foram mais acolhedores. [...] Mesmo ela sendo evangélica, mesmo ela não aceitando muito, em nenhum momento houve muita indiferença, por causa da minha sexualidade. Hoje eu tenho mais contato com eles do que com a minha própria mãe. Porque, de certa forma, eles me acolheram mais. Eu acho que a minha sexualidade ficou em segundo plano pra eles. Acho que o amor, o carinho e o afeto que eles tinham por mim foi maior. Então eu passei muito tempo morando com minha avó e eu acredito que isso me deu força pra seguir (Thiago, Família II).

De formas diferentes, a falta de apoio e acolhimento aos filhos homossexuais, por vezes expressos com atitudes declaradamente homofóbicas, provocaram o afastamento entre os membros da família, bem como geraram intenso sofrimento psíquico e dificuldades emocionais aos indivíduos vitimados. Cabe ressaltar que membros da família progressista de alguns participantes continuaram não aceitando a homossexualidade deles, mesmo na idade adulta e durante a experiência parental, conforme será discutido na categoria 4.

Por fim, é importante citar que de acordo com a World Health Organization (2021), as taxas de depressão e suicídio são mais altas entre os grupos vulneráveis que sofrem discriminação e outros tipos de violência, como as minorias sexuais, compostas por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. No Brasil, conforme Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (2021), uma pessoa LGBTI+ é morta a cada 27 horas apenas por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, sendo 8,23% dessas mortes casos de suicídio. No entanto, estes pesquisadores destacam que há subnotificação de casos, uma vez que não existem dados oficiais do governo sobre o assunto. Nesse caso, a fonte de dados utilizada foram os veículos de comunicação que reportaram as mortes e as notícias nem sempre tinham informações sobre a identidade de gênero e da orientação sexual das vítimas.

A partir dos relatos dos participantes, identificou-se que as vivências na infância foram atravessadas por experiências, de um lado, em famílias que parecem ter se adaptado suficientemente bem às suas necessidades, e, do outro, ambientes familiares que tiveram mais dificuldades nesse processo. A adolescência, contudo, caracterizou-se como um momento especialmente difícil e desafiador para a maioria deles, sobretudo devido à descoberta da própria sexualidade e o não acolhimento desta pelos pais. Estudos mais aprofundados sobre a adolescência de pais e mães homoparentais, centrados no aspecto da relação com as famílias de origem, se fazem necessários para compreender melhor os fenômenos aqui descritos.

5. 2 O PROJETO DE PARENTALIDADE

A parentalidade, conforme Zorning (2010, p. 454), refere-se à “dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos”. A partir dessa perspectiva, há o deslocamento de uma concepção essencialista de paternidade e maternidade, pensadas em termos de consanguinidade e transmissão genética, para uma compreensão ampliada desses processos, considerando sua dimensão afetiva, atravessada por um contexto sociocultural, por aspectos jurídicos, pela história do sujeito na sua família e pela subjetividade de cada um dos pais e mães (FIGUEIRA, 2013; SILVA, 2014; GORIN et al., 2015).

Dito de outro modo, não basta ter um filho para se tornar pai ou mãe. Silva (2014) pontua que a parentalidade não se trata de uma habilidade inata, tampouco de uma simples designação, mas de um processo subjetivo, dinâmico e complexo, que se estrutura na mente dos pais e das mães, a partir do desejo e da própria prática da parentalidade, exercida por meio dos cuidados cotidianos com o filho e do desenvolvimento de um vínculo afetivo, aspectos que serão melhor discutidos na próxima categoria.

Essa compreensão sobre a parentalidade abriu espaço para a legitimação das novas possibilidades de arranjos familiares, como a família homoparental adotiva, objeto analisado neste estudo. Afinal, o desejo de exercer a parentalidade e a capacidade para fazê-lo dependem da história individual de cada um dos pais ou mães; da disponibilidade afetiva e da implicação deles no processo de filiação; e do oferecimento de um ambiente suficientemente bom, estável e confiável, que atenda as necessidades e possibilite a continuidade do processo de amadurecimento do indivíduo (LAIA, 2008; WINNICOTT, 1971/2019).

Isto posto, nesta categoria, serão brevemente discutidos os percursos percorridos pelos participantes no processo de se tornarem mães e pais. Assim, serão abordados e discutidos o desejo de exercer a maternidade e a paternidade, seus aspectos conscientes e inconscientes; a construção de um projeto de parentalidade; e a efetivação desse projeto por meio da adoção.

5. 2. 1 O desejo e o projeto de ser pai/mãe

O desejo de exercer a paternidade e a maternidade, bem como de constituir família por meio da adoção, esteve profundamente relacionado à história pessoal dos participantes. Estes dados se alinham à discussão realizada por Zorning (2010) acerca da qualidade do exercício parental ter raízes nas experiências infantis de cada um dos pais e de cada uma das mães. Também corroboram as ideias de Winnicott (1964/2022) sobre o importante papel das brincadeiras de “pais e mães” ocorridas durante a infância, pois é a partir delas que as crianças podem exercer sua capacidade de identificação com seus pais, bem como descobrir

sua própria espontaneidade. Essas brincadeiras foram citadas por Karol (Família I) e Marília (Família IV) como presentes em suas infâncias e também relacionadas ao desejo adulto de maternar.

Eu sempre tive o desejo de ser mãe. Desde criança, eu sempre gostei de brincar que eu era mãe, que eu tinha meus filhos... Essa questão de casar, que toda menina tem, eu nunca tive, mas o desejo de ser mãe sempre esteve presente na minha vida (Karol, Família I).

Eu imagino que a minha demanda, o meu desejo por constituir família por adoção, tenha vindo da minha própria história. Eu fui adotada com um ano e pouquinho e [...] nas minhas brincadeiras de criança já era filho por adoção. Minhas bonecas já eram adotadas (Marília, Família IV).

Como mencionado na categoria anterior, a participante Marisa (Família I) viveu sua infância em um ambiente familiar marcado pela violência e pela falta de estabilidade emocional, o que pode ter impactado negativamente sua experiência de brincar e a própria formação de uma ideia de família. No caso desta participante, foi a morte de seu pai e o processo de luto decorrente dessa perda que a fizeram, já na idade adulta, desejar ser mãe.

[...] Foi ali no leito do hospital que ele me fez ter vontade de ter a minha família... Até então, eu já estava com a Karol, a gente já tava pensando em morar juntas, mas eu não tinha vontade de ter um filho. Se acontecesse da gente adotar ou de uma das duas engravidar, ok... Mas eu não me via com uma família. No dia que o meu pai faleceu, eu senti uma vontade imensa de ter a minha família... E, logo depois, em 2017, a gente entrou na fila da adoção (Marisa, Família I).

Nesse sentido, cabe destacar o apontamento de Levinzon (2006) sobre a importância de pais e mães compreenderem o que os leva a desejar adotar, bem como que processos de luto sejam elaborados antes da adoção, de modo a evitar que a criança seja inserida em uma família apenas para suprir uma dificuldade emocional materna ou paterna, decorrente da infertilidade ou da morte de uma pessoa próxima, por exemplo. Situações como essas demandam acolhimento e suporte psicoterapêutico.

A partir da análise dos dados, também foi possível identificar algumas diferenças entre o grupo de mães e o grupo de pais participantes, que podem estar relacionadas ao modo como estes foram socializados enquanto homens e mulheres. Nesse sentido, enquanto a maior parte das mães mencionou que o desejo de maternar existia desde a infância, o desejo de exercer a paternidade emergiu a partir da adolescência e da idade adulta dos pais participantes, por vezes relacionado às circunstâncias da vida e não diretamente projetos pessoais pregressos.

[...] Eu já tinha vontade de ter alguém que eu pudesse chamar de filho. De ter um filho mesmo. Eu acho que eu comecei esse processo de cuidar... Eu comecei isso com um cachorro (risos). [...] Eu tava morando com meus avós paternos, tinha um cachorro e já tinha todas as responsabilidades com ele. Tinha aquele vínculo forte... As pessoas diziam: “Se tu gosta tanto, tem que ter um filho” (Thiago, Família II).

[...] A vontade de ser pai veio muito rápido e foi por conta dessas circunstâncias inesperadas que aconteceram com a família do Matheus. Eu não entrei em uma lista de adoção, de adotantes, como está previsto. [...] E outra coisa! Essa história que você cria vínculo muito rápido com a criança e com o adolescente é muito comum, isso é fato... Eu não imaginei que fosse tão rápido assim. Em poucos dias, eu não queria que ele fosse embora (José, Família II).

[...] Depois da graduação, pós e do mestrado, eu comecei a trabalhar, fazer concurso público e [...] foi se desenvolvendo em mim a necessidade de construir a minha própria família. Por diversos motivos do destino, acabei tendo essa oportunidade de ser pai. Não que fosse um planejamento a longo prazo, mas foi uma situação familiar, uma adoção dentro da família... Eu seria padrinho e acabei me tornando pai e eu acho que foi a melhor coisa que eu fiz até o momento (Getúlio, Família III).

De acordo com Lira e Nunes (2016), enquanto os brinquedos socialmente reconhecidos como “de meninas” privilegiam a maternidade e aspectos do espaço familiar, os brinquedos “de meninos” costumam abordar contextos para além do lar, como aventuras e o próprio mundo do trabalho. Tais brinquedos e brincadeiras tem implicações na constituição das identidades de meninos e meninas, o que pode produzir atravessamentos no desejo de constituir família e no desenvolvimento da parentalidade quando estes chegam à idade adulta.

[...] Eu percebo que quando somos crianças, nós homens, a gente não aprende a ser pai. A menina não, ela aprende a ser mãe e, além de ser mãe, ainda aprende a cuidar da casa. E eu fui criado com babá, né? Então não lavava nem uma cueca. Eu só fui me preocupar com limpeza de casa, roupa, quando comecei a morar só, pra estudar fora, mas foi um sofrimento aprender tudo do zero. Não fazia parte da minha rotina. E com o Lucas eu tive que fazer essa nova rotina (Getúlio, Família III).

Esta fala de Getúlio, sobre sentir que não havia construído, ao longo da vida, um repertório pessoal sobre como ser pai, contrasta com a vivência infantil do desejo de ser mãe expressas nas falas de Karol e Marília anteriormente apresentadas. Além disso, exemplifica a diferença nas experiências de socialização de meninos e meninas.

Acerca das concepções pessoais dos participantes sobre a instituição “família”, foi possível identificar uma compreensão ampliada deste termo. Nesse sentido, a família é compreendida por esses pais e mães como uma construção cotidiana, caracterizada pela constante modificação através do tempo. Além disso, são considerados como base para a constituição familiar, os vínculos afetivos e de responsabilidade estabelecidos entre seus membros, independentemente de sua origem. Essa concepção ampliada de família também foi identificada por Lira, Morais e Boris (2016), Rosa et al. (2016) e Rosa e Pêsoa (2019) em seus estudos com pais e mães homoparentais.

Família pra mim é o que vai além dos laços sanguíneos... Eu aprendi muito isso, a gente vive muito isso. É aquela pessoa que tá com você, que se preocupa com você, que tá sempre do seu lado sem precisar dizer nada, [...] que sabe o que tá precisando sem precisar falar... Alguém que vai estar ali, o tempo todo à disposição, desejando sempre o melhor pra você (Karol, Família I).

[...] Agora eu não coloco como primordial os vínculos de sangue, os genéticos, mas sim os vínculos afetivos. O que nós chamamos hoje de socioafetivos. Eu acredito que isso faz a ligação familiar. Hoje eu entendo, depois de algumas considerações até limitantes minhas, que a família também inclui os animais e nós temos três cachorros aqui em casa (José, Família II).

[...] Eu acredito que a família é o afeto, é [...] uma construção que é diária. Então a família está sempre em construção, porque ela se modifica, amplia, às vezes reduz também... Acho que isso faz parte desse processo de família, não é algo estático no tempo (Thiago, Família II).

Contudo, apesar dos vínculos de sangue e genéticos não terem sido apontados como importantes para constituição da família, alguns participantes chegaram a cogitar ter filhos biológicos antes de decidirem pela adoção. Essa ideia passageira pode ter sido fruto da vivência em um contexto social caracterizado por “valores culturais e simbólicos associados ao ideal de conformação de uma "verdadeira" família” (MACHIN, 2016, p. 354). Em outras palavras, ainda há culturalmente a idealização de aspectos biológicos da parentalidade, como consanguinidade e transmissão genética.

Nesse sentido, foi possível constatar que o ideal do filho biológico permanece presente no imaginário de Thiago (Família II), mesmo após efetivada a adoção, visto que ele valoriza o fato de ter um filho geneticamente aparentado, com características físicas que se assemelham às dele. Por outro lado, diferentemente dos demais pais e mães, Marília (Família IV) ressalta que seu sonho sempre foi ser mãe por adoção, embora tenha engravidado no passado.

[...] Tem mulher que sonha ver a barriga crescer, que tem esse desejo. Isso pra mim era algo indiferente. Quando criança, eu não pensava na adoção, mas não era algo que colocava na minha frente essa questão de gerar um filho. [...] Inicialmente, a gente pensou em uma inseminação, mas foi algo que passou batido. No mesmo instante, a gente já voltou pra adoção e começou a pensar, pesquisar como seria (Karol, Família I).

[...] Eu acho que inicialmente eu pensava num filho biológico mesmo, porque... A gente sempre fica naquela curiosidade, né? Como seria em relação a características físicas... Mas depois eu vi que isso também não importa. Até porque Matheus parece muito comigo (risos). Não sei se você já viu a nossa foto, mas todo mundo diz. Inclusive é engraçado, porque as pessoas vem perguntar no *instagram*: “Esse seu filho aí, foi inseminação?” (risos) (Thiago, Família II).

[...] Em certo momento da vida, eu fiquei grávida, inclusive. Eu gostei, lembro de ter gostado dessa situação que, infelizmente, culminou em um aborto espontâneo. [...] Mas o meu desejo sempre foi isso que eu vivo hoje. Não é porque eu não posso... Eu adotei porque eu desejei (Marília, Família IV).

Os relatos das mães homoparentais deste estudo, sobre terem almejado a adoção desde o princípio e não considerarem fundamental a experiência de gestar um filho, confrontam os dados encontrados por Lira, Morais e Boris (2016), acerca da valorização do vínculo biológico na concepção de maternidade de mulheres lésbicas, como algo que

supostamente tornaria a mãe mais próxima da criança. Também vai de encontro aos resultados da pesquisa de Araldi e Serralta (2019), nos quais identificou-se a preferência de mulheres lésbicas pela Fertilização *in Vitro* no projeto de se tornarem mães. Nesses casos, constatou-se a existência de uma concepção essencialista de maternidade, na qual a consanguinidade desempenhava um papel importante no estabelecimento dos papéis desempenhados pelo par parental.

Importante destacar que, no caso de Karol e Marisa (Família I), o acesso à parentalidade foi um projeto do casal e não de apenas um de seus membros. Nesse sentido, ambas estiveram engajadas em todo o processo de adoção, como será discutido no próximo tópico. Estes dados dialogam com os encontrados por Tombolato, Maia e Santos (2019), em estudo sobre a trajetória de adoção por um casal de lésbicas, mas nesse caso, apesar do desejo de ter filhos ter sido uma expressão do casal, constatou-se que apenas uma das parceiras tomou a frente para a efetivação do projeto de parentalidade.

[...] Quando a gente tava há sete anos juntas, foi quando a gente falou assim: “Vamos aumentar a família, tá na hora já da gente pensar no nosso futuro”... Era o que a gente queria (Karol, Família I).

Por outro lado, Araldi e Serralta (2019), em estudo com casais homoafetivos, constataram que o desejo de ter filhos se manifestou inicialmente em apenas um dos cônjuges e que a busca pela parentalidade ocorreu, sobretudo, por influência deste. Diante disso, cabe mencionar a discussão realizada por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) sobre cada um dos membros do casal ser regido por sua própria dinâmica inconsciente, embora ambos afirmem que pensaram juntos e que desejam o filho com a mesma intensidade. Cada pessoa, seja ela membro de um casal ou não, tem sua história particular, bem como desejos e fantasias próprias em relação ao filho que é esperado.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas de Getúlio (Família III) e Marília (Família IV), foi possível identificar também uma idealização sobre certos modelos de família, caracterizados pelo apoio, pela união, pela casa cheia, dentre outras características. Nesse sentido, Getúlio define família a partir de um modelo que ele não teve em sua própria infância, mas que tem tomado como referência para exercer a parentalidade. Essa comparação com a família de origem, serviu de parâmetro para o participante agir de modo diferente com o filho. Esse posicionamento também foi identificado por Meletti e Scorsolini-Comin (2015) em seu estudo com pais e mães homoparentais.

Família, para mim, é a âncora. É o teu porto seguro, onde você pode [...] recorrer quando precisar de ajuda. [...] Acho que família é isso, essa relação. [...] Talvez essa

seja uma forma mais idealizada, que eu, de repente, não tive na minha infância... Eu gostaria de fazer a minha família desse jeito, com as pessoas se ajudando, confiando umas nas outras, tendo sempre aquela referência de lar, de casa, de porto seguro... (Getúlio, Família III).

Eu faço questão de tentar unir, a despeito das diferenças. Ainda que seja teatral. Mas eu gosto da relação, gosto da definição, gosto da propaganda da margarina... Acho legal. Eu sei que é utópico, mas eu gosto bastante. Sinto falta. [...] Eu gosto da construção grande, daqueles almoços barulhentos italianos. Eu não sei se estando efetivamente nessa estrutura, eu iria gostar tanto. Mas no meu desejo utópico, eu gosto dessa construção “margarina” (Marília, Família IV).

A ideia de “família margarina”, citada por Marília, pode ser reflexo da vivência em meio a uma indústria cultural que, por meio da mídia, propaga imagens de famílias unidas, geralmente compostas por casais heterossexuais e seus filhos, em perfeita harmonia durante as refeições. Nesse sentido, essas propagandas contribuem com a construção de modelos organizacionais e com a idealização de certos modelos de família, o que pode ampliar estigmas e reforçar estereótipos (OLIVEIRA JÚNIOR; MORAES; COIMBRA, 2015).

Acerca do suporte social recebido pelos participantes, frente à decisão de se tornarem pais e mães, destaca-se o apoio de pessoas próximas e amigos. Atos de homofobia continuaram sendo praticados pelos familiares, por meio da não concordância com a adoção e do não oferecimento de suporte aos futuros pais e mães. Além disso, tanto no caso de Getúlio (Família III) quanto no caso de Marília (Família IV), foi possível identificar também posicionamentos preconceituosos de familiares relacionados à monoparentalidade.

Minha mãe não me apoiou. Eu tenho uma irmã adotiva... E eu acho que talvez pela experiência, minha mãe ficou meio assim... Mas eu acho que, na verdade, a questão da minha mãe é a questão de ser... Lésbica, né? Isso é uma coisa que ela não aceita (Marisa, Família I).

Os amigos adoraram. Eu era um dos únicos do meu grupo de amigos que não tinha filhos... Mas minha família não reagiu muito bem não (José, Família II).

A maioria dos parentes tanto por parte de mãe, como de pai, não concordava. Eu acho que não só pelo fato de ser pai solteiro, tinha também o pensamento da incapacidade de um homem gay solteiro poder cuidar de uma criança. [...] As pessoas mais experientes, geralmente as mulheres, tinham essa visão de antecipar a carga de trabalho, de dedicação, que eu teria que ter pra cuidar de alguém totalmente dependente. Então assim... me apoiaram mais os amigos (Getúlio, Família III).

Meu pai tava lúcido na época que eu entrei (no processo de adoção) e ele [...] falou assim: “Mas filha, você vai adotar agora?”. [...] Eu tinha 40 anos já, quando eu entrei na fila... Ele [o filho] chegou, eu tinha 44. Ai meu pai falou isso: “Mas você vai entrar agora? Sozinha? Um filho por adoção?” (Marília, Família IV).

A falta de apoio da família, mencionada por Marisa, José, Getúlio e Marília, corrobora os dados encontrados por Machin (2016) e Araldi e Serralta (2019) acerca das

situações de conflito vivenciadas pelos adotantes homoparentais com suas famílias de origem, ao revelarem seus planos para adotar. A não aceitação pela família originária costuma tornar o processo de adoção algo individual ou do casal, pouco compartilhado com a família estendida. Nesse sentido, cabe destacar a importância do apoio e do suporte oferecido pelos amigos dos participantes na efetivação do projeto deles de se tornarem pais e mães. A relação com a família extensa e outros grupos sociais será melhor discutida na categoria 4.

5. 2. 2 O processo de adoção

A adoção é um meio legal por meio do qual se estabelece um vínculo jurídico de filiação. Em outras palavras, por meio dela, são criados laços de parentesco em primeiro grau, com todos os direitos e responsabilidades decorrentes deste feito. Assim, o adulto adotante passa ao estado de “pai” ou “mãe” e a criança ou o adolescente adotado passam ao estado de “filho”, recebem o nome da família de inserção e tem garantidos todos os direitos e deveres inerentes à filiação, inclusive os sucessórios (BRASIL, 1990; MOREIRA, 2021).

Diferentemente de outros meios de acesso à parentalidade, a partir dos quais se busca uma criança para uma família, na adoção se procura uma família para uma criança. Nesse sentido, o Estado realiza uma intervenção “mediada por instituições, operadores do direito (advogados, juízes), assistentes sociais e psicólogos jurídicos, que analisam e decidem a qualificação de casais ou pessoas solteiras para a adoção” (MACHIN, 2016, p. 354).

Todo brasileiro maior de idade, capaz de exercer os atos da vida civil, pode pleitear uma adoção. O ECA não apresenta quaisquer restrições acerca do estado civil, identidade de gênero, orientação sexual, religião, cor, situação financeira ou idade, desde que haja uma diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado (BRASIL, 1990). Além disso, de acordo com o artigo 42, § 1º, a adoção por irmãos ou avós do adotando também é proibida, embora existam hoje decisões judiciais dando procedência a pedidos de adoção *avoenga*, por terem considerado que este feito atendia ao superior interesse da criança (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA [STJ], 2022).

O processo de adoção é gratuito e tem início no Fórum ou na Vara de Infância e Juventude da cidade ou região da pessoa interessada em adotar. Ela deve entregar os documentos solicitados, que serão enviados ao Ministério Público para análise. Após a análise desses documentos, os postulantes à adoção são avaliados por uma equipe técnica multidisciplinar do Poder Judiciário e, em seguida, participam de um programa de preparação para a adoção, que conta com palestras, oficinas e rodas de conversa sobre temas diversos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ], 2019).

É a partir do estudo psicossocial realizado pela equipe técnica, da certificação de participação no programa de preparação para adoção e do parecer do Ministério Público, que o juiz decide deferir ou não o pedido de habilitação à adoção. Se o pedido de habilitação for deferido, o pretendente à adoção é inserido no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e é iniciada a espera pela criança correspondente ao perfil previamente definido, sempre respeitando a ordem de classificação no cadastro, definida a partir da cronologia da decisão judicial. Quando se encontra uma família que acolha o perfil da criança, o Poder Judiciário contata essa família, apresenta o histórico de vida do adotando e, se houver interesse, permite uma aproximação com ele (CNJ, 2019).

Caso essa aproximação seja bem-sucedida, é iniciado um estágio de convivência, monitorado pela equipe técnica da Justiça. Nesse momento, a criança ou o adolescente passa a morar com a família, pelo prazo máximo de 90 dias, prorrogável por igual período. A partir da data seguinte ao término do estágio de convivência, os pretendentes têm quinze dias para propor a ação de adoção, que será analisada pelo juiz. Se as condições de adaptação e vinculação da criança/adolescente com a família forem favoráveis, a sentença de adoção é proferida e a confecção do novo registro de nascimento, já com o sobrenome da nova família é determinada. Nesse momento, a criança ou adolescente adotado passa a ter todos os direitos de um filho (CNJ, 2019).

Inicialmente, serão brevemente apresentadas e discutidas as experiências das mães Karol e Marisa (Família I) e Marília (Família IV), em algumas das diferentes etapas do processo de adoção. Já os percursos percorridos por José e Thiago (Família II) e Getúlio (Família III) serão discutidos em seguida, posto que ambos são casos de adoção direta e seguiram um rito diferente.

Acerca do período de espera entre a entrada no processo e a publicação da sentença de adoção, as mães participantes deste estudo tiveram experiências bem distintas. Karol e Marisa (Família I) mencionaram imaginar que o tempo de espera seria mais longo. Essa expectativa levou ambas a se surpreenderem com a finalização do processo em pouco mais de três anos. De acordo com dados do Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, o tempo médio de espera dos pretendentes à adoção, entre o pedido de habilitação e a sentença, é de quatro anos e três meses (CNJ, 2020). Estes dados evidenciam que o tempo de espera delas esteve abaixo da média nacional.

Eu lembro que eu até tinha falado pra Marisa na época... Eu falei assim: “Olha, se a gente quiser, a gente tem que entrar agora... Acho que vai demorar uns dez anos pra gente conseguir os nossos filhos”... Mas não foi. Foi mais rápido, né? (risos) (Karol, Família I).

Nós iniciamos o processo em 2017. Em 2018, em agosto, nós já estávamos habilitadas. Foi muito rápido. [...] Eu vi a foto deles, mais ou menos entre agosto e setembro de 2019, [...] e no final de fevereiro de 2020, nós fomos pra cidade deles. Ficamos uma semana lá. A gente chegou na quinta-feira à noite e sexta-feira de manhã conhecemos eles... Na outra quinta nós voltamos e eles já voltaram juntos. Aí começou tudo (Marisa, Família I).

[...] Eu não lembro os prazos, não lembro os tempos, nem os termos também. Porque é um momento, inclusive, que eu nem gosto de me lembrar. [...] Da primeira entrada até que ele tenha chegado na minha mão foram quatro anos e sete meses... (Marília, Família IV).

O processo de Marília (Família IV), por sua vez, ficou um pouco acima da média, com duração de quatro anos e sete meses, o que certamente está relacionado ao perfil do filho escolhido (uma criança de zero a três anos). Ela define esse período como bastante difícil, o que corrobora os dados de Schwochow e Frizzo (2021), obtidos em um estudo sobre sentimentos de mulheres pretendentes à adoção nas diferentes etapas do processo, no qual se identificou sentimentos de apreensão, frustração, dor e impaciência durante a habilitação, bem como sentimentos de desesperança e esperança após inserção no SNA.

Acerca do processo referente à escolha do perfil dos filhos, Karol (Família I) contou que se sentiu desconfortável diante da possibilidade e também necessidade de definir todas as características que gostaria que seus futuros filhos tivessem. Ela ressalta que a experiência a fez lembrar de uma ida ao mercado, como pode ser lido no relato abaixo:

É uma coisa muito louca... Parece que a gente tá no mercado, escolhendo uma marca de produto, porque você tem que dizer o que você quer, quantas crianças, que condição, se tem alguma doença, se não tem doença, da onde você teria disposição pra ir buscar, motivo da origem que ela tá abrigada... (Karol, Família I).

Nesta perspectiva, Moraes e Silva (2021) fazem uma crítica ao modo como pretendentes à adoção tem feito a escolha do perfil da criança adotada, sob o argumento de que esta prática fere o princípio da dignidade da pessoa humana, por promover a coisificação de crianças e adolescentes, que acabam sendo tratados como produtos. Além disso, as autoras discutem que a possibilidade de escolha do perfil torna crianças reféns de suas características físicas para terem garantido o direito ao convívio familiar, fato que acaba privando aquelas que não se encaixam no perfil idealizado de serem inseridas em uma família.

Sobre o perfil delimitado para os filhos, foi possível identificar maior flexibilidade nas escolhas das mães participantes, quando comparadas aos perfis de adoção mais demandados no país, que costumam ser compostos por crianças brancas, de até um ano, sem histórico de doença ou irmãos (MACHIN, 2016; SCHWOCHOW; ALMEIDA; FRIZZO, 2020). Nesse sentido, elas demonstraram maior abertura para adotar crianças mais velhas, de qualquer etnia, bem como grupos de irmãos.

Estes dados corroboram os estudos de Machin (2016), Silva et al. (2018), Rolim e Carlesso (2019) e Vieira et al. (2021), por meio dos quais constatou-se que pretendentes à adoção homoparentais costumam ser mais flexíveis ao definirem o perfil da criança que desejam adotar, em aspectos como gênero, faixa etária, raça, além de presença de problemas de saúde e/ou deficiência física. Um contraponto a este último aspecto citado pode ser encontrado no perfil escolhido por Marília (Família IV), que afirmou não poder adotar grupos de irmãos, nem crianças com patologia crônica comprovada, sobretudo por ser mãe solo.

[...] Em 2017, a gente resolveu entrar na fila de adoção, inicialmente com um perfil mais restrito de crianças menores, até duas crianças, e em 2018 fomos habilitadas. Quando foi no começo de 2019, a gente resolveu ampliar o nosso perfil, por desejo mesmo e preparo. Continuava no perfil de duas crianças até oito anos... E quando foi no final de 2019, a gente viu nossos filhos num grupo de Whatsapp, só que eles eram fora do nosso perfil: eram três crianças, o mais velho tinha 13, o do meio tinha nove e a pequena tinha três... A gente resolveu alterar o nosso perfil por eles e foi bem mais rápido (Karol, Família I).

Como eu pedi uma criança pequena, eu delimito de zero à três. Talvez isso também tenha dificultado o processo todo, né? Eu não defini sexo, nem cor [...] Mas idade era uma coisa importante pra mim. Assim como eu também falei que não podia com grupo de irmãos, né? Porque, eu sozinha, ia ser um tiro no pé... E eu também não podia com patologia crônica comprovada, porque eu teria que parar de trabalhar pra cuidar. Eu sei que, se fosse gerado, eu não poderia escolher... Mas podendo escolher, eu optei por escolher, sim, o que era mais lógico... Como eu ia parar de trabalhar pra cuidar de alguém, entende? Não tem como. Eu preciso trabalhar (Marília, Família IV).

Interessante observar que, no início, Karol e Marisa (Família I) definiram um perfil com crianças menores, e que Marília (Família IV) mencionou a idade (zero à três anos) como uma característica importante na delimitação do perfil de seu futuro filho. Estes dados se alinham aos encontrados nos estudos de Machin (2016), por meio do qual identificou-se a preferência de casais de mulheres lésbicas pela adoção de bebês recém-nascidos e crianças menores, por desejarem vivenciar o cuidado de bebês, diferentemente de casais compostos por homens gays.

Cabe ressaltar, contudo, que Karol e Marisa (Família I), passam a fazer contraponto a estes dados no momento em que decidem ampliar o perfil. Elas consideram que essa ampliação para adoção de crianças mais velhas e grupos de irmãos deu mais agilidade ao processo, o que pode estar relacionado ao fato de que estes perfis de crianças não costumam ser buscados pelos pretendentes à adoção. De acordo com Lima (2019), 58% dos pretendentes à adoção aceitam apenas crianças com até 4 anos de idade e 61,92% não aceitam adotar grupos de irmãos. Ademais, Karol ressalta que ela e sua esposa não ampliaram o perfil por esse motivo, mas por terem se identificado e desejado adotar os filhos, após vê-los em um grupo de Busca Ativa no *WhatsApp*.

Demorou uns três anos e pouquinho, mais ou menos. Isso porque a gente ampliou o perfil. Porque se a gente optasse por um perfil mais restrito, como era de início, o prazo seria maior. [...] Mas a nossa necessidade, o nosso desejo de ampliar o perfil não foi pra acelerar o processo, pra chegar logo... Foi porque tinha que ser eles. A gente viu eles, se encantou e o coração bateu forte...” (Karol, Família I).

A identificação com as crianças como motivo para a flexibilização na escolha do perfil dos filhos também foi identificado por Silva et al. (2018) e Rolim e Carlesso (2019) em seus estudos. Estes autores atribuem o sentimento de identificação ao fato dos adotantes homoparentais, assim como as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento, terem vivenciado situações de privação, abandono, exclusão social e violências ao longo da vida. A fala de Marisa (Família I) corrobora essa discussão, visto que acabou adotando três das seis crianças que ela imaginava que não seriam adotadas.

Quando eu vi a foto deles, alguma coisa me chamou atenção. Eu não sabia o que era. Era engraçado... Toda vez eu passava na foto deles, ficava olhando, mas eu sempre pensava que eles não iriam ser adotados, porque era um grupo de seis irmãos (Marisa, Família I).

De acordo com Levinzon (2006) é comum identificar em pais adotivos que vivenciaram situações de abandono na infância, a tentativa de fazer algum tipo de reparação inconsciente das violências sofridas na família de origem, a partir dos cuidados ofertados à criança adotada. Esse, contudo, é um aspecto que carece de atenção e cuidado, visto que “podem ocorrer dificuldades com o filho adotivo caso não ocorra uma discriminação entre os sentimentos dos pais e os deste último” (LEVINZON, 2006, p. 27). Assim, é fundamental que os pretendentes à adoção reflitam e compreendam suas reais motivações para adotar (SAMPAIO; MAGALHÃES; FERÉS-CARNEIRO, 2018).

Além do sentimento de identificação gerado, que culminou na ampliação do perfil dos possíveis filhos, foi possível identificar também que os marcadores sociais das crianças afetaram as pretendentes à adoção de outras maneiras. Nesse sentido, Karol (Família I) conta que ela e sua esposa chegaram a se questionar se seria bom para a criança, sendo uma menina negra, ser adotada por um casal de mulheres lésbicas.

A gente tinha um receio com a menina. Era algo muito bobo da nossa parte, um preconceito da nossa parte, porque ela era negra... E a gente pensava assim: “Meu deus, vai ser uma menina adotada, filha de duas mães, negra...”. É a realidade dela, então a gente pensava que era um fardo muito pesado pra uma criança sozinha carregar, muitas questões pra ela lidar com a sociedade... Então inicialmente ela tava fora do nosso perfil... Só que depois a gente percebeu que era besteira da nossa parte e que a gente é que tem que [...] ensinar eles a serem fortes (Karol, Família I).

Tratou-se, evidentemente, de um pensamento passageiro, logo substituído pela compreensão de que o mais importante é o fortalecimento da criança para lidar com as

situações de preconceito e dificuldades. Contudo, essa ideia revela que pais e mães homoparentais também têm suas convicções atravessadas por estigmas sociais relacionados à homoparentalidade. Nesse caso, que a homossexualidade das mães levariam a filha a sofrer preconceitos e que esse seria um motivo plausível para não adotá-la (SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018).

Acerca das palestras e atividades presentes no curso preparatório para adoção, Karol e Marisa (Família I) avaliaram negativamente suas experiências, sobretudo devido à romantização da parentalidade adotiva pelos profissionais. Para as participantes, a abordagem inadequada do tema foi uma das responsáveis pelo sentimento de frustração nas primeiras experiências reais com os filhos, que serão discutidas na próxima categoria. Estes dados, contudo, contrastam com os encontrados por Pelisoli, Leite e Romero (2021), em um estudo sobre as motivações dos adotantes e a avaliação de um curso preparatório para adoção, no qual observou-se que o curso satisfaz as expectativas dos pretendentes, quanto aos conteúdos discutidos e a abordagem dos profissionais.

Eu não achei as palestras profundas... Não sei se em todas as cidades é assim, mas na minha cidade [...] eles não demonstram a realidade da adoção. Tanto que todo mundo sai achando que vai ser um comercial de margarina. Todo mundo romantiza muito a adoção e eu acho que isso é um erro, porque... Não tô dizendo que você tem que falar mal, mas você tem que falar parte da verdade, porque é onde as frustrações acontecem... E acontecem as devoluções ou coisas desagradáveis como essa (Karol, Família I).

[...] Tudo que eu ouvia que era a adoção, na verdade não era. Eu ouvia que era um conto de fadas, que era algo maravilhoso, que era assim: você olha pra criança e você se apaixona... Eu lembro do meu grupo do pré-adoção, de uma mulher que uma vez contou assim: "Olha, eu vi o nome deles, tinha o nome e a idade, e eu me apaixonei por eles. Eu não vi uma foto, eu não sabia como eles eram, eu não sabia nada" (Marisa, Família I).

Cabe destacar que a preparação psicossocial para adoção, da qual o curso preparatório faz parte, não possui um modelo único e padronizado referente à carga horária e formato das atividades. Contudo, deve ser capaz de proporcionar conhecimento, reflexão e partilha de experiências aos requerentes à adoção, de modo a prepará-los para a parentalidade adotiva (PELISOLI; LEITE; ROMERO, 2021). A não padronização pode ser uma das razões para a explicar a dissonância entre as experiências mencionadas.

No que se refere à relação com a equipe técnica do Poder Judiciário, Marisa (Família I) e Marília (Família IV) relataram ter encontrado dificuldades com alguns de seus membros, especialmente as psicólogas, durante o processo de adoção. Estes dados se assemelham aos encontrados por Sequeira e Stella (2014), a partir dos quais identificou-se que muitos

pretendentes à adoção não se sentiram acolhidos pelos técnicos judiciários durante a etapa de habilitação.

Embora nos relatos das participantes essas dificuldades não tenham sido diretamente relacionadas à homofobia, é importante considerar que Coitinho Filho e Rinaldi (2015), Silva et al. (2018), Tombolato, Maia e Santos (2019) e Gurgel e Uziel (2019), identificaram que a homossexualidade dos pretendentes à adoção ainda suscita posicionamentos preconceituosos e resistências nas equipes técnicas. Nesse sentido, cabe refletirmos: a formação profissional dos psicólogos tem contemplado discussões sobre temas como diversidade sexual e de gênero, adoção e homoparentalidade? De que forma podemos trabalhar estas temáticas com os estudantes, de modo a prevenir a ocorrência de preconceitos institucionais? Vejamos os relatos das participantes sobre as situações vivenciadas:

Na primeira vez, o nosso processo era de zero a três ou quatro anos. A gente pediu pra mudar pra oito e nós fomos metralhadas pela psicóloga do Fórum. [...] Foi muito difícil mudar. A gente teve que pedir pra secretária do juiz, pra ela conversar com a Assistente Social pra marcar um horário, porque a psicóloga falava que não ia marcar... A gente tinha amadurecido a ideia. A gente tinha visto que tinha condições de adotar uma criança mais velha (Marisa, Família I).

Na avaliação psicológica eu fui... Eu não lembro os termos assim... Mas a primeira avaliação não foi aceita. Até a assistente social ficou de cara... De cara! Com a avaliação da psicóloga. A assistente social me falou assim: “Você só vai esperar um tempo que é obrigatório e entra de novo”. Assim eu fiz... E, na seguinte, foi aceito. [...] No segundo processo que dei entrada, essa psicóloga já não era mais a avaliadora do meu caso, mas ela estava presente no dia de uma dinâmica. [...] Nós fomos divididos em duas equipes, uma era pra ser favorável à adoção, a outra era pra falar um monte de água a respeito da adoção. Eu não lembro exatamente. Mas foi um momento que eu pude ir à forra com essa psicóloga, porque foi um momento que eu pude responder assim... Que, às vezes, o processo é limitado, não aceito, por erro também de um funcionário da equipe. Eu não lembro exatamente o tema, mas me deu brecha pra falar isso. No grupo que eu estava compondo, eles me escolheram pra ser a porta-voz da nossa resolução. Era tudo que eu queria, né? Ai eu pude falar isso... Que às vezes o processo não é barrado só por coisas naturais ou legais. Às vezes é incompetência de um profissional. Eu fiquei tão feliz depois que pude falar isso [...] e mostrar que profissional também erra, né? É humano, mas é um momento que não podia errar muito, né? (Marília, Família IV).

Conforme apresentado no início deste tópico, a avaliação psicológica, citada por Marília, faz parte dos procedimentos realizados pela equipe técnica do Poder Judiciário. Um dos critérios para que postulantes à adoção sejam habilitados e inseridos no SNA é justamente a aptidão nessa avaliação, por meio da qual costumam ser avaliadas questões relativas à história de vida dos pretendentes, suas características pessoais, aspectos das relações familiares e sociais, bem como os motivos para adotar, sobretudo os subjacentes dessa decisão (SILVA et al., 2020).

Em estudo com psicólogos do Poder Judiciário, Ximenes e Scorsolini-Comin (2018) identificaram que o processo de avaliação costuma ser atravessado por sentimentos de medo e insegurança, decorrentes da pressão sentida por esses profissionais, por supostamente estarem decidindo tanto os destinos das crianças, quanto dos pretendentes à adoção. Nesta perspectiva, Silva et al. (2020) defende a ideia de que o processo de habilitação seja mais um espaço para os pretendentes refletirem sobre suas motivações e limitações para adotar, do que um momento puramente avaliativo de quem está apto ou não para fazê-lo. Afinal, a parentalidade é algo que se constrói e se desenvolve na relação com a criança, logo apenas o tempo e o período de convivência com a criança poderão apresentar indícios mais concretos dessa aptidão (ZORNING, 2010; SILVA, 2014).

Ademais, cabe ressaltar que o processo de adoção costuma ser um período de intensa carga emocional para os adotantes, repleto de expectativas e composto por sentimentos ambivalentes, que merecem atenção e acolhimento profissional. Logo, é fundamental que haja uma atenção psicossocial e jurídica qualificada, efetivamente capaz de prestar apoio aos pretendentes à adoção, e que não cause mais desgaste emocional ou promova situações de violência (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012; SILVA et al., 2020; SCHWOCHOW; FRIZZO, 2021).

O processo de adoção também foi marcado por outros desafios relacionados à homossexualidade das mães. Marisa (Família I) ressalta que ela e sua esposa precisaram assumir uma postura mais ativa e implicada durante a busca pelos filhos, por temor de serem deixadas de lado. Marisa conta que escutou de diferentes pessoas e em diferentes espaços que o processo de adoção era necessariamente mais complicado para casais homoafetivos. A experiência pessoal dela também apontou indícios disso, conforme será descrito a seguir:

A gente não ficou esperando o telefone tocar. Porque eu sabia que se eu ficasse esperando o telefone tocar, ele não iria tocar. Ainda mais falando de uma adoção homoafetiva. Eu ouvi, em vários lugares, meio que assim... Em *off*... Sempre era em *off*: “É, Marisa, você sabe que adoção homoafetiva sempre vai ser deixada de lado...”. [...] Não pode ser explícito porque [...] pode ir contra a lei, né? Agora a gente já ouviu, por exemplo, em um dos processos: “Ah, a criança prefere ter um pai e uma mãe”. Ai você vê, a criança tem três anos de idade... Então, como assim? Como assim uma criança de três anos de idade sabe o que é um pai, uma mãe... De repente pode até ser que ela tenha isso em mente, mas será que as pessoas do abrigo não podem falar: “Olha, também tem só papai... Tem só mamãe... Tem avó que, às vezes, é mãe também...”. Então eu já sabia que ia ser muito difícil” (Marisa, Família I).

A participante Marisa também mencionou ter vivenciado uma situação na qual um casal heterossexual pareceu ter sido priorizado pela equipe técnica do serviço de acolhimento. Em outras palavras, um casal heterossexual foi escolhido pela equipe para adotar as crianças

almeçadas, em detrimento de um casal homoafetivo, embora este último houvesse postulado interesse antes. Esses dados se alinham aos de Baranoski (2016) e Gurgel e Uziel (2019), sobre a postura homofóbica das equipes técnicas dos serviços ainda ser um desafio enfrentado pelos adotantes homoparentais. No caso de Marisa, a participante ressalta a influência religiosa na conduta dos abrigos.

[...] Por exemplo, quando quase aconteceu a chance da gente adotar, foi meio óbvio... Tinha outro casal heterossexual e eles deram a preferência. Muitos abrigos são evangélicos, então eles já tem a religião deles ali. É óbvio que eles não vão abrir uma exceção pra um casal homoafetivo... Existe isso (Marisa, Família I).

Diante das possíveis adversidades, Marisa e Karol (Família I) ingressaram em grupos de Busca Ativa no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, criados com o objetivo de facilitar a adoção de crianças e adolescentes cujo perfil não era comumente almejado pelos pretendentes à adoção. Tratavam-se de grupos para adoção de crianças caracterizadas pelas equipes como “inadotáveis”, nos quais eram colocadas fotos delas, bem como breves descrições dos casos. As participantes relataram ter encontrado seus filhos em um desses grupos.

São crianças nas mesmas situações... Situações que eles chamam de “crianças inadotáveis”. Pra mim, um termo muito pesado na adoção, né? Que são crianças ou com alguma deficiência, ou mais velhas, ou grupos de irmãos... Que eles acham que não tem condição de sair por um cadastro normal, então eles colocam nesses grupos (Karol, Família I).

Cabe ressaltar, contudo, que desde maio de 2022, a Busca Ativa Nacional foi incorporada ao SNA. Esta ferramenta pode ser acessada apenas pelos pretendentes devidamente habilitados e tem como objetivo facilitar o encontro de famílias para crianças e adolescentes que, apesar de aptos à adoção, seguem em situação de acolhimento por serem mais velhas, grupos de irmãos, ou viverem com doenças ou deficiência. Tratam-se de casos que tiveram esgotadas as tentativas de buscas por famílias compatíveis com seu perfil (CNJ, 2022).

A partir da Busca Ativa Nacional, os pretendentes à adoção têm acesso a uma breve descrição da criança ou adolescente, com prenome, idade e estado da instituição em que se encontra acolhida. Também podem ser disponibilizadas fotos e vídeos, mediante autorização judicial e manifestação de interesse do adolescente ou da criança, quando capazes de autorizar a utilização de dados e imagem. Ademais, deve ser realizado um trabalho psicossocial de preparação da criança ou do adolescente, pela equipe técnica do serviço de acolhimento conjuntamente à rede protetiva e à equipe técnica do judiciário, antes de disponibilizá-los para adoção por meio da busca ativa (CNJ, 2022).

A iniciativa de implementar e regulamentar a Busca Ativa junto ao SNA parece um avanço importante na proteção das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento, uma vez que viabiliza mais uma forma de aproximação e possível inserção em contexto familiar. Além disso, contribui com a preservação da identidade e da imagem desse público, visto que a disponibilização de fotos e vídeos em plataformas como o *WhatsApp*, sobre os quais não é possível ter controle total sobre o conteúdo compartilhado, pode colocar essas crianças e adolescentes em risco de exposição. Críticas a essa prática também são discutidas por Silva e Miura (2023), pelo fato de colocarem em xeque a preservação da imagem e privacidade inscritas no ECA como direitos da criança e do adolescente.

Quanto à finalização do processo de adoção, após anos de espera, as participantes Karol (Família I) e Marília (Família IV) relataram ter experienciado momentos de grande emoção. A concretização do projeto parental correspondia à realização de um grande desejo pessoal das mães, conforme pode ser lido nos relatos abaixo, sobre o momento em que receberam a notícia de que seus filhos se encontravam disponíveis para serem adotados:

Quando eles me ligaram, eu tava no meu trabalho. Eles ligaram pra mim. Eu nem lembro direito o que ele falou... Eu nem lembro, de tanta emoção que eu fiquei... Eu sai, fui no banheiro pra conversar com eles... Enquanto eles estavam falando, eu perdi o chão... Coloquei no viva-voz e mandei uma mensagem pra Marisa, dizendo assim: "Olha, me ligaram e falaram o nome da cidade... Mas eu não lembro o nome da cidade". Eu não lembrava se era com B, com D. Falei: "Depois eu te ligo"... Eu chorei um monte no serviço, de emoção. Você pensa: "Nossa, a espera acabou... O desejo tá se concretizando". Você perde o chão, as pernas ficaram trêmulas naquele momento... (Karol, Família I).

[...] Eu andava de moto antes. Quando a assistente social me ligou, eu tava fazendo um atendimento em domicílio, que eu sempre fiz pra complementar a renda. [...] Daí ela: "Ó, e se eu te disser que tem um RN, menino, negro, aqui pra você vir buscar agora?". Eu falei: "Mulher, eu pego até vermelho, não tô preocupada com cor não". Daí ela: "Então venha buscar que ele é seu". Eu lembro que eu... Eu não desfaleci, mas me faltou forças lá. Eu tive que sentar no chão... Pior que eu tava na casa de uma paciente. Daí eu pedi licença, expliquei rapidamente que teria que sair... Esse dia eu fui a tipo 20/30km por hora, morrendo de medo de morrer, de ter um acidente e tirar a vida naquele momento. [...] Com medo de ter um acidente e não viver aquilo que estava sendo exposto... E minha voz já tá embargando, porque eu revivo isso sempre que eu falo. Mas é só de bonito mesmo (Marília, Família IV).

As emoções expressas por Karol e Marília corroboram as discussões realizadas por Araldi e Serralta (2019) sobre a experiência da parentalidade ser uma etapa importante na constituição e legitimação da família homoparental. Nesse sentido, além da satisfação de um desejo pessoal, ter um filho costuma ser, para as famílias homoparentais, um fator importante no reconhecimento social e na afirmação da família construída (ROLIM; CARLESSO, 2019).

Como mencionado, o presente estudo contou com dois casos de adoção direta ou *Intuitu Personae*. Tratam-se de processos de adoção excepcionais, nos quais os pretendentes

não precisam passar pela etapa de habilitação, nem ingressar no Cadastro Nacional da Adoção (CNA) de forma prévia. Nesses casos, a genitora consente em entregar de forma direta o seu bebê ou criança para uma família escolhida e estas pessoas, por sua vez, ingressam na justiça com o pedido de adoção, informando os motivos para o procedimento. A partir disso, os contextos sociais e motivações desses pretendentes são verificados e avaliados por uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais e psicólogos do juízo, e pelo Ministério Público (CANAVARROS, 2018).

De acordo com o parágrafo 13º do artigo 50 do ECA (BRASIL, 1990), existem apenas três casos previstos na lei, em que o adotante não precisa se cadastrar e entrar na fila de adoção para adotar. Um deles refere-se ao pedido de adoção formulado por parente com quem a criança ou adolescente mantém vínculos de afinidade e afetividade, pois compreende-se que a adoção direta estaria atendendo ao princípio do maior interesse da criança.

Este foi o caso dos participantes do presente estudo. As adoções da família II (composta pelos pais José e Thiago) e da família III (composta pelo pai Getúlio) ocorreram dentro da própria família, sobretudo devido às circunstâncias ambientais de vulnerabilidade social em que as crianças adotadas se encontravam, como será apresentado nos relatos abaixo:

[...] A gente não tinha planejado, mas apareceu uma oportunidade e adotarmos nosso filho, o Matheus. Foi uma adoção direta, eu que fiz todo o processo. A gente não passou por aquele processo da lista. [...] A gente viu uma criança que faz parte, de certa forma, da minha família. Ele tava em uma situação de vulnerabilidade. Ele é neto de uma tia-avó minha e só morava com a avó e com a mãe. A mãe dele tem esquizofrenia desde criança e a avó era a única pessoa [...] com capacidade pra cuidar dele. Ela ficou muito doente na pandemia e ele, com nove anos, tava sozinho em casa, meio que cuidando da mãe. Quando eu fiquei sabendo dessa situação, a gente se ofereceu pra ajudar... E com uma semana, duas semanas, a gente se apegou a ele... E aí a família deu a entender que se a gente pudesse, ficasse (com ele). A gente passou um tempo e eu entrei com o processo de adoção. Foi um processo direto. Durou pouco menos de um ano... Acho que quando saiu, a gente já tava com ele há uns dez meses mais ou menos... Ai foi mais fácil da gente configurar os vínculos, cumprimos todos os requisitos... Enfim, deu certo. Hoje ele tá super bem, tá estudando... (Thiago, Família II).

Eu sempre tive uma relação muito estreita com uma tia minha, que era irmã do meu pai. Nós somos da mesma idade... Então tínhamos uma relação não só de tia e sobrinho, mas de amizade. [...] A primeira filha dela, quando [...] tava adolescente, com 16/17 anos, engravidou... E nesse processo de administrar o conflito entre a minha tia (que era a mãe) e a minha prima (que era a filha), eu acabei me envolvendo na questão de levar pro obstetra, de fazer o acompanhamento do pré-natal... Era uma gravidez de risco. A gente descobriu que ela estava grávida já com sete meses e ela uma adolescente com aquela carga de aborrecente, né? Com questões de desentendimento com a família, com a mãe... Ela confiava mais em mim. A gente sempre procurou fazer um acompanhamento além do pré-natal dela, um acompanhamento psicológico/psiquiátrico, só que mesmo depois do bebê nascido, a gente não conseguiu estabelecer o vínculo afetivo da mãe para com o

filho... Ela não queria mais amamentar, não queria mais esse vínculo, aquilo estava estressando pra ela... E a gente já tava com preocupação dessa relação provocar algum dano pra integridade da criança. Porque ela já queria tirar o peito, já queria ter a liberdade dela pra sair, fumar, beber... Ela tinha uma dependência dessas drogas legalizadas. [...] Eu tinha o interesse de ser padrinho, mas acabou que eu acabei me tornando pai, [...] mas só depois de esgotadas todas as tentativas de estimular o vínculo afetivo entre ela e o meu filho (Getúlio, Família III).

Cabe destacar que, conforme discutem Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012), o desejo de ajudar uma criança não é, sozinho, um bom prognóstico para a adoção. É preciso que os futuros pais efetivamente desejem exercer a parentalidade, bem como que “o filho adotivo ocupe um espaço no imaginário e nas fantasias dos pais e da família” (p. 58). Embora as adoções nas Famílias II e III tenham acontecido mais por circunstâncias da vida do que por estarem relacionadas a projetos pessoais pregressos dos pais, fica evidente em seus relatos que o desejo de ajudar não foi a única razão para adotar. Nesse sentido, pode-se inferir que, a partir do suporte e dos cuidados oferecidos à criança, se desenvolveu no imaginário desses pais o desejo pelos filhos e pelo exercício da parentalidade.

No caso da Família II, composta por José, Thiago e seu filho Matheus, também foi possível identificar o desenvolvimento de um desejo na criança de fazer parte dessa família. Esse desejo parece ter sido consequência da boa relação estabelecida e dos cuidados ambientais recebidos no período inicial de convivência, naquele momento ainda ofertados como uma ajuda. Nesse sentido, José conta sobre Matheus ter voltado para casa deles posteriormente, já com a certidão de nascimento, pedindo para ser adotado pelo casal.

No dia que ele chegou, já chegou com a certidão de nascimento na mão, dizendo: “Aqui tá a certidão de nascimento pra vocês me adotarem... Pra vocês serem meus pais...”. Ou meu pai... Na verdade, eu não sei se essa hora ele falou “os pais” juntos, porque naquele momento, quando ele pegou o documento e... Eu trabalhei muitos anos com adoção. Fui Promotor da Infância durante dez anos da minha vida, então eu vivia isso com um ar técnico, mas não tinha vivenciado na [...] minha rotina, na minha vida, né? Ele veio e nós fizemos o pedido... (José, Família II).

Diferentemente de José e Thiago (Família II), Getúlio (Família III) conta que, antes de postular a adoção direta e legal, realizou a chamada “adoção à brasileira”, prática antiga e ainda muito praticada no país, que consiste em registrar no cartório o filho concebido por outra pessoa em seu próprio nome (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS [TJDFT], 2018). Cabe ressaltar que esta é uma prática tipificada como crime contra o estado de filiação no artigo 242 do Código Penal (BRASIL, 2002).

[...] Foi errado, apesar de ser com as melhores intenções, mas eu fiz a adoção à brasileira, que seria ir lá, com o bebê e dizer que eu era o pai biológico... Então passou-se quatro anos [...] e eu procurei um grupo de apoio à adoção, comecei a frequentar esse grupo, o Filipe já com quatro anos. [...] O que me levou a frequentar o grupo foi esse peso na consciência de ter mentido na certidão. Lá, eu expliquei a

situação e a assistente social me encaminhou pra um advogado [...] e lá ele me falou que falou que essa prática é muito comum no Brasil. Explicou que de acordo com a lei é crime, mas que, na prática, o judiciário entende que era para o bem maior da criança, então não se aplicaria nenhuma pena para o pai e se tentaria preservar o melhor pra criança. [...] Eu passei dois anos mais ou menos resolvendo essa situação. Deu um pouquinho de trabalho, porque a genitora já era maior de idade, [...] então eu tive que contatá-la pra ela fazer uma declaração de que ela não queria ou não tinha condições de ficar com a criança, mesmo ele já tendo 4 anos de idade. Isso custou muito, mas graças a Deus saiu a certidão só com o meu nome e está tudo regularizado... (Getúlio, Família III).

Além do sentimento de culpa por ter feito algo contra a lei, Getúlio conta que se sentia inseguro devido à fragilidade jurídica do vínculo com o filho e que temia que a genitora mudasse de opinião e requeresse de volta a guarda da criança. Este foi um dos principais motivos que o levaram a regularizar a adoção de Lucas. De acordo com Levinzon (2006) e Rosa (2008), dentre as fantasias que povoam o imaginário dos pais e das mães por adoção, existe o temor dos pais de ficarem órfãos dos filhos, em nome de algum tipo de ligação maior que ele supostamente teria com seus genitores. Nesta perspectiva, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) discutem que a realização da adoção, sem os cuidados previstos pelo ECA e pela nova lei de adoção, pode ser um dos fatores relacionados às fantasias de perda e roubo da criança adotada. Este parece ter sido o caso de Getúlio, que apoiado em dados da realidade, se sentiu ameaçado por um possível retorno da genitora, devido aos direitos que ela tinha sobre Lucas, por ser sua mãe biológica.

[...] O grupo de apoio à adoção foi fundamental pra me informar, pra me orientar... Isso é uma coisa que não tem preço, a gente ter essa tranquilidade... Porque a gente sempre fica com um pé atrás... E se a genitora, que era uma adolescente problemática, se arrepender no futuro? Se ela reconstruir a vida dela, quiser construir uma família... Ela tem direito a se arrepender, né? Aquilo me perseguia de certa forma... Eu ficava bastante inquieto e ansioso... Foi o que me levou a regularizar... Essa segurança jurídica e o fato de também estar como voluntário no grupo de apoio à adoção. Eu achava que era uma questão ética comigo mesmo estar dentro de uma proposta, de um grupo, de uma ONG, e fazer valer aquilo que se propagava... Graças a Deus, nossa família está assim, né... Eu acho... segura juridicamente (Getúlio, Família III).

Ademais, Getúlio ressalta a importância do acolhimento e da orientação recebidas pelo grupo de apoio à adoção no processo de regularização. Nesse sentido, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) salientam que, ao longo do processo de adoção, é fundamental o oferecimento de atenção psicossocial e jurídica para os adotantes, além de condições para que estes futuros pais e mães possam dialogar sobre seus temores e fantasias. Os grupos de apoio à adoção parecem um espaço privilegiado para o oferecimento desse tipo de suporte, bem como para o fortalecimento da confiança desses pais e mães no exercício de suas funções enquanto cuidadores. No caso de Getúlio, o apoio recebido pelo grupo de apoio

à adoção o acompanhou em todas as fases da constituição da sua família, como será discutido nas categorias seguintes, sobretudo na categoria 4.

Outro aspecto presente no processo de adoção direta referiu-se a necessidade de alguns pais de contarem para seus filhos sobre sua homossexualidade, antes de postularem o pedido de adoção. Nesse sentido, José (Família II) conta que ele e seu marido consideraram importante falar para o possível filho sobre o fato deles serem um casal, para que a criança compreendesse em que arranjo familiar estava se inserindo. Essa informação, em um primeiro momento, gerou estranhamento na criança, como pode ser visto no relato a seguir:

Nesse momento, quando ele disse que queria ser filho da gente, nós não tínhamos falado pra ele que éramos um casal... Ele poderia até ter notado, porque a gente não nega nada disso, mas nesse dia eu falei com Thiago que a gente precisava conversar com ele à noite e dizer tudo sobre a questão da nossa relação. [...] Ele perguntou: “E isso pode? Pode vocês se casarem... E viverem juntos?”. Nessa época a gente não tinha se casado ainda. Eu disse: “Pode... pode sim” (José, Família II).

Nesse sentido, pode-se considerar que existe a possibilidade das visões de mundo e considerações pessoais das crianças mais velhas, relacionadas à homossexualidade, serem questões com as quais pretendentes à adoção homoparentais precisarão lidar. Araldi e Serralta (2019), em estudo com casais homoparentais, identificaram que o filho mais velho de um desses casais, demonstrou estranhamento frente à homossexualidade dos pais, logo após a adoção. Esse impasse, contudo, foi brevemente solucionado por meio de conversas, estratégia semelhante à utilizada pela Família II deste estudo, que será melhor discutida na próxima categoria.

5.3 O COTIDIANO FAMILIAR HOMOPARENTAL

A convivência diária é apontada por Soares (2021) como fundamental para construção de vínculos afetivos entre os membros de famílias adotivas. Nesse sentido, a chegada da criança na nova casa, com o(s) novo(s) pai(s) ou mãe(s), é enfatizado como um momento crucial do processo de adoção, no qual as expectativas, tanto dos adotantes quanto dos adotados, se encontram com a realidade.

A finalização desse processo é seguido por novos desafios e ainda mais trabalho emocional a ser desenvolvido. Afinal, pais e filhos, dotados de hábitos próprios e particularidades, precisam encontrar maneiras de conviver e se vincular. Além disso, no caso da criança mais velha, há ainda o desafio de elaboração de sua história prévia, pela própria criança e também pelos pais (LUZ; GELAIN; AMARAL, 2014; SOARES, 2021).

De acordo com Winnicott (1996/2005), há grandes chances de que a adoção seja uma experiência bem-sucedida. Contudo, para que isto se efetive, é necessário que o ambiente familiar, a princípio representado(s) pelo(s) pai(s) e/ou mãe(s) adotante(s), seja capaz de se adaptar suficientemente bem às necessidades da criança adotada, bem como esteja disposto a cuidar dela ao longo do seu processo de amadurecimento.

Diante disso, nesta categoria, serão discutidos aspectos das relações intrafamiliares no arranjo familiar homoparental formado por meio da adoção. Em um primeiro momento, discute-se acerca das primeiras experiências dos pais e das mães participantes com seus filhos. Em seguida, são abordadas as vivências cotidianas e desafios atualmente experienciados no exercício da parentalidade. Por fim, discorre-se sobre alguns atravessamentos do período de pandemia na constituição dessas famílias.

5.3.1 Primeiras experiências

As experiências iniciais dos pais e mães participantes deste estudo na relação com seus filhos foram caracterizadas como momentos de descoberta, permeados por múltiplos afetos, como amor, desejo de cuidar e responsabilidade pela criança, mas também por dificuldades, medos e inseguranças, que serão discutidas mais adiante.

A construção do vínculo afetivo foi um tema que atravessou as falas de membros de todas as famílias participantes. Por um lado, Karol (Família I) e Getúlio (Família III) relatam que o sentimento de maternidade e paternidade não foi imediato, mas construído aos poucos, na convivência com o filho.

[...] O vínculo não nasceu do dia pra noite, não foi tão rápido... Levou semanas, meses, pra ter aquele vínculo de mãe e filho mesmo (Karol, Família I).

[...] Aquela sensação de pertencimento, de que aquela criança é sua. [...] Foi sendo construído essa sensação... Se você me perguntar se eu me sentia pai no primeiro momento, quando a mãe biológica disse que realmente não queria... Não, eu não me sentia pai, porque eu não sabia nem pegar no bebê, né? (Getúlio, Família IV).

Já José (Família II) e Marília (Família IV), por outro lado, contam que o vínculo com a criança adotada foi estabelecido muito rapidamente. José ressalta que, em pouco tempo, já se sentiu “pai”, com cuidados e responsabilidades para com a criança. Marília, por sua vez, fala sobre os intensos afetos provenientes da chegada do filho.

[...] Ele veio pra nossa casa e a gente começou um relacionamento... Isso é muito difícil de entender... Como é que é construída tão rapidamente a relação de afeto, de compromisso, de responsabilidade? Não só isso, mas também uma relação de carinho, de amor... Acho que a palavra deve ser essa. [...] A partir dali, eu disse: “Não, eu acho que é essa a razão de ser... Eu tinha que ser pai”. Tinha que deixar,

talvez, um legado pra outra pessoa. Ou tentar ver como eu poderia melhorar aquela pessoa... É algo que parece inerente. Não sei se é, mas parece (José, Família II).

Eu fiquei um pouco naquele estado de... Com euforia, com depressão, por uns cinco meses mais ou menos. Eu imagino que se fizer um exame hormonal na mãe por adoção, deve ser algo muito próximo da mãe que gera. Porque eu tive os mesmos sintomas, sabe? [...] É uma euforia. É muito tudo. É muito repentino. É como ficar tetraplégico, eu acho... Um dia você tá bem, outro dia você tá mãe (risos). É louco (Marília, Família IV).

As falas de Karol e Getúlio corroboram os dados de Sampaio et al. (2020) por meio dos quais identificou-se que o desenvolvimento do vínculo afetivo na adoção, como em outros cenários, costuma ser resultado da convivência. Desse modo, a relação na família adotiva se constitui a partir de uma mutualidade afetiva, dos pais para com os filhos e dos filhos para com os pais. Já as colocações de José e Marília dialogam com o estudo de Sonogo e Lopes (2009), sobre a experiência da maternidade em mães adotivas, no qual foi identificada uma forte idealização dessas mães em relação a seus filhos, expressas por meio do “amor imediato” sentido pela criança, já no primeiro encontro.

Na discussão, Sonogo e Lopes (2009) enfatizam que esta idealização deve ser gradualmente desconstruída, para que os pais possam se relacionar efetivamente com a criança real. Ademais, a fala de Marília, comparando suas reações corporais à chegada do filho com as sentidas por uma mãe biológica, dialoga com outro aspecto discutido neste estudo, referente à necessidade das mães por adoção de amarem seus filhos como se eles fossem biológico, como se a consanguinidade atribuísse algum tipo de mais valia a essa relação. Estes dados corroboram os discutidos na categoria anterior, referentes à idealização de aspectos biológicos da parentalidade.

A chegada da criança adotada na casa de sua nova família implica necessariamente a inserção dela em um outro contexto, diferente daquele experienciado com os genitores, nas instituições de acolhimento ou em famílias acolhedoras. Logo, trata-se da inserção da criança em uma nova realidade, a princípio externa à ela, o que pode mobilizar afetos como tristeza, raiva, medo e insegurança (PAULINA et al., 2018; RESMINI et al., 2023).

Nesse sentido, fazendo um paralelo com a discussão realizada por Winnicott (1964/2022), sobre a importância da realidade externa ser introduzida aos poucos na vida do bebê, sempre de acordo com seu processo de amadurecimento, pode-se considerar que a inserção da criança adotada em um novo contexto familiar carece de cuidado semelhante. Segue o relato de Thiago (Família II) sobre os primeiros momentos vivenciados com o filho Matheus, adotado aos dez anos de idade:

No começo, acho que foi muito da gente mostrar as coisas pra ele. [...] Pequenas coisas assim... Da casa, do cuidado, orientação com higiene. A gente não saiu muito. A gente ficou muito em casa, porque foi bem naquela época que tava tudo fechado, não dava pra sair nem pra passear com os cachorros, por exemplo... Então o nosso processo foi muito assistindo filme, brincando, desenhando, pintando, pintamos alguns quadros... Foi muito assim, coisas do dia a dia. Coisas de casa (Thiago, Família II).

A partir do relato de Thiago (Família II) pode-se considerar a possibilidade de que ele e seu esposo buscaram proporcionar para Matheus uma apresentação da nova realidade familiar em pequenas doses, respeitando o tempo de adaptação do filho, com cuidado para evitar possíveis intrusões. Cabe destacar que o confinamento, decorrente da pandemia da covid-19, parece ter facilitado esse processo. Este e outros desdobramentos do período pandêmico serão melhor discutidos no último tópico desta categoria.

Acerca dos desafios e dificuldades experienciadas nos primeiros dias, semanas e meses de relação com os filhos, foram relatadas experiências diversas. Estas dificuldades estiveram relacionadas, sobretudo, ao tipo de cuidado demandado pela criança; ao nível de experiência dos pais para exercer suas funções; e a presença ou ausência de suporte social. A princípio, vejamos as experiências de Getúlio (Família III) e Marília (Família IV) com seus filhos, quando ainda eram bebês recém-nascidos:

As primeiras experiências sozinho com ele foram desesperadoras (risos). Porque eu já mudei de cidade com uma babá. Ela me acompanhou. [...] Então eu tinha essa segurança de ter alguém pra me apoiar. Ela morava comigo, só que chegou um momento que [...] a pessoa tinha que ter folga, né? [...] Ai que eu fui aprender a fazer o leite, depois a mamadeira, depois a vitamina, depois a sopa. Além de não deixar queimar nada, era desesperador acordar de madrugada, de três em três horas, porque ele era um recém-nascido, um bebêzinho, pra trocar fralda, de xixi, de coco e alimentar. [...] Foi um desafio a questão da higiene pessoal. Eu morria de medo de quebrar ele na hora de trocar fralda e também de não deixar ele com assadura do xixi na madrugada... Mas depois fui me acostumando (Getúlio, Família III).

Eu peguei ele com nove dias. Se eu não tivesse experiência de corpo, de Saúde, seria muito difícil. O primeiro banho... Ele teve obstipação intestinal pelo leite, pela fórmula que ele usava... Como eu tenho experiência de Saúde, [...] anos no hospital, conheço a anatomia, conheço patologias, então isso me deu base pra ser mãe de RN sem treinamento. Mas não é uma coisa que se deva fazer não. [...] É muito complicado... Tudo é muito repentino, né? [...] Eu não tive preparo, eu só tive desejo e achei, ignorantemente falando, que isso me sustentaria. Mas não é real (Marília, Família IV).

Frente às dificuldades vivenciadas no exercício solo da homoparentalidade, Getúlio ressaltou a importância de possuir uma rede de apoio para cuidar do filho bebê, no caso dele o suporte de uma babá. Já Marília, por sua vez, destacou a importância de seus conhecimentos teóricos e técnicos prévios na área da Saúde, como ferramentas que a instrumentalizaram para cuidar de seu filho recém-nascido. Nesse sentido, cabe destacar os apontamentos de Winnicott (1984/2022) sobre o bebê, no início da vida, ser totalmente

dependente da provisão física da mãe ou pessoa que ocupa a função materna. Este fato evidencia a importância de pais ou mães estarem disponíveis emocionalmente para se adaptar às necessidades de seus bebês durante essa condição de dependência absoluta. Trata-se de uma adaptação necessária para proteger o “continuar a ser” da criança.

A chegada dos filhos também provocou a experiência de afetos ambivalentes em algumas mães participantes. Estes afetos estiveram especialmente relacionados às mudanças que a presença das crianças e as demandas delas por cuidados geraram em suas vidas pessoais. Nesse sentido, Marisa (Família I) conta que “deixou de fazer tudo que gostava” quando seus filhos chegaram, pois se sentiu pessoalmente cobrada a estar o tempo todo disponível para eles. Já Marília (Família IV) ressalta a falta de tempo para cuidar de si mesma, diante das responsabilidades inerentes aos cuidados de uma criança pequena.

No início, foi muito difícil. Eu não me sentia mãe, não sentia amor. Eu só não queria magoá-los. [...] Ficar com eles aqui em casa, com esse sentimento, foi muito difícil. Porque eu olhava e pensava que não ia conseguir gostar deles. [...] Talvez eu estava me cobrando demais. Porque quando eles chegaram, eu deixei de viver, eu deixei de fazer tudo que eu gostava. Então era óbvio que eu não ia conseguir estar bem. Eu não podia sair pra fazer um esporte que eu gostava, eu não podia fazer nada. Eu tinha que estar ali com eles. [...] Então eu comecei a colocar minhas ideias em ordem e a pensar que tudo tem o seu tempo. Não é que eu não ame eles... Não é que eu não quero eles. Mas eu preciso do meu tempo. Preciso entender quem eles são. Eu preciso entender quem eu sou agora. Então comecei um processo de desconstrução do que eu achava que eu era e do que eu devia ser... E percebi que eles começaram a me olhar com outros olhos também (Marisa, Família I).

Teve um dia que eu peguei uma máquina e raspei o meu cabelo. Eu falei assim: “Não dá pra cuidar. Não dá tempo mais pra mulher... Vou raspar!”. A gente fica de pijama o dia todo... É terrível! [...] A gente tem uma perda enorme de identidade... E não é construído como na gestação... Que você vai conversando, nove meses conversando, vendo o bagulho lá crescendo... Não! Você recebe uma ligação dizendo: “Você é mãe agora! Tchau e bença!”. Então é um processo bem difícil, mas nada disso tira a beleza desse *status*” (Marília, Família IV).

Ambas as mães, frente à preocupação em atender as necessidades dos filhos, relataram sobre as dificuldades advindas do início da maternidade. De acordo com Winnicott (1964/2022), com base em sua vasta experiência clínica, é comum que mães fiquem ressentidas diante das inúmeras mudanças e interferências em suas vidas pessoais ocasionadas pela chegada de um filho. Contudo, esse ressentimento, na maioria dos casos, costuma ser brevemente substituído por uma profunda identificação com a criança, denominada “preocupação materna primária”.

A entrada da mãe ou pessoa que ocupa a função materna no estado de “preocupação materna primária” é fundamental para que o indivíduo - nesse caso, a criança ou o bebê - possa se desenvolver de maneira saudável. Imersa nesse estado de profunda identificação, ela passa a compreender as necessidades do filho, por vezes expressas apenas por manifestações

sensoriais ou conteúdos pré-verbais, e se dispõe a atendê-las prontamente (WINNICOTT, 1958/2021).

Cabe destacar que ao entrar nesse estado de “preocupação”, a mãe ou a pessoa que ocupa a função materna também é tomada por um sentimento de fragilidade, que pode ser comparada à fragilidade inicial do próprio bebê. Nesse sentido, Winnicott (1958/2021) ressalta a necessidade materna de ser protegida pelo ambiente que a circunda, para que identificada com o filho, possa se adaptar e satisfazer suas necessidades. O movimento de adaptação às necessidades da criança pode ser exemplificado pela fala de Getúlio (Família IV):

[...] Pra mim foi muito difícil, porque eu gosto muito de dormir (risos). Aliás, eu gostava muito de dormir e tinha um sono muito pesado, mas depois que ele nasceu [...] mudou totalmente. Então, se eu ouço um espirro, até hoje, [...] já acordo de madrugada, vou lá no quarto dele e verifico se tá respirando, como é que tá a temperatura dele. [...] Ele também era um bebê muito faminto, então tinha que ver sempre se o leite tava na temperatura correta. [...] Até o ronco que acordava ele, eu tive que mudar a posição de dormir, pra não roncar e não incomodá-lo... A gente vai se adaptando, é toda uma mudança (Getúlio, Família IV).

A partir do relato sobre os cuidados prestados ao filho Lucas, quando ele ainda era um bebê, pode-se considerar a possibilidade de Getúlio ter vivenciado o estado emocional descrito por Winnicott (1958/2021). O pai pareceu compreender as necessidades da criança e buscou se adaptar ativamente a elas, como um pai suficientemente bom. Ademais, é importante destacar que essa adaptação deve diminuir gradativamente, na medida em que a criança for se desenvolvendo e fazendo novas conquistas maturacionais, como, por exemplo, a capacidade de assimilar os fracassos ambientais e tolerar frustrações (WINNICOTT, 1971/2019).

No caso de Karol e Marisa (Família I), que adotaram crianças mais velhas, na época com 13, nove e três anos de idade, as dificuldades e necessidades de adaptação foram de outra ordem. Karol conta que, logo no início, a experiência real da maternidade contrastou com as expectativas criadas diante das palestras do curso preparatório para adoção, mencionadas na categoria anterior. Nesse sentido, cabe destacar que uma visão idealizada da adoção pode dificultar o estabelecimento de um relacionamento real com o filho adotado, sobretudo quando a criança apresenta dificuldades emocionais, de aprendizagem ou atitudes provocativas (LEVINZON, 2006).

[...] O nosso filho do meio tinha umas crises de irritabilidade. No primeiro dia que eles estavam com a gente, acho que estávamos jogando Uno e ele perdeu. Ficou extremamente nervoso, irritado... Socava o chão, ficou nervoso demais. [...] Mas porque ele aprendeu com a vida a ser assim... Ele achava que pra conseguir as coisas, tinha que gritar desesperadamente. [...] Nossos filhos não tinham vínculo de

irmãos, porque cada um morava com uma família acolhedora diferente... E mesmo quando moravam juntos, com a família biológica, eles eram rivais. Por exemplo, eles não aprenderam a dividir o pão. Eles aprenderam que se um come, o outro fica sem. Então eles eram rivais nesse aspecto e a gente teve bastante dificuldade em ensiná-los a serem irmãos, a se tratarem como irmãos, se respeitarem, verem tudo como uma família (Karol, Família I).

Com o Davi foram os gritos... Ele gritava muito. Até hoje, às vezes, se ele se altera um pouquinho, ele já começa a falar mais alto. [...] Porque essa era a maneira que ele tinha de desestressar. Ele gritava muito. Depois que a gente foi lendo o processo, a gente entendeu que era a maneira que ele tinha de chamar atenção das pessoas. [...] Imagina uma criança que tá vivendo num ambiente que só tem briga, que só tem porrada, que tem gente alcoolizada... Ela não vai ser uma criança sorridente, mas não é que ela não saiba sorrir. É que ela não aprendeu mesmo a ter essa vivência... E é por isso que muitas crianças são diagnosticadas com TOD, que é o Transtorno Opositor Desafiador. O Davi veio com TOD, [...] mas com meses, a gente percebeu que não era o TOD... Era que ele... Ele não tinha amor, não tinha carinho, não tinha nada... Entendeu? (Marisa, Família I).

A compreensão do comportamento dos filhos, a partir de suas histórias pregressas, revela um importante indicativo da qualidade do cuidado parental exercido por Karol e Marisa (Família I). Para Winnicott (1996/2005) é fundamental que os pais adotivos conheçam a história de vida da criança adotada, visto que dificuldades experienciadas no ambiente familiar inicial podem causar rupturas no desenvolvimento e, conseqüentemente, gerar repercussões no tipo de cuidado que deverá ser ofertado à criança. Nesse sentido, mediante conhecimento da história pregressa do filho, os pais adotivos podem saber se exercerão apenas a função de pais comuns ou também de “pais terapeutas”, atuando no sentido de reparar as falhas ambientais vivenciadas por ele no início da vida. As atitudes de Karol e Marisa demonstram que ambas estiveram suficientemente dispostas a realizar essa reparação e preparadas para lidar com os fracassos do lar inicial.

Também foi possível identificar que os demais participantes deste estudo conheciam a história pregressa de seus filhos. Nas Famílias II (José, Thiago e Matheus) e III (Getúlio e Lucas), conforme mencionado na categoria anterior, as adoções aconteceram dentro da própria família, sobretudo devido à condição de vulnerabilidade em que as crianças se encontravam. Já Marília (Família IV) revelou, em dado momento da entrevista, que imaginava que a genitora do seu filho não era apenas uma mãe “da barriga”, mas também “do coração”, a partir do que conhecia da história dele.

No entanto, Silva e Miura (2021), em pesquisa sobre o processo de adoção na perspectiva de pais adotivos, identificaram aparente dificuldade institucional dos órgãos estatais vinculados à adoção em repassar informações sobre a história de vida da criança adotada. Estes dados corroboram os de Levinzon (2006), por meio dos quais constatou-se que é comum pais adotivos não conhecerem as histórias de seus filhos e suas necessidades

relacionadas à vivência pregressa. Por vezes, diante das dificuldades encontradas, esses pais costumam se decepcionar e também se arrepender da adoção.

Nesse sentido, ficam evidentes os impactos que podem ser gerados nas vidas das famílias diante da negação ou da falta de conhecimento sobre a história de vida da criança adotada. No caso de Karol e Marisa (Família I), esse conhecimento contribuiu para que ambas compreendessem o comportamento dos filhos e sobrevivessem aos ataques/testes feitos por eles, já nas primeiras experiências.

E aí tiveram os testes. Porque de início, eles também vão te testar, vão ver até onde podem ir. [...] E geralmente era comigo. Eles perceberam que eu era o ponto mais fraco, porque eu ficava mais triste, e começaram a ver que não atingiam a Karol. [...] Diziam que a minha comida era ruim, que o arroz era ruim, que tava sem sal ou salgado demais, que a carne não tava boa. [...] Eles reclamavam e ficavam comparando, sabe? Antes eles estavam em famílias acolhedoras e diziam: "Ah, na família tal, a gente comia churrasco no domingo". E a gente tava ali comendo ovo, sabe? [...] Depois a gente descobriu que era mentira (Marisa, Família I).

De acordo com Winnicott (1965/2011) faz parte das necessidades da criança o exercício de verificar se ainda podem confiar em seus pais, por meio de atitudes que atestam ou não sua sobrevivência. Estas verificações podem se intensificar na adolescência e se perpetuar até a idade adulta do indivíduo. No caso de crianças adotadas, que comumente sofreram rupturas vinculares e deprivações ao longo da vida, estes testes, por vezes expressos como comportamentos desafiadores, podem se tornar ainda mais intensos (GOMES, 2006; SILVA et al., 2022).

A deprivação refere-se à perda repentina de um bom ambiente, que até o momento da perda, conseguia se adaptar às necessidades da criança e fornecer para ela condições favoráveis ao amadurecimento. Esta perda ambiental pode constituir um trauma e levar a criança a perder a capacidade de confiar, bem como a desenvolver uma tendência antissocial. Decepcionada, a criança sente que foi "roubada" e passa a cobrar do ambiente aquilo que foi perdido (WINNICOTT, 1958/2021).

Quando a criança adotada encontra um ambiente suficientemente bom, como parece ter sido o caso dos filhos de Karol e Marisa (Família I), testes podem ocorrer para verificar a confiabilidade do ambiente. Estes testes são também um sinal de esperança da criança na possibilidade da retomada do seu processo de amadurecimento. Nesse sentido, é fundamental a tolerância e a sobrevivência dos pais adotivos aos ataques de raiva de seus filhos, permitindo que eles possam usar o ambiente familiar como um espaço seguro para experienciar seus impulsos agressivos (GOMES, 2006; LIMA; NÁCUL; CARDOSO, 2020).

Outro desafio encontrado por Karol e Marisa (Família I) nas experiências iniciais com seus filhos referiu-se à expectativa dos meninos de que a genitora retornaria para buscá-los. Nesse sentido, Alvarenga e Bittencourt (2013) e Sampaio et al. (2019) discutem sobre a necessidade da criança elaborar o luto pela família biológica como condição para que ela possa investir afetivamente em sua nova família adotiva. Quando a realização do trabalho de luto não é possível, corre-se o risco de que os genitores sejam idealizados como forma de defesa contra o abandono. Trata-se de um trabalho complexo, que carece de uma postura compreensiva e acolhedora dos pais por adoção, bem como de acompanhamento psicoterapêutico.

O Davi, quando chegou, não queria mudar de nome. Mas porque ele tinha esperança que a mãe fosse voltar e vir aqui em casa buscar ele. Então ele esperou muito por isso. Ele mesmo fala que achava que ela iria vir buscá-lo. [...] O Daniel já era assim... Ele não queria estudar. Então, pra ele, o estudo era um motivo dele querer ir embora. Em semana de prova, ele pedia pra ir embora, pedia pra falar com a Assistente Social, falava que tava com saudades da mãe... A gente nunca tinha ouvido ele falar “mãe”, até ele chegar na semana de prova... Ele falava o nome dela, falava a genitora. Mas na semana de prova, ele começou: “Ah, porque eu quero a minha mãe, porque lá era melhor e não sei o que...”. Era assim (Marisa, Família I).

Os nossos filhos, embora soubessem da adoção, que aquela era a única oportunidade que eles tinham, na cabeça deles um dia a mãe biológica iria procurá-los, iria querer eles de volta... Então por um tempo eles esperaram por isso. Eles nunca destratarem a gente, nunca faltaram com respeito, mas a gente sentia que era isso que eles esperavam... (Karol, Família I).

A partir do relato de Marisa, foi possível identificar também que o filho mais velho do casal, na época com 13 anos, frente às dificuldades escolares e relacionais com as mães adotivas, passou a dizer que queria voltar a morar com a mãe biológica. Esse posicionamento também pode ser compreendido como um teste à sobrevivência das mães por adoção, que conseguiram acolher suficientemente bem seus filhos.

Outra situação experienciada por Marisa (Família I) com Daniel, filho mais velho do casal, foi mencionada na entrevista. A mãe participante contou que, em dado momento da relação, Daniel ficou chateado com ela, por ter entendido que Marisa havia falado mal sobre seu genitor em uma conversa. Ela relata que, por esse motivo, o filho parou de chamá-la de “mãe” e passou a tratá-la pelo nome próprio.

Teve um momento que o Daniel parou de me chamar de mãe. Não era todo o tempo. [...] Eu perguntava: “Você me chamou de Marisa?”. Ele respondia: “Não, eu falei “mãe”. Mas eu tinha percebido que não era. Até que um dia eu chamei ele e disse: “Peraí, por que você está me chamando assim?”. Ele: “Ah, eu não sei, eu esqueci de falar “mãe”...”. Eu tentei questionar, pra saber o que tava acontecendo e ele falou que não era nada. Até que teve um dia que ele falou que era porque eu tinha falado do pai dele. Foi isso que fez ele parar de me chamar de mãe. Então assim... Ele sente de uma maneira muito mais... Então tudo eu sei que tenho que tomar cuidado, sabe? [...] Mas a gente deixa bem claro, tanto eu quanto a Karol, que a gente não

tem raiva, não tem ódio, não tem mágoa, não tem nada pela genitora... Que eles também não precisam ter... Que eles podem amar ela e amar a gente, da mesma maneira. A gente nunca falou mal dela. Nunca. A gente sempre fala que ela teve os motivos dela (Marisa, Família I).

Importante destacar a posição adotada por Marisa frente à situação de conflito experienciada. A mãe participante teve a sensibilidade de perceber que algo não ia bem na relação com o filho e, frente a isso, de buscar conversar com ele. A abordagem compreensiva de Marisa para tratar do assunto, sem pressioná-lo a falar, possibilitou o *holding* a Daniel e essa provisão ambiental suficientemente boa contribuiu para que ele adquirisse confiança na mãe. Essa confiança pôde ser expressa posteriormente, quando Daniel conseguiu simbolizar e expressar para Marisa o motivo de sua raiva. Nesse sentido, a postura adotada pela mãe contribuiu para o processo de amadurecimento e integração dos impulsos agressivos do filho.

As falas de Karol e Marisa (Família I) apontam para a sensibilidade e adaptação delas diante das necessidades dos filhos. O fato de terem sobrevivido aos constantes testes e ataques, bem como acolhido as crianças nos momentos de dificuldade, tornou possível o desenvolvimento de uma relação de confiança e o estabelecimento do vínculo afetivo entre os membros da família, como pode ser observado no relato abaixo e nos seguintes:

Percebi que eles confiavam muito em mim e eu não esperava isso. Eu achava que eles tinham sempre um pé atrás comigo, porque eu era mais brava, eu era a que colocava mais regras. Mas assim... O Daniel, por exemplo, me chamou pra ver os pelos do saco dele, sabe? Eu nem imaginava que ele ia fazer isso comigo e aí ele mostrou. E eu achei isso maravilhoso, perceber que ele confia em mim dessa maneira (Marisa, Família I).

Esses dados corroboram a discussão feita por Sampaio et al. (2020), na qual os testes e ataques feitos pelos filhos por adoção, seguidos pela sobrevivência dos pais e mães adotivos, são considerados como parte importante do processo de vinculação. Nesse sentido, a testagem deve ser considerada como algo estruturante do processo de filiação e não como algo destrutivo.

A vinculação estabelecida entre mães e filhos também pôde ser identificada no pedido das crianças de que Karol e Marisa (Família I) escolhessem seus novos nomes. Marisa conta que, em dado momento, se tornou importante para seus dois filhos mais velhos possuírem nomes que tivessem um significado dentro da história familiar e, para isso, ambos pediram que as mães os nomeassem. Karol e Marisa, por sua vez, atribuíram aos filhos nomes que lhes agradavam pessoalmente.

Com a psicóloga dele, o Davi começou a desenvolver essa vontade, começou a falar que queria que o nome fosse mudado, que queria ter um nome que tivesse um sentido... Ele falava assim: “O meu nome não tem sentido nenhum... Eu não sei porque meu nome é esse”. E o Daniel, como ele não queria usar o nome que tinha, a

gente incluiu o Daniel. Então tinha uma explicação... Porque quando ele perguntava pra gente: “Ah, mas por que Daniel?”. Nós contamos: “Nossa, é um nome que a gente ama... Desde o primeiro dia a gente falou que se tivesse filho, ele se chamaria Daniel...”. Então tinha uma história. Foi aí onde Davi começou a falar isso, que queria ter... Aí a gente acabou chegando no Davi Bernardo. Porque Bernardo era também um nome que a gente gostava muito (Marisa, Família I).

De acordo com parágrafo 5º do artigo 47 do ECA (BRASIL, 1990), adotante e adotado podem requerer, se assim desejarem, a modificação do prenome da criança adotada. Nesse sentido, Marques (2021) discute sobre a importância dos pais adotivos refletirem acerca de suas motivações pessoais para a troca do prenome dos filhos, se há, por exemplo, o desejo de marcar um novo início na vida da criança ou de afastá-la ainda mais de seus genitores. Também é fundamental que estes pais prestem atenção se o nome que o filho possui já faz parte de sua identidade, bem como se a troca de nome desrespeitaria a história pessoal da criança. No caso da família participante deste estudo, a inserção de um novo nome próprio, escolhido pelas mães, foi um desejo expresso pelas crianças.

A importância da nomeação no estabelecimento do vínculo afetivo entre pais e filhos também foi identificada sob outra perspectiva: a dos filhos nomeando seus pais. De acordo com Féres-Carneiro et al. (2017), os membros de famílias homoparentais costumam ser mais criativos que os membros de famílias heteroparentais ao nomear aqueles que exercem funções de cuidado, embora mesmo nessas famílias, os signos da família tradicional (pai e mãe) permaneçam sendo bastante utilizados. Nesse sentido, José e Thiago (Família II) falam sobre Matheus tê-los nomeado como “papai” e “painho”, respectivamente.

[...] Logo em seguida, ele disse: “Olha, você é papai Zé... E você é painho Thiago”. E ficou “papai” e “painho”, essa definição de quem é quem... (José, Família II).

[...] Matheus, quando chegou, se adaptou muito rápido a chamar a gente de pai. Ele me chama de painho e chama o José de papai. Ou pai. Comigo é só painho (Thiago, Família II).

A espontaneidade de Matheus ao nomear seus pais e lhes atribuir papéis parentais corrobora os dados encontrados por Rodriguez, Gomes e Oliveira (2017), em estudo com uma família homoparental masculina, cujo filho do casal, sem qualquer dificuldade, nomeou os pais como “papai” e “papia”, como forma de diferenciá-los. Estes dados dialogam com as considerações de Féres-Carneiro et al. (2017) de que os filhos de casais homoparentais não ficam confusos quanto aos lugares ocupados por seus pais na família. Assim, as crianças compreendem que possuem dois pais ou duas mães e os nomeiam como preferem.

Estes apontamentos denotam também a importância e o papel ativo desempenhado pela criança no processo de constituição da família, mencionados por Winnicott (1965/2011). Nesse sentido, cabe destacar que um processo de adoção bem-sucedido nunca é unilateral.

Logo, a adoção dos pais pelos filhos é tão importante quanto a adoção dos filhos pelos pais (RODRIGUEZ; GOMES; OLIVEIRA, 2017).

Outra questão apontada pelos participantes como facilitadora do processo de vinculação com os filhos referiu-se à colocação de limites e ao estabelecimento de regras frente às dificuldades relacionais experienciadas. Karol (Família I) define esse posicionamento como uma forma de colocar os filhos em uma “estrutura de família” e conta que foi necessário agir dessa maneira, dada a inexistência de regras e de rotina na vida das crianças até então. José (Família II), por sua vez, conta que diante do aparente desejo do filho de se mudar para a casa de uma amiga da família, na qual havia se divertido, precisou explicar para ele que uma estrutura familiar não muda com tanta facilidade, bem como que regras existem em todas as famílias.

Muitas pessoas falavam que [...] o certo era fazer tudo que a criança queria nesse primeiro momento, pra ela criar um vínculo conosco e só depois colocar as regras. Mas a gente percebeu que não poderíamos fazer isso, pois seria muito mais difícil pontuar algumas questões depois. Então a vida real começou logo... Mas isso também favoreceu e acelerou um pouco a nossa vinculação. [...] E também possibilitou que a gente conseguisse colocar a situação de forma clara, da forma como ela deveria ser, e conseguisse entrar em uma estrutura, em uma frequência de família... E eles entraram muito fácil. [...] Desde o começo eles foram muito flexíveis com todas as mudanças, o que não é fácil, porque eram crianças que ficavam na rua o dia inteiro, fazendo o que queriam, não tinham regras, não tinham uma rotina... E desde o começo a gente decidiu por isso (Karol, Família I).

Em determinado momento, nós casamos e fomos pra uma lua de mel. Passamos quatro dias fora [...] e ele tava há alguns meses conosco. O que fazer pra que ele não ficasse sentindo essa nossa ausência? Porque estava muito perto... Então a gente o deixou na casa de uma amiga nossa... Nossa amiga fez de tudo maravilhoso na casa dela e tinha um filho da idade dele, então ele passou a viver no paraíso para uma criança... E quando voltou, ficou chateado. Me deu a sensação de que ele queria ir pra lá. Eu não sei se foi essa mudança fácil de uma casa pra outra que fez ele realmente querer sair daqui pra ir pra lá... Esse foi outro momento de tensão, de dizer pra ele: “Olha, a gente criou uma família e ela não muda tão rápido assim. Essa vinda sua pra cá não quer dizer que você vai pra uma outra casa e que essa outra casa, por ter te tratado maravilhosamente bem durante esse período, ela vai acolher você a todo momento e dessa forma. Tem suas tarefinhas em casa, tem tudo isso...”. Algumas regras que a gente segue em casa não estavam muito presentes na casa que ele passou esse tempo (José, Família II).

O estabelecimento de regras e a criação de uma rotina são apontados por Luz, Gelain e Amaral (2014) como elementos importantes no processo de adaptação à nova realidade familiar pós adoção, sobretudo devido às mudanças ocorridas na vida cotidiana de pais e filhos. Por meio desses acordos, conflitos de convivência podem ser reduzidos e o ambiente familiar pode se tornar mais consistente e estável, o que contribui para a construção de uma relação de confiança e para o desenvolvimento de um sentimento de segurança na criança.

Nesse sentido, Winnicott (1965/2011) salienta a confiabilidade ambiental como uma das características do lar que torna possível o desenvolvimento do indivíduo. Cabe ao ambiente oferecer segurança ao bebê ou à criança, de modo a protegê-lo de seus próprios impulsos e dos efeitos produzidos por eles, bem como ajudá-lo a se livrar do que é inesperado e possivelmente intrusivo. A partir dessa segurança, torna-se possível a edificação, no interior da criança, de uma “crença em algo que não seja apenas bom, mas seja também confiável e durável, ou capaz de recuperar-se depois de se ter machucado ou mesmo perecido” (WINNICOTT, 1965/2011, p. 44), o que denota a importância da posição assumida pelas Famílias I e II no cuidado com seus filhos.

As experiências iniciais dos participantes José e Thiago (Família II) também foram marcadas por uma situação de homofobia, na qual Matheus, filho do casal, foi vítima direta. Ambos contaram que uma vizinha de 9 anos de idade abordou Matheus e contou para ele, em tom pejorativo, que seus pais eram “gays”. Como mencionado na categoria anterior, desde o momento em que Matheus sinalizou que gostaria de ser adotado, José e Thiago optaram por falar abertamente sobre serem um casal homoafetivo para o filho. Além disso, a partir dessa primeira conversa, a família desenvolveu o hábito de dialogar diariamente, à noite, sobre o dia passado e o que havia acontecido nele, tanto as experiências boas, quanto as difíceis.

Nessa história de falar do que era bom e o que era ruim, ele me chamou e falou: “Eu quero conversar... Olha, a vizinha falou que vocês eram gays”... E eu perguntei: “O que é que você sentiu... Como é que foi isso?”. Ele disse: “Eu não gostei e disse que vocês não eram”. Então eu disse: “Mas a gente é... Esse nome “gay” é dado pras pessoas que tem um relacionamento com alguém do mesmo gênero... Eu e painho Thiago”. [...] Uma conversa longa, visse? É difícil... Mas a gente precisou falar, porque nos deparamos com um ato de homofobia muito rápido... E a gente atribui o fato de ter falado tudo muito antes como algo que facilitou essa conversa (José Família, II).

[...] Nesse dia que aconteceu isso com a menina, ele já sabia da nossa homossexualidade, mas ele disse que não era, que era mentira, que ela tava mentindo e depois veio chorando, falar pra gente que isso havia acontecido. Ou seja, ali ele sofreu um ato, mesmo sendo de outra criança, mas sofreu um ato de homofobia. Então isso é uma coisa que a gente tem... Pra gente, isso é um grande desafio... Pra ele seguir... O medo do outro, né? Do outro intolerante, do outro conservador (Thiago, Família II).

José considera o fato do casal de ter falado, logo no início, sobre sua homoafetividade para o filho, como algo que facilitou o diálogo posterior sobre a violência sofrida. Ademais, a estratégia adotada pela família, de dialogar diariamente sobre as situações vivenciadas, pareceu contribuir com o contorno de possíveis impasses no relacionamento entre os pais e o filho, decorrentes do preconceito social frente à homoparentalidade. Esse espaço diário de

diálogo parece ter auxiliado Matheus a expressar seus afetos, bem como viabilizou, para os pais, uma oportunidade de oferecer sustentação ao filho diante das dificuldades.

5.3.2 Vivências cotidianas

Acerca das experiências atualmente vivenciadas, foi possível identificar algumas aproximações entre as vivências dos casais, bem como distanciamentos quando estas vivências foram comparadas à do pai e da mãe monoparentais, cujas responsabilidades e cuidados com a criança são exercidas de forma solo, sem o suporte de um companheiro ou companheira com quem formem um par parental (LIMA; FÉRES-CARNEIRO, 2021).

Os participantes que exercem a homoparentalidade de forma solo relataram desafios específicos no relacionamento com os filhos, decorrentes da alta demanda de trabalho implicada no cuidado das crianças. Nesse sentido, Getúlio (Família III) fala sobre a pressão que sente para desempenhar os papéis materno e paterno, bem como aborda os desdobramentos disso na relação com o filho. Já Marília (Família IV) comenta sobre as dificuldades para conciliar os cuidados de uma criança pequena com sua rotina laboral.

[...] Às vezes, como eu sou sozinho, eu tenho que morder e assoprar, então eu me pego sendo mais rígido com ele do que amoroso. Mas é porque só sou eu. [...] Eu tenho que me virar nos trinta, ser os dois papéis... (Getúlio, Família III).

A nossa rotina... nos dias em que eu estou trabalhando são 12 horas de trabalho... Então não é um dia mais, né? [...] O dia que eu tô trabalhando é um dia perdido. Porque eu chego já pra acalmar ele. Mas, no outro dia, a gente toca o terror (risos). Ao mesmo tempo, eu também sou a dona de casa, a administradora. Sou eu que faço compra, eu que lavo louça, que cozinho... Eu que faço tudo. [...] Hoje eu tô de plantão e a babá não queria pegar ele, porque ela falou que não trabalha em feriado. Aí eu já tive que fazer uma logística, porque eu preciso realmente trabalhar. [...] Hoje vai ser um dia que eu vou chegar desgastada em casa e é o dia que ele quer mais de mim, porque eu deixei ele cedo. Deixei ele dormindo na babá hoje, então ele nem me viu. Quando eu chegar, ele vai estar cheio de amor pra dar. Mas ele não sabe como fazer isso... E, às vezes, eu estou cansada. Então o desafio é controlar o meu humor e aceitar o amor dele. [...] A despeito de eu ter esse conhecimento teórico, na prática é muito difícil equilibrar. Então eu quero que ele deite, eu quero que ele vá tomar banho, mas ele quer ficar comigo... Esse equilíbrio é o que eu tenho tido mais dificuldade (Marília, Família IV).

A autocobrança de Getúlio, referente ao desempenho dos papéis materno e paterno, pode ser resultado do estigma social de que uma criança, para se desenvolver de maneira saudável, precisa ter referências distintas, geralmente uma masculina e outra feminina, nas pessoas que ocupam os papéis parentais (ROSA et al., 2016; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018). Contudo, cabe destacar que as funções materna e paterna não precisam ser necessariamente desempenhadas pelos membros de um casal parental. O mais importante, para o desenvolvimento da criança, é que ela tenha

por perto pessoas dispostas e capazes de se responsabilizar por elas (LEITÃO, 2019). Isso pode ser feito por um tio, uma tia, um avô, uma avó, um amigo próximo da família, bem como por outras pessoas.

Nesse sentido, é fundamental, no caso das famílias monoparentais, a presença de uma rede de apoio que ofereça suporte e sustentação ao pai e à mãe solos (BENATTI et al., 2021; BIASUTTI; NASCIMENTO; CANAL, 2021). No caso de Getúlio (Família III) e Marília (Família IV), conforme foi discutido nas categorias anteriores e será discutido na próxima, a família extensa não pôde ser presente, sobretudo pelo distanciamento geográfico. Diante disso, o pai e a mãe participantes precisaram contar com outras pessoas nessa rede, como, por exemplo, amigos, colegas de trabalho e membros do grupo de apoio à adoção.

Os participantes também revelaram ter contado com o suporte de babás para cuidar dos filhos. Dado semelhante foi encontrado por Biasutti, Nascimento e Canal (2021), em estudo sobre o desenvolvimento das atividades parentais na família monoparental adotiva, no qual identificou-se a contratação de serviços como uma estratégia para auxiliar na rotina doméstica e também em aspectos dos cuidados com a criança. A participação da família extensa também foi apontada importante no suporte à família monoparental, sobretudo diante de demandas laborais dos pais e mães solo.

Diante das dificuldades enfrentadas em seu arranjo familiar, Getúlio (Família III) sugere e indaga acerca da possibilidade de serem implementadas mais políticas públicas voltadas para os cidadãos membros de famílias monoparentais. Políticas públicas referem-se a todas as ações exercidas pelo Estado com o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros os seus direitos básicos, estabelecidos constitucionalmente (DIAS; MATOS, 2012). Além disso, cabe destacar que este arranjo familiar, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA] (2015), corresponde a 18,5% das famílias brasileiras.

Talvez falte um apoio mais direcionado pra quem é monoparental. Não sei te dizer que tipo de apoio seria, mas eu acho que tudo que eu faço parece que não tem referência, [...] então às vezes eu me sinto muito sozinho, em algumas questões. Não sei se poderia ter algum tipo de programa ou política pública. [...] Eu, por exemplo, sinto muita falta de ter um grupo de apoio pra pais solteiros. Não pai no sentido masculino, mas no sentido feminino também... Seria um grupo de ajuda mútua, tipo uma roda de conversa, algo assim (Getúlio, Família IV).

Nesse sentido, em estudo acerca da concepção de família na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Barreto, Balani e Braz (2016) discutem que embora a PNAS não busque definir a “família” por quem a compõe, mas pelas funções que devem ser desempenhadas, os diversos arranjos familiares continuam sendo avaliados sob o parâmetro da família tradicional. Com isso, a política acaba não oferecendo recursos para o

desenvolvimento de práticas que acolham as diversas formações familiares, o que pode contribuir com a estigmatização desses novos arranjos. Estes dados, em conjunto com a fala de Getúlio, fazem emergir um questionamento: que tipo de suporte, a nível macrossocial, tem sido oferecido para as famílias monoparentais brasileiras? As políticas públicas têm discutido e acolhido a diversidade de arranjos familiares existentes?

No caso dos casais, foi possível identificar uma distribuição equitativa e flexível das tarefas domésticas, bem como das atividades referentes ao cuidado com os filhos. Essa distribuição buscou considerar o contexto pessoal e as reais possibilidades de cada um dos membros do casal, de modo a evitar sobrecargas emocionais e de trabalho. Este posicionamento pode estar associado à ausência do binarismo de gênero no par parental, visto que historicamente, em casais heteroparentais, os papéis e as tarefas “maternas” e “paternas” costumam ser assumidas de forma cristalizada, de acordo com a identidade de gênero (MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015).

Nossa divisão de tarefas é bem estabelecida, [...] porque eu trabalho o dia inteiro fora. Antes deles chegarem, a gente já tinha se preparado pra isso, pra que os nossos horários se complementassem. Então eu saíria do meu trabalho por volta das 17h30, chegaria entre 17h30 e 18h em casa... E ela começaria as aulas dela nesse período, mesmo antes da pandemia. Então a gente falava sobre isso, pra que os nossos filhos não ficassem sozinhos, até mesmo porque a gente não sabia a idade, em que condição os nossos filhos iriam chegar. [...] Então a gente se complementa. Como ela fica em casa durante o dia, as maiores atividades e tarefas durante o dia é ela quem realiza. Por exemplo: cuidar da casa, cuidar deles durante a manhã, levar pra escola, levar pra algum médico... Levar pra psicólogo, psicopedagogo ou alguma atividade extra, é tudo ela que faz. Quando eu chego, por volta das 18h, a janta é por minha conta. Eu consigo ficar um pouquinho com eles, não muito, porque eles têm uma rotina de dormir cedo, já que estudam cedo. Entre 21h e 21h30, eles já estão indo pra cama, então eu fico pouquinho tempo com eles e pouquíssimo tempo com ela, porque geralmente ela tem aula até umas 20h30. Mas a gente se preparou pra que isso acontecesse, então são bem definidas as nossas responsabilidades... E nos finais de semana, quem cuida mais das coisas de casa sou eu, mesmo ela estando em casa. Por exemplo, a questão de almoço, questão de matéria de aula... Sou eu que cuido pra deixar ela um pouquinho afastada (Karol, Família I).

Nós dividimos as tarefas. Thiago consegue fazer mais as tarefas de alimentação. É ele quem resolve toda a questão da comida, o que vai acontecer... Eu fico mais na questão pedagógica do Matheus. [...] Eu que tô realmente muito próximo dele e o Thiago cuidando da casa. Assim dividiu-se (José, Família II).

Estes dados dialogam com as discussões realizadas por Rosa et al. (2016), Féres-Carneiro et al. (2017) e Rolim e Carlesso (2019) sobre a parentalidade adotiva de casais homoafetivos se desenvolver de forma mais igualitária que a de casais heterossexuais, em termos de distribuição de responsabilidades nas atividades domésticas, de trabalho, bem como na rotina de cuidado com os filhos. Constatou-se também maior respeito às características individuais dos membros do casal na divisão dos papéis parentais, por meio da

consideração de fatores como disponibilidade tempo, identificação, aptidão e facilidade de aprendizagem na distribuição das tarefas.

Outro critério identificado como importante na distribuição das tarefas parentais das famílias participantes deste estudo, referiu-se ao modo como os filhos identificam seus pais e aos lugares que atribuem a eles dentro da família. Nesse sentido, José (Família II) conta que Matheus lhe atribuiu o lugar de “mãe”, devido a certas características de seu cuidado parental, como pode ser lido no relato abaixo:

Ele diz que eu sou a mãe (risos). Ele diz que é porque eu fico mais carinhoso no cuidado com ele, que eu sou mais cuidadoso. Talvez eu tenha essa característica mesmo de ficar cuidando dele. [...] Eu gosto de cuidar. Eu gosto de ensinar. Gosto de estar ali, ao lado, [...] gosto também de brincar, de assistir um filme junto. Eu gosto disso, sabe? Eu me sinto bem em estar ali, do lado, conversando... E mesmo que eu esteja lendo um livro ou fazendo qualquer outra coisa, eu gosto que ele fique do lado, próximo (José, Família II).

Estes dados também dialogam com os de Féres-Carneiro et al. (2017), obtidos em estudo sobre as práticas de nomeação nas famílias contemporâneas, no qual foi possível identificar que a capacidade dos homens e das mulheres participantes de se reconhecerem como “pais” ou “mães” esteve diretamente relacionada ao modo como os filhos os enxergavam e se os reconheciam nesses papéis.

O fato de Matheus ter atribuído o papel de mãe à José (Família II) também corroboram a discussão realizada por Rosa et al. (2016) e Rolim e Carlesso (2019) sobre o desempenho da parentalidade em casais homoafetivos ser, por vezes, uma adaptação criativa da díade conjugal heterossexual. Nesse sentido, vejamos o relato abaixo, sobre um diálogo que José teve com seu filho acerca dos papéis materno e paterno, após uma atividade escolar na qual solicitaram a Matheus que levasse uma foto com a mãe para ser colocada em um porta-retrato. Cabe ressaltar que esta atividade gerou um impasse na relação da família com a escola, que será melhor discutido na próxima categoria.

[...] E ele voltou com o porta-retrato feito pra casa. Mas não mostrou pra gente. Ai eu perguntei: "Como foi a aula de artes?". Ele: "Foi boa". Nós: "Fizeram o que?". Ele: "Um porta-retrato". Nós: "E é? Deixa a gente ver...". Ele omitiu. Nós: "Foi o porta-retrato de dia das mães?". Ai ele: "Foi". Eu não sei se fui eu ou se foi Thiago que disse assim: "E quem é a mãe daqui?". Ele disse: "Eu acho que é o papai Zé". Eu comecei a rir e disse: "Eu posso ser a mãe... Mas Thiago também é a mãe... Tá tudo ótimo... Pode ser mãe, pode ser pai... A gente é pai e é mãe também (José, Família II).

A partir da fala de José, é possível identificar que ambos os pais compreendem e consideram que desempenham tanto as funções maternas quanto as funções paternas. O posicionamento deles dialoga com a discussão realizada por Leitão (2019) sobre a

possibilidade de considerar essas funções como não associadas ao gênero das figuras parentais, mas ao cuidado demandado e oferecido à criança. Diante disso, as funções materna e paterna podem ser desempenhadas em variados tipos de configuração familiar.

A vivência cotidiana também levou os pais e as mães a recordarem de experiências com suas famílias de origem. Estas recordações influenciaram diretamente no exercício da parentalidade, pois mobilizaram todos os participantes a buscar se relacionar com os filhos de um modo diferente de como costumavam se relacionar com seus próprios pais, como se para corrigir, na educação das crianças, os “erros” cometidos com eles em sua própria educação.

Nesse sentido, Marisa (Família I) conta que se percebe fazendo coisas importantes para os filhos que seus pais não fizeram por ela; José (Família II) lamenta não ter tido, em sua infância, um pai tão presente quanto ele mesmo é na vida do filho; Getúlio (Família III) também lamenta o fato de seu pai ter sido ausente e atribui a essa ausência suas inseguranças no exercício da paternidade; já Marília (Família IV) ressalta que tem buscado educar seu filho de uma maneira mais respeitosa da que seus pais a educaram.

Eu acho que eu tive duas vivências de família, né? Eu tive a minha... Porque assim, era uma família meio desestruturada... Eu via a minha mãe como uma mãe, sabe? Guerreira, que lutava, que tentava dar o que podia, mas que não sabia dar amor. Era muito difícil pra minha mãe abraçar, beijar... Então isso fez com que eu olhasse pros meus filhos de uma maneira diferente. [...] Eu vejo que eu tenho que fazer por eles coisas que eu não imaginava, sabe? Que eu não via meus pais fazendo, mas que é importante pra eles (Marisa, Família I).

Quando eu comecei a vivenciar a paternidade, eu comecei a vivenciar *flashes* da minha infância e de como eu era tratado pelos meus pais. Eu consegui me compreender mais depois da paternidade do que antes. Meus *insights* na terapia foram maiores e mais intensos. [...] Hoje eu fico pensando: “Puxa, isso não acontecia comigo... Eu não fazia isso”. Nossa, eu fico pensando: “O Matheus tem um acesso a várias coisas que eu não tive na minha época, quando era criança”. Como poderia ser, se eu tivesse tido? Eu fico lamentando, talvez uma outra situação... Meu pai também não era muito presente, eu fiquei muito longe dele em alguns momentos... (José, Família II).

[...] Eu sou muito chato, cobro muito dele essa questão do estudo, de tentar organizar aqui em casa, de limpeza... Porque só somos nós dois e não estamos podendo contratar empregada, só diarista. [...] Então eu tenho que fazer com ele uma coisa que não fizeram comigo, que é educá-lo pra saber arrumar sua cama, lavar louça... Eu tô tentando fazer uma coisa que a minha mãe não teve a possibilidade de fazer comigo, porque ela trabalhava muito. [...] Mas assim, eu sinto muita falta de uma referência... Por exemplo, se eu tivesse tido um modelo de pai mais presente, talvez eu tivesse mais segurança nas minhas atitudes como pai... Ao mesmo tempo, às vezes, eu fico muito desmotivado por não ter sido o melhor filho para poder ser um pai melhor (Getúlio, Família III).

[...] Eu vou me amparando bastante nisso e também nas coisas da minha própria infância, que eu [...] não quero proporcionar pra ele, entende? Então esse lance de respeitar o filho, eu acho bem legal e tem me dado bons frutos. Ele se coloca muito bem nas situações, ele fala coisas do tipo: “Você também tem que me respeitar”. Já ouvi coisas assim, sabe? É bem legal (Marília, Família IV).

Winnicott (1971/2019, p. 227), em texto direcionado aos pais, afirma o seguinte: “Se você for bem sucedido, esteja preparado para sentir inveja dos filhos que tiverem oportunidades de desenvolvimento pessoal melhor que as suas”. Considerando os relatos anteriores, este parece ser o caso de todas as famílias participantes do presente estudo. Ademais, os dados obtidos também corroboram os encontrados por Meletti e Scorsolini-Comin (2015), por meio dos quais se identificou que as experiências vividas com os próprios pais costumam ser a base para a construção da parentalidade na vida adulta.

Assim, os modelos de relação considerados positivos costumam ser replicados e, por outro lado, as experiências negativas com a família de origem passam a ser utilizadas como referência para adoção de novas posturas, que viabilizem um relacionamento mais saudável e próximo entre pais e filhos (MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015). Nesta perspectiva, cabe destacar que embora os pais e as mães participantes tenham sofrido violência em suas famílias de origem, eles não perpetuaram essa violência na relação com os filhos, não repetiram a negligência e abandono experienciados.

As famílias participantes também identificaram, em suas vivências cotidianas, a existência de dificuldades emocionais nos filhos, relacionadas às experiências pregressas deles com as famílias de origem. Nesse sentido, Karol (Família I) fala sobre a dificuldade dos filhos de falarem sobre seus afetos, bem como menciona a culpa que o mais velho sente pelo abandono da mãe; Marisa (Família I) considera que o histórico de abandonos pela genitora é a principal razão da desconfiança e insegurança manifestas nas crianças; e José (Família II), por sua vez, percebe que as principais necessidades do filho são atenção e afeto, atributos ausentes em sua família de origem.

[...] Eu acho que a maior necessidade deles é conseguir verbalizar sentimentos, principalmente os meninos. Hoje eles não conseguem. Eles contam muita coisa, falam do que acontece na escola... Mas não conseguem verbalizar o que estão sentindo, o que isso traz de emoção e sentimento pra eles... Seja bom ou seja ruim. [...] O meu mais velho, ele se culpa muito. Ele acha que a mãe não o quis por alguma coisa de errado que ele fez (Karol, Família I).

[...] Você vê que os meninos carregam ainda aquela questão do abandono: “E como vai ser? E se elas me abandonarem também?”. Porque não foi que eles nasceram e foram abandonados. Eles nasceram e viveram pelo menos nove anos assim: “Vem pra cá, vai pra lá... Agora você vai viver comigo, agora você vai viver no abrigo, agora você volta comigo, agora você vai pra família acolhedora”... Entendeu? Era muito vai e volta... Então por que é que essa família vai ficar comigo? Eu acho que quando eles pegarem, de fato, os novos documentos, é que vai ser realmente o divisor. Vai ser a hora que eles vão se reconhecer (Marisa, Família I).

Eu acho que as principais necessidades dele são atenção e afeto. Por mais que a gente toque nele, queira ficar do lado dele... Se a gente pegar no cachorro, por exemplo, ele se joga na gente e fica colocando a cabeça pra gente tocar (risos). [...] Mas eu entendo ele... Eu acho que ele tem uma carência de afeto, principalmente

uma necessidade de toque [...] e do próprio tempo dispendido com ele... Ele exige muito isso (José, Família II).

A experiência de um sentimento de culpa pela criança adotada, relacionado à família de origem, também foi identificada por Soares (2021), em estudo sobre a preparação de crianças e adolescentes para adoção. Este dado, em conjunto com os relatos dos participantes do presente estudo, evidenciam a importância de que seja oferecido suporte emocional à criança adotada, pelos pais ou por profissionais, de modo a propiciar acolhimento e facilitar o processo de elaboração de afetos e vivências passadas.

Assim como nas experiências iniciais, foi possível identificar, nas vivências atuais das famílias, um movimento de adaptação às necessidades dos filhos, o que denota a continuidade do cuidado ofertado pelos pais e mães participantes. Acerca disso, Marisa (Família I) comenta que decidiu parar de trabalhar provisoriamente para se dedicar de modo integral aos cuidados das crianças; José (Família II) conta que apesar dele e do marido serem vegetarianos, a alimentação com carne foi introduzida na casa da família, em respeito aos hábitos do filho; Thiago (Família II) relata que hábitos familiares, como os horários das refeições e os filmes assistidos, foram ajustados de modo a acolherem o filho do casal; já Marília (Família IV) fala sobre sua tentativa de compensar o fato de ter passado o dia longe do filho, por estar trabalhando.

Eu decidi que nesse ano e, talvez, no ano que vem, vou abrir mão da minha vida profissional. Não foi fácil, porque era mais uma coisa que eu não queria. Mas a gente viu a necessidade disso. Porque eles ainda estão passando por psicopedagogo, por exemplo. Tem as atividades que a gente acha importante, então o Daniel tá fazendo futebol. São dois dias na semana que eu vou com ele. Ele faz psicopedagoga, então é outro dia que vou com ele. Psicóloga, vou com ele. O Davi também faz psicopedagoga. A Larissa tá fazendo dança... São mais duas vezes na semana. Então assim, é difícil, porque se eu decidir, por exemplo, trabalhar e não ficar com eles, eu vou ter que pagar alguém. Não compensa... E eu acho que pro nosso vínculo, é melhor que seja eu ainda (Marisa, Família I).

Nós somos vegetarianos, eu e Thiago. Nós precisamos mudar também o hábito... Não o nosso, mas também introduzir a questão da alimentação com carne aqui em casa (José, Família II).

[...] Mudou muito a rotina, o dia a dia... Porque a hoje a gente tem um horário mais certinho pra tomar café, pra almoçar, pra jantar... Se ele for assistir algum filme com a gente, a gente tem que assistir um filme que é de criança. A gente não tinha esse hábito de assistir animações, por exemplo... Então mudou bastante em relação a isso (Thiago, Família II).

Nos dias que eu trabalho, eu já chego na demanda de acalmar ele, de prepará-lo pra dormir e compensar um pouco a minha ausência. Eu preciso me doar um pouquinho pra ele, mas já planejando a hora que vai dormir... O banho, acalmar, historinha... Alguma coisa assim, entende? (Marília, Família IV).

De acordo com Winnicott (1965/2011), a adaptação às necessidades dos filhos e a continuidade do cuidado são características fundamentais de um ambiente familiar suficientemente bom, em qualquer momento da vida do indivíduo. No entanto, cabe destacar que essas necessidades são sempre mutáveis e, portanto, o tipo de adaptação necessária se modifica de acordo com o crescimento emocional da criança, ao longo dos diferentes estágios de dependência.

A partir dos relatos dos casais participantes, também foi possível identificar que a experiência de parentalidade produziu atravessamentos na relação conjugal do casal. Nesse sentido, Karol (Família I) conta que a relação com Marisa mudou bastante após a chegada das crianças, sobretudo por ter priorizado se dedicar aos filhos; Marisa (Família I), por sua vez, relata que seu incômodo inicial com a divisão das tarefas parentais, por ter se sentido sobrecarregada com as atividades, foi motivo de tensionamentos com a companheira; já José (Família II) relata que frente à conflitos vivenciados com o marido e à possibilidade de separação, o fato de terem um filho emerge como motivo de preocupação.

A gente mudou bastante. Na verdade, eu queria me dedicar aos meus filhos... Eu queria muito fazer com que esse laço se fortalecesse muito rápido e eu acabei deixando ela (Marisa) de lado. [...] Nós tivemos várias crises que se agravaram com isso, porque... A gente brigava bastante no começo, porque não conseguíamos conversar. Não conseguíamos chegar num acordo. Foi falta de preparo nosso. [...] Nós fizemos acompanhamento com psicólogo depois que eles vieram. Só que eu penso que deveria ter acontecido antes, talvez quando a gente tava na fila. [...] Mas depois a gente conseguiu entrar na linha, conseguiu se acertar e viu que juntas seríamos mais fortes (Karol, Família I).

Porque eu não queria ser a mãe... Eu brigava muito com a Karol. Teve uma vez que ela virou pra mim e falou: “Vai embora. Se tá pesado pra você, volta pra casa da sua mãe. Eu crio eles, não tem problema”. Porque eu falava: “Eu não quero ser mãe. Eu quero a parte do pai... Eu não quero ficar o dia inteiro aqui, cuidando, limpando a casa, fazendo tudo pra eles, guardando roupa, pegando roupa... Eu não quero isso”. [...] Tudo ficou nas minhas costas, já que a Karol estava trabalhando o dia inteiro. Eu tava aqui, óbvio que eu tinha que lavar roupa, era muito mais fácil eu lavar do que esperar ela chegar do serviço pra fazer as coisas (Marisa, Família I).

[...] No momento em que eu tive uma tensão com o Thiago, foram duas vezes e foi bastante duro, eu pensei na separação. [...] Mas foi muito pontual, sabe? Foi naquele momento da discussão, naquele momento da tensão, da discussão da relação mesmo. Eu tensionei, pensei nisso e na hora eu pensei: “O que fazer agora, se eu tenho um filho?” (José, Família II).

A dificuldade do casal em conciliar a vivência conjugal com o exercício da parentalidade também foi identificada por Pedrotti e Frizzo (2019) e Macedo (2020). Assim como no caso de Karol e Marisa (Família I), os participantes destas pesquisas relataram que a relação do casal ficou em segundo plano após a chegada dos filhos e que o maior desafio enfrentado por eles era justamente conseguir manter o equilíbrio entre as funções conjugais e

parentais. Ademais, é interessante observar o desejo expresso por Marisa, de “querer a parte do pai” no exercício das funções parentais. A participante parece buscar reproduzir o papel tradicional do “pai”, culturalmente caracterizado por ficar fora de casa o dia inteiro e não desempenhar atividades domésticas, que ficariam a cargo da “mãe”. Estes dados dialogam com os de Rosa et al. (2016), que identificaram que pais e mães homoparentais também incorporaram estereótipos de gênero no exercício de suas funções.

Outro elemento identificado no exercício cotidiano da parentalidade foi o sentimento de culpa nos pais e mães participantes. Acerca disso, Karol (Família I) relata que o fato de não poder ser uma mãe mais presente na vida dos filhos lhe causa mal estar; José (Família II), por sua vez, conta que sente remorso por não poder dar sempre a atenção que o filho demanda; já Marília (Família IV) lamenta o fato de não poder possibilitar ao filho a experiência de conviver com uma família maior.

Eu gostaria muito de [...] me fortalecer em uma profissão que me gere renda e que eu possa ficar mais tempo com os meus filhos. Porque hoje... Ficar três horas por dia com eles me machuca muito. Eu queria ficar mais tempo. Então estou trabalhando em um projeto pra que isso aconteça. Espero que em breve eu tenha mais tempo de lazer com a minha família ou de presença mesmo. Esse é o meu projeto principal nesse momento (Karol, Família I).

Ele quer mais atenção... Então ele queria que a gente ficasse o tempo todo do lado dele. [...] Eu às vezes sinto um pouco de remorso por não dar a atenção que deveria dar. Porque eu sempre acho que deveria dar mais (José, Família II).

Sei que minha família é muito pequenininha, porque somos eu e o meu filho... E já sinto um pesar por isso, por não poder oferecer pra ele uma coisa maior, sabe? Com primos, tios... Entendo que é uma falta minha. Talvez ele nem sinta, não sei... Mas eu já tenho minhas lamentações em relação a isso (Marília, Família IV).

De acordo com Zanetti e Gomes (2011), na contemporaneidade, tem sido comum a manifestação de sentimentos de vulnerabilidade, impotência e culpa em pais e mães ao exercerem suas funções parentais, decorrentes de uma autocobrança para não cometerem erros na educação de seus filhos. Isto posto, cabe ressaltar que esses sentimentos se apresentam em pais e mães de modo geral e não apenas na parentalidade adotiva. Além disso, quando os sentimentos citados passam a afetar o exercício da parental, torna-se fundamental procurar apoio psicológico.

Nesta perspectiva, Mestre e Souza (2021) discutem que as “culpas maternas” não se tratam de algo natural ou biológico, mas de uma produção cultural, fruto do estabelecimento de um modelo de maternidade socialmente desejado, que afeta principalmente mães que vivem em contextos marcados por estigmas e vulnerabilidades. Este parece ser o caso das mães homoparentais participantes do presente estudo. Ampliando esta ideia, pode-se

considerar que a idealização de uma forma de exercer a parentalidade costuma produzir o sentimento de culpa, que pode afetar também os pais que estejam efetivamente implicados no cuidado de seus filhos, como no caso de José.

Alguns participantes revelaram ainda sentir ciúmes da família de origem do filho, bem como medo de que as crianças procurem seus genitores quando se tornarem maiores de idade. Nesse sentido, Marisa (Família I) ressalta que não pode esperar gratidão dos filhos e que tem se preparado emocionalmente para lidar com as possíveis escolhas deles; já José (Família II) relata que, além do ciúme que sente, a indiferença da família de origem em relação a Matheus são motivos para querê-los distantes do filho.

Agora tem coisas que a gente não pode esperar... Por exemplo, gratidão. [...] Eu sei que uma hora eles vão ter 18 anos e como vai ser? Será que eles vão buscar a mãe biológica? E aí, eu vou me sentir mal porque eu me dediquei a eles, porque eu fui mãe deles agora? Então assim, eu me preparo muito pra isso... Pra amar, pra ser mãe, mas pra entender que eles não são meus. Eles são meus filhos, não meus (Marisa, Família I).

Às vezes eu sinto um pouco de ciúme da relação dele com a família natural, mas eu não exponho isso pra ele. [...] Eu penso assim: “Meu deus, eu vou me doar tanto... Será que ele vai gostar mais do outro do que de mim?”. Mas é uma questão minha... Eu sinto e fico calado, olhando pro lado... Porque eu não queria que ele tivesse um vínculo muito forte com algumas pessoas que sequer lembram dele, sabe? Não falam com a gente pra saber como ele está. [...] Eu não acho isso correto... E eu não queria que ele sofresse qualquer coisa por essa família (José, Família II).

A dificuldade de pais e mães em lidar com aspectos das histórias pregressas de seus filhos adotados também foi identificada no estudo de Ferreira e Miura (2021). Estas dificuldades foram expressas por meio de fantasias de um possível encontro com os genitores, bem como de abandono pelos filhos, e geraram medo e insegurança. Diante disso, foi ressaltada a importância de espaços de diálogo e escuta, nos quais pais e mães por adoção possam expressar suas incertezas e ter seus medos acolhidos. Espaços como esses podem contribuir com o fortalecimento destes pais, ao potencializar suas habilidades nos cuidados com a criança.

Os participantes também trouxeram desafios cotidianos relacionados à entrada de seus filhos na adolescência. Sobre isso, Karol (Família I) menciona que tem buscado introduzir novos hábitos na vida dos filhos, bem como modificar antigos, considerados por ela como prejudiciais para a saúde e o desenvolvimento deles; José (Família II) ressalta que ele e seu esposo optaram por restringir jogos e uso de telas, de modo a proteger o filho de possíveis riscos; já Getúlio (Família III) conta que se preocupa com o tipo de conteúdo acessado pelo filho e que se sente impotente frente à impossibilidade de supervisioná-lo, como fazia quando Lucas era uma criança menor.

Quando estava nas famílias acolhedoras, ele ficava o dia inteiro no celular, jogando jogo de luta, de tiro... Esses jogos que adolescentes gostam de jogar, né? Na nossa concepção, não é legal. Então a gente começou a tirar um pouco as telas, pra tentar introduzir coisas melhores pra eles... (Karol, Família I).

A gente não colocou pra ele ter celular ainda. Foi uma escolha nossa... E também não tem jogo. [...] A gente não queria que ele ficasse viciado, conectado imediatamente. Não tem TV no quarto também. Os programas a gente... Eu sei, eu sou chato, eu vejo classificação indicativa (risos). Eu converso com ele sobre o que é classificação indicativa, sobre porque aquilo não é interessante pra ele ver naquele momento. Ele não assiste um filme que não seja pra idade dele (José, Família II).

[...] Agora, como ele já tá na pré adolescência, o que está me despertando preocupação é a questão dos exemplos, do que ele vê na televisão, no youtube, os desenhos, a violência... Se no jornal aparece uma coisa, ele já questiona. Também tem a parte da sexualidade, isso tudo eles já falam, já criticam, já buscam informação, [...] já conversam com os amiguinhos. É uma coisa que tá fora do nosso controle, onde ele vai procurar essa informação, com quem ele vai trocar essa informação, já não tem mais aquela coisa de quatro, cinco anos atrás... Quando eu ainda estava lá, vigiando, supervisionando 24 horas (Getúlio, Família III).

A postura assumida por Karol, José, Thiago e Getúlio revela a implicação deles na educação e cuidado dos filhos. Para Winnicott (1986/2021), devido à imaturidade do adolescente, cabe aos pais e à sociedade a responsabilidade de colocar limites e oferecer contorno às situações vivenciadas. Logo, os adultos não devem abdicar de suas responsabilidades, nem de princípios importantes, diante da rebeldia do adolescente, sob pena dele adquirir uma falsa maturidade ou se responsabilizar por decisões que ainda não lhe cabem. Assim, ao se preocupar com os filhos e colocar limites, os participantes deste estudo parecem estar cumprindo o importante papel de sobreviver, bem como de oferecer estabilidade e segurança.

Os pais e as mães também mencionaram o exercício da criatividade e do brincar como algo presente nas vivências cotidianas de seus filhos. Trata-se de um aspecto considerado como importante para o desenvolvimento das crianças e, por esse motivo, bastante estimulado pelos participantes. Nesse sentido, José (Família II) comenta que Matheus constrói os próprios brinquedos desde o dia em que chegou e que esses momentos de construção são observados por ele de longe, de modo a não interferir no processo criativo do filho. Marília (Família IV), por sua vez, conta uma situação recente, na qual o filho de quatro anos, buscando conhecer o ambiente e seus objetos, cometeu a travessura de afundar sua bermuda no vaso sanitário. Ela ressalta que embora tenha ficado nervosa a princípio, buscou conversar com o filho sobre o ocorrido apenas quando se acalmou, bem como não o repreendeu de forma agressiva pelo que havia sido feito.

[...] Ele não tinha muita coisa e chegou aqui construindo os próprios brinquedos... E até hoje ele constrói os brinquedos. Eu acho isso fantástico, ele começa a elaborar... Um dia eu cheguei numa loja e vi argila. Eu disse: “Pronto, o Matheus vai amar isso

aqui”. Um potinho de argila assim... Eu disse: “Olha”. Ele disse: “O que é isso?”. Eu: “Argila, você pode construir e modelar qualquer coisa”. Ele brilhou os olhos assim... Ele chegou lá no interior e passou horas modelando essa danada dessa argila... Quase o dia todo criando e criando e criando e criando... Eu disse: “Isso é maravilhoso”. Nesse momento, quando ele coloca a criação dele, eu não vou nele, não vou lá. Eu espero. Esse é um momento muito feliz, quando eu vejo ele sozinho, brincando, com esses elementos... (José, Família II).

[...] Ontem ele fez uma experiência de jogar o short dentro do vaso depois de fazer xixi. Ele mesmo pescou o short e disse: “Mãe, o short caiu”. Daí eu esperei, né? Porque lógico que eu ia ficar nervosa... Porque eu já penso que tenho que limpar. [...] Daí eu pensei e disse: “Já vou filho!”. E só. Quando me acalmei, eu fui. Daí cheguei dando risada: “Filho, pra que que você fez essa porcaria?”. Aí ele: “Ixi, agora eu nem sei”. Pronto. Quebrou minhas pernas. Essa resposta acabou comigo. Aí eu me embolei de dar risada, resolvi o problema e botei ele também pra me ajudar. [...] Depois eu disse: “Conte aí pra mamãe, porque você fez isso?”. Ele respondeu: “Mãe, eu queria ver se mergulhava”. Olha, tem jeito? (risos). Isso eu não viveria sem a maternidade. É ruim? É, porque depois tem que limpar, [...] mas é uma delícia também. Então... Agora que eu tô me apegando a sua pergunta. Isso poderia ser um desafio... E é, porque tem que equilibrar, mas eu contei pra você como um benefício. Um momento de caos, que poderia ser e é desafiador, mas que eu transformei em um que eu mais gosto (Marília, Família IV).

Os posicionamentos de José e Marília, de acolhimento ao gesto espontâneo e criativo dos filhos, revelam qualidades de um ambiente familiar suficientemente bom, confiável e favorecedor da continuidade de ser (WINNICOTT, 1971/2019). Ambos os pais parecem possibilitar aos seus filhos a oportunidade de brincar com liberdade, o que, de acordo com Winnicott (1971/2019), é fundamental para que a criança ou o adulto possam exercer sua criatividade, utilizar sua personalidade e descobrir seu próprio *self*.

Uma brincadeira mencionada na entrevista por José (Família II) chama a atenção. Ele conta que sua família tem o costume de brincar de “Lego”, um brinquedo de construção, composto por pequenas peças de plástico que se encaixam e permitem combinações variadas. Contudo, após construir algo com os pais, Matheus costuma apresentar ressalvas em destruir o que foi feito para, a partir disso, poder brincar novamente de construir algo novo.

Eu gosto também quando a gente vai fazendo um joguinho, que é o *Lego*, que a gente vai construindo com ele... O pior é quando a gente constrói algo com ele, em conjunto, ele não quer mais destruir (risos). Eu digo: “Não, você tem que destruir pra fazer outro (risos)”. [...] Ele acha que porque fez com a gente... Vai ter que marcar aquilo, ficar como uma recordação, uma lembrança... Enfim... Lá vai eu discutir com ele sobre impermanência... É quase uma filosofia... (José, Família II).

O posicionamento de Matheus, de não querer destruir o que foi construído com os pais, pode ser fruto de alguma fantasia inconsciente relacionada à possibilidade de abandono por algo que ele faça ou venha a fazer. Nesse sentido, a atitude acolhedora de José e Thiago, expressa por meio da disponibilidade para brincar e dialogar com o filho sobre a brincadeira, emerge como elemento importante nesse processo. Afinal, essa experiência de brincar, caracterizada pela destruição seguida pela reconstrução, pode contribuir para atestar a

consistência e a permanência dos pais e da família; auxilia Matheus a elaborar esse conflito psíquico; e fortalece o vínculo entre pais e filho.

A convivência também parece ter produzido identificações mútuas entre os membros das famílias participantes. Nesse sentido, Marisa (Família I) conta que, logo no início, seu filho Davi almejava seguir os exemplos “profissionais” dos genitores. Contudo, a partir da convivência, ele passou a desejar seguir a profissão de uma de suas mães por adoção; José (Família II), por sua vez, percebe que cobra muito do filho, por temer que ele falhe, e atribui esse movimento ao modo como seus pais o criaram; já Getúlio (Família III) ressalta perceber o filho parecido com ele próprio, inclusive nas ações que desaprova.

[...] Quando o Davi chegou, ele falava que queria ser andarilho também. Depois ele passou a falar que queria trabalhar em lava-jato... Porque eram as profissões dos pais, né? [...] Depois, quando ele parou com isso, ele queria ser igual a Karol. Já começou a ter a visão igual a dela: “Eu quero trabalhar em uma empresa, eu quero...”. Ela é chefe do setor dela, então ele quis ser chefe. Ele passou a se enxergar muito melhor. Hoje ele fala que quer ser engenheiro. Ele passou a ter sonhos... (Marisa, Família I).

[...] Às vezes bate um remorso quando eu exijo dele mais do que ele pode. Eu tenho medo dele falhar, sabe? Dele não acertar... Eu atribuo muito isso à forma como fui criado... Eu tento resolver isso, mas quando vejo, eu já entrei na história... Então talvez o meu desafio maior agora seja não ser exigente e de alguma maneira ele não ficar bem ou ter algum problema com ele nesse sentido (José, Família II).

[...] Dentro de casa, eu acabo sendo chato nessa questão da rotina do estudo. Eu ainda não consegui fazer com que ele respeite as tarefas, as horas de estudar... Outra coisa é que eu acho ele muito bagunceiro. Mas acaba refletindo um pouco do que eu sou, também, no meu quarto (Getúlio, Família III).

Os dados apresentados, referentes às identificações entre pais e filhos e entre filhos e pais, evidenciam o estabelecimento de uma vinculação afetiva entre os membros das famílias participantes, o que corrobora a discussão realizada por Luz, Gelain e Amaral (2014) acerca da importância da convivência no processo de adaptação e vinculação das famílias adotivas.

Os participantes também trouxeram o medo do preconceito como um atravessamento relevante na relação construída cotidianamente com seus filhos. Nesse sentido, Thiago (Família II) relata temer os efeitos da homofobia na vida de Matheus, pois a vivência do dia a dia já revelou que o filho sofre preconceito por ter dois pais; já Getúlio (Família III), ao considerar os marcadores sociais do filho, expressa preocupação sobre o modo como a sociedade olhará para ele e o tratará. Tal preocupação o leva a educar Lucas de maneira mais rígida, como forma de evitar maus comportamentos e consequentes julgamentos sociais.

[...] Sinto medo em relação à violência, [...] principalmente o medo da homofobia. Mesmo ele não sendo homossexual... Enfim, a gente não sabe, ele ainda é uma criança. Mas a gente sabe que ele já sofre com a homofobia por ser filho de dois

pais e ainda mais ser adotado. Então esse é um medo que a gente tinha bastante no início, só que a gente conversa muito com ele sobre isso... (Thiago, Família II).

[...] Agora já tenho que falar das etiquetas sociais, de como ele deve se comportar, que ele não pode pegar na amiguinha aqui e ali... Isso é uma coisa que eu me preocupo. Porque, de certa forma, ele é preto, é filho por adoção, ainda tem um pai homossexual, então [...] se ele for ser sempre aquele garoto que tem problema de aprendizagem, que tem problema com agressividade, sempre vai ter alguém pra apontar o dedo... Pra dizer que é em função disso, daquilo, daquilo outro, tá entendendo? (Getúlio, Família III).

O medo e a preocupação dos pais participantes podem ser relacionadas aos dados de Castro (2008), Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013), Lira, Morais e Boris (2015), Silva, Sousa e Fernandes-Eloi (2017) e Tombolato, Maia e Santos (2019), a partir dos quais foi possível identificar que as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias homoparentais costumam ser de ordem social, jurídica e política, decorrentes de situações de preconceito vivenciadas cotidianamente.

No que se refere ao enfrentamento das situações de preconceito vivenciadas socialmente, relacionadas à homossexualidade dos pais e à forma de chegada dos filhos por meio da adoção, Karol (Família I), Thiago (Família II) e Marília (Família IV) apresentaram a perspectiva de que o mais importante é o fortalecimento do filho para lidar com as dificuldades e com os desafios da vida.

[...] A gente que tem que trabalhar... Tem que ensinar eles a serem fortes, porque o mundo é cruel com qualquer pessoa, com qualquer criança... Com todo mundo, né? [...] O meu desejo pra eles é que eles se encontrem, continuem seguindo o caminho do bem, que sejam bem resolvidos com a situação deles, que sejam fortes, porque o mundo lá fora não perdoa... Que eles sejam fortes pra enfrentar os obstáculos da vida, o preconceito da vida... Que vai ter, que é natural... Que eles possam se abrir, dizer o que sentem... E que a gente possa estar sempre do lado deles, podendo ajudar no que for possível (Karol, Família I).

[...] A gente tá sempre tentando preparar pra que ele tenha orgulho de dizer: "Ah, sou filho de dois pais, tenho dois pais... Minha configuração familiar é essa". E ele poder ser aceito pelas pessoas (Thiago, Família II).

Eu falo que tem duas mães, que tem a mãe da barriga e tem mãe Marília... Aquele negócio do coração, eu também acho uma porcaria. Porque a mãe da barriga é a do coração também... Às vezes é, né? No caso dele, eu imagino que sim. Então eu vou fazer ele crescer forte, pra ele dar as respostas dele... (Marília, Família IV).

Os posicionamentos de Karol, Thiago e Marília corroboram as discussões realizadas por Ribeiro et al. (2017), Silva et al. (2018) e Rolim e Carlesso (2019), sobre a criança que possui uma base familiar consistente, caracterizada por priorizar seu cuidado e bem estar, ter a possibilidade de adquirir recursos emocionais para lidar e enfrentar as situações de preconceito vivenciadas nas relações cotidianas. Este parece ser o caso das famílias participantes do presente estudo.

5. 3. 3 Atravessamentos pandêmicos

Em meados de 2020, mais precisamente no mês de março, a Organização Mundial de Saúde decretou estado de pandemia decorrente da covid-19, uma infecção respiratória potencialmente grave e altamente transmissível, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (WHO, 2020). Diante disso, foram recomendados inúmeros cuidados, bem como implementadas várias medidas de combate e prevenção à contaminação, com o objetivo de reduzir a velocidade de transmissão do vírus e proteger vidas.

Foram longos os meses de espera entre o desenvolvimento das vacinas e o início da vacinação. Nesse ínterim, o isolamento social, caracterizado pela restrição do movimento e pelo distanciamento físico entre as pessoas, foi a principal medida de cuidado e prevenção adotada mundialmente (WHO, 2020). Logo, parte da população mundial ficou isolada em suas casas, vivendo 24 horas por dias com suas famílias, inclusive trabalhando e estudando em modalidade remota.

No Brasil, a vacinação iniciou apenas em janeiro de 2021 e, inicialmente, atendeu profissionais de saúde, idosos residentes em asilos, pessoas institucionalizadas com deficiência e membros de populações indígenas aldeadas (CRISTALDO; BRANDÃO, 2021). A liberação das vacinas para a população em geral aconteceu de forma gradual, segundo o critério de idade e existência de comorbidades. Quando os dados desta pesquisa foram coletados, entre os meses de agosto e novembro de 2021, parte significativa da população adulta do Brasil já havia sido vacinada com a primeira dose do imunizante (BRASIL, 2021). Nesse sentido, os participantes já estavam vivenciando um momento de transição, entre o isolamento e o retorno das atividades presenciais.

A seguir, serão discutidos alguns aspectos das experiências dos participantes relacionados especificamente ao período pandêmico. Como mencionado, no caso da Família I (Karol, Marisa, Daniel, Davi e Larissa), o confinamento decorrente da recomendação de isolamento social começou dez dias após a chegada das crianças em casa. No caso da Família II (José, Thiago e Matheus), o início da convivência com o filho coincidiu com esse período, pois foi quando a avó biológica de Matheus adoeceu gravemente e não pôde mais cuidar dele. Destaca-se também a vivência de Marília (Família IV) enquanto profissional de saúde da rede pública, que trabalhou na linha de frente no combate à covid-19.

Dentre as implicações da pandemia da covid-19 na vida dos participantes do presente estudo, destacam-se aquelas ocorridas no âmbito do lar e do trabalho. Foram identificados atravessamentos na relação com os filhos decorrentes da intensificação da convivência, bem

como na relação com família extensa devido ao distanciamento físico. De modo geral, os participantes caracterizam o momento pandêmico como difícil, permeado por afetos como medo, cansaço, irritabilidade, exaustão e incerteza.

[...] Aí veio a pandemia e nossa vida mudou de cabeça pra baixo. [...] A gente gosta muito de passear, ir num parque, algo assim, mas a gente não tava saindo de casa... Até o ano passado, a gente tava com muito medo de tudo. Então a gente não saía pra lugar nenhum. Eu fiquei meses sem ver a minha mãe, minha família se reunia muito pouco... A gente tinha medo até de ir pra um lugar aberto. [...] Então tem muita gente que eles não conhecem ainda por conta da pandemia, né? A família da Marisa, minha esposa, é muito grande e muita gente não se cuidava... (Karol, Família I).

Eu tava trabalhando em uma empresa de manhã e pensava que eles iriam estar na escola. Então eu saíria da empresa, iria pra academia e ficaria lá até a hora deles saírem da escola... À tarde eles iriam fazer o dever e tal... Depois eu começaria a dar minhas aulas. Só que não foi isso que aconteceu. Veio a pandemia uma semana depois... Eles chegaram no dia 05 e no dia 15 fechou tudo. Eles não iam pra escola, então eu tinha que ficar com eles o tempo todo. Porque realmente eles não tinham pra onde ir, eles não podiam descer na quadra, porque tava proibido entrar lá... Ficavam o tempo todo comigo, então eu tinha que dar atenção o tempo todo... Eu ficava perdida (Marisa, Família I).

A família toda quer conhecer Matheus, mas a pandemia dificultou essa situação... (José, Família II).

[...] Essa época de pandemia me deixou mentalmente esgotado e eu percebo às vezes ele (Lucas) também muito cansado... Apesar de não estarmos mais em lockdown, [...] eu acho que está faltando a gente respirar um pouco mais longe dessa nossa realidade do dia a dia (Getúlio, Família III).

[...] Não é só a maternidade. A maternidade pandêmica vai ser um outro relato, vai dar outros trabalhos no momento de agora... Ontem, por exemplo, ele fez uma coisa ínfima, mas eu já tava num grau tamanho (de estresse) que eu tive que gritar... Depois que eu, infelizmente, gritei, eu falei: “Filho, por favor, vá deitar que a mamãe tá nervosa”. Mas assim, eu queria só ter feito isso, antes de gritar, entende? Eu queria só ter falado: “Se afaste, porque se não a gente vai brigar”. Ele não entende, não tá maduro... Mas eu gritei, entende? Então isso é um caos, porque tem essa... Não é culpa... Mas não poderia acontecer, sabe? Mas é amor todo dia. É amor todo dia (Marília, Família IV).

Dificuldades emocionais decorrentes da pandemia da covid-19 também foram identificadas no estudo de Dalcin e Ferreira Neto (2021), sobre os efeitos do isolamento no sofrimento emocional de mulheres, no qual foram constatados afetos como medo diante dos riscos de contaminação e das incertezas sobre o futuro; revolta pela falta de responsabilidade social no combate ao vírus; sobrecarga física e emocional decorrente da jornada de trabalho em modalidade remota; desenvolvimento de comportamentos compulsivos; além de dificuldades de concentração e crises de ansiedade.

O período pandêmico foi ainda mais complicado para as famílias monoparentais participantes deste estudo, sobretudo devido à ausência de suporte e rede de apoio. Marília (Família IV) relata ter se sentido desamparada frente às intensas dificuldades que

experienciou enquanto profissional de saúde. Além do medo de se contaminar e as repercussões disso no cuidado do filho, a participante precisou lidar com estigmas relacionados à possibilidade de ser um vetor de transmissão do vírus, por estar trabalhando diretamente no cuidado de pacientes vitimados pela covid-19.

Eu tinha mais apoio do grupo de pais. [...] Isso antes da pandemia, né? Agora só pelo WhatsApp (Getúlio, Família III).

[...] Eu não podia parar de trabalhar. [...] Então o medo de adoecer e não ter com quem... Não era medo de adoecer por mim, era de deixar ele sobre custódia de quem, sabe? Não tem um familiar... A babá não aceitava mais pegar ele, porque ela ficou com medo de eu ser vetor. E eu entendi. Então era um desamparo... O que acentua a preocupação, o nervosismo, as reações inflamadas... Não é só a pandemia. É pandemia, maternar solo... Solo, solo... Não é do pai, é de não ter familiar. Porque não tem uma comunidade... Todo mundo se isolou, né? Então não tinha mais nem amigos, não tinha mais ninguém. [...] Eu não passei por isso, mas fiquei pensando: se eu adoecer, quem vai cuidar dele? Era minha principal preocupação. [...] Eu não podia adoecer, porque eu não podia adoecer ele. Ou deixar ele sem a minha assistência. Então foi muito pesado (Marília, Família IV).

Os impactos da pandemia nas vivências familiares de profissionais da saúde também foram identificados por Therense, Perdomo e Fernandes (2021), especialmente no que tange à impossibilidade de realizar rituais cotidianos, como as refeições, de forma tranquila, bem como de estabelecer qualquer tipo de contato físico com os demais membros da família, sem preocupar com a possível transmissão do vírus. Assim como no caso de Marília, estas atividades banais passaram a ser fatores de risco e interferiram de modo significativo nos afetos direcionados à família.

A vulnerabilidade dos profissionais de saúde durante a pandemia da covid-19 também foi apontada como importante fator de risco para a saúde mental desses trabalhadores, sobretudo devido à sobrecarga de trabalho, por vezes sem dispor dos equipamentos necessários e adequados; à gestão pública irresponsável e ineficiente, caracterizada pelo sucateamento dos serviços de saúde e educação e por uma campanha anti vacinação; e também ao confronto exaustivo com a morte, tanto de pacientes, quanto de colegas de profissão. Tal contexto acentuou os sentimentos de desamparo e desesperança desses profissionais (RIBEIRO et al., 2021; THERENSE; PERDOMO; FERNANDES, 2021).

Embora a pandemia tenha afetado a população mundial como um todo, cabe destacar que os países menos desenvolvidos, como o Brasil, foram afetados de modo ainda mais profundo (GUZZO; SOUZA; FERREIRA, 2021). As desigualdades sociais se tornaram ainda mais evidentes no período pandêmico e o impacto delas também pôde ser identificado nos relatos dos participantes desta pesquisa. Nem todos tiveram o privilégio de atravessar a fase mais aguda da pandemia em casa ou passaram longe de dificuldades econômicas. Os relatos

de Marília (Família IV), discutidos anteriormente, ilustraram a necessidade de uma mãe que precisa trabalhar para sustentar o seu filho, apesar do iminente risco de contaminação. Para complementar o ponto discutido, segue a fala de Marisa (Família I) sobre o impacto da pandemia na situação financeira de sua família:

[...] Com a pandemia, a empresa que eu era prestadora de serviço, virou e falou assim: “Marisa, você não pode mais entrar aqui”. Então o salário de lá eu perdi... E era o maior salário que eu tinha... Os meus alunos também começaram a ficar com medo, porque as empresas começaram a fazer rodízio, começaram a parar... Muitos cancelaram. E, na escola, eu tava de licença maternidade. Porque não compensaria a Karol ficar de licença... Porque se ela ficasse de licença, quando voltasse, seria mandada embora, porque ela era a única no setor dela. Então assim, a gente começou a passar por uma dificuldade financeira muito grande... Nisso deu um vazamento no nosso banheiro e a gente teve que contratar uma empresa especializada pra consertar... Foi tudo junto (Marisa, Família I).

Nessa perspectiva, Guzzo, Souza e Ferreira (2021) discutem que a pandemia foi um momento ainda mais grave e difícil para as populações de média e baixa renda, que não tiveram condições de permanecer em casa, por precisarem trabalhar, ou que perderam o emprego; que dependeram dos hospitais públicos superlotados e sem equipamentos frente à necessidade de internação; ou que, por não terem acesso à equipamentos eletrônicos ou internet, acabaram ficando impossibilitados de estudar.

Frente às dificuldades decorrentes do confinamento pandêmico, os participantes buscaram construir estratégias individuais para lidar com o sofrimento vivenciado e para reduzir os impactos negativos da pandemia no desenvolvimento dos filhos. Nesse sentido, Karol (Família I) comenta sobre ter buscado transformar as brincadeiras com os filhos também em momentos de aprendizagem; Marisa (Família I) conta que utilizou as redes sociais para trocar experiências com outras mães que haviam passado por dificuldades parecidas com as dela no início da maternidade; José (Família II) fala sobre a decisão de comprar uma casa de campo, na qual o filho teria espaço para brincar e explorar a natureza; e Marília (Família IV), por sua vez, conta que buscou apoio psicológico, bem como decidiu se mudar durante o período pandêmico, para um condomínio que tivesse uma área mais ampla, na qual seu filho pudesse brincar, correr e ter experiências ao ar livre, em um movimento de adaptação às possíveis necessidades da criança.

[...] A gente brincava bastante. Isso, inclusive, ajudou na melhora deles... Porque eles vieram com uma defasagem escolar gigantesca, principalmente os meninos. Então a gente usava isso a nosso favor, pra poder ajudá-los. Por exemplo, a gente jogava aquele jogo *War*, que era algo divertido, mas eles conseguiram ter noção [...] do que é um país, do que é um continente, do que é limite de território... A gente pegava todas essas coisas pra poder auxiliar (Karol, Família I).

[...] Aí fui procurar ajuda. Eu comecei assim: entrei no *instagram*, fiz uma conta lá e comecei a buscar perfis de adoção... E comecei a ver que existem perfis muito reais sobre maternidade, não só de adoção, mas de maternidade... E eu comecei a ver que não era só eu, que não era daquele jeito (Marisa, Família I).

[...] Depois veio a pandemia, a gente ficou isolado... E depois a gente resolveu... Eu peguei a economia de uma vida toda, investi em um terreno e construímos uma casa. [...] A gente entendeu como uma oportunidade pra Matheus ter contato com terra, em um local mais amplo, em ele pudesse brincar, subir nas árvores, conhecer a natureza... Então acabamos com uma casa de campo, em que todo final de semana o Matheus está lá. Isso fez também com que a família e minha mãe ajudassem na construção da casa... E acabamos fazendo uma casa pra família (José, Família II).

[...] Eu não deixei o meu filho fechado. Inclusive, eu escolhi me mudar, no meio do caos mesmo. Escolhi um condomínio onde tivesse uma área ampla, porque todo dia a gente desce. Todo dia nós descemos. Desde o primeiro dia ele vai andar de bicicleta, vai andar de patinete, subir em árvore, ralar o joelho... Ele reproduz um texto de corona: “Porque o corona e a gente tem que usar máscara, né, mãe?”... Essas coisas. Mas não tem a compreensão (do isolamento). Eu não deixei ele fechado (Marília, Família IV).

A importância e a preocupação com o bem estar dos filhos em isolamento social também foi identificado por Therense, Perdomo e Fernandes (2021), em estudo com profissionais da área da saúde, atuantes na linha de frente no combate à covid-19. Constatou-se que manter os filhos bem foi um grande desafio para esses pais, mas também um ponto catalisador de coragem e disposição para o enfrentamento dos desafios cotidianos.

Neste estudo, também foram identificadas outras estratégias individuais para lidar com o mal estar coletivo, como rituais de proteção e higienização na saída do trabalho e na chegada de casa; auxílio profissional por meio de psicoterapia *online*; priorização do sono para promover efetivo repouso ao corpo; encontros *online* com grupos de amigos; utilização de recursos holísticos; reencontros presenciais com pequenos grupos de pessoas, cujo vínculo era considerado essencial (THERENSE; PERDOMO; FERNANDES, 2021).

Por outro lado, alguns membros dos casais identificaram o momento pandêmico como potencializador para a configuração e estabelecimento do vínculo familiar. Nesse sentido, Karol (Família I) e Thiago (Família II) ressaltam os efeitos positivos do confinamento e da consequente intensificação da convivência no processo de vinculação com os filhos. Esta experiência não teria sido possível em circunstâncias comuns, dadas as demandas externas relacionadas ao trabalho, à escola, dentre outras. Dados semelhantes foram identificados por Santos et al. (2022), em estudo acerca dos significados atribuídos por adolescentes à família em situação de pandemia, no qual a maioria dos participantes retratou uma reaproximação entre os familiares nesse período, relacionada à possibilidade de passarem mais tempo juntos.

[...] Duas semanas depois que eles vieram, tudo parou. Eu fiquei quarenta dias em casa, por conta da pandemia. Pra gente, a pandemia teve os seus problemas, mas nesse aspecto, a gente foi abençoado. Foi maravilhoso pra construção do nosso

vínculo. A gente ficou 40 dias, nós cinco juntos, 24 horas por dia, trancado em um apartamento... Então foi onde a gente se conheceu. Eu conheci eles como filhos, conheci a minha esposa como mãe também, porque a gente não sabia como ia lidar, né? A gente enfrentou muitas questões juntas, tanto as dificuldades quanto às vitórias. [...] Depois dos 40 dias, como ainda tava naquela crise toda, eu passei quatro meses trabalhando meio período ainda, porque a minha empresa aderiu a redução da jornada de trabalho... Então a pandemia fortificou, fortaleceu muito a nossa relação (Karol, Família I).

A gente teve uma convivência bem intensificada por causa da pandemia, porque tava todo mundo em casa, trabalhando em casa, ele também estudando em casa. Então a gente tava sempre junto... Até hoje, né? Porque a gente ainda tá na pandemia e temos um horário mais flexível. Eu acho que isso ajudou muito em todo o processo de adaptação de Matheus e nosso também, porque já estamos há [...] mais ou menos um ano e seis meses convivendo direto, né? Todos os dias... Eu acho que isso ajudou muito a configurar os vínculos (Thiago, Família II).

A convivência é apontada na literatura como um elemento fundamental na construção dos vínculos familiares e na adaptação da criança adotada ao novo lar, sobretudo em casos de adoção de crianças mais velhas (AMORIM; SKULNY, 2021; SILVA et al., 2022). Não existe tempo pré-determinado para essa adaptação, que ocorre sempre de acordo com a individualidade de cada criança e de cada núcleo familiar (LUZ; GELAIN; AMARAL, 2014). Aparentemente, o isolamento social decorrente da pandemia, em conjunto com o cuidado e o acolhimento proporcionados pelos pais e pelas mães participantes aos seus filhos, contribuíram para o estabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares.

5. 4 A FAMÍLIA HOMOPARENTAL NA SOCIEDADE

Na perspectiva de Winnicott (1971/2019), a sociedade é compreendida como uma entidade composta por todos os seus membros individuais. São os indivíduos que, com suas ações e posicionamentos, constroem, mantêm ou reconstróem a sociedade. Em outras palavras, indivíduo e sociedade são necessariamente interdependentes. Logo, não é possível considerar a existência de uma sociedade de modo desconectado dos processos de amadurecimento dos indivíduos que dela fazem parte.

As relações familiares iniciais desempenham o importante papel de preparar o indivíduo para a vida no campo social (WINNICOTT, 1986/2021). Quando são oferecidos cuidados ambientais suficientemente bons, a dinâmica estabelecida nessas relações possibilita ao indivíduo recursos e oportunidades para se inserir gradualmente na sociedade. Dito de outro modo, “a família leva a todo tipo de agrupamento, os quais vão se ampliando até atingir o tamanho da sociedade local e da sociedade em geral” (WINNICOTT, 1986/2021, p. 165).

Assim, gradativamente a criança passa a perceber o aumento de sua própria família, por meio do surgimento de tios, primos, avós, bem como de vizinhos, amigos, dentre outros

indivíduos e instituições. Estes novos indivíduos e instituições, que podem ser nomeados como família extensa, escola, sociedade, atuam como representantes da realidade externa para a criança. Contudo, bem antes disso, em condições ambientais suficientemente boas, eles desempenham o importante papel de dar provisão ambiental à família, para que ela possa realizar suas funções, ou de substituí-la, em caso de ausência ou doença (WINNICOTT, 1984/2022).

Nesse sentido, cabe destacar que é sempre dentro de um contexto social que uma família se constitui e desenvolve suas relações. De acordo com Winnicott (1986/2021), a atitude social do local é um dos fatores que influenciam direta e indiretamente no desenvolvimento das relações familiares. Logo, as práticas e os costumes adotados por esses grupos sociais reverberam no tipo de tratamento e suporte oferecido aos membros de uma família.

Isto posto, considerando que a família homoparental também se constitui dentro de um contexto social, cabe refletir sobre como este arranjo familiar tem sido recebido pela sociedade. A seguir, serão discutidos aspectos da relação da família homoparental com a família extensa, bem como experiências desses pais e dessas mães em relações sociais ainda mais amplas. Em vista disso, também são abordadas questões ocorridas na escola dos filhos, em espaços de trabalho, na vizinhança e em locais públicos de maneira geral.

5. 4. 1 Relação com a família extensa

De acordo com Winnicott (1984/2022), é extremamente complexa a tarefa desempenhada pelos pais, de se adaptarem aos processos de amadurecimento de seus filhos e de atenderem suas necessidades. Para conseguir lidar com as grandes exigências dessa adaptação, especialmente no início da vida da criança, a família necessita do suporte do ambiente social imediato, que costuma ser composto pelos membros da família extensa. Nesse sentido, avós, tios, primos e outros membros da família desempenham o importante papel de ser parte da rede de apoio dos pais, fornecendo suporte emocional tanto para eles, quanto para a criança.

Comumente, costuma-se compreender a família extensa como aquela composta apenas por familiares, cujos vínculos são, em sua maioria, consanguíneos. Esse é o caso da maioria dos participantes do presente estudo. Contudo, Getúlio (Família III) apresenta uma compreensão ampliada de família extensa. Dado o afastamento de sua família biológica, por razões geográficas, etárias e também relacionadas a processos de homofobia intrafamiliar, ele

considera que sua família extensa é composta, na verdade, pelos membros dos grupos de apoio dos quais participa.

[...] A minha família extensa é o grupo de apoio à adoção, que têm crianças da mesma idade... Que tem uma atividade na mesma hora, voltada pras crianças em outra sala... A gente tem um grupo aqui no Amazonas, Grupo dos Pais, que são famílias homoafetivas, 99% composta por casais, homens, com seus filhos por adoção... Ai sim, nessa oportunidade, [...] a gente vai pra piscina, pro churrasco, pra casa de alguém... Tem uma interação maior (Getúlio, Família III).

Os demais pais e mães participantes do presente estudo relataram ter recebido suporte de pelo menos alguns de seus familiares. Abaixo, encontram-se os relatos de Karol (Família I), Thiago (Família II) e Marília (Família IV) sobre o apoio recebido por membros da família extensa. Este apoio foi expresso de muitas maneiras, como, por exemplo, pelo apadrinhamento dos filhos por adoção recém-chegados e também pela disponibilidade para se responsabilizar e cuidar da criança, quando necessário.

Nossa relação é bem próxima, é bem próspera... Com os meus filhos também. Tanto que eles são padrinhos de dois... O meu irmão e a esposa dele são de um dos meninos; a minha irmã e a esposa dela são madrinhas da minha outra filha; e a minha cunhada é madrinha do menino do meio... A nossa relação é muito boa, muito saudável (Karol, Família I).

Os meus irmãos adoraram. A minha irmã gêmea sofreu horrores, porque ele não chegava nunca e tal. [...] Minha mãe tava lúcida quando o conheceu. Ela também aguardou ele com bastante afeto (Marília, Família IV).

[...] Hoje a gente vai pro cinema assistir o filme da Gaga (risos). Mas ele (Matheus) não vai. Vai ficar com a avó, mãe do José. Aí a gente viu que a família extensa dá um suporte em relação a isso... A minha avó mesmo, minha avó paterna, disse: "Ó, se vocês quiserem viajar, só vocês, fazer uma coisa diferente, eu fico com ele" (Thiago, Família II).

O suporte oferecido pela família extensa foi identificado no estudo de Lanfredi, Pereira e Oliveira (2016) como muito importante ao longo do processo de adoção, sobretudo pelo fornecimento de apoio emocional aos pais e mães adotantes. De modo semelhante, Araldi e Serralta (2019) apontaram que o apoio social recebido pelas famílias homoparentais foi fundamental diante das dificuldades experienciadas no exercício da parentalidade, pois possibilitaram aos casais estudados um sentimento de confiança e segurança no processo de se tornarem pais ou mães.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o apoio da família extensa não esteve dado para todos os participantes desde o início. Inclusive, houveram parentes que não chegaram a reconhecer, efetivamente, a família homoparental construída, seus membros e os papéis desempenhados, como será discutido mais adiante. Fato é que todos os pais e todas as mães

precisaram lidar com pelo menos um estigma relacionado ao arranjo familiar homoparental ou referente à adoção, antes de conseguirem apoio e reconhecimento.

Um dos estigmas enfrentados pelos participantes deste estudo esteve relacionado à composição do casal homoparental. Existe, no senso comum, a ideia de que o casal homoparental, por ser composto por duas pessoas do mesmo gênero, não seria o ideal para desenvolvimento saudável dos filhos, pela falta de representação paterna ou materna (SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; CABRAL; COUTINHO, 2018). Nesse sentido, ao ver que se tratavam de duas mães, uma prima de Marisa (Família I) sugeriu que o próprio esposo, um homem, fizesse o papel de pai das crianças:

[...] Quando ela soube que eram dois meninos, [...] ela virou pra mim e falou assim: “Ah, se você quiser que o meu marido faça o papel de pai, ele aceita, tá?”... Eu fiquei sem respostas. Eu não soube responder nada. Eu me senti muito mal naquela hora (Marisa, Família I).

No entanto, conforme foi discutido, as funções materna e paterna não estão relacionadas à identidade de gênero de quem as desempenha, mas a certas qualidades do cuidado oferecido à criança (LEITÃO, 2019). Logo, não existem malefícios para o desenvolvimento que estejam diretamente relacionados à ausência de um homem ou de uma mulher no par parental, pois o que importa é a qualidade da presença, do envolvimento e da participação real na vida da criança (WINNICOTT, 1984/2022). Contudo, comentários como o feito pela prima de Marisa, que indiretamente questionam a capacidade das mães de criarem, elas mesmas, os seus filhos, e que deslegitimam o esforço despendido nesta tarefa, podem produzir efeitos negativos sobre a espontaneidade das mães enquanto exercem suas funções parentais e, conseqüentemente, na constituição dessa família. Como exemplo de efeito negativo, pode-se citar a tentativa de performar esse pai ideal e buscar dar conta do que supostamente falta devido à ausência dele.

Ainda sobre a questão do não reconhecimento da homoparentalidade, foi possível identificar, na relação com a família de origem, o fenômeno da aceitação da parentalidade, mas não da homossexualidade dos filhos. José (Família II) conta que embora sua mãe, após breve hesitação, tenha colocado uma foto do Matheus junto às fotos dos demais netos, a foto de seu casamento nunca foi posta ao lado das fotos do casamento de seus irmãos heterossexuais. Ele também relata que seu marido não é apresentado como tal, mas como um amigo da família.

[...] Até que eu dei uma foto do Matheus pra ela colocar na parede, junto com os outros netos e ela foi lá e colocou. [...] Só não tem a foto do casamento meu e do Thiago... Dos outros tem. [...] Ela não apresenta, por exemplo, o Thiago como meu

esposo. Ela diz assim: “É um amigo da família”. Mas a gente é bem aberto. Nós fizemos o casamento, elas participaram... (José, Família II).

Estes dados parecem corroborar os Lira, Morais e Boris (2015), por meio dos quais identificou-se que a chegada de uma criança em famílias homoparentais formadas por mulheres lésbicas costumam produzir o efeito de tornar “invisível” a orientação sexual das mulheres, que passam a ser vistas apenas como mães. No caso de José e Thiago (Família II), eles puderam ser incluídos na família apenas como pais de Matheus, mas não enquanto casal.

Nesta perspectiva, cabe destacar também a dificuldade de alguns familiares em nomear a criança de acordo com o grau de parentesco pós-adoção. Conforme mencionado nos resultados, este estudo contou com dois casos de adoção direta, ocorridos dentro da própria família. Nesse sentido, José e Thiago (Família II) e Getúlio (Família III) enfrentaram algumas dificuldades específicas, relacionadas ao não reconhecimento do novo lugar que a criança passou a ocupar dentro da família, por alguns de seus membros.

[...] Com a minha mãe já foi um processo diferente. [...] Ele foi chamar ela de “vó” e ela disse: “Eu não sou sua avó. Sou sua tia”. Na época, ele já chamava ela de tia... Então eu entendo que esse vínculo já havia se estabelecido, mas eu também via que, como ele era uma criança muito nova, estava se adaptando e estava muito aberto à mudança. [...] Só que ela, na hora, criou uma barreira e eu acho que até hoje ele não consegue ter esse vínculo e essa relação (Thiago, Família II).

[...] O meu irmão do meio é pastor evangélico e, até hoje, às vezes ele fala: “E aí, como é que tá o meu primo?”. Ele chama o Gabriel de primo, entendeu? Ele não diz que é o sobrinho, [...] então nesse caso específico, eu acho que não tem uma aceitação 100%... (Getúlio, Família III).

A insistência em desconsiderar o novo vínculo familiar criado com a criança após a adoção, bem como em fazer referência ao antigo lugar que ela ocupava na família, seriam uma forma de expressar a não aceitação da existência da família homoparental e de negar a possibilidade de vínculos serem formados a partir desse arranjo familiar? Como relatado por Thiago e Getúlio, essa atitude gerou repercussões negativas na relação de alguns familiares com seus filhos. Nesse sentido, cabe destacar a discussão realizada por Lima, Nácul e Cardoso (2020), sobre o preconceito e a discriminação gerarem sentimentos de desamparo nos pais e mães homoparentais, além de prejudicarem o estabelecimento do vínculo entre a criança adotada e a família ampliada. A relação da família extensa com as famílias homoparentais merece ser objeto de investigações futuras.

Além dos estigmas relacionados à homoparentalidade, os pais e as mães participantes deste estudo tiveram de lidar também com inúmeros outros preconceitos relacionados à adoção. O primeiro deles referiu-se ao não reconhecimento, pelos familiares, de que os participantes realmente desejavam e iriam se tornar pais ou mães. A adoção era

compreendida por eles como um ato de caridade. Essa questão foi expressa por José e Thiago, ambos pais da Família II:

Mamãe achava que eu ia ficar com ele como se fosse uma ajuda. [...] Pra que eu desconstruísse isso com ela eu tive que conversar bastante: “Olha, essa é a minha família, eu decidi adotar”. Ela dizia: “Mas você não quer ajudar? É uma ajuda o que você tá fazendo...”. Eu dizia: “Não. É uma adoção e você vai ser avó. De novo”. Eu precisei verbalizar isso algumas vezes, pra que ela entendesse (José, Família II).

No início, muita gente via como: “Ah, que bom, vocês estão ajudando uma criança necessitada e tal... Vocês têm um coração gigante!”. Tinha muito isso. Eu acho que partir da ideia de que realmente foi um desejo, de que a gente realmente é pai... Tem gente ainda da família que meio que tá processando isso (Thiago, Família II).

Esse posicionamento dos familiares pode estar associado à herança cultural da adoção no Brasil, cuja história revela a caracterização da adoção como um ato de caridade cristã, em que os mais ricos ajudavam os mais pobres. Cabe destacar, contudo, que a intenção dessas famílias não era necessariamente cuidar da criança carente ou abandonada, mas adquirir mão de obra gratuita. Nesse sentido, embora a legislação reconheça, hoje, o direito da criança à convivência familiar e comunitária e a adoção seja uma prática regulamentada (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009; BRASIL, 2017), o aspecto da caridade parece continuar perpassando o imaginário social sobre este tema (MAUX; DUTRA, 2010; FREIRES et al., 2021).

Outro estigma enfrentado pelos pais e mães referiu-se à idade das crianças adotadas. Alguns familiares demonstraram preocupação com o fato de alguns participantes terem adotado crianças mais velhas, sob o argumento de que estas teriam uma idade avançada para adoção e seriam necessariamente difíceis de lidar.

[...] O que eu mais ouvi, especialmente da parte da minha família... Eles falaram assim: “Ah, mas você vai catar um moleque grande pra criar? Você é louca? Tem que ser pequenininho” (Marisa, Família I).

O meu pai, em um primeiro momento, quando a gente falou [...] falou que um era mais velho, ele ficou meio assustado e fez um comentário... Um comentário leve, mas eu sei o que ele quis dizer, né? Mas eu entendo um pouco o lado dele, acho que tem aquele receio, aquele preconceito... Pré-conceito, na verdade, de como vai ser... O medo de ver a gente sofrendo, alguma coisa assim... Porque muitas pessoas já pensam: “Ah, o mais velho... Ele vai te decepcionar, ele vai fazer coisas ruins, vai fazer coisas erradas” (Karol, Família I).

De acordo com Barros, Ribeiro e Souza (2021), a faixa etária da criança costuma ser um dos principais empecilhos para sua adoção e os motivos disso são, sobretudo, os mitos e preconceitos a respeito da adoção tardia. Existe, disseminada na sociedade, a ideia de que a criança “dará trabalho” e se comportará mal, devido a influência negativa da família de origem. Também imagina-se que, após determinada idade, não é mais possível adquirir novos hábitos, o que tornaria a adoção demasiadamente difícil. Tratam-se de pensamentos

preconceituosos que não incidem apenas em quem pretende adotar ou adotou, mas em todo o seu entorno, o que inclui também a família extensa, como ocorreu com parentes da Família I. Logo, torna-se necessário que tais mitos sejam esclarecidos para que essas crianças e adolescentes possam ser efetivamente acolhidas por suas famílias.

Também houveram comentários preconceituosos dos familiares relacionados às características físicas e étnico-raciais da criança adotada. Havia uma expectativa de que as crianças fossem mais novas e aparentassem descuido, bem como que o filho adotado fosse uma pessoa branca. O fato da criança adotada ser negra foi apontado pelo pai de Marília (Família IV) como algo negativo.

Tem duas coisas que a gente escuta muito: primeiro que eles devem ser muito gratos porque foram adotados grandes. [...] A segunda é que eles são muito bonitos pra serem filhos adotados. Sabe, como se um filho adotivo tivesse uma cara... (Marisa, Família I).

Já com o diagnóstico de Alzheimer, ele teve coragem de falar assim: “Mas filha, você tinha que pegar um menino preto?”. Ai eu falei: “Ó pai, ele é meu filho. Mas ele não precisa ser seu neto, se você não quiser”. [...] Não adiantava ficar debatendo, ele já tinha o diagnóstico (Marília, Família IV).

O preconceito racial expresso pelo pai de Marília (Família IV) dialoga com os dados apresentados por Barros, Ribeiro e Souza (2021), que apontam que a cor/raça costuma ser um critério que dificulta a adoção de crianças negras. De acordo com Lima (2019), embora o perfil da maior parte das crianças disponíveis para adoção no Brasil seja composto justamente por crianças pardas e pretas, com mais de oito anos de idade, os pretendentes à adoção brasileiros costumam buscar crianças brancas, de até um ano, sem histórico de doença ou irmãos. Trata-se de uma expectativa que, a partir dos dados analisados, pode se estender também para os demais membros da família extensa e gerar como consequência o não acolhimento do novo membro pela família.

Diferentemente de parte dos adultos, que com suas ressalvas e preconceitos, hesitaram em acolher prontamente os novos membros da família, os pais e as mães participantes identificaram que seus filhos, ao encontrarem um ambiente acolhedor e sem atitudes preconceituosas na família extensa, se adaptaram muito rapidamente e sem grandes dificuldades à nova realidade familiar. Um dos indícios dessa rápida adaptação foi o modo como estes novos familiares foram nomeados pela criança. As nomeações demonstraram o reconhecimento, bem como a compreensão dos diferentes lugares e funções desempenhadas por cada um dos membros da família (FÉRES-CARNEIRO et al., 2017).

Eu percebo que os meus filhos também adotaram eles muito rápido. [...] Eles gostam de estar junto, pedem por estar junto, gostam muito da situação... Eles vão na minha mãe e na minha sogra, gostam de sentar, de conversar, de participar do

assunto... Eles se sentem em família, a gente percebe isso. É um lugar que é agradável pra eles. Foi assim desde o começo, não tivemos problemas de adaptação (Karol, Família I).

[...] Ele passou a chamar a mãe do José de avó, no primeiro dia que a gente foi lá... Ainda não havíamos nem decidido que ele iria ficar conosco. Dois dias depois, quando a gente passou lá na casa dela, ela ficou olhando assim... Ai ele, quando se despediu dela, disse: “Tchau, vovó”. Então partiu dele, né? Ele chama a minha avó paterna de vovó também, o meu avô paterno de vovô, chama a irmã do José de titia... (Thiago, Família II).

Foi possível identificar também que a convivência viabilizou o acontecimento de mudanças na relação estabelecida com a família extensa. Houve, por exemplo, a superação de estigmas iniciais dos avós em relação aos novos netos, bem como o desenvolvimento de uma relação de parceria e confiança entre ambos, conforme pode ser lido abaixo. O vínculo que os filhos estabeleceram com a família extensa contribuíram, inclusive, para a reaproximação dos pais e das mães homoparentais com suas famílias de origem.

[...] E ela como avó tá sendo uma pessoa maravilhosa. Eu tinha muito medo deles terem, sabe, uma visão ruim. [...] Mas ela tá sempre sorrindo com eles... Coisa que eu nunca vi acontecer comigo (Marisa, Família I).

[...] Nós viajamos quase todo final de semana pra casa (de campo) juntos. Minha mãe também vai conosco. Ela vai sempre do lado dele (Matheus), conversando, rindo e tal... Às vezes até dividem o mesmo quarto, porque ela se sente mais segura com uma pessoa no quarto, com ela. [...] Então quando ela vai, ele fica com ela... Criou-se um vínculo maior agora, mas no início, em um primeiro momento, não foi uma aceitação por completo, era como se eu estivesse fazendo um ato de caridade, que ia passar, que era temporário... (José, Família II).

[...] A rotina mudou, mas eu acho que mudou pra melhor. Acho que a gente terminou se aproximando mais, até da nossa família (de origem)... Principalmente José, ele se reaproximou bem mais da família dele. Também por causa da nossa casa de campo... Então, no final de semana, todo mundo quer ir pra lá. Tá todo mundo muito junto, curtindo muito essa fase. Eu acho que ele tá gostando bastante (Thiago, Família II).

[...] Meu pai tá mais demente ainda, mas tá funcional. Anda, socializa o que é possível... Fui visitá-lo, né? [...] Fiquei na casa de uma das minhas irmãs, mas ia todo dia na casa dos meus pais... E meu moleque é realmente muito soltinho... Ele não sabe que o meu pai não gosta dele porque ele é preto. Ele não tá nem ai. Tipo... Uma das funcionárias fez um bolo, daí ele: “Ô vó, tem bolo aqui, quer um pedaço?”. Foi massa isso, essa demanda... Meu pai tá na fase de esconder coisas, esconder doces... Ele foi, pegou do esconderijo dele um chocolate e deu pro meu filho. Então isso é de uma grandeza que é imensurável, entende? Talvez a demência esteja quebrando um pouco até esses preconceitos dele. Ele: “Nossa filha, quantos anos você falou que ele tem mesmo?”. Eu falei: “Acabou de fazer cinco, pai”. Ele: “Nossa, ele fala tão direitinho... Que menino inteligente”. Essas coisas que são comuns de um avô não é do meu pai, não é comum dele. [...] Então foi bem legal” (Marília, Família IV).

Nesse contexto, cabe destacar novamente a contribuição da criança na constituição da família, a partir de sua própria integração pessoal. Como mencionado, se a criança se desenvolve bem, ela gera um efeito integrador, que contribui para o bom desenvolvimento do

ambiente familiar (WINNICOTT, 1965/2011). Este parece ser o caso das Famílias I, II e IV, pois a partir dos dados analisados, foi possível perceber o papel desempenhado pelos filhos na vinculação construída – e, em alguns casos, restabelecida – entre os membros da família. O efeito integrador gerado reaproximou os familiares, anteriormente afastados por processos de homofobia intrafamiliar e racismo.

Estes resultados corroboram os de Lanfredi, Pereira e Oliveira (2016), obtidos em pesquisa acerca da vivência de pais e mães após a adoção de uma criança. Neste estudo, o pai de uma das mães adotantes, que inicialmente havia se manifestado contrário à adoção, passou a desenvolver uma boa relação com o neto, a partir da convivência com a criança adotada. Além disso, os resultados da presente pesquisa dialogam com os dados encontrados por Araldi e Serralta (2019), a partir dos quais foi possível identificar que o fato dos membros do casal homoafetivo terem se tornado pais ou mães resultou em maior inclusão social pela família extensa. Essa influência da experiência parental na inclusão familiar se deu, inclusive, em casais cujo relacionamento já era estável antes da adoção.

5. 4. 2 Relações sociais mais amplas

Conforme discutido anteriormente, de acordo com Winnicott (2019/1971), se as relações familiares iniciais se desenvolvem suficientemente bem, o processo de amadurecimento pessoal do indivíduo o leva a se relacionar com grupos sociais cada vez mais amplos. São estes relacionamentos que o possibilitam participar da vida em sociedade, bem como encontrar realização pessoal.

A partir dos relatos dos pais e das mães homoparentais, foi possível identificar a ocorrência de experiências ambíguas nesses contextos sociais mais amplos. Nesse sentido, as relações estabelecidas com a escola, serviços de saúde e espaços públicos em geral, ambientes fundamentais na vida de qualquer pessoa, foram marcadas pelo acolhimento, mas também pela invisibilização e pela estigmatização desse arranjo familiar.

Dentre as experiências positivas, pode-se citar o apoio recebido dos colegas de trabalho, desde a entrada no processo de adoção até sua efetivação. Eles foram apontados como elementos importantes da rede de apoio da família, sobretudo para o pai e para a mãe solo.

O pessoal do meu serviço, quando soube que as crianças estavam pra chegar, fizeram um chá de surpresa no serviço mesmo... Eles se juntaram e fizeram uns enxovaizinhos pra eles, compraram roupa de cama, um brinquedo pra cada um, um jogo... Foram poucas coisas, mas foi muito carinhoso o que eles fizeram. [...] Então todo mundo torceu desde o começo, quando eu contei que a gente tava no processo (Karol, Família I).

A gente tinha um consultório médico dentro do trabalho e essa médica também cuidava dos filhos dos funcionários. [...] Então ela se tornou a pediatra dele. [...] Eu me senti muito abraçado no trabalho, porque era uma relação muito boa, de confiança... Foi excelente esse período que ele foi atendido por lá (Getúlio, Família III).

Como tô no meio da Saúde, eu também tenho colegas de todas as áreas. Na época que ele estava com obstipação, eu liguei pra uma colega e falei: “Olha, ele tá usando tal fórmula e tá tendo tal coisa... O que você acha?”. Ela: “Ah, vamos trocar pra tal...”. Entende? Eu acabei tendo uma rede pela profissão. [...] Tem que ter assistência de quem sabe ajudar, [...] porque é muito louco o negócio na hora que chega o RN (Marília, Família IV).

A participação em grupos de apoio mais específicos, relacionados à homoparentalidade e à adoção, também foram apontados por Getúlio (Família III) como importantes ao longo de todo o processo de constituição de sua família. Ele destaca que, frente à ausência e à falta de apoio de sua família biológica, os participantes desses grupos sustentaram-no diante das dificuldades experienciadas, foram sua base e cumpriram suficientemente bem o papel da família extensa.

[...] Eu recebo mais apoio do grupo dos pais, que são esses casais homoafetivos. A gente tem uma relação de troca de experiências muito forte e de atividades de lazer. [...] E também o meu porto seguro é o grupo de apoio à adoção, que independente de qualquer coisa, sempre tá lá pra gente pedir um help, nessas diversas fases da nossa família (Getúlio, Família IV).

De acordo com a Associação Nacional de Grupos de Apoio para Adoção [ANGAAD] (2019), os Grupos de Apoio para Adoção [GAA] são organizações que têm como objetivo preparar pretendentes à adoção; acompanhar pais adotivos após a finalização do processo; colaborar com a construção dos vínculos e prevenir rupturas familiares; além de promover espaços para discussão e reflexão acerca da legitimidade da família adotiva. Estes grupos são comumente formados a partir da iniciativa de pais que já adotaram e que se dispõem a trabalhar de forma voluntária para auxiliar outras famílias no processo de adoção.

A literatura aponta a importância dos GAA na preparação e no suporte oferecido às famílias que pretendem adotar, bem como para aquelas que já adotaram (LIRA; MORAIS; BORIS, 2016; SILVA; SOUSA; FERNANDES-ELOI, 2017; SAMPAIO et al., 2019). Tratam-se de espaços nos quais são realizadas atividades que promovem o debate e o compartilhamento de experiências. Nesse contexto, aspectos emocionais decorrentes da transição para a parentalidade e do próprio exercício parental podem ser acolhidos e trabalhados, o que contribui para a prevenção de conflitos (SEQUEIRA; STELLA, 2014; SILVA et al., 2022). No caso de Getúlio, além dessas atividades, o participante ressalta que os vínculos afetivos construídos nos grupos de apoio se estenderam para outros âmbitos de sua vida pessoal e ofereceram um suporte fundamental no exercício da monoparentalidade. A

relação de famílias homoparentais e monoparentais com os GAA merece ser objeto de investigações futuras.

Nesse sentido, cabe destacar que a rede de apoio dessas famílias não se restringiu às famílias extensas. Pelo contrário, por vezes, amigos e colegas de trabalho ocuparam um lugar ainda mais importante e central no suporte oferecido às famílias participantes. Estes dados denotam a importância de, enquanto profissionais, olharmos para a rede de apoio de modo ampliado. Assim, ao utilizarmos instrumentos para identificar essa rede, devemos tomar cuidado para não restringir o apoio ao familiar, mas considerar que outras pessoas do círculo de convivência do paciente podem oferecer suporte.

Algumas situações de preconceito vivenciadas na relação com a família extensa se repetiram nas relações sociais mais amplas. Os pais e as mães participantes precisaram lidar novamente com a consideração alheia de que a adoção feita era um ato de caridade, bem como com a expectativa de que existiria ou que deveria existir um sujeito do gênero oposto para complementar o par parental.

[...] Em relação às pessoas de fora, muita gente acolheu. Muita gente veio dizer: “Que coisa linda, que ato lindo que vocês fizeram”. Só que depois de um tempo eu comecei a [...] ver isso com um pouco de estranheza também, sabe? Porque não é um ato de caridade. É um ato de amor (Thiago, Família II).

Em relação a quando eu estava com o meu filho e disseram: “Nossa, o pai deve ser bem escuro, né?”. Eu falei: “É”. Só falo assim, porque não precisa justificar nada pra ninguém. Ele precisa saber da história dele e eu já vou contando as coisas... (Marília, família IV).

[...] Eu já percebi que tem gente que fica olhando. Principalmente pra minha filha. Muitas pessoas já perguntaram: “Ah, o pai dela é negro? O pai dela é moreno?”. Eu falo que sim, porque é verdade... O que eu vou fazer? Tem muita gente que fica olhando, mas é rápido...” (Karol, Família I).

A pressuposição de que existe ou que deveria existir um homem, heterossexual, ocupando o lugar de pai das crianças, parece ser um desafio com o qual as mães homoparentais, casadas ou não, acabam precisando lidar. Esses dados corroboram as considerações de Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013) e Freires et al. (2021), sobre o modelo de família nuclear permanecer idealizado no imaginário coletivo. Essa concepção da família nuclear como natural ou ideal invisibiliza a existência e deslegitima outros modos de ser família, o que afeta no reconhecimento social dos arranjos familiares homoparentais e monoparentais, por exemplo. Esse contexto evidencia que o uso dos termos permanece politicamente importantes.

Embora os pais e as mães participantes, ao falarem sobre suas experiências frequentando espaços coletivos, tenham informado que não enfrentam grandes dificuldades,

foi possível identificar que há sempre um grau de mal estar nessa experiência. Este mal estar se relaciona, na maioria das vezes, aos olhares invasivos, que denunciam a estranheza de algumas pessoas ao se depararem com o arranjo familiar homoparental.

[...] Hoje a gente percebe que as pessoas ficam querendo montar um quebra-cabeça... Tentando fazer uma “ligação família” pra saber quem é quem ali (Karol, Família I).

[...] Se a gente anda no Shopping, a gente anda de mãos dadas... Então as pessoas mais descaradas olham mesmo. Olham pra gente ver que estão olhando (Thiago, Família II).

[...] De olharem com certo ar de preconceito, eu nunca senti... Na verdade, eu senti só uma vez num restaurante, quando ele era bebê. Uma família heteronormativa fez questão de demonstrar um certo ar de preconceito, mas [...] como eu sou bem tranquilo, procuro evitar qualquer tipo de confronto, não me retirei do espaço, mas também não fiquei muito tempo (Getúlio, Família III).

Ainda acerca dos olhares invasivos recebidos em espaços coletivos, Getúlio (Família III) mencionou uma situação vivenciada no shopping, na qual percebeu que os seguranças passaram a vigiá-lo, ao vê-lo sozinho com seu filho.

[...] Eu só achava que tinha problema no shopping, quando a gente ia frequentar o banheiro Família, ele com cinco anos... Eu achava que os seguranças ficavam em estado de alerta, quando viam um homem entrando com um menino no Espaço Família... Mas agora é tranquilo. Ele já é grandinho, já tem dez anos, vai no banheiro normal. Às vezes já pode ir sozinho, então eu só fico esperando ele. Não tem mais tanto problema (Getúlio, Família IV).

Esta situação revela outros estigmas com os quais Getúlio, por ser um pai homoparental, precisou lidar. O primeiro deles é, possivelmente, consequência de estereótipos existentes sobre os papéis de gênero. Há, no senso comum, a ideia de que as mulheres seriam naturalmente mais aptas para cuidar do que os homens (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017). Essa crença pode ter levado os seguranças do estabelecimento a se questionarem se a intenção de Getúlio ao acessar o Espaço Família era, de fato, para cuidar de um filho. Esse questionamento preconceituoso, por sua vez, pode ter raízes na compreensão da homossexualidade como uma perversão sexual, reforçada pela religião e por setores da ciência durante parte significativa da história (FARIAS, 2010).

A situação apontada demonstra que estas ideias preconceituosas, permanecem, de certo modo, povoando o imaginário coletivo e produzindo efeitos sobre os cuidados parentais executados. A atitude dos seguranças constrangeu Getúlio, um pai que cuidava de seu filho. Constrangimentos como esses podem dificultar o surgimento do gesto espontâneo e autêntico dos pais no trato com suas crianças. Nesse sentido, cabe ressaltar que os filhos serem cuidados por pessoas reais é, para Winnicott (1984/2022), um aspecto fundamental das atitudes parentais suficientemente boas.

A relação com alguns vizinhos também foi abordada pelos participantes como desafiadoras. Nesse sentido, José (Família II) e Marília (Família IV) relatam situações em que foram vítimas de homofobia. Getúlio (Família III), por sua vez, conta que prefere não criar relações mais próximas com vizinhos por receio de ser estigmatizado. Estes participantes identificam que as violências sofridas resvalam em seus filhos e produzem atravessamentos na vida familiar e social das crianças.

Nós falamos no primeiro dia sobre o nosso relacionamento pra ele, pra não ter tanto problema em seguida... E por incrível que pareça, na semana seguinte à vinda dele pra cá e a exposição de toda essa nossa condição, a vizinha, uma menina bem esperta que também tinha nove anos, falou pra ele que nós éramos gays. Ele revidou e disse pra ela que não era. Porque o nome "gay" não era atrelado à relação que a gente tinha, mas sim um termo pejorativo... (José, Família II).

Recentemente, a gente teve uma demanda bem chata... Uma mãe de um amiguinho lá do condomínio, de um menino da mesma idade, bem branquinho... Eles faziam uma dupla linda, inclusive... Desciam todo dia pra brincar juntos. O pai da mãe do garoto, é bem Bolsonaro e eu fui pra casa dele. O meu comportamento, a minha postura, o meu posicionamento já demonstram minha orientação... Daí, o pai do menino... Eles são separados, vê se vai dar pra entender isso... O garoto é filho de casal separado e a mãe voltou pra casa dos pais. Então ela está submetida a essa demanda de uma família bolsonarista. O pai do menino é um viciado e falou que viu eu e a mãe desse menino trocando beijos. O que é uma inverdade. Só que daí, [...] parece que ela foi forçada a se afastar, [...] mas é mais pela minha condição, pela minha orientação, do que pelo meu filho propriamente dito. Mas resvala nele, né? (Marília, Família IV).

[...] Com relação a vizinhos, por exemplo, eu não tenho essa relação de deixar o Lucas na casa da minha vizinha, brincando com os filhos dela... Eu não tenho essa intimidade. [...] Até porque eu acho que tem o estigma do pai solteiro homossexual que é muito forte ainda (Getúlio, Família III).

Acerca da experiência dos participantes com as escolas de seus filhos, foi possível identificar que a homoparentalidade é um fator que atravessa essa relação desde o início, quando pais e mães ainda estão buscando a escola mais adequada para suas crianças. Há, nesse momento inicial, a busca por uma escola que não acolha apenas a criança, mas a família como um todo. O participante Thiago (Família II) conta as estratégias que utilizou para encontrar uma escola inclusiva, que acolhesse seu arranjo familiar homoparental.

[...] Eu sai mapeando todas as escolas que tinham mais próximas, liguei pra todas, perguntando se tinha vaga, como era e tal... E já fui logo falando: "Ó, somos um casal homoafetivo e ele é uma criança adotada". Algumas escolas falavam: "Ah, certo, maravilha, que bom, vou dar um retorno pra você, me dê o seu e-mail, seu telefone e tal...". Muitas delas não retornaram. Então essa foi uma estratégia de ver qual escola seria mais inclusiva (Thiago, Família II).

Nesta perspectiva, Farias (2016) discute que a escola e os profissionais que nela atuam, por estarem inseridos em sociedade heteronormativa e homofóbica, podem reproduzir e ter suas práticas influenciadas por preconceitos e crenças distorcidas sobre a

homoparentalidade. Frente a isso, é apontado como possibilidade, para os profissionais, a realização de formações continuadas, que abordem temas relacionados à sexualidade e à diversidade familiar. No caso dos estudantes, ressalta-se a utilização de materiais didáticos que apresentam a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade como uma iniciativa possível e importante.

De acordo com Winnicott (1971/2019) a escola, assim como outros grupos sociais, representa uma extensão do lar da criança e desempenha um importante papel de apoio à família. Trata-se de um espaço que deve fornecer à criança uma atmosfera emocional menos densa que a do ambiente familiar, no qual novas experiências poderão acontecer e novas relações profundas, com pessoas que não os pais, poderão ser estabelecidas. A estabilidade, a pessoalidade e a tolerância são características fundamentais do ambiente escolar, de modo a permitir que a criança se sinta livre para expressar seus impulsos e, com isso, possa avançar no seu processo de desenvolvimento e amadurecimento emocional (WINNICOTT, 1964/2022).

Ainda sobre as experiências com as escolas, foi possível constatar semelhanças e diferenças entre as experiências dos casais e do pai e da mãe solo. Embora todos os participantes tenham demonstrado preocupação com o processo de ensino-aprendizagem dos filhos, chama atenção o fato deste ter sido o único tópico abordado por Getúlio (Família III) e Marília (Família IV), pai e mãe monoparentais. Getúlio citou a participação da equipe escolar no enfrentamento destas dificuldades e Marília ressaltou a ausência da escola, devido ao período pandêmico.

[...] Eu tenho um contato muito direto com os professores e com a coordenadora pedagógica da escola dele. Tô sempre entregando os laudos dos profissionais, informando pra eles como é que ele está dentro de casa, como é que ele tá fazendo as atividades... Tô sempre procurando esse feedback da escola. E nas escolas que ele passou tem dado muito certo (Getúlio, Família III).

Ele tem uma inteligência corporal bem grande, porque eu estimei muito. Mas por exemplo, pra escrever letra, desenhar, ai já não é a dele. Porque eu também não estimei... E com a pandemia, sem escola, piorou (Marília, Família IV).

Já os casais, Karol e Marisa (Família I) e José e Thiago (Família II), trouxeram também desafios de outra ordem, relacionados especificamente à inserção do arranjo familiar homoparental no contexto escolar. Estes participantes relataram dificuldades em atividades e procedimentos da própria rotina da escola, decorrentes da desatenção e do despreparo da equipe para incluir a família homoparental adotiva em suas práticas institucionais. Tais apontamentos nos levam ao seguinte questionamento: se Getúlio e Marília, tivessem,

respectivamente, um companheiro e uma companheira, eles teriam enfrentado dificuldades semelhantes às enfrentadas pelos casais participantes?

Antes de continuar, cabe lembrar que tanto a Família I (Karol, Marisa, Daniel, Davi e Larissa) quanto a Família II (José, Thiago e Matheus) são casos de adoção tardia e que um deles, o da Família I, ainda estava em processo de conclusão quando a coleta de dados foi realizada. Isto posto, vejamos as dificuldades experienciadas pelos casais participantes no contexto escolar.

O tópico abordado por José e Thiago (Família II) foi a postura adotada pela escola durante as comemorações referentes ao dia das mães e ao dia dos pais. Houve, nesses eventos, uma invisibilização do arranjo familiar homoparental, expressa nas atividades solicitadas aos alunos e no esquecimento de que se tratavam de dois pais a serem presenteados. Ambos ressaltaram também a falta de sensibilidade da escola, frente a história pessoal das crianças atendidas, com as pessoas homenageadas.

No dia das mães, pediram pras crianças levarem uma foto. Lá eles iriam pintar um porta-retrato e colocar a foto, pra criança dar pra mãe. Só que Matheus não ia conseguir fazer isso, [...] porque Matheus não reconhecia a mãe dele como mãe. Ele a chamava pelo nome, porque ela batia muito nele, tinha muito conflito... No dia, mandaram uma mensagem, ele já estava no colégio, pedindo pra gente levar uma foto nossa com ele, pra ele colocar no cartaz... Ai ele pintou o porta-retrato, colocou a nossa foto e tal. [...] Só que ai passou... Três meses depois, ele fez as provas da escola e, no final, teve uma atividade pra pintar o envelope das provas, fazer um desenho [...] em homenagem pras mães e era pedindo pra criança deixar uma mensagem pra mãe. Quando eu vi aquilo, eu disse: "Eu não acredito! Eles querem o que mais?". Porque eles poderiam ter feito um diferente pra Matheus, mas fizeram do mesmo jeito, acho que sem se importar muito... (Thiago, Família II).

[...] Depois foi o dia dos pais, né? E eles deram uma camisa. Era pra ser duas... Afinal são dois pais, né? Mas Matheus chegou com uma camisa só em casa. [...] Eu acredito que tem que ter um consenso da escola conosco... Dizer: "Olha, vai ter hoje o dia das mães"... É uma escola pequena. É pequena e não é uma escola simples. É uma escola bem complexa, em termos de atenção ao aluno. [...] Eu acredito que eles poderiam ter tido um cuidado maior e avisado com antecedência em relação ao dia das mães... E tido um cuidado maior em relação ao dia dos pais, pra não ter um só pai recebendo o presente (José, Família II).

A equipe escolar buscou reparar o dano causado, mas com atitudes improvisadas e apenas depois que o constrangimento já havia sido gerado. Nesse sentido, cabe refletirmos: que ações poderiam ser feitas para evitar impasses como esses? Existe a possibilidade de repensarmos o formato dessas homenagens e atividades comemorativas? Comemorar o “dia da família” seria uma estratégia possível e efetiva no sentido de incluir as famílias homoparentais? Nesta perspectiva, Morando, Souza e Santos (2020) problematizam a comemoração do “dia da família”, alegando que embora pareça uma atividade inclusiva, pode acabar contribuindo para a invisibilidade social das famílias homoparentais no espaço

escolar, posto que a ideia de família presente no imaginário coletivo segue sendo o modelo nuclear e tradicional.

De acordo com Winnicott (1996/2005, p. 91), o cuidado oferecido pelos professores e outros profissionais que trabalham na escola não deve ser mecânico ou impessoal, tampouco “maximamente intenso” como costuma se apresentar na relação com a mãe. Um laço emocional muito intenso pode alienar o profissional e impedi-lo de enxergar as tensões emocionais que tem deformado ou inibido o processo educativo. Já a impessoalidade, por sua vez, pode ser sentida pelo aluno como hostilidade ou indiferença e inviabilizar a vinculação.

Nesta perspectiva, Ribeiro (2010) e Rodrigues, Blaszkó e Ujiié (2021) discutem que a dimensão afetiva do processo de ensino e aprendizagem vem sendo negligenciada no exercício profissional de professores do ensino fundamental e também na formação desses docentes no ensino superior. Como consequência, professores e demais profissionais acabam agindo com autoritarismo ou indiferença, o que pode influenciar no desinteresse, na inquietação e na agressividade dos estudantes, bem como em dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, cabe ressaltar também as condições de trabalho precarizadas dos profissionais da educação básica brasileira, sobretudo das escolas públicas, expressas por meio da baixa qualificação profissional, dos salários insuficientes, da falta de recursos para exercer as atividades, dentre outros fatores, que geram sofrimento psíquico nesses profissionais e inviabilizam um cuidado mais pessoalizado com os alunos (RIBEIRO, 2010).

A postura não implicada e impessoal dos profissionais da escola de Matheus parece ter sido a razão da principal dificuldade enfrentada pela Família II. Algo parecido aconteceu na escola de Daniel, filho de Marisa e Karol (Família I), mas a questão, nesse caso, também esteve relacionada ao fato do processo de adoção não ter sido finalizado. Mais precisamente devido aos novos documentos dos filhos, com seus novos nomes, ainda não terem saído.

Embora o adotando que se encontra sob guarda provisória, por meio de tutela antecipatória, tenha a possibilidade de utilizar o nome afetivo nas relações sociais, como em instituições escolares e de saúde (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2021), a escola de Daniel, filho mais velho da Família I, alegou não saber sobre isso. Mencionaram que conheciam apenas o nome social, mas que esse não era o caso de Daniel. Diante do impasse, a equipe escolar se responsabilizou “em dar um jeito de resolver” essa questão, o que não foi feito. Assim, Daniel passou a ser chamado nas aulas pelo nome que consta em sua certidão de nascimento e a levar faltas. Além disso, como o nome afetivo não constava na lista dos professores, ele passou também a não ter suas notas registradas, fato que o prejudicou.

A gente teve algumas questões (com a escola), por conta do nome afetivo deles. A lei nos defende nisso... Eles são obrigados a se apresentarem e serem chamados pelo nome afetivo. Na escola dos dois menores foi muito fácil... Não tivemos problema nenhum. Já a do mais velho, que é uma escola do estado, a gente percebeu que eles tiveram muita dificuldade. Não sei se dificuldade ou má vontade... Mas uma desorganização tremenda quanto a isso. Tanto que a gente teve que ir umas quatro vezes na escola brigar por esse assunto, pela falta de respeito e a exposição que fizeram com ele algumas vezes. Isso nos deixou muito chateadas (Karol, Família I).

Toda vez era uma confusão. Eu tinha que ligar pra escola, falava... Até que a última vez eu fui lá e ameacei chamar o Conselho Tutelar. Ai conseguiram acertar a lista. Porém, foi uma exposição muito grande. Então todo mundo sabia... Imagina... Começaram a perguntar pra ele, porque ele tinha dois nomes, porque na lista chamava por um, então ele tinha que explicar... Não era problema ele falar que era adotivo. Mas é uma questão de preservação (Marisa, Família I).

A falta de conhecimento sobre o uso do nome afetivo e o constrangimento gerado a partir disso também foi uma questão vivenciada pela Família I em serviços de saúde. Marisa contou que as atendentes do serviço foram insistentes em requerer a assinatura da genitora de seus filhos, pelo fato dos nomes de registro deles ainda estarem vinculados à família biológica.

Outro dia eu fui no dentista com eles e a carteirinha deles está com os nomes de registro. A secretária não conseguia entender, então ela falava assim pra mim: “Quem tem que assinar aqui é a fulana”. Eu falava assim: “Não, a fulana é a mãe biológica. Eu sou a mãe responsável”. Mas ela não conseguia entender e perguntava: “E quem é a Karol?”. Eu falei: “É a outra mãe”. A secretária: “Mas como é outra mãe?”. Eu falei: “Nós somos casadas”. Então você tem que explicar toda a história... E eu acho que um casal hétero não precisa ficar explicando que são casados, sabe? (Marisa, Família I).

A falta de preparo e de sensibilidade da profissional para lidar com a família homoparental usuária do serviço corrobora os dados encontrados por Costa-Val et al. (2022), em estudo com profissionais da Atenção Primária à Saúde, por meio dos quais constatou-se que apesar dos profissionais possuírem algum conhecimento sobre como abordar a população LGBTQI+, não há engajamento para construção de formas de cuidado que acolham este público de forma efetiva. Situações como a vivenciada por Marisa podem acabar gerando constrangimento e provocar o distanciamento de pessoas LGBTQI+ dos serviços de saúde. Frente a essa questão, tornam-se fundamentais intervenções no âmbito da Educação Permanente em Saúde (EPS), tanto no que se refere aos cuidados da população LGBTQI+ em geral e, mais precisamente, das famílias homoparentais, quanto a questões relacionadas à adoção, como o uso do nome afetivo.

Ademais, cabe destacar que o fato da criança ter Karol e Marisa (Família I) como mães provocou estranhamento na profissional. Essa situação faz contraponto aos dados encontrados por Lira, Morais e Boris (2015), Cerqueira-Santos et al. (2017) e Santos et al. (2018), a partir dos quais foi identificada uma maior aceitação social do casal parental

formado por duas mulheres, possivelmente relacionada à idealização cultural da maternidade. Nesse sentido, pode-se considerar que é relativo o efeito amortecedor da homoparentalidade sobre os impactos da homofobia na vida de mães lésbicas.

Em contrapartida, frente à dificuldade de alguns indivíduos da sociedade e suas instituições em reconhecerem, de fato, a família homoparental, os filhos dessas famílias parecem reconhecer e se orgulhar, sem dificuldades, de seus pais e de suas mães, como é possível identificar nas falas abaixo:

Toda a escola sabe que eles têm duas mães. Eles contam pros colegas inclusive... Até hoje não apresentaram nenhum problema quanto a isso. [...] A gente não sabe como vai ser mais pra frente, se alguém vai fazer alguma piada de mal gosto, algo assim... Mas até hoje eles se mostraram muito bem resolvidos com a situação. Quanto à escola, o único problema que a gente teve foi com essa questão do nome afetivo, não com relação à família (Karol, Família I).

[...] Nós vamos juntos no shopping e ele faz questão de dar a mão pra mim pra Thiago ao mesmo tempo. [...] Quando a gente dá um beijo em qualquer lugar, pode ser em um restaurante, ele faz uma festa... Acho que porque ele nunca vê fora de casa, né? Ele bate palma, fica alegre, porque quer ver aquilo fora (José, Família II).

Outro ponto abordado pelos pais e pelas mães participantes, referiu-se ao conturbado momento social e político que o Brasil atravessava no momento em que a coleta de dados foi feita, caracterizado pela ascensão do conservadorismo e ampla disseminação de ideias antidemocráticas (GURGEL; UZIEL, 2019). De acordo com Winnicott (1986/2021), a democracia só é possível se uma proporção suficiente dos indivíduos que compõem a sociedade tiverem alcançado certo grau de maturidade no desenvolvimento emocional. Quando o número de indivíduos emocionalmente imaturos é significativamente maior, corre-se o risco de haver identificação com figuras autoritárias, que inauguram “uma tendência pró-sociedade, mas anti-indivíduo” (p. 290) e representam um risco para a liberdade. Este tipo de identificação é apontada como doentia e imatura, pois não emerge da auto descoberta, mas como reação à insegurança interna.

Isto posto, pode-se considerar que essa ampla identificação com o autoritarismo aponta para um contexto social adoecido. Tal contexto afetou significativamente a vida de José (Família II), como pode ser lido no relato abaixo:

Nos últimos tempos, eu tive medo da sociedade. Tive medo da gente ser perseguido mesmo. [...] Depois que aconteceram esses incidentes no Brasil e que [...] o homofóbico criou fôlego e seguidores, nós, com medo, começamos a elaborar um plano de fuga daqui de casa. Procuramos saber que consulado poderia nos acolher de forma mais rápida. Criou-se essa paranoia na nossa mente, em determinado momento. Depois veio a pandemia e a gente ficou isolado (José, Família II).

Winnicott (1971/2019) alerta que, embora a família tenha produzido indivíduos psiquiatricamente saudáveis, eles “podem ser distorcidos e incapacitados pela unidade social

a que pertencem em algum momento específico” (p. 223). Este parece ser o caso de José, que diante de um contexto social pouco confiável e acolhedor, passou a ter pensamentos paranóides e chegou a elaborar um plano de fuga do país com sua família.

Em paralelo à disseminação de ideias conservadoras e abertamente antidemocráticas, alguns participantes deste estudo também perceberam que a sociedade, em certa medida, tem sentido medo de se mostrar preconceituosa. Acerca disso, José e Thiago (Família II) relatam que costumam perceber algumas pessoas agindo de modo artificial para com eles. Essa artificialidade é identificada devido ao cuidado exacerbado com que as pessoas costumam tratá-los.

Quando a gente colocou a imagem, por exemplo, da nossa adoção, tivemos mil curtidas. Tá entendendo? Uma coisa assim... Meio exagerada. Eu acredito que as pessoas curtem porque elas têm medo de serem acusadas de serem violadoras de alguma coisa. Isso acontece muitas vezes quando a gente vai pra algum canto e as pessoas nos tratam como se a gente fosse um bibelô de porcelana (risos). Não sabem onde nos colocar... Assim... Pra não ofender a gente de maneira alguma. Não é natural isso... Mas eu compreendo (José, Família II).

Eu acho que as escolas precisam estar mais preparadas para receber uma família homoafetiva. Às vezes, eu acho que eles têm medo de mostrar tanto... Acho que pensam assim: "Se a gente tá fazendo um tratamento muito diferenciado, eles vão se sentir diferentes demais... Ou se a gente for muito negligente, eles vão achar que precisam de mais acolhimento". Eu acho que as escolas ficam nesse dilema. Tanto é que uma escola de outra cidade chamou a gente pra conversar, porque eles iriam receber uma família homoafetiva e queriam estar mais preparados, saber o que precisavam e tal... (Thiago, Família II).

Para Thiago (Família II), esse apoio e cuidado exacerbados não podem ser considerados como indicativos de que o arranjo familiar homoparental está sendo efetivamente reconhecido e aceito pela sociedade. Ele reflete que, às vezes, o modo como tratam sua família parece estar relacionado ao lugar de privilégio ocupado por ela na sociedade. Nesse sentido, o apoio recebido seria fruto de um falso reconhecimento, uma vez que estaria condicionado à classe social, por exemplo.

[...] Se fosse uma família homoafetiva sem condições, as pessoas não iriam ver dessa forma... Poderiam até ver, mas eu acho que em relação ao preconceito, talvez enfrentassem um pouco mais. Ou enfrentem um pouco mais. Você não vê uma família homo-trans... Ou uma família homo-negra recebendo tantos elogios, tantos abraços. Acho que tem uma questão muito social também, da bolha que a gente vive (Thiago, Família II).

De modo geral, foi possível identificar que a homoparentalidade dos pais e a forma de chegada dos filhos, pela via da adoção legal, produziu atravessamentos no modo como a família foi recebida pelos vários grupos sociais que compõem a sociedade. De fato, ao longo de seu processo de constituição, todas as famílias participantes receberam apoio e acolhimento de pelo menos parte de seus pares. Esse suporte recebido pelo ambiente foi

fundamental para a construção e o estabelecimento do vínculo entre os membros da família, bem como para o enfrentamento das dificuldades experienciadas no desenvolvimento dessas relações familiares.

Contudo, as famílias participantes também tiveram que lidar com atitudes intrusivas do ambiente, expressas por meio de olhares preconceituosos e palavras estigmatizantes, bem como pela invisibilização de seu arranjo familiar em contextos institucionais. Atitudes como essas reverberam na exclusão social da família homoparental e revelam pontos frágeis na rede de apoio. Além disso, podem fragmentar a confiança dos pais e dos filhos no ambiente que os circunda. Essa fragmentação da confiança no ambiente, por sua vez, pode produzir inseguranças no desenvolvimento das relações entre pais e filhos.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DESENHOS E HISTÓRIAS

A seguir, serão analisadas as produções de todos os participantes, com a finalidade de identificar o tipo de família representada; a representação da criança adotada; os vínculos e os afetos predominantes na relação familiar; bem como os conflitos e dificuldades vivenciadas. Posteriormente haverá uma discussão dos principais dados obtidos.

6.1 Considerações sobre as produções

6.1.1 Família I

6.1.1.1 Karol

A participante Karol apresentou, em seus desenhos e histórias, três representações de família: 1) sua família de origem, composta por ela, sua mãe e seus dois irmãos; 2) sua família homoparental, composta por ela, Marisa, os três filhos e um cachorrinho; e 3) uma família composta por uma mãe e uma criança.

No primeiro desenho, referente à **família qualquer**, Karol desenhou sua família de origem e ressaltou que as pessoas do desenho eram ela, sua mãe e seus dois irmãos. O pai de Karol ficou de fora do desenho, sendo citado apenas de forma indireta na história contada, como o marido a quem sua mãe é submissa. Nesse sentido, pode-se inferir que seu pai é representado como uma figura ausente, fato que corrobora o relato obtido na entrevista. Além disso, a partir da posição de submissão ocupada pela esposa na relação, pode-se considerar a possibilidade de terem existido dificuldades relacionais com sua companheira, questão não mencionada na entrevista semiestruturada.

A mãe de Karol, por sua vez, é representada como uma mulher guerreira, capaz de fazer tudo pelos filhos, apesar de submissa ao marido. Na história, Karol relata que sua mãe é uma pessoa que, mesmo diante das dificuldades, está sempre com um sorriso no rosto e que age dessa maneira para ser um exemplo para os filhos, bem como para manter viva a esperança deles. Essa postura assumida pela mãe de Karol, de forçar sorrisos para dar suporte e esperança aos filhos, traz indícios de que algo não estava bem nesse contexto familiar.

Essa atitude de demonstrar alegria apesar da tristeza parece uma tentativa da mãe de Karol de fazer com que suas dificuldades não afetassem negativamente o desenvolvimento dos filhos. Karol e seus irmãos, por sua vez, são representados como crianças sorridentes, com semblantes felizes, sempre colocados “na linha” pela mãe. Estes dados contribuem com a representação de uma mãe presente e participativa na criação dos filhos, capaz de fornecer segurança ao estabelecer limites. No título, a participante define sua família de origem como

“base”, o que evidencia o importante papel desempenhado por ela nas raízes de sua saúde mental e ao longo do seu processo de amadurecimento.

No segundo e no quarto desenhos, referentes à **família que gostaria de ter** e da **própria família**, Karol desenhou sua família homoparental, composta por ela, sua esposa Marisa, seus filhos Daniel, Davi e Larissa, e um cachorrinho. Nesse sentido, a família que Karol gostaria de ter é a dela mesma, mas a participante ressalta na história que gostaria que todos os seus membros estivessem felizes. “A família feliz” foi o título dado ao segundo desenho. Ainda neste desenho, Karol desenhou a si mesma e sua esposa no centro da família, de mãos dadas, e contou na história que este era um sinal da união e do fortalecimento da parceria, do amor e do vínculo que ela gostaria que ambas tivessem. Isso nos permitiu lembrar de uma questão relatada por Karol durante a entrevista, sobre ter se distanciado de Marisa no âmbito da relação conjugal, sobretudo pela decisão de priorizar o relacionamento com os filhos após a chegada das crianças.

De todo modo, a localização das mães no desenho sinaliza o papel central ocupado por elas na família e a responsabilidade assumida no enfrentamento das dificuldades, no cuidado com os filhos e na manutenção do ambiente familiar. Os filhos por adoção estão todos representados nos desenhos. Em ambos, eles foram apresentados como crianças felizes e sorridentes: no segundo, por testemunharem a parceria e o amor entre as mães; e, no quarto, por estarem todos juntos, brincando, cada um à sua própria maneira. Na história, Karol ressalta que, mesmo juntos, cada um dos membros da família está fazendo aquilo que gosta, o que parece um sinal de respeito às individualidades e ao espaço de cada um. Ademais, Karol atribuiu ao quarto desenho o título de “O começo da nossa história”, o que sinaliza uma compreensão de que os vínculos familiares estão em processo de construção e desenvolvimento, bem como a perspectiva de continuidade da família, frente às novas experiências e desafios que virão.

Já no terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, Karol não faz referências a sua própria família, nem a sua família de origem. Ela desenha uma criança triste e encurvada e, ao lado dela, uma mãe, que chora pela tristeza da filha. Nesse sentido, ela representa uma mãe que se compadece com o sofrimento da filha e é capaz de se identificar com ela, mas que possui dificuldades em saber como acolhê-la. Embora não tenha feito menções à própria família, a história contada por Karol nos fez lembrar do que ela relatou na entrevista sobre sentir dificuldades para dialogar com seus filhos adolescentes. Ademais, a criança é representada como alguém que está muito triste por algo que aconteceu e, de algum modo, confusa em relação à família. Isto também nos fez recordar do que Karol

relatou na entrevista sobre identificar uma dificuldade nos próprios filhos de falarem sobre seus sentimentos.

6. 1. 1. 2 Marisa

A participante Marisa apresentou três representações de família a partir das consignas solicitadas. No primeiro desenho, referente à **família qualquer**, foi representada uma família composta por um pai e uma mãe heterossexuais, uma criança e seu cachorro de estimação, embora, em um primeiro momento, a participante tenha tido a intenção de desenhar uma família composta por duas mulheres no par parental. Na história, ela comenta sobre os elementos do desenho fazendo referências aos seus gostos pessoais pelo sol e pelas nuvens. Ela conta que a família está passeando, fora de casa, em um domingo de manhã. Ressalta que passear em um domingo no parque, título atribuído à produção, é algo que sua família sempre planeja, mas nunca consegue fazer. Ela conta que os membros da família desenhada estão felizes.

No segundo e no quarto desenho, referente à **família que gostaria de ter e à própria família**, Marisa representou sua família homoparental, composta por ela, pelos filhos Davi, Daniel e Larissa, pela esposa Karol e pela cachorrinha que possui. No segundo desenho, contudo, ela acrescentou mais dois gatos, dois cachorros, uma casa e uma árvore. Todos estão fora de casa, ao ar livre. Na história, ela contou que gostaria de ter mais dois gatos e mais dois cachorros, mas que só poderia se sua família pudesse se mudar para uma casa, visto que moram em um apartamento. A respeito da árvore desenhada, ela revela que é uma referência ao pé de jabuticaba da casa em que cresceu e que gostaria de ter uma árvore grande em sua moradia. “Família perfeita” é o título atribuído ao desenho da família que ela gostaria de ter.

No quarto desenho, todos os membros da família estão com as mãos levantadas, como se comemorassem algo. É curioso que os filhos, os meninos adolescentes, foram representados como sendo do tamanho das mães. Na história, ela conta que se trata de uma família formada por duas mulheres, com dois filhos, uma filha e uma cachorrinha, que também é considerada como filha. Marisa relata, em primeira pessoa, que sua família gosta de estar sempre junto e que todos estão super felizes. Ao dar um título para o desenho, “Dos Santos Fernandes”, ela faz referência ao próprio sobrenome e ao sobrenome de sua esposa, que passarão a compor também os nomes de seus filhos, quando os novos documentos chegarem. Talvez os braços levantados sejam uma forma de comemorar a almejada finalização do processo de adoção e os novos nomes. Esta é uma questão que, conforme

apontado na entrevista, tem mobilizado bastante a família e indicam a importância da nomeação na constituição do arranjo familiar.

No terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, Marisa desenhou um pai e um filho diante de uma mãe acamada. O pai tem o semblante choroso, o filho parece entristecido e a mãe, mortificada. Enquanto produzia o desenho, diferentemente dos momentos anteriores, Marisa permaneceu em absoluto silêncio e ao contar a história, restringiu-se a apenas dizer quem eram os membros da família. Frente à pergunta sobre o motivo da pessoa estar acamada, ela respondeu que provavelmente devido a uma doença que não tinha cura. Marisa intitulou o desenho como “Pior dia da minha vida”, visivelmente emocionada.

Embora nem ela própria, nem sua família de origem, tenham sido diretamente representadas no desenho, o título em primeira pessoa evidenciou que se tratava de uma representação de algo pessoal de Marisa, o que pode explicar o desconforto expresso enquanto produzia o desenho e contava a história. Além disso, o acamamento representado no desenho e na história nos fez lembrar do que Marisa mencionou na entrevista, acerca das frequentes internações de seu pai decorrentes do alcoolismo e do câncer que lhe ceifou a vida.

6. 1. 2 Família II

6. 1. 2. 1 José

O participante José apresentou três representações de família em seus desenhos e histórias. No primeiro desenho, referente à **família qualquer**, José desenhou uma família formada por um pai e uma mãe heterossexuais e dois filhos, sendo um menino e uma menina. Enquanto desenhava, ele comentou sobre a ideia de uma família qualquer geralmente estar associada a uma família formada por um homem e por uma mulher.

Na história, José conta que a família saiu de casa para caminhar em um local verde, aberto. Ressalta que considerou desenhar uma casa atrás da família, como exemplo de um local de referência para habitação. Ele conta que os quatro membros da família estão juntos, quase como se fizessem parte de um “único corpo”. Ao ser questionado sobre isso, ele conta que gosta dessa condição de união e de proximidade entre os membros de uma família. Esta explicação, em conjunto com o título “Juntos”, atribuído ao desenho, evidenciam o significado de família para ele.

No segundo e no quarto desenho, referente à **família que gostaria de ter e à própria família**, José desenhou sua família homoparental, composta por ele, seu marido Thiago, pelo

filho Matheus e pelos cachorrinhos. No segundo desenho, todos estão sentados, juntos um do outro, embaixo de uma árvore. Na história, ele conta que os membros da família saíram para se conectar com a natureza, em uma área aberta, ao ar livre. Ele ressalta que tentou representar sua própria família e que, por isso, desenhou dois homens, um filho e três cachorros. A presença da árvore no desenho está relacionada ao gosto pessoal dos membros da família por lugares com muita natureza. Ao final da produção, ele reflete sobre a possibilidade de já ter a família que gostaria.

Ao produzir o quarto desenho, José comentou, sorrindo, que iria repetir o que havia desenhado no segundo. Contudo, no processo, ele mudou de ideia e decidiu desenhar uma brincadeira cotidiana em seu contexto familiar, “o abraço de três”, que consiste em um abraço coletivo entre os pais e o filho. Nesse sentido, no desenho, José, Thiago e Matheus estão abraçados. Ele ressalta que Matheus foi representado de costas no desenho, porque está olhando para ambos os pais. Na história, José conta que sua família agora consegue se refugiar na casa desenhada, em possível referência à casa de campo comprada pela família durante a pandemia, mencionada na entrevista.

José ressalta que sua família consegue ser feliz, se unir e ficar bem. Conta que, no desenho, eles saíram de casa, viram a árvore crescendo e tudo que haviam construído conjuntamente até ali. Era um momento de celebração pela construção, pela união da família e também de agradecimento pelas coisas boas que estavam acontecendo. Tanto para o segundo, quanto para o quarto desenho, ele atribuiu a palavra “Amor” como título dos desenhos, o que denota o amor como um afeto predominante nesse contexto familiar.

No terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, José desenhou uma pessoa sozinha, com semblante entristecido. Ao fazê-lo, ele se questionou se uma pessoa só poderia ser considerada uma família, o que traz mais um indício do significado pessoal de família para ele. Na história, José conta que se trata de um rapaz que está muito pensativo com alguma situação ocorrida em sua vida e que não gostaria de estar sozinho naquele momento. Ele ressalta que o rapaz do desenho não está bem, nem feliz, nessa condição de estar só e que, em um primeiro momento, pensou em desenhar uma pessoa depois de uma briga. “Sozinho” foi o título atribuído ao desenho.

6. 1. 2. 2 Thiago

Os desenhos e as histórias de Thiago trouxeram duas representações de família. No primeiro, no segundo e no quarto desenho, respectivamente referentes à **família qualquer**, à **família que gostaria de ter** e à **própria família**, Thiago desenhou sua família homoparental,

composta por ele, por seu marido José, pelo filho Matheus e pelos três cachorrinhos de estimação. No primeiro desenho, ele também desenhou um sol e uma árvore, fazendo referência ao fato da família estar fora de casa. Na história, ele ressaltou que se tratava de uma família composta por um casal homoafetivo de dois homens, uma criança e três cachorros. Ele contou que os membros da família estão felizes enquanto passeiam em um parque à tarde.

O segundo desenho de Thiago é bastante semelhante ao primeiro, mas nesse ele acrescenta uma menina. Na história, ele conta que se trata da mesma família, passeando fora de casa, só que com mais uma filha, o que revela o possível desejo de Thiago de ser pai novamente. Já o quarto desenho de Thiago é bastante semelhante ao primeiro e ao segundo. Nele, também estão presentes todos os membros de sua família homoparental. Todos estão sorridentes, unidos pelas mãos (e coleiras). Matheus, filho do casal, está no centro da família, segurando as mãos de ambos os pais, o que pode ser um indício do aspecto central que o cuidado do filho passou a ocupar na vida dos pais, após a adoção. Na história, Thiago conta que se trata de um casal que se tornou uma família, decidiu ter um filho e hoje estão felizes. Como títulos para os desenhos, foram empregadas variações da palavra “família”: o primeiro foi intitulado “Família”; o segundo, “Família parte dois”; e o último, “Nossa família”.

No terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, Thiago desenha uma família composta por um pai e uma mãe heterossexuais e um filho. Na história, ele conta que se trata de uma família heteronormativa, bem como explica que a mãe é a pessoa que não está bem, por se sentir sozinha em relação aos demais membros da família, mas não se aprofunda sobre as razões disso. No entanto, a história contada por Thiago, sobretudo a representação da solidão materna, nos fez recordar de conflitos familiares que o participante relatou na entrevista, relacionados ao abandono do pai quando ele ainda era um bebê e o processo de exclusão familiar sofrido após assumir sua homossexualidade para a mãe e o padrasto.

6. 1. 3 Família III

6.1.3.1 Getúlio

O participante Getúlio apresentou três representações de família. No primeiro desenho, referente à **família qualquer**, ele desenhou uma família composta por uma mãe e um pai heterossexuais, um filho e um cachorrinho. Os rostos dos membros dessa família, assim como nos dos demais desenhos, não têm expressões ou traços. Eles estão passeando

fora de casa, em um dia ensolarado e florido. Ao contar a história e atribuir um título ao desenho, Getúlio faz referência à “família margarina”, com palavras e risos que parecem ironizar esse modelo de família heterossexual idealizado e imposto como norma, no qual tudo está sempre “certinho” e o sol está sempre “brilhando”.

No segundo desenho, referente à **família que gostaria de ter**, Getúlio desenha uma família composta por dois homens, dois filhos (um menino e uma menina) e dois animais (um gatinha e um cachorro). Eles estão fora de casa, ao lado de um prédio com varanda, também em um dia ensolarado. Na história, ele conta que gostaria de ter uma família composta por dois pais que se amassem incondicionalmente e que tivessem pelo menos dois filhos. Este apontamento parece evidenciar o desejo de Getúlio de ter um companheiro, uma pessoa para amar e para amá-lo, com quem pudesse dividir as responsabilidades do lar e os cuidados com os filhos. Trata-se de um aspecto não citado na entrevista, apesar dos inúmeros desafios mencionados referentes à monoparentalidade. Ademais, ainda no segundo desenho, Getúlio atribui importância à segurança, aos recursos disponíveis e à localização da habitação, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida para sua família. No título, “Família feliz”, Getúlio atribui o sentimento de felicidade aos membros da família que ele gostaria de ter.

No terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, Getúlio revelou sentir dificuldades para produzi-lo. Ele desenhou um pai e um filho diante de um túmulo em um cemitério. Há flores no túmulo, uma grande cruz e, diferentemente dos desenhos anteriores, não há sol. Getúlio também não faz, nesse primeiro momento, referências à sua própria família, embora a família do desenho também seja monoparental. Ao contar a história, ele revela que o pai e a criança do desenho perderam um ente querido e que ambos estão mal com essa perda, bem como ressalta que a morte desse familiar afetou a família como um todo.

Quando questionado sobre quem seria o ente familiar perdido, Getúlio para de falar sobre o pai do desenho e passa a falar sobre si mesmo, revelando a falta que sente da mãe e do irmão, que havia falecido recentemente. Tratam-se de perdas significativas para ele. Getúlio considera que sua mãe, diferente dos demais familiares, seria alguém que certamente o apoiaria no processo de adoção e na criação de Lucas, seu filho. Este aspecto não havia sido mencionado na entrevista.

Ao atribuir o título “Saudades Eternas” ao desenho, Getúlio torna explícito mais uma vez que aquele desenho é sobre ele e sua família, o que pode explicar a dificuldade inicial para produzi-lo. Ademais, a presença da criança no desenho, sofrendo ao lado do pai,

sinalizam a inclusão do filho na família e também no processo de luto. Diante desse momento de dificuldade e isolamento social devido à pandemia, Lucas e seu pai parecem estar sendo companhia e suporte um para o outro.

No quarto e último desenho, referente à **própria família**, Getúlio desenha a si mesmo, seu filho Lucas e sua gatinha. Eles estão fora de casa, mas próximos dela, também em um dia ensolarado. Ao contar a história, ele faz referência à casa como um ambiente seguro e de proteção. A importância da segurança foi uma questão bastante presente nas histórias de Getúlio. Por fim, ele ressalta que a família dele é composta por ele mesmo, seu filho Lucas e a gatinha, o que se relaciona ao título dado ao desenho: “Família Real”, a família como ela é, as idealizações deixadas de lado.

6. 1. 4 Família IV

6. 1. 4. 1 Marília

A participante Marília apresentou três representações de família. No primeiro e no segundo desenho, referentes à **família qualquer** e à **família que gostaria de ter**, ela desenhou sua família homoparental, composta por ela e seu filho Bruno. Ao contar a história sobre o primeiro desenho, ela relata que ambos estão muito felizes, que seu filho está vivenciando uma infância na qual pode brincar. Além disso, ela revela que antes tinha a expectativa e chegou a “batalhar” para construir sua família em um formato mais “margarina”, com uma companheira, que partilhasse com ela os cuidados com o filho. Contudo, com o passar dos anos, Marília conta que compreendeu e aceitou que ela e seu filho, sós, já compõem uma família. O processo de elaboração do luto desse ideal de família foi acompanhado por sentimentos de dor e chateação, mas Marília ressalta que atualmente se encontra “extremamente feliz” com sua realidade familiar.

O segundo desenho de Marília contou com os mesmos elementos gráficos do primeiro e, na história, ela ressaltou que se tratava da mesma família. Marília mencionou que a família que gostaria de ter é uma utopia e, portanto, irreal e desnecessária. Enfatizou-a como uma ideia de família que é fruto de uma construção social e que é “margarina”, mesmo sendo homoafetiva. Ela relatou que é um modelo que gerava autocobrança nela e que, por isso, desenhou a família que ela tem e gosta, não a que gostaria de ter.

No terceiro desenho, referente à **família em que alguém não está bem**, Marília desenhou uma pessoa sozinha e confusa, aparentemente em um penhasco, de frente para o mar. Na história, ela conta que se trata de um rapaz depressivo e ressalta que uma família que

possui alguém nessa condição não pode estar bem. Marília considera que aqueles que se importam de verdade com o rapaz também não estão bem, visto que se trata de uma situação que afeta a todos. Esse é apontado como o motivo dos demais membros da família estarem ausentes do desenho. O rapaz está isolado porque todos os demais também estão adoecidos.

No quarto desenho, referente à **própria família**, Marília desenhou, em um primeiro plano, sua família de origem, composta por ela, seu pai, sua mãe e seus irmãos. Abaixo dela, Marília desenhou a si mesma junto de seu filho, destacando a inserção dele nesse arranjo familiar. Na história, ela contou que se tratava de uma família caracterizada pelo modelo da “família tradicional brasileira”, heteronormativo, formado pelo casal heterossexual e seus filhos. Contudo, Marília ressalta que, apesar de terem partido do mesmo núcleo familiar, cada um dos filhos tem seguido seus próprios passos e construído sua própria família. Como título, ela atribui “Evolução natural das coisas”, o que sinaliza a ideia de que filhos constroem seu próprio núcleo familiar ao se tornarem adultos é algo natural e esperado.

6.2 Discussão sobre os desenhos e as histórias produzidas

A partir da análise dos desenhos e histórias, foi possível identificar que a família homoparental dos participantes esteve representada nas produções de todos eles, especialmente nos desenhos referentes à família que gostariam de ter e à própria família. Além disso, os vínculos, afetos e significados predominantes atribuídos à experiência familiar foram felicidade, amor, união, suporte, proteção e segurança.

Acerca dos desenhos produzidos referentes à família qualquer, foi possível identificar um dado curioso: Marisa (Família I), José (Família II) e Getúlio (Família III) a representaram como uma família heteroparental, composta por um pai heterossexual, uma mãe heterossexual e seus filhos, o que leva a considerar a possibilidade de que a ideia da família nuclear, formada a partir do casamento heterossexual, monogâmico e procriador, povoa também o imaginário de pais e mães homoparentais como referência primária do que seria uma família. Estes dados corroboram os apontamentos realizados por Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013) e Freires et al. (2021), a partir dos quais se discutiu que a família nuclear permanece como referência no imaginário coletivo da população brasileira, apesar da emergente ampliação do conceito de família.

De acordo com Rosa et al. (2016), a parentalidade é sempre construída a partir dos discursos e práticas sociais vigentes em sua época. Logo, os membros das famílias homoparentais, por estarem imersos em uma cultura heteronormativa, caracterizada por naturalizar a heterossexualidade e invisibilizar o que destoia desta prática, não saem ilesos de

suas influências nas representações e concepções pessoais sobre família, sexualidade e também sobre o desempenho dos papéis materno e paterno (TONELI; BECKER, 2010; SANTOS, 2019).

Nessa perspectiva, foi possível identificar outras influências da heteronorma na representação dos participantes sobre “família”. Getúlio (Família III) e Marília (Família IV), que exercem a homoparentalidade de forma solo, revelaram o desejo de partilhar os cuidados do filho com um companheiro ou companheira, de terem uma “família margarina”, formada por um par parental e seus filhos, semelhante ao modelo de família nuclear (RODRIGUEZ; GOMES; OLIVEIRA, 2017), mas em um molde readaptado ao arranjo familiar homoparental. No caso de Marília, durante algum tempo, a condição dela e seu filho serem uma família esteve associada à presença de outra mãe, que compusesse com ela o par parental, o que evidencia a dimensão da pressão emocional que a heteronormatividade e suas estruturas rígidas exerceram sobre ela. Tanto no caso de Marília, quanto no de Getúlio, o modelo idealizado de família gerou sentimentos de sofrimento e frustração nos participantes, em pelo menos algum momento da constituição familiar.

Os filhos adotados também estiveram presentes nos desenhos e histórias de todos os participantes. Todos eles foram majoritariamente representados como crianças felizes e esse sentimento de felicidade esteve associado à companhia dos pais, à união da família e à possibilidade de exercer livremente o brincar. A valorização do brincar e o exercício dessa atividade pelos filhos foi expressa pelas mães Karol (Família I) e Marília (Família IV) em suas produções. José (Família II), por sua vez, representou a brincadeira como um elemento presente em seu processo de vinculação com o filho.

O brincar é, para Winnicott (1971/2019), uma atividade de suma importância no processo de desenvolvimento do indivíduo, por promover o crescimento e a saúde; levar aos relacionamentos de grupo; e possibilitar a descoberta e o exercício da criatividade. Outro ponto que merece destaque a respeito da importância do brincar, é a sua localização entre o mundo interno do indivíduo e a realidade externa, situado no chamado “espaço potencial”.

O espaço potencial emerge como resultado dos cuidados ambientais suficientemente bons fornecidos ao bebê por sua figura materna. Estes cuidados possibilitam a saída do bebê de uma posição de apenas se relacionar subjetivamente com os objetos, para a percepção deles como parte de uma realidade externa e compartilhada com outras pessoas. Essa percepção é condição para o desenvolvimento da capacidade de usar objetos, que evolui para o brincar, depois para o brincar compartilhado e, por fim, para as experiências culturais (WINNICOTT, 1973/2019).

Estes apontamentos teóricos, em conjunto com o posicionamento dos pais sobre a importância do brincar, fortalecem a consideração de que um ambiente suficientemente bom, facilitador do processo do amadurecimento emocional, tem sido proporcionado aos filhos das famílias participantes. Nesta perspectiva, cabe destacar o desenho e a história que Karol (Família I) fez de sua própria família, com cada um de seus filhos brincando sós, daquilo gostam, na presença dela e de sua esposa. Esta produção parece evidenciar a capacidade de Karol de identificar e respeitar as singularidades e as vontades de cada filho, o que também é indício do fornecimento de um ambiente facilitador, adaptado às necessidades da criança (WINNICOTT, 1984/2022).

As produções também evidenciaram possíveis representações, conscientes e inconscientes, de conflitos e dificuldades experienciadas pelos participantes com membros da família de origem, algumas delas não demonstradas durante a entrevista e outras não tão explícitas nos desenhos, mas que nos levaram a alguns trechos relatados na entrevista. Nesse sentido, a história de Karol (Família I), sobre a família qualquer, trouxe elementos de uma possível relação conflituosa entre seus pais; e Thiago (Família II), ao contar a história de uma mãe que não estava bem por se sentir sozinha dentro da família, nos fez lembrar de seu relato na entrevista sobre o processo de exclusão que ele mesmo sofreu, ao assumir sua homossexualidade.

Além disso, dificuldades emocionais decorrentes de processos de luto pela perda de parentes foram expressas nos casos de Marisa (Família I), relacionadas à perda do pai, e Getúlio (Família IV), relacionadas à perda da mãe e de um dos irmãos. Tais perdas, associadas à falta de suporte dos familiares sobreviventes, corroboraram as inseguranças sentidas por Getúlio no processo de se tornar pai. Já no caso de Marisa, conforme apontado por ela na entrevista, a perda do pai influenciou no desejo de se tornar mãe. Esses dados se alinham às discussões realizadas por Silva (2014), Machin (2016), Rosa et al. (2016) e Araldi e Serralta (2019) sobre a influência das experiências com as famílias de origem nos desafios vivenciados no processo de constituição do novo núcleo familiar e desenvolvimento da parentalidade.

A solidão foi um elemento representado nas produções de José (Família II), Thiago (Família II) e Marília (Família IV) sobre a família em que alguém não estava bem. Em todas elas, este afeto foi colocado como consequência de um processo de exclusão. No caso de Thiago e Marília, tratou-se de uma exclusão familiar, na qual um membro da família desenhada se sentia só em relação aos demais. No caso de José, a família foi representada por uma pessoa sozinha, que se sentia desconfortável e mal por estar nessa posição excluída.

Nesse sentido, cabe destacar que as histórias pessoais dos participantes, obtidas nas entrevistas, revelaram que eles próprios passaram por processos de exclusão, desde a descoberta e revelação da homossexualidade, até o momento em que decidiram constituir família, o que nos leva a refletir sobre a manifestação inconsciente de algo pessoal nos desenhos e histórias produzidas. Assim, as produções corroboram os dados obtidos nas entrevistas, bem como as discussões realizadas por Godoy e Santos (2019) e Martins et al. (2019), acerca do fato de pessoas LGBTI+ passarem por inúmeros processos de violência e exclusão ao longo da vida, sobretudo nos âmbitos familiar e escolar.

Interessante observar a escolha dos participantes ao desenhar as famílias, sobretudo as que gostariam ter, sempre felizes, fora de casa e passeando ao ar livre, característica que contrasta com as restrições sanitárias impostas pelo período pandêmico, como o isolamento social e o confinamento, vigentes no momento em que os dados foram coletados (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). O risco de contaminação pelo vírus da covid-19 também pode estar relacionado à preocupação dos pais participantes com a segurança da habitação, expressa por meio das histórias e também na presença frequente de casas próximas ao lugar onde as famílias desenhadas passeavam, possivelmente como um lugar de referência para o qual poderiam recorrer em caso de necessidade.

Embora a pandemia da covid-19 não tenha sido citada diretamente nas histórias, pode-se considerar a possibilidade de que a produção dos desenhos tenha facilitado aos participantes o processo de dar vazão a angústias e a desejos conscientes e inconscientes, decorrentes das impossibilidades e riscos experienciados nesse período, apontado por Castro-de-Araújo e Machado (2020), Schmidt et al. (2020), Zanon et al. (2020), Ribeiro et al. (2021) e Dalcin e Ferreira Neto (2021) como de intenso sofrimento emocional, propício para o desenvolvimento de sintomas psicopatológicos relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão.

Por fim, cabe destacar a importância das adaptações realizadas no Procedimento Desenho de Família com Estórias (DF-E) (TRINCA, 2013) para tornar possível sua aplicação em modalidade remota. Os dados coletados por meio deste instrumento se mostraram relevantes para a ampliação da compreensão de elementos mencionados na entrevista, bem como para obtenção de dados complementares não mencionados durante a utilização dos outros instrumentos na etapa de coleta. Isto aponta para a importância da coleta de dados de diversas fontes, por meio da Triangulação de Dados (FLICK, 2009), na fundamentação dos casos construídos e analisados no presente estudo. Desse modo, o procedimento DF-E contribuiu para uma compreensão mais ampliada da constituição e do desenvolvimento das

relações nas famílias participantes, bem como possibilitou aos pais e às mães, por meio dos desenhos e histórias produzidas, um momento para construção de significados sobre a instituição família, reflexão sobre a relação com os filhos, bem como para expressão de afetos relacionados à dificuldades experienciadas na pandemia e com a família de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar e compreender a constituição da família homoparental adotiva, a partir dos relatos de pais e mães adotantes sobre suas experiências. Como objetivos específicos, buscou-se conhecer e analisar o desenvolvimento das relações familiares nessas famílias; a história de vida familiar desses pais e mães; a experiência deles quanto ao processo de adoção e o exercício da parentalidade; bem como a relação da família homoparental com a família estendida e a sociedade.

Os dados obtidos nas entrevistas viabilizaram a construção de quatro categorias temáticas de análise, nas quais foram discutidos aspectos relacionados às experiências dos pais e das mães participantes, durante a infância e a adolescência, com suas famílias de origem; o desejo de exercer a parentalidade e a concretização desse projeto pela via da adoção; o desenvolvimento das relações intrafamiliares, desde a chegada dos filhos até vivências atuais; e o relacionamento dos membros dessas famílias com a família extensa e em relações sociais mais amplas.

Dentre as principais potencialidades identificadas no presente estudo, é possível mencionar que a realização da pesquisa em Ambiente Virtual viabilizou a participação de voluntários de diferentes regiões do país, bem como que o uso da triangulação de dados como método contribuiu na construção dos casos analisados. No que se refere à constituição das famílias participantes, identificou-se uma disponibilidade afetiva dos pais e das mães para se responsabilizar e cuidar de seus filhos adotivos, em um movimento de adaptação às necessidades singulares de cada criança. Cabe destacar também a postura compreensiva e respeitosa quanto à história pregressa delas, bem como a capacidade de sobreviver aos impulsos agressivos expressos no período em que a consistência e a segurança do ambiente familiar estavam sendo testadas. Essas atitudes dos pais foram fundamentais para o estabelecimento do vínculo afetivo com os filhos.

A intensificação da convivência, decorrente do momento pandêmico, também pôde ser identificada como potencializadora do estabelecimento do vínculo afetivo entre os membros das famílias. Por outro lado, para os participantes monoparentais, a pandemia acentuou dificuldades experienciadas. Também foi possível constatar que a chegada da criança e a convivência dela com a família extensa viabilizou uma reaproximação dos pais e mães participantes com suas famílias de origem e o restabelecimento de um vínculo afetivo, antes fragilizado por experiências passadas relacionadas à homofobia e ao racismo. Além disso, o suporte recebido de amigos, colegas de trabalho e grupos de apoio à adoção, frente à

decisão de adotar e também no exercício cotidiano da parentalidade, também foram identificados como potencializadores.

Outra potencialidade identificada tratou da importância atribuída pelos pais à experiência do brincar no processo de desenvolvimento de seus filhos. Este é, com base nas contribuições teóricas de Winnicott, um indício importante de que um ambiente suficientemente bom tem sido proporcionado às crianças em seu processo de amadurecimento emocional. Ademais, diante das situações de preconceito, os pais e mães têm buscado viabilizar espaços de diálogo com os filhos, nos quais eles possam expressar seus afetos e questionamentos, com objetivo de fortalecê-los no enfrentamento das dificuldades encontradas.

Estes dados revelam fatores integradores das famílias estudadas, derivados do processo de amadurecimento de cada de seus membros, que possibilitaram o desenvolvimento de uma relação saudável entre os pais e as mães participantes e seus filhos. Mesmo nos casos em que as crianças apresentaram dificuldades emocionais mais acentuadas, a disponibilidade emocional dos pais parece ter contribuído para contornar possíveis fatores desintegradores advindos dos filhos, bem como viabilizar a retomada do processo de amadurecimento deles. Nesta perspectiva, cabe destacar também os fatores integradores advindos do processo de amadurecimento das crianças, que além de contribuírem com o fortalecimento do vínculo com os pais, possibilitaram uma reaproximação com a família extensa.

Dentre as principais limitações da presente pesquisa, encontra-se o fato de que a constituição e o desenvolvimento das relações familiares foram analisadas apenas pela perspectiva dos pais e das mães homoparentais. Nesse sentido, considerando também que a adoção visa atender ao superior interesse da criança, recomenda-se a realização de novos estudos que tenham como público-alvo as crianças e os adolescentes adotados por essas famílias, de modo a conhecer as considerações deles sobre esse processo.

Outro aspecto que merece a atenção de futuros pesquisadores refere-se às dificuldades identificadas nas experiências das famílias monoparentais, decorrentes da ausência de uma rede de apoio mais consistente. Nesta perspectiva, também são recomendados estudos que analisem, de modo mais específico, a relação das famílias homoparentais com suas famílias extensas, bem como acerca do papel desempenhado pelos grupos de apoio à adoção, após a finalização do processo.

Ademais, os dados encontrados também suscitaram a importância de realizar investigações mais aprofundadas sobre as experiências de famílias homoparentais adotivas

em contextos sociais mais amplos, como na escola e em serviços de saúde, além de pesquisas com os profissionais desses serviços, visando identificar as considerações deles sobre a homoparentalidade e o preparo técnico para lidar com essas famílias. Estudos como esses podem vir a subsidiar intervenções que garantam práticas profissionais mais respeitadas e cuidadosas aos membros de famílias homoparentais adotivas.

Por fim, conclui-se que as famílias participantes do presente estudo proporcionaram um ambiente facilitador do processo de amadurecimento emocional dos filhos. Esta consideração corrobora a ideia de que é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com as crianças e os adolescentes que viabiliza o exercício parental e a constituição familiar, não a orientação sexual dos pais e mães.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. B. A adoção por homossexuais: um caminho para o exercício da parentalidade. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) (Org). *Adoção: um direito de todos e todas*. Brasília: CFP, 2008. p. 27-30.
- ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41-53, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-191, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000200002>>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- AMAZONAS, M. C. L. A.; VERISSIMO, H. V.; LOURENCO, G. O. A adoção de crianças por gays. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 631-641, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2020.
- AMORIM, A. F.; SKULNY, R. S. Compreendendo os filhos adotivos. In: PEREIRA, V. A. (Org.). *Parentalidade adotiva: estudos, diálogos e reflexões*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 111-126.
- AMORIM, D. V. A constituição da parentalidade na adoção tardia. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- ARADZENKA, I. *Número de crianças sem o nome do pai na certidão bate recorde em 2022*. 2022. Disponível em: <<https://bebe.abril.com.br/familia/numero-de-criancas-sem-o-nome-do-pai-na-certidao-bate-recorde-em-2022/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- ARALDI, M. O.; SERRALTA, F. B. O Processo de Construção e a Experiência da Parentalidade em Casais Homossexuais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, n. spe, p. 1-10, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe1>>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- ARAÚJO, C. A. S. *Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Práticas Clínicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS [ARPEN]. *Pais ausentes*. 2023. Disponível em: <<https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BARANOSKI, M. C. R. *A adoção em relações homoafetivas*. 2. ed. Paraná: Editora UEPG, 2016.

BARRETO, D. J.; BALANI, C. L.; BRAZ, P. S. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 295-309, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200003>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BARROS, J. F.; RIBEIRO, P. W.; SOUZA, L. F. Os Aspectos Psicológicos da Criança e do Adolescente na Adoção Tardia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 41, n. spe3, p. 1-13, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003215129>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BENATTI, A. P. et al. Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 41, n. spe3, p. e209634, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/msBd4PpRZXMLT7gyqWFhtVc/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BIASUTTI, C. M.; NASCIMENTO, C. R. R.; CANAL, C. P. P. Atividades Parentais na Família Monoparental Constituída pela Adoção. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 236-259, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/59384>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BIASUTTI, C. M.; NASCIMENTO, C. R. R. O processo de adoção na família monoparental. *Journal of Human Growth and Development*, Marília, v. 31, n. 1, p. 47-57. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/jhgd/article/view/10364>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei

nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *90% da população brasileira adulta está vacinada com a primeira dose contra a Covid-19*. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/setembro/90-da-populacao-brasileira-adulta-esta-vacinada-com-a-primeira-dose-contra-a-covid-19>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício circular nº 2/2021**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 24 fev. 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BULAMAH, L. C.; SANTOS, M. A.; & BARBIERI, V. A homoafetividade como despertar do verdadeiro self. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, IV., 2010, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Laboratório de Psicopatologia Fundamental, p. 1-20. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/posteres_iv_congresso/po18-lucas-charafeddine-bulamahmanoel-antonio-dos-santos-e-valeria-barbieri.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CABRAL, M. L.; COUTINHO, A. L. C. A adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo no Brasil: perspectivas jurídicas e psicológicas. *Revista Direito e Justiça*, v. 18, n. 32, p. 81-108, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/2672>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CANAVARROS, L. *Exceções à regra da habilitação e cadastramento prévio à adoção*. 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/excecoes-a-regra-da-habilitacao-e-cadastramento-previo-a-adoacao/622951332>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CASTRO, M. C. D. A adoção em famílias homoafetivas. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) (Org). *Adoção: um direito de todos e todas*. Brasília: CFP, 2008. p. 23-26.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo na perspectiva de profissionais do Sistema de Justiça. *Estudos de Psicologia*, Uberaba, v. 23, n. 4, p. 392-403, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180037>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 18, n. 3, p. 507-516, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300011>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental. *Rev. Subj.*, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 87-100, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i2.5991>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; SANTANA, G. Adoção Homoparental e Preconceito: Crenças de Estudantes de Direito e Serviço Social. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 873-885, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-06>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CRISTALDO, H.; BRANDÃO, M. *Vacinação contra a covid-19 começa em todo o país*. 2021. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contracovid-19-comeca-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COITINHO FILHO, R. A.; RINALDI, A. A. A "homoafetividade" no cenário adotivo: um debate jurídico. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 1, p. 285-306, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19168>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. *Como adotar uma criança no Brasil: passo a passo*. 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/passo-a-passo-da-adocao/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <<https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2020/09/relatdiagnosticoSNA2020.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. *Pretendentes poderão acessar informações e fotos de crianças aptas à adoção*. 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/prestendentes-habilitados-poderao-acessar-informacoes-e-fotos-de-criancas-aptas-a-adocao/>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

COSTA-VAL, A. et al.. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 2, p. e320207, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/DsNnpXhPn7WrvGXDFXvMXvx/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CUSTÓDIO, J. *Homoparentalidade: um direito em construção*. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 91-100, 2012. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1426>>. Acesso em: 03 out. 2021.

DALCIN, L. R.; FERREIRA NETO, J. L. Isolamento social e sofrimento emocional de mulheres durante a pandemia de covid-19. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 186-204, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/28875>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DENARDI, A. T.; BOTTOLI, C. E quando não é a mãe? A paternidade diante da monoparentalidade. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 120 - 146, 2017. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5305>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DIAS, E. O. *A teoria do amadurecimento emocional de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DIAS, E. O. Família e amadurecimento: do colo à democracia. *Natureza Humana*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 144-162, 2017. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302017000200009>.

Acesso em: 03 jun. 2022.

DIAS, M. F. A existência psicossomática: aspectos clínicos. *Winnicott e-prints*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 16-48, 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2012000100002>.

Acesso em: 04 jan. 2023.

DIAS, R.; MATOS, F. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. Barueri: Editora Atlas, 2012.

FALCÃO, C. A. et al. Cadastro de adoção nacional: os lugares das crianças a serem adotadas no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ABRAPSO, 6., 2019, Aracaju. *Resumo* [...]. Aracaju: ABRAPSO, 2019.

FALCÃO, C. A.; OLIVEIRA, A. A. S.; MIURA, P. O. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: quais crianças as famílias desejam adotar?. *Revista da Esmal*, v. 1, p. 142-160, 2020. Disponível em:

<<http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/174>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FARIAS, M. O. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. esp2, p. 1477-1488, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8332>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 9, n. 1, p. 104-115, 2010. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/431>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

FÉRES-CARNEIRO, T. et al. Práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 4-19, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FIGUEIRA, D. C. A adoção no âmbito da parentalidade homoafetiva. **E-cadernos CES**, Coimbra, v. 20, p. 52-74, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1658>>. Acesso em: 29 set. 2020.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2020.

FREIRES, L. A. et al. Contrastando Opiniões acerca da Adoção de Crianças por Casais Hétero e Homossexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 41, n. spe3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FULGENCIO, L. *Porque Winnicott?*. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, E. A.; SANTOS, M. R. N. Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 41-62, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7527>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GOMES, K. A adoção à luz da teoria winnicottiana. *Winnicott e-prints*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200005>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GONÇALVES, A. C. C. ; PALHAES, E. S. ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO TEMA TRANSVERSAL. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 18, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/390>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GONSALVES, E. *Iniciação à Pesquisa Científica*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GORIN, M. C. et al. O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 3-15, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2020.

GURGEL, L. L.; UZIEL, A. P. “E se essa Criança for Gay?”: Heteronormatividade e Homoparentalidade em Cena. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 17-34, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/13461>>. Acesso em: 09 out. 2020.

GUZZO, R. S. L.; SOUZA, V. L. T. DE .; FERREIRA, Á. L. M. C. DE M.. A pandemia na vida cotidiana: reflexões sobre os impactos sociais e psicológicos à luz da perspectiva crítica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 39, p. e210100, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/qjGRNvM8ksLjP3pmBbj3jfy>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. Retrato das desigualdades de gênero e raça. **IPEA**, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

KORNATZKI, L.; RIBEIRO, P. R. C. A produção da família no Brasil contemporâneo: uma análise de leis e decisões jurídicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1304–1320, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12581>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

LAIA, S. A adoção por pessoas homossexuais e em casamentos homoafetivos: uma perspectiva psicanalítica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) (Org). *Adoção: um direito de todos e todas*. Brasília: CFP, 2008. p. 31-34.

LANFREDI, C. A.; PEREIRA, M. S.; OLIVEIRA, M. A. M. Adoção: um estudo sobre a perspectiva de pais adotivos. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, Itajaí, v. 3, n. 2, p. 73-87, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.univali.br/index.php/rbts/article/view/10617>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LEITÃO, H. A. L. O pai em Winnicott: contribuições para uma reflexão sobre a família na atualidade. *Tópica*, Maceió, v. 11, p. 33-43, 2019. Disponível em:

<https://www.gpal.com.br/_files/ugd/e4268b_8e8ce61771e344b59f54d145434976b9.pdf?index=true>. Acesso em: 03 mar. 2023.

LEVINZON, G. K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, v. 14, n. 1, 24-31, 2006. Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/630>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

LÉVI-STRAUSS, C. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983.

LIMA, C. M. B. Encontros e desencontros nas relações de casal e família: criando elos com o DF-E. In: TRINCA, W. (Org). *Formas lúdicas de investigação em psicologia: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*. São Paulo: Vetor, 2020. p. 169-193.

LIMA, B. G.; NÁCUL, L. R.; CARDOSO, N. O. A construção do vínculo parento-filial no processo de Adoção Tardia: Uma Revisão Integrativa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. e35601, 2020. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/35601>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

LIMA, C. G. S. A “devolução” de crianças e adolescentes em processo de adoção. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

LIMA, M. Adoção no Brasil: a busca por crianças que não existem, 2019. Disponível em:

<<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/adocao-no-brasil-a-busca-por-criancas-que-nao-existem/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LIMA, S. J. P.; FÉRES-CARNEIRO, T. Experiência Subjetiva no Exercício da Monoparentalidade. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 709-729, 2021.

Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/61065>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIRA, A. C. M.; NUNES, M. A. “Ensinando a ser menina e menino: Brinquedos e relações de gênero”. *Revista Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v.14, n. 1, p. 180-200, 2016.

Disponível em:

<<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/849>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. (In)Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: entre Preconceitos e Superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 20-33, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000152014>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. Concepções e modos de viver em família: a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 4, p. 1-10, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e324213>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LUZ, A. F.; GELAIN, D.; AMARAL, L. M. Vivências das Famílias na Adoção Tardia. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 52-57, 2014. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/0247/70c1db777f31b11e6702f47c401e434cfe84.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MACEDO, M. M. K.; AZEVEDO, B. H.; CASTAN, J. U. Adolescência e psicanálise. In: MACEDO, M. M. K. (org). *Adolescência e Psicanálise: Intersecções possíveis*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 15-53.

MACHIN, R. Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 02, p. 350-359, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350>> . Acesso em: Acesso em: 28 nov. 2021.

MACEDO, I. C. *Do conjugal ao parental : os impactos da chegada do primeiro filho*. 2020. Monografia (Especialização em Psicologia e Psicoterapia Infantil) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade de Taubaté, Taubaté.

MARQUES, C. A. C. *A troca de nome na adoção*. 2021. Disponível em: <<http://vinculosdefeto.com.br/2021/03/09/a-troca-de-nome-na-adocao/>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

MARTINS, J. G. B. A. et al. Sexualidades e bullying homofóbico na escola. *REVISTA INTERSABERES*, [S. l.], v. 14, n. 32, p. 445–472, 2019. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1594>>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MELETTI, A. T.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100004>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MESTRE, S. O.; SOUZA, É. R. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p.

e70109, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/DjdkxzG7YCWqtQfnBFTwnLR/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes, 2009. p. 9-28.

MIURA, P. O. et al. A constituição do self a partir das relações familiares abusivas: um enfoque winnicottiano. *Psicologia Revista*, v. 20, p. 44-66, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6792>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

MIURA, P. O. et al. Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: análise dos termos. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1-13, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30179670>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

MORAIS, R. R. M. M.; SILVA, F. M. A escolha do perfil do adotado: uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana. *Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN*, n. 4, p. 555-581, 2021. Disponível em: <<http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/707>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MORANDO, A.; SOUZA, N. G. S.; SANTOS, P. N. “Chamei os dois e perguntei abertamente, quem era o pai e quem era a mãe”: Homoparentalidade, docência e educação infantil. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 452-472, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11310>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MOREIRA, S. M. *Discussão sobre proles de famílias homoafetivas pela via da adoção, sob a ótica das jovens e dos jovens adotados*. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1527-1541, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. *Dossiê 2021*. 2021. Disponível em:

<<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. Cadastro nacional de adoção: o que nos revela?. In: CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 5., 2018, São Paulo. *Anais* [...]. Brasília: CFP, 2018, p. 314-314.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. *Atas: Investigação Qualitativa em Saúde*, v. 1, p. 147-152, 2015. Disponível em:

<<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36>>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, A. A. S.; FALCAO, C. A.; MIURA, P. O. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: quais crianças as famílias desejam adotar?. *Revista da Esmal*, v. 1, p. 142-160, 2020. Disponível em: <<http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/174/96>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. A. S. et al. Papel paterno nas relações familiares: revisão integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 35, p. eAPE0306345, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/YSGjkSSqfvZ7Vx3qQZCxgmz>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B.; MORAES, D. A. F.; COIMBRA, R. M. Família “margarina”: as estereotípias de famílias na indústria cultural e a des/re/construção de conceitos docentes. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 15, n. 64, p. 266-279, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641941>>. Acesso em: 17 fev. 2023

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. DOS .. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 55–63, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/xdCT6kqrg3YSWmZbQKtnj4D/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PAULINA, E. et al. Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 77-86, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PEDROTTI, B. G.; FRIZZO, G. B. Influência da chegada do bebê na relação conjugal no contexto de depressão pós-parto: perspectiva materna. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 73-88, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100007>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. *Interações*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 109-126, 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2020.

PELISOLI, C. L.; LEITE, A. P.; ROMERO, P. O. Pretendentes à adoção: motivações e avaliação de um curso preparatório. *Cadernos de Comunicação*, [S. l.], v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/41985>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

PONTES, M. F.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, v. 28, n. 2, p. 276-286, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420150175>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

- RAMOS, D. M.; NASCIMENTO, V. G. A família como instituição moderna. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 20, n. 2, p. 461-472, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200012>>. Acesso em: 1 mar. 2022.
- RESMINI, G. F. et al. Quando desconhecidos tornam-se pais e filhos: a formação de vínculos na adoção tardia. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 16, n. 1, p. e19193, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/45758>>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- REZENDE, A. T. et al. Correlatos Valorativos das Motivações para Responder sem Preconceito frente à Homoparentalidade. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 97-108, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-82712019240108>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- RIBEIRO, P. C. C. et al. Impactos do avanço da pandemia de COVID-19 na saúde mental de profissionais de saúde. *Psico*, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/41302>>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- RIBEIRO, C. M. et al. Homoparentalidade: reflexões sobre a constituição psíquica da criança adotada. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 522-539, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v22i3p1-18>>. Acesso em: 18 set. 2021.
- RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 403-412, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/yHSYRVgtXbrdFnBHw5BVrsRc>>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C.; OLIVEIRA, D. P. Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 135-150, 2017. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25914>>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- RODRIGUES, G. M. M. M.; BLASZKO, C. E.; UJIIE, N. T. A afetividade na relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem. *Colloquium Humanarum*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 61-76, 2021. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3960>>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- ROLIM, P. D. S.; CARLESSO, J. P. P. A Parentalidade no Contexto da Homoafetividade Masculina. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 8, n. 10, p. 1-17, 2019. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1410>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- ROSA, D. B. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 97-110, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/wbd33dtpLxvC6sMdhkycJ3r/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ROSA, J. M. et al. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 210-223, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ROSA, J. M.; PESSÔA, L. F. Homoparentalidade masculina e os sistemas de cuidados parentais. *Interação em Psicologia*, v. 23, n. 2, p. 157-166, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/54847>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SAFRA, G. Os registros do masculino e feminino na constituição do self. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 42, n. 76, p. 77-89, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000100006>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SAMPAIO, D. et al. Tornar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 735-752, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/46915>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. *Trends in Psychology*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 311–324, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tpsy/a/Cx4bFKrqtTrPzL3vHsbCZmD/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, K. A. M. et al. Quais os significados sobre família em situação de pandemia para os adolescentes?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 193–203, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/v9SDmFDvxtCRDZSpdzCQTRC/>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SANTOS, J. V. O. et al. Adoção de Crianças por Casais Homossexuais: As Representações Sociais. *Trends in Psychology*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 139-152, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.9788/TP2018.1-06Pt>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, R. C. Z. A invenção da heteronormatividade: um romance autobiográfico. *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 34, p. 483-497, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/16891>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, Y. G. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. e200063, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SCHWOCHOW, M. S.; ALMEIDA, M. L.; FRIZZO, G. B. A criança imaginária no contexto de espera pela adoção. *Contextos Clínic.*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 451-474, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000200006>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SCHWOCHOW, M. S.; FRIZZO, G. B. Mulheres em Espera pela Adoção: Sentimentos Apresentados nas Diferentes Etapas Desse Processo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 41, n. spe3, p. e201165, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/WbmwjH5BYFmxr8PksRzXwZb/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SEQUEIRA, V. C.; STELLA, C. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SERRALHA, C. A. A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Revista Natureza Humana*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 163-177, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302017000200010>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SERRALHA, C. A. Contribuições da teoria do amadurecimento para o estudo das famílias homoparentais. *Winnicott E-prints*, São Paulo, v. 8, p. 35-49, 2013. Disponível em: <<http://revistas.dwwe.com.br/index.php/We-Prints/article/view/22>>. Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, A. C. S. et al. Gravidez na adolescência: família e companheiro. In: V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, 2018, São Paulo. *Anais do V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão*. São Paulo: CFP, 2018. p. 311-311.

SILVA, A. F. *Adoção sob a perspectiva de pais adotivos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SILVA, A. F.; MIURA, P. O. A adoção sob a perspectiva de pais adotivos: revisão sistemática de literatura. In: CONGRESSO CIENTÍFICO EM EDUCAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR, 7., 2019, Arapiraca. Resumo [...]. Arapiraca: FERA, 2019.

SILVA, A. F.; MIURA, P. O. Adoção de pessoa com deficiência sob a ótica de pais adotivos. *REFACS*, Uberaba, v. 11, n. 1, p. , 2023. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/6413>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SILVA, A. F.; MIURA, P. O. A história pregressa da criança e o processo de revelação da adoção, na perspectiva de pais adotivos. *Vínculo - Revista do NESME*, v. 19, n. 1, p. 27-36, 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1394/139473537004/movil/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, G. M. et al. Adoção tardia: processo de adaptação do filho sob o olhar dos pais adotivos. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, e295111335343, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/35343/29723/393137>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, J. A.; SOUSA, A. M. B. D.; FERNANDES-ELOI, J. Homoparentalidade no Contexto da Adoção e das Práticas Parentais: Uma Revisão Sistemática. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 60-75, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200006>. Acesso em: Acesso em: 03 dez. 2021.

SILVA, M. C. P. S. *A construção da parentalidade em mães adolescentes: um modelo de intervenção e prevenção*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2014.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A.. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 24, n. 4, p. 561–573, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pr4ZP7DtFj7dvyOD8Xmdpvr/>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SILVA, P. S. et al. Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 25, n. 4, p. 603–612, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SILVA, P. S. et al. Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 319-334, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SILVA, P. S. et al. (Re)construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 175-190, 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100014>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SIQUEIRA, A. C. et al. Grupo com adolescentes gestantes dentro do ambulatório pré-natal: um relato de experiência de estagiários/as de Psicologia. *Gep News*, v. 1, n. 1, p. 09–16, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/12136>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO [SNA]. *Situação Atual*. 2022. Disponível em: <<https://geracaoamanha.org.br/situacao-atual/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SOARES, T. C. B. Preparação de crianças e adolescentes para adoção: estudo de caso. *Vínculo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 74-85, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902021000300012>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SONEGO, J. C.; LOPES, R. C. S. A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, Canoas, n. 29, p. 16-26, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000100003>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Terceira Turma afasta ilegitimidade ativa de avó em ação de destituição de poder familiar e adoção*. 2022. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/24102022-Terceira-Turma-afasta-ilegitimidade-ativa-de-avo-em-acao-de-destituicao-de-poder-familiar-e-adocao.aspx>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Uso de nome afetivo antes da conclusão da adoção requer prova científica de benefícios para a criança*. STJ, 2021. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/03092021-Uso-de-nome-afetivo-antes-da-conclusao-da-adocao-requer-prova-cientifica-de-beneficios-para-a-crianca-a-spx>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

TARDIVO, L. S. P. C. Derivações do Procedimento de Desenhos-Estórias: atendimentos em grupo. In: TRINCA, W. (Org.). *Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, 2013. p. 339-364.

TARDIVO, L. S. P. C.; MIURA, P. O.; ALHANAT, M. Family Violence against Children and Adolescents in Brazil and Relations with Identity Development. *Acta Psychopathol.*, London, v. 2, n. 4:35, p. 1-5, 2016. Disponível em:

<<https://www.primescholars.com/articles/family-violence-against-children-and-adolescents-in-brazil-and-relations-with-identity-development-104208.html>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

THERENSE, M.; PERDOMO, S. B.; FERNANDES, A. C. S. Nós da linha de frente: diálogos sobre o ser da saúde no contexto da pandemia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 265-278, 2021. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172021000200008>. Acesso em: 16 abr. 2023.

TOMBOLATO, M. A.; MAIA, A. C. B.; SANTOS, M. A. A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3546, p. 1-11, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e3546>>. Acesso em: 7 mar. 2022.

TONELI, M. J. F.; BECKER, S. A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. In: *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis. Anais. Disponível em:

<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278169629_ARQUIVO_TrabalhocompletoMJFTeSBViolencianormativa.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS [TJDFT]. "*Adoção à Brasileira*". 2018. Disponível em:

<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-se-manual/adocao-a-brasileira>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

TRINCA, W. *Formas compreensivas de investigação psicológica*. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2013.

VIEIRA, L. A. et al. Metassíntese da temática adoção em revistas de Psicologia Qualis A. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, Goiânia, v. 10, p. 24-43, 2021. Disponível em:

<<https://abratef.org.br/2022/wp-content/uploads/2022/04/%E2%80%8EabratefRevista-Vol-10.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

WINNICOTT, D. W. *A criança e o seu mundo*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. Trabalho original publicado em 1964.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Trabalho original publicado em 1965.

WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: UBU Editora, 2021. Trabalho original publicado em 1958.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2019. Trabalho original publicado em 1971.

WINNICOTT, D. W. *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: ARTMED, 2005. Trabalho original publicado em 1996.

WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. Trabalho original publicado em 1984.

WINNICOTT, D. W. *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. Trabalho original publicado em 1984.

WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Ubu Editora, 2021. Trabalho original publicado em 1986.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Overview of Public Health and Social Measures in the context of COVID-19*. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/overview-of-public-health-and-social-measures-in-the-context-of-covid-19>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Suicide*. 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

XIMENES, F.; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000100005>. Acesso em: 7 jan. 2022.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ZANARDO, L.; VALENTE, M. L. L. C. Família e gênero na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da Unesp*. Assis, v. 8, n. 2, p. 12-16, 2009. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/936>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. A "fragilização das funções parentais" na família contemporânea: determinantes e consequências. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 491-502, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200012>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, J.; ECHEIMBERG, J. O.; LEONE, C. Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal. *J. Hum. Growth Dev.*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 356-360, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822018000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ZANON, C. et al.. COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. e200072, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/3tQXhvv3vJ8b6LTyCZbghmr/>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ZÉLIA DUNCAN. *Pelespírito*. São Paulo: Duncan Discos, 2021. 2:37 min.

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanal.*, Rio de Janeiro , v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2020.